

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E
INSTITUCIONAL

ORIANA HOLSBACH HADLER

**BIOGRAFIAS MALDITAS: EXPERIÊNCIAS NARRATIVO-
ONTOLÓGICAS ENTRE PSICOLOGIA E SEGURANÇA**

PORTO ALEGRE - RS

2017

ORIANA HOLSBACH HADLER

**BIOGRAFIAS MALDITAS: EXPERIÊNCIAS NARRATIVO-
ONTOLÓGICAS ENTRE PSICOLOGIA E SEGURANÇA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Psicologia Social e
Institucional do Instituto de Psicologia da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(UFRGS)

Orientadora: Dra. Neuza Maria de Fátima Guareschi

PORTO ALEGRE - RS

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Hadler, Oriana Holsbach
Biografias Malditas: experiências narrativo-
ontológicas entre Psicologia e Segurança / Oriana
Holsbach Hadler. -- 2017.
183 f.

Orientador: Neuza Maria de Fátima Guareschi.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Programa de
Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional,
Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Biográfico. 2. Experiência. 3. Psicologia. 4.
Segurança. 5. Prisão. I. Guareschi, Neuza Maria de
Fátima, orient. II. Título.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª Neuza Maria de Fátima Guareschi (Presidente - Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof^ª. Dr^ª Andrea Cristina Coelho Scisleski
Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)

Prof^ª. Dr^ª Betina Hillesheim
Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

Prof^ª. Dr^ª Tania Mara Galli Fonseca
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

DEDICATÓRIA

*Às forças memórias em mim, minhas irmãs de
sangue e alma, Ivana e Vanessa*

AGRADECIMENTOS

Porque minha história é pelo que de vocês em mim passagem...

À CAPES pelo investimento na educação que tornou possível não só a realização do estágio doutoral em Londres como uma entrega à pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, professores, funcionários e colegas pelos espaços que ultrapassam o aprendizado, mas constróem uma experiência de um saber ético-político.

Às professoras Andrea, Betina e Tânia por aceitarem compor a banca de defesa de tese nesse instante, pelos olhares sensíveis e certos, por serem fundamentais no processo de escritura.

Aos colegas e acadêmicos geniais do IPA, pela acolhida e força, pelos sorrisos e parcerias inomináveis. Em especial ao Cléber e à Jane, amigos extraordinários que a experiência docente presenteou.

Aos narradores do Central, que cotidianamente enfrentam a vida entre grades e cujos corredores e histórias provocaram a dimensão do angustiante retornar à memória, fizeram latejar reminiscências que tornaram possível questionar urgências do presente.

À Universidade de Westminster, em especial aos pesquisadores do Research Centre for Equality and Criminal Justice, que se tornaram passagem calorosa em tempos neblinados, pela receptividade incomparável e bibliotecas infinitas, por oportunizar possibilidades de pontes epistemológicas e conceituais.

Aos colegas de Pentonville, vozes passageiras cujas vibrações alcançam a força dos anjos benjaminianos, por destruírem certezas arraigadas e possibilitarem percorrer a ponte entre a experiência do cárcere e a produção de conhecimento.

Aos colegas do E-politcs, aos que agora são e aos que uma vez passagem, pelos encontros que insubordinaram saberes, desassossegaram condutas e fizeram borbulhar o sangue que secou nos códigos; pelas tardes de angústias compartilhadas e pelas noites inebriantes de ânimos reavivados; pelos olhares inquietos e militantes que alimentam desejo de revirar a história a contrapelo.

Às(aos) colegas, em especial à Camila C., Camila Inácio, Fernanda W., Joce, Jonas, Ju Moura, Letícia, Lígia, Lisângela, Pâmela Nische, Pâmela Xavier, pelos olhos brilhando que fazem do desassossego fonte de inspiração, por revolverem minh'alma da nulidade das ações que massificam e por me darem a certeza de que uma aula é emoção. E à Bia, amiga imprescindível que a docência me presenteou, pela doçura dos encontros!

Aos Benjamins da saudade, por tornarem qualquer distância proximidade na singeleza das travessias que somente amizades atemporais podem provocar.

À Lili e ao Édio, e ao Fábio Dal Molin, inspiradoras e incansáveis provocações em tempos de cóleras e violências, as intervenções de vocês provocaram leveza (a ver: da Lili) e golpes necessários no pensar. Vocês são o respiro em épocas de sufoco.

Às musas inspiradoras do pensar que constituíram meu devir-pesquisar: Andrea, Anita, Betina e Simone, por tensionarem mundo ao mesmo tempo em que poetizam o campo da reflexão e da invenção de possíveis no campo das práticas psi.

Às mulheres psicodramáticas: Cândida, Carmen, Jô, Mônica, Tamara, pelo carinho imensurável e olhar macio, pelo abraço de apoio nas horas insuportáveis, pelo colo inenarrável que só coração batendo junto pode explicar.

À Fernanda Bassani, em especial, pela força guerreira e inspiração de vida, por tudo o que provocou e fez pensar, por trazer chão e garra em todos os espaços que ocupa.

Ao Sacha Darke, pela disponibilidade sem fim e a acolhida ímpar, por aceitar o convite de me orientar, pelos projetos possibilitados e pelas trocas únicas que continuam a vingar.

Ao Carlos e à Lu pela doçura dos encontros, pela compreensão em horas de angústias, pelas risadas largas que KaLoOriPávam mundo.

Ao Felipe e à Karla, das inacreditáveis surpresas que a vida nos proporciona, dividir um ano junto a vocês foi uma delas: pelas histórias divididas nos corredores da Shirland Road, pelas tardes de parques, por sempre acreditarem em mim e por não desistirem de me convidar para sair quando o casulo havia tornado caverna.

À Carol e ao Rodrigo, amados seres da noite foucaultiana, pelos afetos sinceros e quiméricos encontros, por serem brandura quando a fala transborda e entusiasmo quando o silêncio angustia, pela amizade incomparável que se leva tatuada em pele e coração.

À Neuza, pela incansável paciência e confiança no ficcionar-fiar de histórias, pela sabedoria irreverente e aguçado sentido político, por tornar experiência as travessias para o passado e acontecimentalizar o presente, por provocar as obviedades que a superfície coloca e por me acompanhar no esgotamento dos ínfimos detalhes do que olho vê.

À minha mãe e ao meu pai, por vocês, sou. Pela força incomensurável e energia de vida, por acreditar mais em mim do que eu poderia imaginar, por me apresentar que as histórias são fragmentos de memórias que remanescem e nos tornam quem somos.

À Joana, minha irmã de alma, por uma vida de histórias compartilhadas juntas, por me conhecer desde a superfície da pele ao toque do olhar, por tua amizade incondicional que faz tudo suportar; e ao Henrique, afilhado carismático que traz alegria campeira e harmoniosa em nosso quarteto único.

Ao Pablo, presença literária em minha vida, sem a qual esta tese não existiria: pela risada que faz aquecer manhãs frias, pelo olhar que reconhece cada sentido mal dito e faz palavraria brotar em poesia, por bem-te-vizar meus dias e me fazer te amar cada vez mais... eu em ti... tu em mim...

Ao Ângelo, pelo inenarrável de coisas não ditas, pela vida que percorreu corredores entre chinelos e azulejos.

Ao Abreu, Lucy, Mush e Diggy, porque esta tese se faz com gatos: pelo reflexo em seus olhos âmbar e o ronronar que faz trepidar peito e acalentar o angustiante de horas esguias.

*Alguns, achando bárbaro o espetáculo,
prefeririam (os delicados) morrer
Carlos Drummond de Andrade*

*Talvez ele defina o espaço de uma experiência
em que o sujeito que fala, em vez de se
exprimir, se expõe, vai ao encontro de sua
própria finitude e sob cada palavra se vê
remetido à sua própria morte
Michel Foucault*

*Ele gostaria de deter-se para acordar os
mortos e juntar os fragmentos
Walter Benjamin*

RESUMO

Hadler, O. H. (2017). *Biografias Malditas: Experiências Narrativo-Ontológicas entre Psicologia e Segurança*. 182 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Esta tese é feita de histórias, do maldizer de histórias. Iniciando a leitura pelas reminiscências que provocaram uma urgência ontológica sobre o presente, o Presídio Central de Porto Alegre, você acompanhará a constituição do problema que passa a reger e consumir a memorabilia que se abrirá em contos no percurso desta escrita: a emergência do biográfico como elemento de enlace entre psicologia e segurança, fio condutor que movimenta este texto. Em uma imersão narrativa, você percorrerá deslocamentos sobre o elemento biográfico. Inicialmente identificado como um instrumento de veridicção para contar, cercar e delimitar uma história do sujeito criminoso, a noção do biográfico sai dos arquivos sobre as práticas psicológicas no campo da segurança para se tornar força elemental que se transmuta com a quimera benjamin-foucaultiana. Transformado, o elemento biográfico desprende-se enquanto ferramenta a serviço de saberes inquisitoriais, e se torna potência que vem atualizar a relação entre estes domínios de saber. Desse modo, faz retumbar ecos de vidas infames em biografias que gesticulam discursos e marcas que as atravessam e produzem. Estas existências, muitas vezes destinadas a passar sem deixar rastro, fazem urgir o olhar para o que resta: emergem personagens-elementos, vozes secundárias, que tornam possível explorações de espessuras temporais e estendem os limites relacionais entre psicologia e segurança. Atentar para as vozes secundárias nesse contexto, diz de uma aposta epistemológica sobre um olhar para aquilo que de lacunar elas anunciam, trazendo em si uma força contra o esquecimento e a obviedade das situações. Pelos personagens secundários, você testemunhará biografias malditas, construídas a partir de passagens fragmentárias, compondo uma história (ou estórias) das ontologias da veridicção. Cada personagem constitui-se núcleos de experiências a partir de reminiscências que insistiram na memória, impondo suas ressonâncias no caminho da pesquisa. Quatro contos, quatro personagens, que trazem elementos do biográfico entre psicologia e segurança, acontecimentalizando os estabelecimentos prisionais, suas relações penais, mecanismos burocráticos e artesanias relacionais: o azulejo e a sobrevivência; o estrangeiro e o mecanismo do esquecimento; o militar e os arranjos da legalidade; a morte e seu fascínio pela vida, ou a vida e sua intensidade mórbida. Porventura seja, a você é ofertada esta tese como experiência narrativa de uma montagem de histórias, onde a contação se liberta do plano da explicação verificável, deslocando-se de ser verdadeira ou falsa, tampouco vigília ou sonho, nem loucura nem razão, mas uma narrativa que joga com uma repartição dos tempos onde trajetos, interrupções, retornos e afastamentos se tornam uma experiência de enfrentamento ao oblívio.

Palavras-chave: Biográfico, Experiência, Psicologia, Segurança, Prisão

ABSTRACT

Hadler, O. H. (2017). *Damned Biographies: Narrative-Ontological Experiences Between Psychology and Security*. 183 f. Thesis (Doutorate Degree). Universidade Federal do Rio Grande do Sul

This thesis is made up of stories, the discrediting of stories. Beginning reading through the reminiscences that caused an ontological urgency on the present, the Central Prison of Porto Alegre, you will accompany the constitution of the problem that begins to govern and consume the memorabilia that will open in short stories in the course of this writing: the emergence of the biographical. As a link between psychology and security, the guiding thread that moves this text. In a narrative immersion, you will travel through the biographical element. Initially identified as an instrument of veridiction to tell, surround and delimit a history of the criminal subject, the biographical notion leaves the archives on psychological practices in the field of security to become elemental force that transmutes itself with the benjamin-foucaultian chimera. Transformed, the biographical element detaches itself as a tool in the service of inquisitorial knowledge, and becomes a power that comes to update the relation between these domains of knowledge. In this way, it makes echoes of infamous lives echo in biographies that gesticulate speeches and marks that cross and produce them. These existences, often destined to pass unchecked, make it urgent to look at what remains: elemental characters emerge, secondary voices that make explorations of temporal thickness possible, and extend the relational boundaries between psychology and security. Perceive the secondary voices in this context, says of an epistemological bet on a look at what they announce to lacunar, bringing in itself a force against the oblivion and the obviousness of the situations. By the minor characters, you will witness damn biographies, built from fragmentary passages, composing a history (or stories) of the ontologies of veridiction. Each character constitutes nuclei of experiences from reminiscences that insisted on the memory, imposing its resonances in the way of the research. Four short stories, four characters, that bring elements of the biographical between psychology and security, turning into events prisons and its environment, their penal relations, bureaucratic mechanisms and relational crafts: the tile and the survival; The foreigner and the mechanism of forgetfulness; The military and legal arrangements; Death and its fascination with life, or life and its morbid intensity. Perhaps is, you are offered this thesis as a narrative experience of an assembly of stories, where storytelling is freed from the plane of verifiable explanation, moving to be true or false, either waking or dream, or madness or reason, but a Narrative that plays with a breakdown of times where paths, interruptions, returns and departures become an experience of coping with oblivion.

Key words: Biographical, Experience, Psychology, Security, Prison

RESUMEN

Hadler, O. H. (2017). *Biografías Malditas: Experiencias Narrativas-Ontológicas Entre La Psicología Y La Seguridad*. 183 f. Tesis (Doctorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

La tesis he hecha de historias, del maldecir de historias. Empezando la lectura por las reminiscencias que provocan una urgencia ontológica acerca del presente, la Cárcel Central de Porto Alegre, usted acompañará la constitución del problema que pasa a regir y a consumir los fragmentos o restos de memorias que se abrirán en cuentos en el recorrido de esta escrita: la emergencia del biográfico como elemento de enlace entre la psicología y la seguridad, hilo de conducción que mueve este texto. Por una inmersión narrativa, usted recorrerá desplazamientos acerca del elemento biográfico. Inicialmente identificado como un instrumento que dice la verdad para contar, cercar y delimitar una historia del sujeto criminoso, la noción del biográfico escapa de los ficheros sobre las prácticas psicológicas en el campo de la seguridad para tornarse fuerza elemental que se transmuta con la quimera benjamín-foucaultiana. Transformado, el elemento biográfico se despliega como herramienta a servicio de los saberes inquisitoriales, e se hace potencia que viene a actualizar la relación entre estos dominios. Así, retumban ecos de vidas infames en biografías que gesticulan discursos y marcas que las atraviesan y las producen. Estas existencias, muchas veces destinadas a pasar sin dejar rastros, hacen urgir la mirada para lo que resta: emerger personajes-elementos, voces secundarias, que hacen posibles explotaciones de espesores temporales e extienden los límites relacionales entre la psicología y la seguridad. Atentar para las voces secundarias en ese contexto, se dice de una apuesta epistemológica acerca de una mirada para aquello que de incompleto ellas anuncian, y traen con ellas mismas una fuerza contra el olvido y la obvedad de las situaciones. Por los personajes secundarios, usted testificará biografías malditas, construidas desde pasajes fragmentarios, componiendo una historia (o crónicas) de las ontologías de la veridicción. Cada personaje se constituye como núcleos de experiencias desde las reminiscencias que insistieron en la memoria, imponiendo sus resonancias en el camino de la pesquisa. Cuatro cuentos, cuatro personajes, que traen elementos del biográfico entre la psicología y la seguridad, haciendo acontecer los establecimientos penitenciarios, sus relaciones penales, mecanismos burocráticos y artesanías relacionales: el azulejo y la supervivencia; el extranjero y el mecanismo del olvido; el militar y los arreglos de la legalidad; la muerte y su fascinación por la vida, o la vida y su intensidad morbosa. Para usted es ofertada esta tesis como experiencia narrativa de un montaje de historias, donde el relato se liberta del plano de la explicación verificable, desplazándose de ser verdadera o falsa, tampoco vigilia o sueño, ni locura ni razón, pero una narrativa que juega con un reparto de los tiempos donde trayectos, interrupciones, regresos y alejamientos se hacen una experiencia de enfrentamiento al olvido.

Palabras-clave: Biográfico, Experiencia, Psicología, Seguridad, Cárcel.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABP	Arquivos Brasileiros de Psicologia
BM	Brigada Militar
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CNPCP	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
CPA	Comando de Policiamento da Área
CPC	Comando de Policiamento da Capital
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
DOI/CODI	Destacamento de Operações Internas / Centro de Operações de Defesa Interna
FADERGS	Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul
FASE	Fundação de Atendimento Sócio-educativo
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FTEC/IBGEN	Faculdade de Tecnologia e Instituto Brasileiro de Gestão de Negócios
GAM	Grupo de Apoio e Movimentação
GIP	Grupo de Informações sobre as Prisões
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPA	Centro Universitário Metodista do Sul
K.Z.S	Campo de Concentração <i>Sachsenhausen</i>
LBI	Laboratório de Biologia Infantil
LEP	Lei de Execução Penal
MALBA	Museo de Arte Latinoamericano de Buenos Aires
OPM	Organizações Policiais-Militares
PEJ	Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ)
PCPA	Presídio Central de Porto Alegre, atual Cadeia Pública de Porto Alegre
PDSE	Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior
PMK	Psicodiagnóstico Miocinético
PPP	Parcerias Público-Privadas
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RENAESP	Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública
RDA	República Democrática Alemã
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SUSEPE	Superintendência de Serviços Penitenciários
STF	Supremo Tribunal Federal
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNINTER	Centro Universitário Internacional
VEPMA	Vara de Execução das Medidas e Penas Alternativas

SUMÁRIO

Experiência Descarnada	14
Aliança entre Psicologia e Segurança	24
Central	27
Arquivos	33
Arquivos I – Uma teoria da delinquência	36
Arquivos II – Sobre casos, números e sangue	42
Arquivos III – Pretéritos, uma biografia do jovem criminoso	49
“Ou vai ver eu já era...”	54
O elemento biográfico	55
BIOGRAFIAS MALDITAS	61
Benjamin, Foucault, Passagens	61
Passagens, Benjamin (I)	61
Forças da reticência...	63
Chove em Porto Alegre...	65
Passagens, Benjamin (II)	66
Passagens, Foucault	72
Biografias Malditas	80
ATÉ OS LEÕES...	84
Dos personagens secundários	88
Quem conta o que de vida resta	91
PRIMEIRO CONTO	96
O Azulejo e a sobrevivência	96
Carne	97
SEGUNDO CONTO	100
O Estrangeiro e o esquecimento	100
O mecanismo do esquecimento	105
TERCEIRO CONTO	108
O Militar e os arranjos da legalidade	108
Investimentos no cárcere, cálculos sobre a vida	118
A violência do direito, Arranjos de legalidades	129
QUARTO CONTO	138
A vida é fascinada pela morte ou A morte é fascinada pela vida	138

História em cacos de vidro verde: investimentos no terror	138
Quem controla a memória, controla o passado: da instauração do terror psicológico	146
Sobre a Morte e o morrer: a retomada da experiência	157
RESTO...RASTRO... RESIDUAL	165
Referências	168

PRÓLOGO

Experiência Descarnada

Esta tese é feita de memórias. E de vida e de morte. E do maldizer de histórias.

Ela se constitui de cenas narradas através de um relato que se deslocará às vezes em primeira pessoa, às vezes em terceiras personas, outras vezes legião, plural como os demônios que habitam o pensamento e os combates cotidianos. As narrativas que aqui surgem destituem-se de configurações autobiográficas clássicas, pois elas dizem de outros tempos, de intensidades diferentes, onde o ‘eu’ que nelas existe “não fala somente para se lembrar de si, mas também porque deve ceder lugar a algo outro que não si mesmo” (Gagnebin, 2013, p. 80). As personagens que transbordam nesse espaço narrativo jogam com uma memória desabitada do passado, que habita uma extensão infindável do presente. Esta tese parte de cenas em pretéritos-imperfeitos, na expressão de acontecimentos ocorridos, mas que não cessam de reverberar em angústia. Provocadas pela intensidade e desassossego que incutiram, as biografias aqui lançadas se tornam fragmentos costurados por urgências do presente.

As histórias mal ditas desta tese contam de um lugar que se desloca de uma experiência individual sobre um eu-pesquisador; tampouco dizem de terceiros concretos que se amarram em racionalidades “baseadas em fatos reais”. Elas maldizem de um sujeito que ultrapassa “sua expressão pessoal, que, portanto, reduzi-lo a isto seria incorreto, como seria incorreto cair na armadilha (*Attrape*) do “eu” (...). Mas então, como compreender quem é este sujeito que, além disso, tenta contar a sua vida?”. Ele é aquele que renuncia à “clausura tranquilizante e é atravessado pelas ondas de desejos, de revoltas, de desesperos” (Gagnebin, 2013, p. 74). Portanto, as biografias desta tese são provocações que (mal) dizem de como contamos a nossa história ou questionamos nossas ações nela. Elas falam de uma intensidade pessoal e coletiva onde há exigência do lembrar para que delas não se atrevam soluções anedóticas ou representações de pessoas e lugares. Elas dizem de mim e de você. De quando nós passamos a fazer parte dessas estranhas histórias, como o velho pintor do conto chinês¹ que se transportou para dentro da imagem, desaparecendo pelas frestas de seu próprio quadro, estando no centro da história, tornando-se outro.

¹ Sobre o conto, ver fragmento *A Mummerehlen*, no livro ‘Rua de mão única’ (Benjamin, 1987b).

*** Interrupção ***

Você lembra do quadro na sala de móveis pesados e escuros. Nesse cômodo dantesco, onde uma lareira tornava o ambiente assustador com suas luzes trêmulas refletindo nas paredes, habita a pintura que por vezes alimentava de horror seus sonhos infantis. Estrategicamente posicionado atrás de uma cadeira de balanço, que nos invernos de labaredas acesas parecia embalar espectros invisíveis, a memorável oleografia mostra um campo entrecortado por pequenos morros, no seu centro um casarão rústico de paredes acinzentadas com janelas e chaminés compondo sua arquitetura, ao fundo montanhas e um céu repleto de nuvens que fazem misturar os elementais ar e terra. A borda inferior do quadro é tomada de sombras que são consumidas pela moldura densa em madeira talhada, o que sempre lhe causou a sensação de que o pintor estaria nas sombras, talvez entre arbustos ou em meio às árvores, a olhar a casa imponente a sua frente. Ele está dentro da imagem que deixava de ser representação e absorvia a sala, tornando o espectador uma testemunha a pintar a imagem junto. Há um vulto de pessoa que se movimenta na cena: quando criança você lembra de sentir a mudança nos gestos do vulto que trocava de lugar na imagem. Em certos momentos você o enxergava junto a alguma janela, em outros mexendo no jardim, ou ainda quase desaparecendo em meio ao bosque que circundava a casa; a última vez que se lembra de tê-lo visto, o vulto estava entrando pela porta da casa, pego de surpresa pelo pincel indecoroso do pintor. Sempre que retorna a essa sala de sua infância, você procura a aparição em algum lugar do quadro. Quando não a enxerga, você imagina que ela possa ter ido ao riacho que certamente está aos pés da colina, ainda que não esteja à mostra na imagem, ou que tenha se ausentado da pintura e esteja vagando pelos arredores da sala, quem sabe observando você a procurá-la. O quadro com suas sombras e criatura vagueante se torna o espelho nostálgico que se contrapõe aos sentidos do memorar, entre você e o vulto andarilho há um mundo próprio e alheio, onde passado e memória são irrecuperáveis, pois não têm posse ou impávidos pontos de contato, mas perseveram em desatinos quando um fio do desassossego lhe atinge desde o presente. Entre buscar essas figuras não vistas a um primeiro olhar e a incerteza de realmente encontrá-las, você – sujeito que olha – desaparece. Nem à imagem pertence, tampouco a você mesmo.

*** Fim da Interrupção ***

Para narrar essas biografias malditas que remetem a uma dimensão do angustiante que retorna à memória (das urgências do presente que fazem latejar reminiscências) há um desenrolar na contação entre início e fim das histórias que não nos pertencem. Como distorções que, retomadas com vigor e sufoco, passam a inquirir do presente o seu intolerável. Nesses termos, se aquilo que se mantém lembrança por desassossego, dos registros sem folga, se tornam combustível para o pensamento, a escrita desta tese se transforma em uma experiência de transbordamento e o modo de narrar um ato que abarca os desvios do pesquisar: interrupções, hesitações, respiros, pausas, cortes, sangue, respira de novo, volta para trás, fim da interrupção, continua.

Esses caminhos e seus potentes desvios só se tornam possíveis a partir de encontros que forçaram ao limite e à transgressão do pensar. Destes, o pensamento-navalhar de Walter Benjamin e Michel Foucault e as composições quiméricas da artista plástica Adriana Varejão se tornaram a nervura coletiva para a criação desta tese, o ponto de contato entre filosofia e arte que possibilitaram as ferramentas necessárias para rasgar arquivos, fazer memórias incessantemente passarem para fora de si, retomar começos e sufocar obviedades. A manipulação dos fios da escrita pela urdidura desses encontros provocou

“Nenhuma reflexão, mas esquecimento; nenhuma contradição, mas a contestação que apaga; nenhuma reconciliação, mas o repisamento; nenhum espírito na conquista laboriosa de sua unidade, mas a erosão infinita do exterior; nenhuma verdade se iluminando, enfim, mas o jorro e a miséria de uma linguagem que desde sempre já começou” (Foucault, 2009, p. 225).

Se assim se criou esta tese, é preciso contar desses encontros com um tanto de maior minúcia: em seus arrepios causados e naquilo que de limites provocaram. Desde já a começar com Adriana Varejão.

O encontro com essa artista aconteceu por surpreendente passagem pelo Museo de Arte Latinoamericano de Buenos Aires (Malba). Lá, à espreita de ingênuos observadores, as obras esperavam carnívoras para engolirem os passantes e regurgitarem seus restos em meio ao labirinto de telas e instalações: entre azulejos, sangue e mosaicos fragmentários de gente e história aberta. Impossível não desaparecer pelas frestas, e se tornar outro, junto à azulejaria de Adriana. Essa artista não somente faz uso do azulejo para contar uma história, mas o usa como “suporte para contar uma história da materialidade, da carne, do corpo, fazendo uso da azulejaria como uma pele e em outro momento, a azulejaria como geometria.” (Varejão, 2009, s/p). Suas obras à primeira vista mostram a azulejaria geométrica de paredes e imagens históricas, porém tão logo o olhar se movimenta e sujeito é engolido com violência por carnes

e sangue que escorrem da falsa assepsia já não mais imaculada da peça. A artista corta os pedaços da história, “dissimula infiltrações, visgos, nesgas, por onde a vida (ou a morte) dos corpos ainda vibra” (Diegues, 2009, p. 43). A arte de Adriana convoca a pensar uma forma-força de habitar mundo, provocando enquanto um *ethos* para o pensar, um exercício onde aquele que entra em contato com suas composições “é convidado a suspender suas expectativas, a se deixar capturar pelas nuances do que não tem nome e, acima de tudo, a perder tempo olhando” (Osório, 2009, p. 227). Perder tempo olhando. Pesquisar, depois das composições da artista, se transmutou em perder tempo olhando...

Por Adriana, que violentamente abriu o ver, um campo de afetos e perceptos se voltou para coisa que olhar não costumava pairar: naquilo que ardia. Sua arte provocara a trajetória do pensar, rasgando a pesquisa, fazendo-a brotoejar, deixando cicatrizes. Uma nova composição se formava, e já que “o processo de encenação de que se vale Adriana existe para desaguar frente aos olhos do espectador, para que este dele tome posse”, a arte passava a possuir a pesquisa: “Sem ser *de*, a arte é feita *para*.” (Santiago, 2009, p. 79). Possuída, a narrativa em encontro com a arte encontrava ressonâncias junto a Benjamin e a Foucault². Enquanto o primeiro toma o campo artístico como vertente para a abertura do pensar, não sendo um saber exclusivo, mas algo que faz arder o que toca e possibilita o escape do pensamento a formas dicotômicas – “um aspecto da realidade livre de qualquer manipulação pelos aparelhos, precisamente graças ao procedimento de penetrar, com os aparelhos, no âmago da realidade” (Benjamin, 1987a, p. 187); para o segundo, a arte surge nos interstícios do pensamento, fecundando encruzilhadas na produção de conhecimento, retirando-a de espaços higienizados, apáticos, forjando a condição de possibilidade para encontros inventivos – “Nessa linguagem, a pretensão de dizer tudo não é apenas a de transpor os interditos, mas de ir até o extremo do possível” (Foucault, 2006a, p. 53).

Desse modo, a relação com a arte não vem antes ou depois do encontro com a filosofia de Foucault ou Benjamin. Inclusive, o contato com suas obras sempre poetizou o pesquisar. Ao que tudo indica, algo aconteceu em unísono quando arte e filosofia se encontraram. Uma força de assombro que movimentou o pensamento em uma dimensão do sensível, da inquietação e

² É inegável o atravessamento de ambos com as artes (cinema, literatura, pintura, teatro). Em Benjamin encontramos infinitas referências e análises de fontes estéticas que provocarão o sensível em sua narrativa – desde Bauhaus, Kafka, Proust, Chaplin, e sua crítica sobre o surrealismo (1987a); em Foucault, suas análises e contato com as criações artísticas de Bataille, Blanchot, Beckett, Klossowski, artistas do surrealismo e impressionismo (principalmente das escrituras publicadas nos anos 1960 na Revista *Critique*), provocaram os sentidos da experiência – “algo do qual se sai transformado” (Motta, 2006a, p.VII) – que terá reverberação em toda sua obra.

do estranhamento. A arte se aproximou da pesquisa como rastro. E o pesquisar se guiou por ela, se alimentou dela. Ela é a carne que faz rachar azulejo, contaminando olhar, “um traço visual do tempo que quis tocar”; onde “*ver* só se pensa e só se experimenta em última instância numa experiência do *tocar*” (Didi-Huberman, 1998, p. 31). Nesse encontro, é como se mundo não conseguisse acompanhar horizonte distante, e toda a imensidão do que se olha fosse tomada de forças avassaladoras das pequenezas. A vida se torna obra de arte.

É da conversa que leva este título que Deleuze (1992), poeticamente servindo sobre a filosofia de Foucault, diz sobre tomar o pensamento em sua intempestiva qualidade: a “lógica de um pensamento é como um vento que nos impele, uma série de rajadas e de abalos” (p. 118). Nesses termos, pensar se torna um ato perigoso. E Deleuze segue desdobrando os perigos do pensamento foucaultiano, reconhecido por sua força e intensidade, podendo ser identificado por três passagens: o pensamento como arquivo, como estratégia, como arte – “pensamento-artista”. Não são caminhos dados, mas estão presentes no traço de Foucault na (des)continuidade de suas obras, como abalos que ele provoca e, ao mesmo tempo, experimenta. Do pensamento-arquivo, se retira a racionalidade (visibilidades) e o sistema de linguagem (enunciados) de uma época, ou seja, o regime de luz e as variações pelas quais a língua passa. Do pensamento-estratégia, trata-se de compreender as relações de força como campo de ações sobre ações. E, por fim, com o pensamento-artista, há a invenção de novas possibilidades de vida, onde pensar acontece como processo de subjetivação. Portanto, arte, vida, filosofia e ciência não se opõem: criam mundos e sujeitos. Pensar a pesquisa, no encontro entre esses campos, possibilitou uma experiência do pensamento.

Na introdução de *Um manifesto de menos* (Deleuze, 2010), Roberto Machado exemplarmente nos alerta como o sistema filosófico da diferença é suscitado pelo encontro com saberes abertos, em um exercício de pensamento não conceitual. A filosofia por essa ótica, não se situa acima de outros saberes; “não é um metadiscurso, uma metalinguagem, que teria por objetivo formular critérios de legitimidade ou de justificação dos outros discursos, das outras linguagens” (p. 8), e a experiência do pensamento se torna produção, criação. Um jogo de perceptos e afetos, onde importa menos assimilar os diferentes domínios de saber, do que se deixar tomar por afetos e sensações. Algo que, emprestado de Costa (2012, p. 22), diz das “estratégias de criação destes híbridos do pensar”, sabendo que existem “infindáveis experimentações de cópulas entre a produção de conhecimento da arte, filosofia e ciências”. É assim que esta tese se cria com a arte... Das danças que fazem escarnar, das escrituras que fazem doer, dos contos que fazem imaginar, das telas que fazem desassossegar, das existências

reais que fazem vida transbordar. Atravessada e criada pela arte, para então descarnar histórias na experiência do pesquisar. A narrativa que surge dessa experiência descarnada, não se trata de um processo representacionista, mas de uma operação na qual se contam mais do que histórias, mas “antologias de existências” (Foucault, 2006a, p. 203).

Lembrando a diligência junto ao verbo ‘descarnar’ que Fonseca (2014), quando convidada a ler e participar junto ao projeto de tese, nos faz atentar: ainda que a proposição seja a de separar o dito dos enunciados, pondo em evidência as expressões dos efeitos de verdade como formas aprisionantes de possíveis sentidos e expor as camadas carnis e viscerais de agenciamentos coletivos, a cautela está em não nos tornarmos completamente vazios de órgãos, “muito próximos de uma abolição, de uma morte ou de uma loucura” ou ainda deslizar pelos sentidos do descarne enquanto “bisturi que torna os corpos de suas potências imanentes” (pp. 5-6). É dessa forma que a *experiência descarnada* se aproxima mais daquilo que Barthes (1984, 1988, 2005) chama de biografemas – de uma narrativa que expõe mais narrador-biógrafo do que aquilo que é biografado. A contagem se torna, assim, uma operação fabulatória, em que imagens-tempo são criadas, partindo de incidências que fazem chocar com o olhar do narrador-biógrafo: “Lacunar, feita de percepções fragmentárias e de imaginação, o biografema ficciona vidas através das potências de pensamento e imaginação do próprio biógrafo, resultando de um necessário contágio sensível entre este e o outro biografado” (Fonseca, 2014, p. 9).

Pareceu-me que, também à minha volta, um gosto se declarava, aqui e ali, por aquilo que poderíamos chamar – para não abordar os problemas das definições – a *nebulosa biográfica* (Diários, Biografias, Entrevistas personalizadas, Memórias etc.), maneira, sem dúvida, de reagir contra a frieza das generalizações, coletivizações, gregarizações, e de recolocar, na produção cultural, um pouco de afetividade (Barthes, 2005, p. 168).

Nessa operação, há um afastamento de quaisquer proposições ligadas a vertentes fenomenológicas, mas integramos “a *experiência* à reflexão historiográfica na qualidade de uma inquietação que se torna *ponto de partida* para um trabalho teórico, ético e político” (Rodrigues, 2009, p. 22). Descarnada, pois a experiência é aquela que nos desprende de quem somos, que nos arranca de nós mesmos (Foucault, 2003); ela é uma prática singular, contingente, pessoal, mas também coletiva e impossível de ser repetida. Ela, assim, trata de reunir a máxima quantidade de intensidade e impossibilidade de um ponto da vida, provocando novas relações com o tema tratado: um jogo de evidência e invenção. Evidência, pois ao desenvolver questões sobre uma determinada temática, uma série de traços verificáveis e históricos estarão presentes. Porém, estes serão levados ao seus limites, em suas localidades,

havendo a transformação dos horizontes pelos quais experimentamos o nosso presente. Lembrando ainda as palavras de Scisleski (2014), quando também convidada a dividir leituras sobre o projeto de tese, que o excesso da evidência é a cegueira a outras visões, impedimentos de outros sentidos e escutas. Colocando abaixo essa arrogância da vidência, tem-se a Invenção que movimenta: “uma experiência não é nem verdadeira nem falsa: é sempre uma ficção, algo construído, que existe somente depois de a termos vivido, e não antes; não é algo ‘real’, senão algo que se tornou realidade” (Foucault, 2003, p. 15).

Nesse ponto, as biografias narradas nesta tese (o que foi transmitido pela reminiscência) se liberta do plano da explicação verificável, “ela é substituída pela exegese, que não se preocupa com o encadeamento exato de fatos determinados, mas com a maneira de sua inserção no fluxo insondável das coisas” (Benjamin, 1987a, p.). A realidade é tomada em seu caráter relacional (Sampaio de Mattos, 2016), sempre aberta, nunca esvaziada. E a imaginação, ou o toque de ficção, está longe de ser, pura e simplesmente, o princípio da desrealização:

a faculdade da fantasia é o dom de interpolar no infinitamente pequeno, descobrir para cada intensidade, como extensiva, sua nova plenitude comprimida, em suma, tomar cada imagem como se fosse a do leque fechado, que só no desdobramento toma fôlego (Benjamin, 1987b, p. 41).

É nesse sentido que esta tese se torna *Biografias malditas: experiências narrativo-ontológicas entre Psicologia e Segurança*. Aquilo que consistia em recortar cenas da pesquisa, se volta: descarnando não somente o ato de pesquisar, como também a própria experiência do eu-pesquisador-narrador. Tendo em mente que existem diferenças marcantes entre histórias contadas e escritas, em princípio quanto a uma energia emanada na contação de histórias e outra que se desenrola na produção do conhecimento escrito, no espaço desta escrita abrir-se-á para uma narrativa aventureira: de uma energia de-escrever (*descrever*) vividamente cenas da pesquisa, onde imaginar e inventar se relacionam com o ficcionar-fiar histórias que partem de detalhes secundários, a princípio insignificantes, que golpeiam o olhar deixando nos seus vestígios “algo que precisa ser dito, que resta a dizer e que, contudo, não se coloca como sentença final e tampouco como aquela revelação dita em nome da verdade” (Fonseca, 2014, p. 9). Estendendo os limites relacionais entre o vivido e o narrado, ofertamos esta tese como campo narrativo de uma contagem da experiência, uma montagem de histórias. Nessa criação, a montagem/contagem acontece como possibilidade de mexer a história a contrapelo (Benjamin, 2012) – composição literária e memorativa.

A contação da experiência se transmuta em uma relação intensa entre o olhar e a narrativa. Uma tecedura de imagens onde se força o olho a não permanecer naquilo que se enxerga, elevando-o até que se escarnem regimes de visibilidades. E, narrar, não diz de uma rota segura, mas de um descarte do próprio sujeito da fala, onde as palavras alcançam os enunciados (Deleuze, 1992). Por meio do questionamento sobre as emergências históricas, esta tese busca “fazer uma experiência daquilo que nós somos, daquilo que é não somente nosso passado, mas também o nosso presente, uma experiência de nossa modernidade de tal maneira que dela saíamos transformados” (Foucault, 2003, p. 13). Ao maldizer narrativas biográficas provocamos um saber diferente da informação que demanda uma verificação, deslocando-nos de uma preocupação em narrar o “puro em si”, a narrativa desta tese seguirá os rumos do aniquilamento de si: “quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido” (Benjamin, 1987a, p. 205).

É assim que nesta tese *você* estará diretamente implicada(o) nas histórias, acompanhando as tensões entre a memória e as exigências da narrativa. Você iniciará a leitura entrando no campo que provocou o choque no pensamento, enveredando-se no lugar que fez descarnar a urgência para esta tese acontecer: o Presídio Central de Porto Alegre, o *Central*. No capítulo *O biográfico*, apresentamos a constituição do problema que passa a reger e consumir a memorabilia que se abrirá em contos biográficos no percurso da escrita. Recusamos, contudo, uma perspectiva historicista, pois não queremos e nem acreditamos em uma ‘reconstrução’ do passado, tomando a memória inclusive enquanto “instrumento falacioso”, como dizia Primo Levi (Butler, 2013). Nesse sentido, o primeiro capítulo da tese percorre as reminiscências que fizeram arder a relação Psicologia e Segurança, a partir da inserção no Central quando de um convite para participar de um projeto intitulado ‘Observatório de Juventudes em Situação de Prisão’. A partir desse momento tensionamos as práticas psicológicas no campo da segurança pública voltando o processo analítico para a abertura de arquivos, em uma relação cronobibliográfica com a pesquisa (Rodrigues, 2016), ao problematizarmos as práticas psicológicas em suas articulações com os movimentos sociohistóricos, econômico-culturais e políticos que atravessam a produção de conhecimento, neste caso, sobre juventude e criminalidade. Partindo para uma análise das publicações feitas no decorrer do século XX no periódico Arquivos Brasileiros de Psicologia (ABP) e as principais referências utilizadas por seus autores para fundamentar as discussões apresentadas, encontramos rastros de como o saber psicológico foi se valendo de instrumentos inquisitoriais, estatísticos e estudos de caso enquanto ferramentas indicativas e classificativas do grau de periculosidade do sujeito jovem.

Nesse processo, identificamos a emergência de um elemento biográfico que se torna a aliança entre psicologia e segurança, onde tais instrumentos produzem regimes de verdade para se contar, cercar e delimitar uma história do sujeito criminoso. É assim que o elemento biográfico se torna o fio condutor desta tese.

No capítulo a seguir, *Biografias Malditas*, você percorrerá a transição do campo aos marcos conceituais da tese, acompanhando uma inversão no elemento biográfico. Nesta seção, caminhar-se-á junto a Benjamin e a Foucault para tomar fragmentos de suas vidas e obras como passagens do pensamento que produzem uma virada no campo problemático e fazem urgir novas operações deste elemento. Ao tomar os rastros que estes autores nos provocam, o biográfico se desloca enquanto componente constituído entre psicologia e segurança, se transformando em potência que vem atualizar essa relação. Não mais algo circunscrito a estes saberes, enquanto conteúdo de uma ciência ou atrelado a domínios específicos, mas força elemental que dá visibilidade a jogos de verdade e relações de força. Nesses termos, ele se desprende da questão sobre juventudes e criminalidade e transborda para além desse recorte. Transformado, o elemento biográfico faz retumbar ecos de vidas infames em biografias que gesticulam discursos e marcas que as atravessam e produzem. Essas existências, muitas vezes destinadas a passar sem deixar rastro, fazem urgir o olhar para o que resta: emergem personagens-elementos que tornam possível explorações de espessuras temporais e relacionais, levando ao limite, “limite do que se pensava conhecer e de como se conhece” (Bernardes, 2014, p. 148), fugazes pontos de cruzamento entre psicologia e segurança.

A experiência através destes autores e a provocação de levar o pensamento ao limite passa a demandar uma forma de contar dessas passagens fragmentárias, a necessidade de uma força metodológica que possa expressar as explorações e limiares que emergem do contato entre psicologia e segurança. Pois, em *Até os leões*, você é levado para uma experiência do método, um modo de contar histórias junto aos personagens-elementos. Nesse capítulo os nomeamos como personagens secundários, que surgem enquanto manifestação das biografias malditas, dessas lascas, fragmentos, residuais que retumbam. Chamá-los por secundários nada tem a ver com uma ordenação de importância, como se menosprezados fossem. Pelo contrário, nomeá-los assim significa atentar para planos outros que constituem mundo: dos ecos de vozes que emudeceram, que desaparecem em meio a um cotidiano massivo e homogeneizador. Atentar para as vozes secundárias, nesse sentido, diz de uma aposta epistemológica sobre um olhar para aquilo que de lacunar elas anunciam, trazendo em si uma força contra o esquecimento e a obviedade das situações. Pelos personagens secundários, as biografias malditas se

constroem em uma composição de fragmentos e memórias, tornam-se uma história (ou estórias) das ontologias da veridicção (Foucault, 2010). Dito de outra forma, elas dizem da relação entre sujeito e verdade, e dos modos como o sujeito se insere e constitui a si mesmo nesse jogo da verdade usualmente historiado pelo caçador que orgulhoso empalha cabeças de leões e faz uso de sua carcaça. Esse capítulo insere-se enquanto possibilidade para descolonizar a narrativa e lançar o olhar sobre nós mesmos, um confronto sobre nosso próprio envolvimento em um jogo do deslembrar e de como contar aquilo que arde, buscando atentar para elementos outros habitualmente ausentes nas grandes ‘H’istórias.

Eis que os personagens secundários emergem e com eles a contação de suas histórias. Nos últimos capítulos da tese você será lançada(o) para quatro narrativas, cada uma sob a ótica de um personagem singular. Quatro contos, quatro personagens que trazem elementos da biografia entre psicologia e segurança. A contação surge como uma experiência da deslembração, naquilo que de intensidade a superfície da memória e sua vigília tem. A criação desses contos partem de fragmentos vivenciados no percurso da pesquisa, mas também bebe de outras fontes da imaginação, ou de toques de ficção. “Se o fictício fosse, justamente, não o mais além, nem o segredo íntimo do cotidiano, mas esse trajeto de flecha que nos salta aos olhos e nos oferece tudo o que aparece?” (Foucault, 2009b, p. 68). Os contos, assim, são feitos de tudo o que aparece: de fragmentos de memórias, e de vida e de morte, e de mal ditas histórias. Nestas, personagens fazem movimentar certos regimes de visibilidades ao lançarem aspectos do elemento biográfico: o azulejo e a sobrevivência; o estrangeiro e o mecanismo do esquecimento; o militar e os arranjos da legalidade; a morte e seu fascínio pela vida, ou a vida e sua intensidade mórbida. Importante entender que esses aspectos do biográfico não encerram o próprio tempo, mas provocam deslocamentos sobre “o movimento de sua *vinda*, oferecendo não as coisas em seu lugar, mas o movimento que as *apresenta* e as faz passar” (p. 72). Porventura seja, a contação se desloca de ser verdadeira ou falsa, tampouco vigília ou sonho, nem loucura nem razão, mas uma narrativa que joga com uma repartição dos tempos onde trajetos, vindas, retornos e afastamentos se tornam uma experiência de enfrentamento ao oblívio. E que você possa encontrar nestas biografias malditas a fúria daquilo que arde, ressonâncias para outras memórias, outras histórias, outras angústias... já que “pensar o presente conduz necessariamente ao desespero porque a vida não tem outra solução senão se perpetuar na sua imperfeição” (Hatherly, 2006, p. 139).

O BIOGRÁFICO

Aliança entre Psicologia e Segurança

É a primeira vez que você entra no Central. Você se sente febril. A sensação se deve menos ao estranhamento que lhe causam as políticas do cárcere, do que suas marcas, cheiros, água pingando, corredores mesclados de gente e azulejos, grades e cães soberanos que latem ao seu passar, tudo isso formando um cenário que provoca vertigem. São tantas histórias que você ouve e vê, desde a entrada onde você deixou seus pertences em um pequeno armário numerado, passando pelo detector de metais somente com a carteira de identidade e a chave que lhe deram para recuperar suas coisas, até a reunião de apresentação com o efetivo que coordena a instituição, são tantas histórias narradas e fragmentos de vida que escutar se torna um jogo entre ignorar algumas coisas e se chocar com outras: “E o desdentado aquele? Que galeria fica com ele?”; “Tem que se ligar que o Jumbo tá lotado de novo, ontem de noite quase deu motim”; “O estrangeiro já tá encaminhado? Fala com o plantão da 2ª do B e vê como fica”; “O capitão que organize o efetivo e prepare todo mundo pra tal comissão ir pro fundo”; “Não esquece o mutirão carcerário e o outro pra tuberculose”; “Encosta na parede quando o preso for passar, não fica na frente dele”; “Então doutora, eu já saí até na tevê, pode me ver lá, os cara rasgaram minha identidade, levaram tudo que eu tinha, demorou pra mais de três meses pra minha família saber de mim aqui”...

É início de 2013 e você havia recebido um convite para participar de um projeto sobre juventudes em situação de prisão, o ‘Observatório de Juventudes’. A proposta seria desenvolver pesquisas com jovens entre 18 e 29 anos que estivessem detidos no Central. E por isso você estava ali, junto com outros responsáveis pelo projeto, a se reunir com o efetivo da Brigada Militar que coordenava o presídio. A reunião sobre o projeto aconteceria na sala da coordenação. Ao entrar na sala do major, você percorre o aposento com o olhar buscando um lugar para sentar. O espaço era preenchido por dois sofás, cadeiras, uma mesa de escritório com uma poltrona atrás – o comandante se dirige até ela após sinalizar que poderíamos sentar –, uma larga estante com livros e arquivos, um quadro preso à parede com blocos de madeira mostrando números lembrando um ábaco aberto, uma mesa com garrafas térmicas insinuando cafés à espera para serem servidos. Você escolhe o sofá embaixo da janela, de frente para a porta. Atrás de você, o fundo da cadeia. As janelas expostas mostram as linhas de roupas brotando das grades que, junto a sacos pendurados e apetrechos que balançam ao vento, colore o cinza do concreto. Enquanto caminha para ocupar seu lugar, você ainda enxerga

soldados a postos sobre os telhados do presídio, carregando fuzis que reluzem com os raios de sol. Ao sentar você sente o vento em sua nuca.

A reunião inicia com apresentações formais sobre os participantes, o intuito do encontro, a ideia e os objetivos do Observatório, os compromissos das instituições responsáveis, o funcionamento da proposta, os benefícios do projeto para o presídio e o retorno para aqueles envolvidos na parceria que se estabelecia. Nos entremeios da conversa, os convivas se servem do café que esperava nas térmicas. Um a um se levantam, escolhem as pequenas xícaras de vidro marrom, açúcar e retornam aos seus lugares. Você não toma café. O cheiro lhe atrai, mas a sensação febril lhe adverte que não é o momento. Estão ali reunidos o major coordenador do Presídio Central de Porto Alegre (PCPA) e dois outros integrantes da Brigada Militar, professores e estudantes dos cursos de Direito e Psicologia do Centro Universitário Metodista do Sul (IPA), funcionários da Superintendência de Serviços Penitenciários (SUSEPE). Enquanto a conversa vai acontecendo, por vezes seu olhar teima se voltando para o ábaco que lhe cativa curiosamente. Em certo ponto o major nota seu interesse e adere os blocos de madeira na conversa. “Hoje, temos na casa esse número de presos” – e aponta para a última fileira de blocos. Você concorda com a cabeça e entende a organização dos números talhados: são as galerias e a soma dos viventes em cada uma. Enquanto explica sobre o fundo da prisão e a divisão dos presos, alguém bate na porta interrompendo a linha de raciocínio do major. O soldado que aparece vai direto à mesa do comandante lhe entregando pequenos bilhetes. “Solicitações dos presos”, adianta ele. Aproveitando a deixa dos pequenos papéis com anotações em caneta e lápis, ele fala da importância do diálogo com todos e das negociações com os detentos para que se mantenha a ordem na instituição.

Ao final de algumas xícaras de café e contratos dispostos, a parceria é firmada. A reunião não dura mais do que uma hora e, quando todos saem da sala, você sabe que a partir daquele momento virá semanalmente ao Central para supervisionar as estagiárias de psicologia que farão as entrevistas com os jovens detentos, bem como para trabalhar na pesquisa junto ao grupo do Observatório. O major acompanha todos até o terceiro andar da ala administrativa. É lá que a sala do Observatório se encontra, junto às outras salas que compõem os serviços de tratamento penal – assessoria jurídica, atendimento psicológico e serviço social. Enquanto sobe as escadas, você observa o caminho sob seus pés, no quanto este é confeccionado por materiais diferentes formando um mosaico descontraído: terminam os degraus de cimento e os pés encontram um piso plastificado, mais alguns passos e pedaços de lajotas antigas formam desenhos no chão, seguindo adiante se abrem azulejos verdes que levam ao corredor de salas

sem portas, onde os detentos são encaminhados para a triagem. No fundo do corredor, na penúltima abertura à direita, está o Observatório.

A sala, pequena e cujas paredes estão esperando a cor dos grafites que logo serão pintados, testemunha as pessoas que a olham e seus assuntos que surgem concomitantemente: sobre as propostas de ação do Observatório, materiais que serão necessários para completar a sala, data para o pessoal do grafite, identificação das estagiárias que frequentarão o presídio, documentos a serem apresentados. Eis que, em meio ao falatório todo, soa uma voz. Ela tudo silencia, pois chega a você como um alarme ecoando pelo corredor. “Vai passar! Vai passar!” – ressoa a voz do sargento responsável por cuidar a passagem dos presos que chegam do ‘brete’. “Brete: 1. Armadilha para pássaros; 2, Engano, logro; 3. Corredor fechado de ambos os lados, por onde passa o gado para o banho carrapaticida ou para o corte; 4. Construção de tábuas fortes ou troncos, formando corredor alto e estreito, da largura de um animal e extensão de quatro ou cinco deles, para tosa, castração, cura ou marcação” (Michaelis, 2014). Você recebe o aviso de que, imediatamente após ouvir este sinal de voz, deve se colocar com as costas contra a parede mais próxima. “Vai passar! Vai passar!” – continua o sargento. Ele abre a porta do ‘brete’ e sai de lá um sujeito que se diferencia dos demais presentes no corredor: traja bermuda, camiseta surrada e chinelo. “Vai passar! Vai passar!” – E o preso passa.

Nesse instante, você de súbito congela. Há um alerta emitido pela psicóloga do presídio: não se deve olhar diretamente para o preso, tampouco conversar com o passante, menos ainda cruzar a sua frente. Você deve esperar, contra a parede, o detento passar. Entre tantas formas de não olhar, não mexer, não falar, não agir, não passar para deixar passar, seu olhar atinge o chão. Ali bate o olho nos pés da criatura passante, no chinelo que a cada passo estala contra o azulejo. As mãos, presas em algemas para trás do corpo, interagem entre si. Contra a parede seu pensamento marca a memória que insistirá em se fazer lembrar: o limiar entre você, o chinelo e o azulejo. Na saída dali, essa imagem ressoa e faz lembrar o que ainda há por vir: um ano de reuniões, seleções de estagiários, grupos de pesquisa com graduandos, supervisões e idas frequentes ao presídio. Encontros que o Observatório possibilitará onde histórias serão contadas. Todas elas marcadas por algo em comum: o Central.

*** Interrupção ***

Central

O Central, como usualmente conhecido, passou por duas mudanças em sua nomenclatura no decorrer de sua história. A primeira acontecendo na gestão da governadora Yeda Crusius (2007-2010) quando esta, após o falecimento de um dos antigos diretores do estabelecimento prisional, homenageia-o aderindo seu nome ao da instituição que se torna ‘Presídio Central de Porto Alegre – Ten. Cel. Jainer Pereira Alves’. Nomear o presídio com esta alcunha se deve não somente pelo reconhecimento ao tenente-coronel enquanto diretor do presídio, mas também por suas táticas de controle e conduta criadas junto à Brigada Militar. Na década de 1990, o tenente-coronel Jainer Pereira Alves cria o Grupo de Apoio e Movimentação (GAM), equipe de elite para trabalhar na prevenção de fugas e domínio de tumultos no interior dos estabelecimentos prisionais então administrados pela Brigada: o Presídio Central e a Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ). Na época, a força-tarefa da Brigada Militar havia sido acionada para controlar rebeliões, principalmente após a mais conhecida delas que ocorreu em 7 de julho de 1994, quando integrantes da Falange Gaúcha (a primeira facção penitenciária do Rio Grande do Sul) comandaram uma grande fuga do Central que terminou na colisão de um taxi vermelho invadindo o *lobby* do hotel Plaza San Rafael, entre helicópteros e câmeras da imprensa que tudo filmavam nessa odisséia (Dornelles, 2008; Ruas, 2016, janeiro 21).

Anterior a esse evento, uma série de outros motins envolvendo o Central e a PEJ somaram-se a políticas estaduais repressivas que culminaram na entrega da administração destes dois estabelecimentos prisionais à Brigada Militar como medida de segurança pública para um cenário de crise. É assim que a força-tarefa do sistema prisional foi criada, iniciando como uma medida emergencial que mantêm-se até hoje. Ainda que não se tenha ouvido falar de grandes rebeliões após o controle militarizado do Central, o discurso da crise do sistema prisional no Estado só fez aumentar quase duas décadas depois, sendo decretada situação de emergência em dois momentos desde então: em outubro de 2008 (Decreto Estadual 45.927) e em agosto de 2016 (Decreto Estadual 53.182). Em ambos os decretos são solicitados reforços para o enfrentamento da crescente criminalidade através de urgente aberturas de mais vagas nos estabelecimentos prisionais e para o fortalecimento de uma força-tarefa prisional que passa a ser compreendida também como um agrupamento intersetorial, no qual acionam-se outras instâncias de serviços penitenciários necessárias para a “elaboração de projetos, construção, ampliação e reforma dos estabelecimentos prisionais” (Rio Grande do Sul, 2008; 2016b). Tendo em vista as deficiências estruturais apontadas no último destes decretos emergenciais, ao

Central surgem procedimentos que objetivam modificá-lo para abrigar sob condições minimamente humanas os detentos que lá se encontram. A nova nomenclatura do estabelecimento emerge dessa lógica.

A segunda nomeação do Central acontece no final de 2016, quando este passa à denominar-se ‘Cadeia Pública de Porto Alegre’ após o Decreto 54.297 de 11 de novembro de 2016. Determinado pelo governador José Ivo Sartori (2015-atual), esta última modificação tem como propósito forçar a regularização deste estabelecimento, tendo em vista o objetivo para o qual é destinado desde sua construção: ser uma casa de detenção para regimes de provisoriedade. Criado para manter sob custódia presos provisórios, cujos julgamentos ainda não aconteceram e que, porquanto, aguardam o andamento de seu processo recolhidos em prisões, o Central figura-se como presídio ao manter presos condenados e provisórios em um regime misto. São cerca de 2030 condenados cumprindo pena em cárcere fechado e, considerando que a decisão proibitiva de manter presos condenados neste estabelecimento exista há mais de duas décadas, a princípio tal diferenciação nominal não representa modificações efetivas. “O sistema penitenciário é o lugar em que mais coisas que não poderiam acontecer, acontecem. (...) Não é porque trocam a placa na frente que vai mudar a realidade lá dentro. Ela só muda com ações concretas”, diz Gilmar Bortolotto, procurador do Estado que vem acompanhando a realidade do Central na última década (Canofre, 2017, fevereiro 11). Essa realidade é figurada nos números que os blocos de madeira do abaco aberto fixado na parede do atual diretor do Central, o tenente-coronel Marcelo Gayer Barboza, contabilizam. Em março de 2017, eles mostravam 4666 presos, entre provisórios e condenados, dividindo um espaço com capacidade para abrigar 1824 detentos. Conhecido por ser ‘a porta de entrada’ no sistema carcerário do Rio Grande do Sul, o Central apresenta um dos mais altos índices de superlotação do país, surpreendendo até mesmo quando em comparação a já alta média nacional. Em 57 anos de funcionamento, é no ano corrente que este estabelecimento prisional bate o recorde de lotação, ultrapassando 150% da sua capacidade total.

O cenário caótico do Central, contudo, não passou despercebido por coletivos nacionais e internacionais. Na primeira década de 2000, notícias sobre o Presídio Central de Porto Alegre polvilharam a mídia, principalmente quanto às condições sub-humanas dos presos, instalações precárias e alegadas faltas de controle estatal em várias áreas do local. Após ser apontado como o pior estabelecimento penitenciário do país, no relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário (Brasil, 2009), entidades que compunham o Fórum da Questão

Penitenciária no Rio Grande do Sul³ encaminharam à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) uma denúncia considerando a situação de gravidade e urgência que afetava o direito à vida e à integridade das pessoas em privação de liberdade que lá se encontravam. Desde então, uma série de medidas cautelares foram solicitadas pela CIDH intimando tanto a gestão do presídio quanto os governos estadual e federal a tomarem ações imediatas. Em 2013, a CIDH solicitou ao governo brasileiro que fossem modificados os seguintes aspectos no Central: a) adoção de medidas necessárias para salvaguardar a vida e a integridade dos internos; b) garantia de condições de higiene no recinto e tratamentos médicos adequados para os internos; c) implementação de medidas para recuperar o controle da segurança de todas as áreas do Central, seguindo padrões internacionais de direitos humanos e resguardando a vida e integridade pessoal de todos os presos e, em particular, garantindo que sejam os agentes da força de segurança do Estado os encarregados das funções de segurança interna; d) implementação de um plano de contingência e acesso a extintores de incêndio e outras ferramentas necessárias em risco de vida; e) articulação de ações imediatas para reduzir substancialmente a lotação do interior do Central (Brasil, 2015). Em um jogo de negociações (e atribuições de culpas e responsabilidades) entre as partes envolvidas, os anos subsequentes à denúncia testemunharam a produção e trocas de inúmeros relatórios, memorandos, respostas oficiais e periódicas vistorias ao Central. Nesse entremeio, uma série de planos contingenciais tomaram conta das práticas governamentais e institucionais locais, sobre as quais brotaram projetos e medidas que viessem melhorar a imagem do presídio que passa a receber, mais frequente do que gostaria, a visita de juízes do Supremo Tribunal Federal (STF) em insistentes tentativas de verificação sobre prometidas transformações que nunca chegaram a ser efetivadas... com exceção da nomenclatura do presídio que, por sinal, não constava na lista de modificações solicitadas.

É fato que a tragédia penitenciária acompanha o nascimento das prisões brasileiras marcando-as desde o período colonial pela superlotação e desumanas condições de subsistência. A expansão do uso da prisão é registrada no período nomeado por Abramovay e Batista (2010), Batista (2011) e Carvalho (2006, 2010, 2013, 2016) como a era do grande encarceramento, sendo tal período apontado como o contexto político-criminal brasileiro na

³ Coletivo de entidades do Fórum da Questão Penitenciária: Associação de Juízes do Rio Grande do Sul (Ajuris); Centro Universitário Metodista do Sul (IPA); Clínica de Direitos Humanos da Uniritter; Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA/RS); Conselho Regional de Medicina (Cremers); Conselho Regional de Psicologia (CRP/RS); Defensoria Pública do Estado; Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia (IBAPE); Instituto Transdisciplinar de Estudos Criminais; Ministério Público; Ordem dos Advogados do Rio Grande do Sul (OAB/RS); Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero (Cabrera, 2013, maio 31).

virada do século XXI. Destacando a seletividade racial de uma herança viva pós-colonial, a lógica punitivista da justiça penal e o uso do cárcere como ferramenta de exclusão em massa, em suas publicações estes autores ressaltam a necessidade de enfrentamento ao modelo de segurança pública (baseado em uma política policial ostensiva e repressora) e uma reforma na racionalidade política criminal adotada no país (historicamente autoritária e genocida), a fim de provocar uma ruptura na penologia retribucionista bélica que só faz legitimar o exponencial aumento nas taxas de aprisionamento como a única possibilidade para quaisquer delitos que sejam. Essa realidade é colocada em números quando acompanhamos o levantamento realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (Brasil, 2017), o qual aponta existirem mais de 700mil pessoas presas no Brasil, divididos nas 1425 unidades prisionais que continuam aumentando por todo o território nacional e, dentre os quais, 33% referem-se a presos provisórios. Se considerados ainda o número de mandados de prisão em aberto, o Brasil passa a ocupar o terceiro lugar no ranking mundial de aprisionamentos, ultrapassando Rússia e superado apenas por Estados Unidos e China. No interior destes números, o sujeito jovem marca o grupo de maior encarceramento no país: configurando 54,8% da população carcerária nacional (Brasil, 2014). No Central, estes números aumentam mais ainda, pois entre seus detentos 70% são jovens entre 18 e 29 anos. Pressionada por estes números e pelas denúncias que movimentaram os olhares para o Central, a força-tarefa da Brigada Militar começou a pensar em atividades que trouxessem melhorias, ao menos para a imagem desta casa prisional, ou que viessem projetar modificações mínimas na qualidade de vida dos presos ali inseridos. Surgem novas práticas no campo da justiça prisional em torno do Central, nas quais parcerias são demandadas a fim de buscar a garantia dos direitos dos presos, possibilitar a redução de penas, desenvolver encaminhamentos para cursos profissionalizantes e estágios de trabalho, e reorganizar as galerias e instalações do local. Desta forma, ao apresentar um projeto como o Observatório de Juventudes, este encontra a demanda e a necessidade situacional para sua consolidação.

Nesse contexto, as condições das prisões brasileiras atreladas à temática da juventude encarcerada tornaram-se campo fértil para um conjunto de ações de pesquisas e intervenções voltadas a esse público alvo também em âmbito nacional. Nas duas últimas décadas produziu-se, tanto por parte do Governo Federal quanto através de organizações não-governamentais nacionais e internacionais, uma série de documentos visando discutir a situação dos jovens brasileiros, oferecendo subsídios para a construção de políticas públicas para essa população. Dentre os documentos lançados salientamos dois deles, por suas abrangências quanto ao território nacional e por suas menções junto às coordenações de projetos voltados para a

juventude em âmbito federal; são eles: Os Jovens do Brasil – Mapa da Violência⁴ (Waiselfisz, 2014) e o Mapa do Encarceramento – Os Jovens do Brasil (Brasil, 2014). Nestas publicações o sujeito jovem aparece como o protagonista central da violência no país: seja como o perpetrador dos males sociais que deve ser aprisionado, ou representado como a maior vítima da mortalidade violenta que deve ser protegida/tutelada. Potencializado pelos discursos produzidos nestes documentos, juventude e criminalidade, assim, amarram-se como a iconografia da violência brasileira onde o principal alvo de investimento passa a ser, não qualquer jovem, mas o negro, pobre e, principalmente, aquele considerado como ‘em situação de vulnerabilidade’. A partir de tal conjuntura uma necessidade começa a ser produzida, saberes são mobilizados e determinada *expertise* vai gerando um elo entre práticas de segurança e diversos campos de saber, uma vez que

a produção de um diagnóstico sobre o perfil da população carcerária torna-se necessária para que o governo possa desenvolver e aprimorar ações que reduzam a vulnerabilidade da população jovem ao sistema prisional, como medida de enfrentamento a mais uma forma de violência contra a população juvenil brasileira (Brasil, 2014, p. 7).

Nessa esfera, enxergamos a produção de uma preocupação social voltada para o jovem brasileiro, sobre o qual todo um mercado de interesses e práticas de governo são gerados, onde ciências humanas, jurídicas e econômicas elaboram um conjunto de intervenções, esquemas e instrumentos que busca ‘descobrir’ a verdade sobre esse sujeito jovem, visando observá-lo e administrá-lo. Em ressonância com esse quadro, o Observatório de Juventudes implementado no Central apresenta como objetivo inicial a produção de conhecimento sobre jovens em situação de privação de liberdade a partir de um mapeamento de informações referentes às condicionalidades que levam o jovem a uma ‘vida do crime’. Nas páginas de seu projeto, o principal interesse do Observatório consiste em compreender o percurso da criminalidade dos jovens presos, atuando preventivamente ao mapear fatores que possam explicar a relação juventude - crime tomada como algo inerente: “Existem fatores conhecidos, como o abandono social, a pobreza e a ligação com o uso ou comércio de entorpecentes, porém como este percurso se estabelece, considerando os aspectos territoriais, étnicos e de exclusão das instituições sociais, ainda é desconhecido” (Rio Grande do Sul, 2013, p. 6). Constitui-se, sobremaneira,

⁴ Produzido desde 1998 pelo sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e o Instituto Ayrton Senna, atualmente o Mapa é promovido enquanto pesquisa federal pela Secretaria Nacional de Juventude (Waiselfisz, 2014).

uma urgência que tem por objetivo ‘compreender’ essa juventude e seus caminhos (Brasil, 2014), esquadrihar sua história, seus crimes e fracassos, suas verdades.

Para realizar este mapeamento, o Observatório criou um instrumento de entrevista semi-estruturada a ser respondido pelo preso entre 18 e 29 anos durante o processo de triagem realizado no Central. Este sistema de triagem é feito na ala administrativa do presídio e consiste em uma rotina semanal de acompanhamento dos ingressos, na qual todos aqueles que são detidos, independentemente de faixa etária e se são primários ou reincidentes, aguardam em uma cela para passarem por um acolhimento institucional antes de serem encaminhados para as galerias. Esta cela de espera, entre o fundo da cadeia e os serviços de tratamento penal, é conhecida pelos funcionários e presos como ‘brete’: uma cela pequena cujo acesso acontece através de uma escada de ferro em espiral. Para sair deste local em direção às salas de atendimento, o preso deve voltar-se de costas à porta gradeada que separa o ‘brete’ do corredor administrativo, colocar suas mãos entre as grades e esperar que algemas lhe sejam colocadas pelo sargento responsável por chamar e vigiar cada detento. Um a um, sob o olhar atento do oficial, os presos são informados para qual sala devem ir e, enquanto atravessam o corredor são acompanhados pelo alarme que sinaliza em alto tom sua passagem – “Vai passar!”, transmitido aos brados pelo militar. É assim que os técnicos sabem quando um preso está em movimentação. Para o Observatório o procedimento não é diferente. Dentre aqueles que aguardam no ‘brete’, o oficial seleciona e encaminha os jovens para as entrevistas a serem realizadas pelos(as) estagiários(as) de psicologia – “Observatório: Vai passar!”, assim é lançado o prenúncio verbal. Enquanto isso, as(os) estagiárias(os) aguardam o jovem chegar. A justificativa para que os entrevistadores fossem da área da psicologia foi devido à compreensão de que, na formação desse profissional, há o desenvolvimento de uma escuta acolhedora, empatia e olhar interpretativo sobre a personalidade dos sujeitos, além de ser uma área de implicação social e campo participativo na construção de políticas públicas para a juventude. Nesse sentido, a psicologia entra como o saber que faz o reconhecimento da trajetória de vida do jovem até o presídio, a ciência que legitima um conhecimento sobre ‘o sujeito do crime’, identificando como “o percurso do crime se estabelece”. Esse arranjo de acontecimentos desencadeiam um desprendimento do presente.

*** Fim da Interrupção ***

No limiar contra a parede, olhando o estalar de passos entre chinelo e azulejo: é essa situação que provoca uma ranhura em forma de angústia epistemológica a se tornar reminiscência que arde junto aos questionamentos: Como este se torna o lugar da psicologia na relação com a segurança? Quando, em que ocasiões e de que forma estas instâncias constituíram alianças? Como as práticas psicológicas acabam se encarregando das histórias de vida e se tornam ferramentas inquisitoriais sobre jovens em situação de prisão? E, inclusive, como a psicologia foi concebendo a díade juventude e criminalidade enquanto seu objeto de estudo e investimento? A fim de retirar a psicologia desse lugar aparentemente naturalizado, mas tomando a potência do gesto ‘contra a parede’ como força motriz para tensionar os usos e emergência da preocupação social com a juventude encarcerada, bem como as condições que tornaram possíveis a objetificação de um sujeito jovem criminoso pelo saber psi, você resolve lançar-se em uma incursão em arquivos. Este processo, contudo, diz menos de um movimento exclusivamente relacionado a documentos conservados de uma cultura, do que um exercício de problematizar certos enunciados que tornaram-se acontecimentos. Nesse sentido, por arquivo você entende um conjunto de discursos que, não somente “teriam ocorrido uma vez por todas e que permaneceriam em suspenso, nos limbos ou no purgatório da história, mas também como um conjunto que continua a funcionar, a se transformar através da história” (Foucault, 2013a, p. 145). Para você, a busca por arquivos trata-se de uma ânsia por revirar as superfícies dos discursos de verdade: a constituição das regras de sua existência, suas regularidades e desvios, as formas e os limites da memória como aparece na história, os regimes de dizibilidade de um objeto. Pelo arquivo torna-se possível tensionar como as formas de olhar, mexer, falar, agir, passar, e toda a negativa que acompanha estes gestos das práticas psi entre grades e azulejos, emergiram a ponto de se chegar ali, contra a parede.

Arquivos

Você adora o cheiro de bibliotecas. Da biblioteca pública pelotense, quando em criança preenchia suas tardes junto a livros de capas duras e gastas pelo tempo, ficou em sua memória o cheiro de urina de morcego e mofo entre as prateleiras que percorriam os longos corredores do templo literário. A sensação das antigas mesas de madeira sob suas mãos, lotadas de obras amareladas e, por vezes, profanadas com desenhos ou anotações de leitores que deixaram seus traços, é sentida ainda hoje: como se toda biblioteca acionasse em você as felpas que reiteradamente entraram em seus dedos. Uma agonia que penetrava revestida de um pequeno

poder de choque ante os novos saberes descobertos a cada virada de páginas. Era, contudo, uma força ilusória de controle sobre as leituras, afinal a entrega dos livros sempre vinha mediada pela decisão da bibliotecária sobre o que você, criança, estaria apta ou não a ler. Eis que, quando anos depois você encontra bibliotecas cujos corredores infinitos se abrem perante suas mãos que passam a controlar o destino de segurar quaisquer obras à sua própria escolha, uma explosão saborosa acontece. Em uma ritualística de horas prolongadas, você experimenta a sensação de estar cometendo um ato ilícito, como se houvesse ludibriado a bibliotecária, e encontrado um canto secreto de mundo que, naquele momento passa a pertencer somente a você.

Uma dessas bibliotecas, a lhe provocar uma relação difamatória entre livros proibidos e liberados, você encontra em Porto Alegre. Quando em certa feita, você descobre o prédio envidraçado nos nortes da Avenida Ipiranga, em meio a outros prédios de um complexo universitário, seus sentidos aguçam para o desenfreado entre estantes de livros ao toque de suas escolhas. Nos amplos saguões organizados com mesas redondas e prateleiras meticulosamente numeradas dessa biblioteca, um primeiro movimento de imersão em arquivos acontece: as investigações da revista Arquivos Brasileiros de Psicologia (ABP). Por meses a fio você embarca em análises sobre as publicações desse periódico, tomando-as enquanto materialidade analítica para as questões que faziam arder o encontro entre chinelo e azulejo, que lhe fizeram rachar os arquivos sobre como se estabeleceram as relações entre psicologia, segurança e juventude. O processo de retirar os sapatos e caminhar com pés despidos pelo chão acarpetado da biblioteca, catar as revistas entre as prateleiras e ler os artigos até sol cortar em raios crepusculares as horas passadas, se tornou uma imersão na constituição da psicologia enquanto ciência em solo brasileiro. Assim como os infinitos livros que ocupam prateleiras separadas por signos variados, também você descobria que o saber psi se desenrola em uma pluralidade de práticas distintas que chocam-se entre si, se atravessam, transbordam. No decorrer da expedição nos arquivos, se torna claro que a psicologia não existe enquanto um bloco homogêneo, mas constitui-se como um conflituoso campo de disputas de saberes e poderes. Um fenômeno que, em determinado momento histórico, passa a ser importante e necessário junto à segurança (constituição também aberta e múltipla) com o intuito de compreender e dizer a verdade sobre juventudes encarceradas. Desse modo, ao analisar os artigos publicados, são as relações entre estes campos que vão sendo tensionadas: “extraordinariamente numerosas, múltiplas, em diferentes níveis, onde umas se apoiam sobre as outras e onde umas contestam as outras” (Foucault, 2002a, p. 153).

Nessa incursão sobre os arquivos da ABP, conforme o tempo vai passando entre as publicações, e sol se pondo junto aos dias, também sobre você é provocada uma tensão: há um deslocamento da terceira pessoa... Você se torna plural. Pois, retirar os arquivos de seus contextos originais e pô-los sobre à mesa diz de uma experiência coletiva sobre a qual é produzida uma “interferência entre nossa realidade e o que sabemos de nossa história passada” (Foucault, 2006, p. 321). Você desmancha-se em nós, e encontra a inscrição de algo contemporâneo que diz sobre diferentes concepções epistemológicas dos lugares que as [nossas] práticas psicológicas vêm ocupando, compondo sujeitos e produzindo formas de habitar mundo. Nesse processo, não só os arquivos da ABP foram perscrutados, como também as principais referências bibliográficas utilizadas nas publicações para fundamentar as discussões dos autores. Justamente por entender que o modo como questões são produzidas legitimam verdades sobre os sujeitos, se torna importante localizar os caminhos que formalizam um saber sobre o jovem considerado ‘criminoso’. Afinal, tendo em vista a articulação entre saber e produção da verdade, ao abrir as linhas de composição que legitimam um *modus operandi* das práticas psicológicas, este movimento possibilita rupturas com as formas pelas quais somos conduzidos. Por esta razão estes arquivos são selecionados, exatamente por compreender que a fundação da ABP “evidencia os laços entre as práticas científicas, a sociedade e os ditames políticos e econômicos referendados pelos estudos cosmopolíticos da ciência” (Gonzales, & Guareschi, 2013, p. 4).

Lançada em 1949 pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), um patrimônio privado instituído em 1944 com financiamento público pelo então presidente, a ABP foi inicialmente nomeada como Arquivos Brasileiros de Psicotécnica. Após este período, entre 1968 e 1979, passou a intitular-se Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada. Desde então ela passa à atual nomeação, sendo assumida pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tendo em vista seu histórico, a escolha por essa revista convoca-se por ela ser a mais antiga no campo psi e, principalmente, por manter um escopo de publicações diversificado, não delimitando-se a um foco específico ou linha teórica da psicologia. Este fator em particular possibilitou transitar por diferentes concepções sobre as práticas psicológicas em suas articulações com os movimentos sociohistóricos, econômicos, culturais, teóricos e políticos que atravessam a produção de conhecimento sobre juventude, psicologia e segurança. Ao todo foram dezessete artigos selecionados desde a criação da revista até o final da década de 1990, os quais versavam sobre os elementos juventude, criminalidade e/ou segurança no decorrer do século XX, a ver conforme seus autores: Adrados (1965, 1966, 1967a, 1967b),

Alvim (1954), Alvim e Quintela (1969), Angelini, Rosamilha e Witter (1977), Bittencourt (1981), Bucher e Ulhoa (1980), Castro (1978), Estevão e Bichuette (1985), Martins e Correa (1972), Mira y Lopes (1960), Soares (1970), Repetto (1968), Rocha (1981) e Sudbrack (1982).

Essas publicações foram abertas e decompostas, a fim de retirar de uma condição naturalizada as linhas epistemológicas que sustentam nuances – regularidades e descontinuidades – na produção de conhecimento em psicologia. Nessa decomposição, tornam-se visíveis certos deslocamentos sobre como as práticas psicológicas constituem o jovem como sujeito do crime. Esses deslocamentos podem, assim, ser considerados dobras ontológicas na constituição do saber psi ao seguir uma trajetória entre os artigos. Porém, importa mencionar que eles não são aprisionados cronologicamente, como tampouco excluem-se ou anulam-se conforme a emergência um do outro. Conjugam-se, deste modo, como corpos de sustentação para o lugar da psicologia no campo da segurança, dando visibilidade a como certas práticas (discursivas e não discursivas) se tornam recorrentes na articulação entre juventude e criminalidade. Atentar para isso possibilita problematizar a constituição de regimes de verdade sobre os quais a psicologia privatiza um domínio de saber que se torna absolutamente necessário atualmente para explicar e compreender histórias de vidas ‘marcadas pelo crime’. Além disso, tal exercício provoca questionamentos ético-políticos sobre como vêm sendo construídas as relações entre psicologia e segurança no Brasil. Seguimos, assim, para a abertura dos arquivos e seus deslocamentos...

Arquivos I – Uma teoria da delinquência

Primeiro deslocamento – do menor a ser protegido ao delinquente a ser punido

Para começar, é importante ressaltar que pensar a inserção da psicologia junto ao campo da segurança, ou ainda a legitimação das práticas psi no âmbito da criminologia⁵, significa irremediavelmente olhar para a produção da delinquência e da categoria ‘menor’. Nas primeiras décadas do século XX, as práticas voltadas para a temática do jovem criminoso resumiam-se à intervenção filantrópica que tinha como foco principal o recolhimento de crianças órfãs e expostas: a infância pobre, considerada campo fértil para desajustes comportamentais, era

⁵ Por criminologia estaremos nos referindo às ciências criminais não enquanto disciplinas do campo jurídico, mas como “*locus* de fala e de escuta no qual se encontram inúmeros e distintos saberes acerca do crime, da violência, do criminoso, da vítima, da criminalidade, dos processos de criminalização e das formas de controle social” (Carvalho, 2008, p.88). Nesse sentido, compreendemos por ‘criminologia’ espaços abertos de convergência onde um conjunto de técnicas, saberes, paradigmas, provocam sentidos sobre as relações sociohistóricas que envolvem a política criminal (Carvalho, 2010).

diretamente implicada com a criminalidade. Tal lógica possibilitaria a inserção de aparatos diagnósticos e técnicas inquisitoriais que objetivavam identificar as causas da criminalidade no público infanto-juvenil. Crianças e jovens eram tomados como foco de pesquisas e, uma vez que à infância se amarravam todas as respostas para um ser-adulto, a explicação para as ações de um sujeito criminoso encontrava-se em seu passado, em suas 'raízes' infantis. Operando sob essa racionalidade, estão as publicações de Adrados (1965, 1966, 1967a, 1967b), Alvim (1954), Alvim e Quintela (1969), Bucher e Ulhoa (1980), Mira y Lopes (1960), Repetto (1968), Rocha (1981) e Sudbrack (1982).

Estes artigos partem de uma certa lógica em sua constituição: iniciam apresentando a sociedade brasileira sob aspecto generalista e tomada por uma crise iminente, na qual testemunha-se o aumento da violência, a falta de respostas e ações de controle ao crescente fenômeno da pobreza e a descrença associada à população infanto-juvenil. Assim, no começo das publicações há uma leitura social concreta de um Brasil homogêneo e em estado de ameaça, colocando a importância da comunidade científica ao implicar-se na descoberta das causas da delinquência e na possível identificação de sujeitos com potencial para o delinquir. Fazendo uso de diferentes aparatos metodológicos, mas fundamentando-se majoritariamente em referenciais norte-americanos e eurocêntricos, os(as) autores(as) partem em busca de uma teoria da delinquência.

Considerando que o ideário mobilizador da sociedade ocidental a partir da metade do século XX retratava-se em um projeto de nação capitalista, cujo sinônimo de civilização era o pensamento liberal fortalecido nos Estados Unidos, França e Inglaterra, no Brasil os ânimos ansiavam por uma economia industrializada e práticas de controle e higienização social. Espelhando-se em países considerados desenvolvidos, a produção de conhecimento não poderia ser diferente. Ainda que produzidos em diferentes décadas (abarcando o período entre 1950 e início de 1980), os artigos mencionados fundamentam-se em norteadores epistemológicos higienistas e eugênicos, lançando certas prescrições sobre a criminalidade com direta relação à pobreza:

Como vive a nossa criança abandonada? Como vivem as crianças faveladas? Têm lar? Podemos considerar a promiscuidade de um barraco como um ambiente de família? A mãe solteira, viúva ou abandonada pelo companheiro tem condições para assistir seus filhos? Evidentemente não. A criança abandonada será o adulto inseguro, com o desenvolvimento retardado, distúrbios de caráter e incapaz de relação afetiva profunda e duradoura (Alvim, & Quintela, 1959, pp. 1-2).

Radiografando monocromaticamente a situação da infância abandonada, Alvim (1954, p. 48) apresenta a delinquência como sendo uma situação de “agravamento do estado de abandono, quase sempre”. Interessante que apesar da expressão ‘quase sempre’ acompanhar a relação entre delinquência e abandono na citação, abrindo margens para um ‘talvez’, é com definitiva precisão positivista que as autoras trancafiam na pobreza a representação do estado de abandono e, conseqüentemente, a causa da violência: “Não nos esqueçamos de que há apenas um passo do abandono à delinquência”, concluem Alvim e Quintela (1959, p. 3).

Essa leitura é recorrente nas demais publicações, no interior das quais legitima-se um discurso intervencionista e a necessidade de serem desenvolvidos mecanismos de limpeza social frente a este grupo populacional tanto no âmbito da busca de soluções para a erradicação não da pobreza, mas do perigo que a classe pobre representa, como também aparecem sugestões voltadas para pesquisas com a infância desvalida: os ‘menores’. Alvim (1954), por exemplo, apresenta que dentre os trabalhos nacionais mais sérios junto a essa categoria infanto-juvenil estão aqueles produzidos por Meton de Alencar Neto e José Nava, sendo estes referenciados por desenvolverem estudos qualitativos com crianças consideradas delinquentes no Rio de Janeiro em 1942. Em seu primeiro artigo, a autora enfatiza a sapiência acadêmico-científica de Meton de Alencar Neto, ressaltando sua prática enquanto médico pediatra que dirigiu o Laboratório de Biologia Infantil (LBI). Criado juntamente com o Juizado de Menores em 1935, “com o fim de proceder aos exames somato-psicopedagógicos nos menores abrigados” (p. 49), o LBI surge em um contexto sócio-político onde a ênfase em projetos sociais unia-se à ideologia da regeneração dos desvalidos defendida pela medicina naqueles anos: a importação do biologismo e da lógica eugênica em prol da Ordem e do Progresso. Anexado junto ao Abrigo Provisório destinado a receber os ‘menores’ e financiado pelo Estado, o LBI era composto por profissionais variados que buscavam o tratamento e a recuperação dos jovens e crianças internados. Aqueles ‘menores’ considerados delinquentes eram estudados e pesquisados, pois acreditava-se que, ao descobrir aspectos centrais e hereditários da criminalidade, ações preventivas poderiam ser tomadas: a internação indeterminada ou o afastamento do núcleo familiar considerado promíscuo e disfuncional.

Em um período em que a autoridade estatal estava acima da familiar, era decisão judicial comum que, mesmo sem cometer quaisquer atos criminosos, a condição de miséria das famílias conjugava justificativa para a internação (Silva, 2011). Quanto a isto, Alvim (1954) apresenta uma intencionalidade crítica à desarticulação do sistema da época, ao questionar a não continuidade do tratamento ou internações sem psicodiagnóstico do ‘menor’, referindo que

muitos eram internados por serem considerados provenientes de famílias degeneradas, cujas heranças biológicas e ambiente degradante propiciariam o desenvolvimento da delinquência. Contudo, apesar de sugerir controversamente um posicionamento desfavorável à lógica biologicista, a crítica da autora reside menos sobre a produção de um instituído racista, do que na preocupação com a legitimidade e vigência de um tratamento psicológico. Conforme a conclusão do artigo vai se estabelecendo, é reforçada a necessidade da psicologia como saber legítimo para o sucesso de um tratamento bem sucedido na regeneração do ‘menor’. Nesse cenário, as práticas psicológicas aliavam-se ao caráter punitivo do início do século XX abrindo espaço para um exaustivo processo de inquirição sobre a personalidade do ‘menor’ e seu meio (Silva, 2011). Dentro desse contexto, não havia interesse em questionar como uma relação era estabelecida entre pobreza e criminalidade, pelo contrário, se tinha por objetivo a produção de saberes voltados à busca de origens para o delinquir. É assim que Meton de Alencar Neto, ao coordenar o LBI entre 1938 e 1939, possibilita a inserção de novas tecnologias diagnósticas e procedimentos de pesquisa sobre os sujeitos considerados desviantes. Novos saberes são requisitados para descobrir a causa dos males: psicologia, pedagogia e serviço social conquistam terreno na construção de uma tipologia delinquente, mobilizando todo um arsenal investigativo sobre a história progressiva dos ‘menores’, suas condições de vida, seus costumes, suas faltas. O ideário higienista concretizava-se como base para o aparato jurídico-social e a psicologia, como auxiliar da justiça, acutilava em teorias da personalidade o sujeito anormal. Era o início de uma experiência do delinquir, cujo narrador era o saber psicológico.

Com as publicações de Adrados (1965, 1966, 1967a) e Bucher e Ulhoa (1980), o enfoque sobre o ‘menor carente’ torna-se mais concentrado. Através dos discursos científicos voltados para esse personagem social, a psicologia vai fortalecendo a articulação entre as noções de carência (considerada em termos afetivos e econômicos), pobreza e criminalidade. Por vezes, esta tríade conceitual que configura a delinquência é apresentada como algo mensurável e quantificável, sendo tais noções concretizadas em posologias individuais e fragmentadas (a criança ‘lida’ em contextos que não são relacionados entre si), fechando o quadro de uma teoria inegável cujos personagens, ‘os menores’, estariam fadados a destinos tétricos. Em outros momentos, tais conceitos são apresentados enquanto cognatos cujos sentidos e significados são amplos e flexíveis, estando à mercê do julgamento do psicólogo, psiquiatra ou terapeuta, figuras estas que surgem como os decifradores e tradutores dos sintomas e condutas das crianças e suas relações:

Todos os psicólogos que trabalham conhecem bem os sintomas da criança que sofre de carência (...) apresentam elas sinais inconfundíveis de apatia e indiferença afetiva, falta de concentração, lentidão de reações, vocabulário paupérrimo e retardamento mental. Sua inteligência social é nula, razão porque até as que apresentem Q.I. normal fracassam, quando entram em contato com o ambiente externo (Adrados, 1966, p. 95).

Até então, as publicações encontradas trazem elementos que configuram a seguinte equação: ‘infância abandonada + pobreza = menor delinquente’. Contudo, os artigos publicados a partir de 1960, passam a trazer uma transformação nesse discurso, e a criminalidade é deslocada aos poucos do ‘menor’ passando a voltar-se para um outro grupo populacional. É pela passagem do ‘menor infrator’ que produz-se uma ruptura no delinquir: esta ação deixa de ser vinculada à criança pobre e passa a estar mais associada aos jovens (Scisleski, Reis, Weigert, Hadler & Guareschi, 2012). Em seus artigos, Mira y Lopes (1960), Repetto (1968) e Rocha (1981) tratam a delinquência como uma questão diretamente relacionada à juventude e àquilo que eles vêm nomear como características indomesticáveis desta etapa da vida. Nestes termos, inclusive, atos de revolta de grupos jovens eram desligados de questões políticas e tomados como equivalentes a uma posologia do degenerado juvenil. Similar ao paradigma lombrosiano⁶ da anomalia, as hipóteses dos autores recaem sobre os jovens em uma atualização da teoria da degenerescência: não defendem uma fisiologia do delinquente necessariamente, mas apontam sintomatologias disfuncionais hereditárias desse grupo populacional. Na convergência desses elementos, os saberes psi adentram o campo do direito penal contribuindo para a produção da diferença entre crimes cometidos por ‘debilidades mentais’ ou aqueles em cujos perpetradores já apresentavam ‘tendências’ para o ato infracionário. Estes últimos, por sua vez, vão sendo conjugados como os delinquentes juvenis e, em um país que tinha no fantasma comunista os motes para o Golpe Militar que se instaurava, nada mais conveniente do que a associação entre rebeldes e delinquência.

Essa relação é diretamente amarrada por Mira y Lopez, em seu artigo intitulado “Patogenia da delinquência juvenil”, quando o autor conclui que a juventude dos anos 1960 é uma categoria inerentemente delinquente *per se* devido à desagregação familiar e à leviandade com que as bases educacionais se fundamentavam (não eram severas o suficiente), acarretando em uma descompensação entre as concepções progressistas (e conservadoras da época) e os

⁶ Cesare Lombroso (1835-1909) é conhecidamente um dos principais representantes da Escola Positiva de Criminologia. Postulando a teoria do ‘criminoso nato’ e do crime enquanto um ente natural, sua tese afirmava o princípio da anomalia, não enquanto exceção, mas como fenômeno corrente na natureza. A partir desta compreensão, ele lança a tese de que seria possível determinar uma classificação tipológica dos criminosos (Foucault, 2013b; Baratta, 2002).

ideais dos jovens que surgiam – insatisfeitos, sofridos por experiências familiares traumáticas e em desacordo com “o progresso dos sentimentos religiosos, das concepções filosóficas e dos hábitos adultos” (Mira y Lopez, 1960, p. 34). Com seu artigo amarram-se os primeiros nós na tríade que ainda veria seu auge nos anos subsequentes: entre herança familiar, determinismo psíquico e a patologização do ambiente social. No encontro entre estes fatores, constitui-se a essencialização da subjetividade delincente, um movimento delineado desde a caminhada da infância abandonada à legitimação do jovem enquanto representação da delinquência.

O deslocamento do menor ao delincente juvenil é selado nos artigos de Adrados (1967b), Repetto (1968) e Sudbrack (1982). Nestes, não somente a certeza da relação entre juventude e criminalidade é postulada, como está clara a consolidação da figura do jovem como o representante da delinquência. Também é no período de publicação destes artigos, do auge à última década do regime ditatorial no país, que a psicologia brasileira assume mais claramente uma posição junto ao âmbito jurídico, principalmente quanto à uma certa jurisprudência em relação ao sujeito jovem delincente, tomando-o enquanto objeto de investimento de suas práticas e se tornando o saber legitimado a compreender os comportamentos criminosos (Reis & Guareschi, 2016). É assim que aparece a primeira definição clara da delinquência nos arquivos da ABP, enquanto uma teoria universal diretamente vinculada à juventude: “Por *delinquência* entendemos infrações, cometidas por jovens até 18 ou 21 anos, aos códigos vigentes em diferentes sociedades. O indivíduo, por sua conduta, rompe em graus diversos o equilíbrio previsto nesses códigos” (Repetto, 1968, p. 32). Apesar da menoridade ainda ser considerada, há uma transição da categoria ‘menor’, figurando-se o delincente juvenil não mais como uma criança abandonada ou carente, mas como um sujeito perigoso que rompe com códigos sociais. Fica claro o primeiro deslocamento da psicologia na objetificação de um jovem do crime: a ruptura entre a figura do menor, como a criança abandonada a ser protegida, e a do delincente, como o jovem fora da lei a ser punido. Se ao primeiro recaem os saberes da assistência sob o discurso da proteção, do delincente juvenil quem ‘cuida’ é a segurança sob a lógica da punição e da repressão. Determinado como o protagonista da delinquência, o jovem criminoso passa a ser regido por um domínio de saberes criminológicos, sobre o qual volta-se uma série de instrumentos que buscam encontrar a verdade sobre o crime: desde análises psicodinâmicas, testes, exames, técnicas inquisitoriais, até a constituição de uma biotipologia e o desmembramento do sujeito criminoso em casos, números e sangue.

Arquivos II – Sobre casos, números e sangue

Segundo deslocamento: dos instrumentos para descobrir a verdade

Com o deslocamento do menor ao delinquente, emerge uma série de aparatos voltados para o controle social desse novo personagem: leis, punições, instâncias jurídicas, exames inquisitoriais, aparatos que farão ‘conhecer’ o jovem criminoso, desvelar sua história. Assim que, para sustentar as explicações sobre o delinquir na sociedade brasileira, dois blocos metodológicos são ativados. Um primeiro ampara-se em estudos qualitativos e comparativos, que voltam-se à uma leitura psicopatológica da história do sujeito (procuram-se falhas, relações ‘carentes’, vínculos disfuncionais), como visibilizado nos artigos de Adrados (1965, 1966), Angelini, Rosamilha e Witter (1977), Bucher e Ulhoa (1980), Estevão e Bichuette (1985), Martins e Correa (1972), Repetto (1968) e Rocha (1981). Um segundo bloco volta-se a uma biotipologia do comportamento, onde a história de vida é geneticizada na busca de um gene do crime (procuram-se biotipos criminais, características da pele e do sangue), como apontado nos artigos de Adrados (1967b), Bittencourt (1981), Mira y Lopes (1960), Soares (1970) e também Rocha (1981). Amarrando os dois blocos, há uma preocupação com a constituição biográfica do delinquente, encontrando nos instrumentos de revisão bibliográfica (estrangeira), testes, estatísticas e estudos de caso as ferramentas de veridicção que legitimam e constroem um campo de sustentação para a teoria da delinquência juvenil.

No primeiro grupo de publicações há um jogo relacional entre dados globais e interpretações individualizantes: uma composição entre estatística e dados biográficos, um validando o outro através de ferramentas quantitativas que instrumentalizam e tornam verificável, a partir da comprovação de um conjunto de variáveis, a delinquência. Nesta lógica estão os artigos de Repetto (1968), de Bucher e Ulhoa (1980) e de Estevão e Bichuette (1985). Em suas publicações os autores fazem uso, respectivamente, dos testes Psicodiagnóstico Miocinético (PMK), Szondi e o Inventário de Personalidade de Jesness. Enquanto o primeiro instrumento objetivava avaliar seis aspectos da personalidade do sujeito considerado delinquente – depressão, agressividade, reação vivencial, emotividade, excitabilidade ou inibição, e impulsividade (Sisto, 2010) –, o teste Szondi consistia em jogos com imagens fotográficas, tendo por objetivo identificar um número de condições ‘psicobiológicas’ diferentes, sendo elas: a homossexualidade, a expressão sádica, epilepsia, histeria, esquizofrenia catatônica e paranóide, e o quadro então conhecido como maníaco-depressivo. Os autores apostavam nestes instrumentos com o intuito de comparar jovens delinquentes

daqueles considerados não delinquentes. Estes dois grupos já eram apresentados *a priori*, sendo a delinquência narrada em cima dessas características ‘observáveis’ e associada a condições socioeconômicas que determinam o contexto familiar e educacional dos sujeitos, figurando assim uma representação do ‘verdadeiro delinquente’: jovem, pobre, subversivo.

O terceiro instrumento, o Inventário de Personalidade de Jesness, diferente dos dois anteriores é o único que continua na lista de testes aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia, sendo ainda bastante utilizado com adolescentes em situação de conflito com a lei tendo como propósito determinar características dominantes de suas personalidades. Para Estevão e Bichuette (1985, p. 54), a importância deste inventário coloca-se na habilidade do mesmo de “diferenciar os delinquentes dos não-delinquentes”, contribuindo na ‘prevenção’ deste último grupo ao encaminhar os potenciais criminosos para espaços de tratamento mais eficazes e os ‘verdadeiros’ para locais de contenção de sua carga visceral e pulsional. Dentre as estratégias que se configuram como prevenção para a delinquência, são apontadas a necessidade de esquadriñar a história dos jovens delinquentes a fim de mapear situações que os identifiquem em sua inerente criminalidade: na busca por quaisquer comportamentos considerados desviantes, vínculos tomados como disfuncionais e/ou falhas na constituição dos sujeitos (que poderiam ser identificadas como baixo índice de inteligência, reprovações escolares, até viver em condição de pobreza). Nesse processo de esquadriñamento patologizante da vida dos sujeitos, surge um operador interessante – o estudo de caso. Essa ferramenta aparece com grande força principalmente nas publicações de Adrados (1965, 1966, 1967a), se tornando o método individualizante na comprovação da delinquência. Se com os testes tem-se a possibilidade de utilizar coletivos para a verificação da delinquência, o estudo de caso essencializa aquilo que se torna importante olhar na história individual.

O estudo de caso enquanto ferramenta metodológica no campo das ciências humanas, tem seu primeiro pico no Brasil juntamente com a explosão das estatísticas. Vinte anos depois da criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁷, o país vivenciava a inovação no campo das análises quantitativas: projetava internacionalmente os resultados descritivos e interpretativos do censo de 1960, publicando indicadores sobre a população brasileira com ajuda de um supercomputador conhecido como ‘cérebro eletrônico’, criado pela

⁷ Inicialmente fundado em 1936 como Instituto Nacional de Estatística (INE), este órgão foi instalado por Getúlio Vargas na ditadura do Estado Novo a fim de gerar um “arcabouço dos sistemas de informação do país” (IBGE, 2013). Idealizado pelo advogado e estatístico brasileiro, Mário Augusto de Freitas (Diretor Geral de Informações do governo getulista e primeiro secretário-geral do IBGE), o INE tinha por objetivo reunir informações para os campos da Demografia, Economia, Educação e Saúde.

empresa norte-americana *Remington Rand*⁸ que passou a apoiar tecnologicamente nossas pesquisas censitárias na época (IBGE, 2013). É assim que, juntamente com a importação das análises estatísticas, também o estudo de caso chega em território brasileiro sob enfoque norte-americano e, apesar da lógica estadunidense considerá-lo como uma ruptura entre métodos qualitativos e quantitativos (uma forma de transcender essa ‘divisão’), nas publicações da ABP o uso deste método analítico propõe uma outra racionalidade: exatamente a ligação entre saberes positivistas e interpretativos, um pacto entre a generalização dos números e a particularidade da história individual.

Ao unir-se aos saberes criminológicos, a psicologia utiliza o estudo de caso como ferramenta de ensino, tomando-o como uma forma de examinar detalhadamente aspectos da história dos sujeitos e de testar ou desenvolver explicações que uma vez haviam sido universalizadas nos métodos estatísticos. Nos estudos apresentados por Adrados, a articulação entre dados quantitativos generalistas e os casos apresentados vão preparando um universal de sentidos sobre a construção de uma subjetividade delincente. Independente da área em que o sujeito do estudo apresente dificuldades ou ‘disfunções’ – educação, família, saúde mental, ambiente social, etc. – tais fatores se tornam representações fidedignas de todo um grupo populacional, sem serem consideradas quaisquer possíveis controvérsias na formulação das hipóteses. Temos na essencialização das características apresentadas pelos estudos de caso e na universalização das estatísticas que os autores utilizam para legitimar suas hipóteses, a construção de uma preocupação social com a delinquência e no jovem cuja infância foi marcada por faltas, o protagonista central desta história. Cada estudo de caso leva a uma inquestionável verdade que diz, não somente daquele sujeito específico, mas de uma categoria humana. Na união entre estudo de caso e estatística, o saber psi vai conquistando lugar no campo da justiça pelo domínio das teorias da personalidade que passam a ser comprovadas por essas ferramentas para descobrir a verdade. Um jogo de verificação onde diversos conceitos (carência, vulnerabilidade, abandono, apatia, vínculo, e infinitos outros) são lançados conforme há destreza e versatilidade em seu uso: se arrematados em aspectos ‘objetivos’ tendo sua visibilidade em comportamentos observáveis, ou se serão compreendidos como uma complexa trama ‘subjetiva’, pouco importa, a questão central é a emergência de uma necessidade da figura do psicólogo nos trâmites da justiça. Tem-se aí a constituição da imprescindibilidade de que

⁸ Nota de interesse: a empresa americana *Remington Rand* além de ser reconhecida por fabricar os primeiros supercomputadores, durante a Segunda Guerra Mundial foi produtora de pistolas e barbeadores elétricos para o exército americano. Iconografia do progresso e da tecnologia pragmática, esta empresa de origens bélicas é um dos atores que atravessa a rede científica-tecnológica brasileira (Nascimento, 2014).

somente o profissional psi detém a *expertise* para revelar o que se passa com os sujeitos disfuncionais e dissertar sobre suas relações desajustadas. Como Adrados (1965, p. 25) mesmo conclui: “O estudo dêste caso é bastante elucidativo no sentido de que a colaboração do psicólogo e do analista ou terapeuta é, em certos casos, não apenas desejável, mas sumamente necessária”. Há, portanto, a legitimação de uma psicologia ‘aplicada’ ao direito que tem no delinquente seu objeto de estudo e investimento.

É preciso, contudo, identificar o que seriam os ‘verdadeiros delinquentes’, aqueles considerados criminosos em potencial, pois assim poderiam ser decididos seus destinos entre tratamentos para a regeneração ou locais de contenção (Reis & Guareschi, 2016). Na busca pelo verdadeiro delinquente o saber psicológico faz uso de números e casos enquanto ferramentas indicativas e classificativas do grau de periculosidade do sujeito jovem, porém a análise da suas relações e vida não bastam. É preciso investigar a biohistória do sujeito, descobrir a verdade no seu sangue. Se a biografia daqueles considerados criminosos começa sendo narrada pela psicologia a partir de levantamentos psicodinâmicos, com o segundo bloco de publicações mencionadas os estudos psicológicos sobre o crime voltam-se para uma biotipologia do comportamento, onde a história de vida é geneticizada na busca de um núcleo celular do crime. Apostando na biologia como ciência mediadora na polêmica entre questões culturais e fatores hereditários, os artigos de Adrados (1967b), Bittencourt (1981), Mira y Lopes (1960), Soares (1970) e Rocha (1981), adaptam a análise da hereditariedade utilizando-a para pensar o surgimento do crime e, especialmente, a constituição de um ser criminoso, culminando na concretização do que será nomeado como biopsicologia.

Intitulado “O cariótipo XYY e a criminalidade”, o artigo de Soares (1970) traz a genética do comportamento como uma nova disciplina no campo jurídico criminal para a compreensão dos fenômenos humanos. Confeccionando sua hipótese em cima da arqueologia criminal lombrosiana postulada em “O Homem Delinquente” (*L’Uomo Delinquente*) e apoiando-se fundamentalmente no trabalho do psicólogo e naturalista Pedro Henrique Saldanha (1967) em seu livro “O Método dos Gêmeos”, o artigo de Soares aposta nos estudos sobre a anatomia interna dos sujeitos, através da leitura da “fisiologia, metabolismo, processos químicos do corpo, anatomia macro e microscópica, assim como comportamento, processos de pensamento e ajustamento ou desajustamento à sociedade” (p. 48). Para o autor, analisar o fenótipo (circunstâncias ambientais que modificam os seres) juntamente com o genótipo (carga hereditária) se tornaria a chave para a compreensão da delinquência e da formação do criminoso. Nessa genética do comportamento, uma série de métodos surgem em prol de

pesquisas que buscam a origem do mal: “das mais variadas técnicas observacionais e experimentais através da análise genealógica, recorrência familiar, estudos cromossômicos e, muito especialmente, o método dos gêmeos” (Soares, 1970, p. 50). Este último parte de estudos desenvolvidos principalmente nos Estados Unidos por behavioristas como Scott e Fredericson (1951) e posteriormente duplicados por Saldanha no Brasil. Esta série de pesquisas consistiam em investigações das diferenças genéticas no comportamento social, especialmente sobre agressividade, atitudes homicidas e/ou de dominação e luta em camundongos e, posteriormente em humanos acusados de crimes, chegando nas seguintes conclusões comparativas entre as espécies:

[Nos camundongos] Ficou demonstrado que três linhagens de cruzamentos puros dão diferentes padrões de reação agressiva caracteristicamente diferentes. Em pesquisas dessa natureza, o cientista toma tôdas as precauções para que o meio seja efetivamente o mesmo, controlando desde a temperatura-ambiente até a qualidade e quantidade de alimento. Na espécie humana, pesquisando em gêmeos, os resultados sugerem um componente genético para as atitudes criminais, muito embora os fatores ecológicos possam presidir essa tendência (Soares, 1970, p. 51).

Fazendo um levantamento das pesquisas realizadas nas décadas de 1950 e 1960, Soares apresenta uma série de características associadas à constituição genética de criminosos, mais especificamente daqueles portadores do chamado *triplet XYY*. Apesar de relatar que “90% dos criminosos são de constituição normal” (p. 57), há uma inclinação do autor a demonizar os sujeitos que apresentam um diferencial em seu perfil genético, como que a procura daqueles que continham o ‘gene da criminalidade’. Estes, inclusive, seriam marcados por uma infâmia associada a um determinismo psíquico da crueldade sobre seus atos, sendo tal fator utilizado como evidência em julgamentos para modificar sentenças, como exemplifica o autor em relação a um “famoso assassino de Chicago que matou oito enfermeiras e foi condenado à morte e teve recurso impetrado contra a sentença quando se lhe descobriu um cromossomo Y a mais” (p. 59). Tal dado é referido como uma importante contribuição dos estudos biopsicológicos para o campo da justiça criminal.

Além deste ponto, o autor destaca que a biopsicologia também promove respostas fidedignas para as causas do comportamento delituoso, principalmente no que tange as dimensões de pesquisa referentes ao controle do meio e a análise comparativa. Ao controlar o ambiente, o autor diferencia este aspecto na pesquisa entre ratos e humanos, sendo que com camundongos há maior possibilidade de controle do meio (através de reprodução do *locus* de teste, manejo da fome, aplicação de choques); enquanto que, na pesquisa com seres humanos,

seria muito difícil a réplica fiel do ambiente, uma vez que entre observador e pesquisado haveriam divergências na forma de vivenciar as experiências. Entretanto, tal dimensão não surge como um problema quando aplicado o método dos gêmeos, pois considera-se que estes experimentam o ‘mesmo’ *setting* de vida, conseqüentemente, a fidedignidade dos resultados seria válida. Afinal, nesta lógica, gêmeos provêm da mesma família, têm os mesmos pais, o mesmo tratamento, a mesma educação, enfim, um ‘mesmo’ ambiente de desenvolvimento. Nessa conjuntura, a palavra ‘mesmo’ diz respeito a uma série de contingências tomadas em sua concretude, ou seja, ao observar o ambiente de desenvolvimento dos gêmeos e encontrar parâmetros similares de tratamento entre os sujeitos ali inseridos – a forma como os pais lidavam com os filhos, por exemplo, ao lhes castigarem ou recompensarem –, os cientistas diagnosticavam um ambiente sem grandes variâncias para suas hipóteses. Respeitando esta suposta estabilidade, a verdade sobre o sujeito poderia ser facilmente verificada no seu sangue, no exame minucioso de sua carga genética, uma vez que a variável ‘ambiente’ estaria ‘controlada’. Nesse sentido, Soares coloca a delinquência juvenil como uma ferida genética que se manifestará principalmente se fatores ambientais – como a pobreza, amoralidades no núcleo familiar, carências afetivas – contribuírem para tal. Portanto, há uma genetização dos fatores sociohistóricos que passam a ocupar um papel secundário frente à força dos genes, favorecendo ou contendo sua manifestação. A ferida sempre estaria ali, podendo ser, no máximo remediada (mas, o autor deixa claro, somente na infância quaisquer emendas poderiam dar certo). Como ratos de laboratório, os sujeitos das pesquisas biopsicológicas são objetificados como espécimes em um labirinto comportamental: dependendo do caminho seguido, corredores sem saída os esperam. Note-se que os labirintos experimentais não possuem saídas, somente corredores de portas abertas ou paredes enclausurantes que encerram possibilidades em uma caixa fechada. Nesse cenário, uma vez chegando no destino final – estipulado como o correto ou esperado pelo cientista – ao rato só há duas possibilidades dadas: o retorno para a gaiola, ou o extermínio, pois teria concluído sua contingência de respostas possíveis em uma sequência de desempenhos delimitados.

Dentro dessa alegoria, mesmo afirmando não encontrar certezas para afirmar a existência de um possível cromossomo do crime, não é o autor que encontra um beco sem saída para sua hipótese, mas os próprios sujeitos delinquentes. Afinal, por aqueles que apresentam uma ‘anomalia’, nada é possível fazer: “a terapêutica fica em suspenso, pois ingleses e alemães afirmam que, entre eles, os portadores do *triplet* são refratários a qualquer forma clássica de tratamento e reeducação” (p. 59). Já àqueles que, dentro do quadro de alteração cromossômica,

não apresentam comportamento criminoso, ainda assim são demarcados a partir de sua periculosidade latente. Como resume Soares: “fingir um afeto contrário ao que verdadeiramente se sente, sorrir quando se quer morder ou mostrar carinho aos que desejamos aniquilar – eis aí o que os indivíduos XYY talvez não saibam fazer” (1970, p. 59). Nestes termos, ao introduzir-se a genética do comportamento no ramo da justiça, há efeitos dessa bio-psico-criminalidade na produção da própria delinquência. E, considerando os mecanismos discriminatórios da sociedade brasileira desde sua constituição histórica, não raro encontram-se como resultados destes estudos a produção tipológica do desviante correlacionada a grupos minoritários. Não é à toa que ao se proliferarem os estudos biopsicológicos, acabamos vendo um aumento desproporcional nos números de encarceramento da população negra. Inclusive, a partir da segunda metade do século XX, testemunhamos um aumento na taxa de aprisionamentos da população brasileira negra em mais de oito vezes em comparação com a da população branca (Fonseca, 2013). Chega-se, nessa fórmula de números, casos e sangue, na produção daquele que passa a ser considerado como o ‘verdadeiro delinquente’ brasileiro: jovem, pobre, negro.

A constituição do perfil biográfico-tipológico do sujeito jovem criminoso, fomentado pela disseminação informativa dos estudos estatísticos e pelo enquadramento individualizante dos estudos de caso, despertam na população a demanda por vigilância contínua, controle policialesco e ostensiva militar. Como coloca Candiottto (2012, p. 22), “fabrica-se a delinquência para enfraquecer as lutas políticas e sociais e potencializar o lucro ilegal das classes dirigentes de nossas sociedades”. Servindo como um operador econômico e politicamente útil na neutralização das lutas sociais, a delinquência passa a ser utilizada também como justificativa da repressão excessiva pelos aparelhos estatais. Sob esta lógica, vemos na psicologia uma ferramenta na produção da delinquência e no exame biográfico das crianças, suas famílias e relações, um mecanismo de governo e vigilância das populações pobres e/ou que lutavam contra a lógica vigente. Com o regime ditatorial marcando o cenário de boa parte dessas publicações⁹, não somente um entusiasmo sinistro pela história das crianças e jovens em situação de pobreza presentifica-se nos artigos, como as práticas psicológicas legitimadas nas discussões voltam-se para um exame minucioso das histórias de vida dos sujeitos considerados perigosos. Nesse ponto, as publicações da ABP mostram a emergência de um elemento que insiste em aparecer em todos os artigos na busca por respostas para a delinquência: a importância da análise biográfica do sujeito. Seja investigando esta biografia através de uma

⁹ O período no qual houve maior número de publicações sobre a temática juventude e criminalidade foi exatamente durante o Regime Militar: totalizando 13 dos 17 artigos analisados.

psicodinâmica familiar (dos estudos sobre as falhas e disfunções relacionais), seja anatomizando-a em uma tipologia biopsicológica, as respostas sobre o crime – e mais do que isso, a verdade sobre o sujeito criminoso – é determinada na sua própria história.

Arquivos III – Pretéritos, uma biografia do jovem criminoso

Terceiro deslocamento: das causalidades da origem a certos finais

A partir dos deslocamentos anteriores, as práticas psicológicas chegam a um sujeito do delinquir e às ferramentas de perscrutação da verdade sobre o delinquente. Objetificada e essencializada, a delinquência passa a ser identificada em uma interioridade – seja do sangue, seja da alma – tendo na psicologia, fundamentada em pressupostos positivistas e utilizando-se de métodos probabilísticos, o saber que domina e intimiza a vida. Nessa conjuntura, onde a psicologia constitui-se como a ciência *expert* não apenas dos fenômenos psicológicos, como de toda uma série de acontecimentos vitais, os profissionais psi tornam-se os cientistas da verdade e os oficiais relatores da biohistória criminal no campo da justiça. Em ‘Os Anormais’, Foucault (2013b) discute sobre essa relação entre verdade e justiça, tensionando o ponto de encontro entre os cientistas da verdade e o tribunal, onde cruzam-se práticas judiciárias e o saber científico. Neste aspecto, ele coloca o quanto são provocadas uma série de dobramentos como efeitos de poder desta relação: a primeira dobra entre o delito e a criminalidade, através do exame psiquiátrico – não há um ato a ser julgado, mas um conjunto de comportamentos e maneiras de ser que ‘fornecem’ a causa, motivação, do delito; a segunda dobra entre o autor do crime e o delinquente – são ‘descobertos’ antecedentes criminais, o indivíduo já é seu crime antes de o cometer, ou seja, não é uma pessoa que cometeu um ato delituoso, mas um sujeito delinquente; e, a terceira dobra como aquela entre o saber médico e a sentença jurídica – a produção de um objeto a ser reparado, corrigido, sobre o qual existe uma tecnologia de controle, ou seja, o saber psi detém o conhecimento para avaliar uma série de elementos no âmbito do desejo e determinar níveis de responsabilidade penal. Três dobras que conferem à psicologia, o domínio e a verdade sobre o sujeito criminoso.

Esse olhar sobre as práticas psi e sua relação com a verdade é também discutido por Foucault (2002b) em *A Psicologia de 1850 a 1950*, quando o autor problematiza a preocupação desta ciência em alinhar-se às ciências naturais, realçando como a história de suas práticas constitui-se na busca pela compreensão das antinomias. Diz ele que o “surgimento das significações na conduta humana se fez igualmente a partir da análise histórica” (p. 140), na

qual o terapeuta é o analisador e intérprete. Nesses termos, a figura do psicólogo incumbe-se de escarafunchar a história dos sujeitos na leitura dos sentidos e na redescoberta das significações passadas em condutas presentes. Na atualização da constituição do saber psi em sua relação com o jurídico, é possível pensar o quanto técnicas inquisitoriais passam a ser utilizadas pela psicologia como ferramentas de ‘descobrimto’ da verdade na construção de biografias-destino, que selam o final de vidas infames a partir das marcas determinadas em seu passado.

Mesmo quando, entre os arquivos da ABP, surge uma discussão mais politizada sobre a aproximação da psicologia junto ao campo da segurança, como é o caso da publicação de Castro (1978), ainda assim os argumentos utilizados por esta autora para sustentar as práticas psicológicas na esfera jurídica são aqueles já naturalizados enquanto domínio desta ciência: o desvelamento da interioridade e da história do sujeito delinquente. Em seu artigo intitulado “Um enfoque psicológico do problema da delinquência”, Castro (1978) questiona o universo burocrático e classificatório do direito e a subjugação das práticas psicológicas à lógica penal, buscando romper com uma visão identitária sobre a delinquência. Nesse sentido, ainda que seja notório o contraste desta postura analítica em relação às outras publicações da ABP, pois diferente das análises voltadas para a busca de porquês, este artigo movimentava uma relação política entre juventude e criminalidade, Castro ainda assim incorre à constituição ontológica do sujeito falho, na busca por comportamentos desviantes na história dos jovens considerados delinquentes. Deste modo, mesmo não se constituindo sob um olhar essencialmente patológico e jurídico, a publicação não rompe com a insistência em escarnar a vida do sujeito. Portanto, é inegável o quanto todas as publicações mencionadas insistem nesse elemento biográfico, na necessidade de se olhar para a história de vida dos sujeitos para descobrir uma verdade sobre o crime.

Em certo ponto, porém, a biografia deixa de ser utilizada como forma de acessar as causas da delinquência, pois estas se tornam uma fórmula tão anunciada – infância abandonada + pobreza = juventude delinquente – que a busca pelas origens desse fenômeno se torna inquestionável. Naturalizada, a delinquência se resume na relação entre juventude e criminalidade, restando apenas discussões sobre quais destinos aguardam esses jovens sem saída. Nesse aspecto, vale trazer como a biografia do jovem delinquente é enfatizada por Bittencourt (1981) e Sudbrack (1982), pois ambas ressaltam a importância de conhecer a história dos sujeitos e analisá-la profundamente. Enquanto Sudbrack parte para o estudo da trajetória de vida de jovens, buscando “conhecer melhor os "menores infratores" das populações

marginalizadas, estudando-os com profundidade em seu contexto social e familiar, enfim em sua totalidade como pessoas” (Sudbrack, 1982, p. 152), Bittencourt segue por uma revisão de literatura. Em seu artigo, esta autora apresenta duas concepções epistemológicas sobre a psicopatia ou, como ela mesma refere, ‘a verdadeira’ delinquência: as teorias constitucionalistas, que fundamentam o delinquir “como produto de uma interação entre uma disposição inata e a experiência de vida” (p. 23); ou o enfoque dinâmico-estrutural, que traz a vertente fenomenológica ao pensar a psicopatia como “o resultado de uma interação global, no sentido de interferência ou potenciação, entre fatores biológicos e biográficos” (Alonson-Fernandez, 1972, citado por Bittencourt, 1981, p. 25). A questão biográfica, assim, surge atrelada à ideia de totalidade do sujeito, ou seja, na investigação de toda a vida do jovem em seus mais variados aspectos – são considerados documentos, identificações, datas, lembranças, condutas e tudo o mais que puder ser de interesse para a revelação não mais dos porquês e causalidades para um ser delinquente, mas daquilo que sentencia como o sujeito já era, para o final de uma história que jaz.

Tal enfoque é visto principalmente nos artigos “A juventude pela juventude” (Martins, & Correa, 1972) e “O adolescente e o futuro” (Angelini, Rosamilha, & Witter, 1977), os quais apresentam a união de levantamentos estatísticos e análises qualitativas de entrevistas semi-estruturadas com grupos de jovens. As justificativas para tais estudos deslocam-se um pouco da objetividade da biopsicologia, adentrando em vertentes mais fenomenológicas, entretanto a postura do profissional psi mantém-se a de tradutor da história dos sujeitos. Assim, vemos os autores intervindo junto a grupos de jovens no campo da educação para pesquisar uma série de informações sobre suas vidas, as quais centralizam-se principalmente sobre o papel de concepções acerca do presente e suas intencionalidades para o futuro: “o que ele é e o que será” (Angelini, Rosamilha, & Witter, 1977, p. 168). Em ambos estudos os jovens foram entrevistados no contexto escolar, sendo que na primeira publicação o grupo de entrevistados estava cursando a faculdade de direito da Universidade do Rio Grande; enquanto na segunda pesquisa, o grupo de participantes encontrava-se na faixa etária entre 13 e 15 anos, frequentando escolas secundárias de São Paulo, Rio Claro e Sorocaba.

Interessante que o fato mobilizador para impulsionar a primeira pesquisa foi o I Encontro de Psicólogos do Rio Grande do Sul, realizado em Caxias do Sul em novembro de 1971. Cerca de oito meses haviam se passado desde o I Encontro Nacional de Psicologia, ocorrido em março daquele ano em São Paulo e, influenciado pelos movimentos de coesão e legitimação das práticas psicológicas em território nacional, em 20 de dezembro de 1971 o

então presidente militar Emílio Garrastazú Médici promulga a Lei 5.766 que cria os Conselhos Federal e Regionais de Psicologia (Soares, 2010). É uma época de reconhecimento para a ciência psi em solo brasileiro. Em meio às premiações com o título de psicólogo honorário para os ditadores Médici e Geisel¹⁰, ao ‘milagre econômico’, aos desaparecidos políticos, ao massacre das lutas populares, à formalização dos centros de tortura e morte (DOI-CODI), e a uma série de intrincados aparatos totalitários, vemos a explosão de cursos de psicologia no país. Nesse processo, a psicologia percorria um espaço entre-lugares, pertencendo a departamentos de filosofia ou enquanto área aplicada a outras faculdades – direito, pedagogia, biologia, medicina. É nesse contexto de uma psicologia aplicada à educação e ao direito, que Martins e Correa (1972, p. 41) propõem a pesquisa com jovens da faculdade de direito a fim de “observar o jovem em sua maneira de querer, saber, e sentir, dando-lhe oportunidade de opinar sobre seu próprio modo de ser”. Em um questionário aberto e dividido em seis tópicos – família, economia, religião, política, recreação e educação –, as autoras perguntam aos jovens quais suas opiniões sobre esses temas, finalizando com a pergunta: ‘O que é jovem desajustado?’. As respostas são então agrupadas em um consenso determinado pelas autoras que exclui respostas consideradas menores, como por exemplo quando três dos mais de trezentos jovens pesquisados negam a existência de jovens desajustados. Desconsiderando essas respostas, essa figura é personificada como:

alguém que não sabe onde está, nem de onde veio, não pensa no amanhã, é descrente, indeciso e irresponsável, não ama a Pátria, cria suas próprias leis e padrões, repudia pais e amigos, tem pena de si mesmo e refugia-se num mundo utópico (...). Finalmente, chegaram à conclusão de que o desajustado é passivo de recuperação e “necessita de nós” (Martins, & Correa, 1972, p. 47).

No Brasil do “ame-o ou deixe-o¹¹”, é interessante ver como uma congruência de fatores pressupostos nesses artigos formam uma biografia que encerra no jovem brasileiro o ideário de uma juventude sem saída. Na síntese analítica sobre as respostas quanto à construção da juventude brasileira, as autoras finalizam com um questionamento sobre a condenação dessa juventude: “Pais, educadores, psicólogos: o jovem de *sempre* está aí, no mundo de *agora*. O que vamos fazer com ele?” (p. 48). Fortalecendo as racionalidades que legitimam uma

¹⁰ Somente em 2013, as(os) psicólogas(os) presentes no VIII Conselho Nacional de Psicologia vieram a público solicitar a retirada da titulação de psicólogos honorários a Médici e Geisel, sendo tais atos compreendidos como afronta à categoria e desserviço à democracia. A revogação da titulação aconteceu em 10 de dezembro de 2015, data de comemoração do Dia Internacional dos Direitos Humanos.

¹¹ Publicidade de campanhas ufanistas durante o Regime Militar.

juventude com o potencial para dar errado, se produz uma distância cada vez maior entre o jovem-futuro-do-país e o delinquente; enquanto sobre o primeiro a psicologia da adolescência parece arquitetar suas conjecturas (tendo como embasamento referências normalizantes da infância eurocêntrica), ao jovem delinquente são as teorias criminalistas e biopsicológicas que vão preparando o labirinto sem saídas para o controle social do jovem criminoso.

Em ressonância com essa lógica, encontra-se a pesquisa de Angelini, Rosamilha e Witter (1977), na qual os autores relatam os resultados de um levantamento com adolescentes de escolas secundárias em São Paulo e região, que teve por objetivo estudar suas atitudes em relação ao futuro. Após responderem alguns itens informativos (idade, sexo, profissão do pai e escolaridade), os participantes recebiam uma folha com a seguinte proposição a ser concluída: “Quando eu tiver 40 anos...”. As folhas eram recolhidas e, após um mês, os pesquisadores retornavam à escola e entregavam aos mesmos participantes outra folha com semelhante frase incompleta: “Quando eu tiver 60 anos...”. A proposta seria a de chegar a uma série de categorias e, principalmente, a um consenso sobre os desejos dessa geração de jovens. Na constituição desta pesquisa e em suas hipóteses analíticas encontra-se a perpetuação de uma política científica já presente na pesquisa de Martins e Correa: a padronização do normal e a rejeição dos aspectos excludentes. Isso significa dizer que as respostas menores não são consideradas pelos autores, que unificam respostas aceitáveis em uma homogeneização a partir de inferências apriorísticas sobre o que adolescentes poderiam almejar. Em consonância com pressupostos epistemológicos de uma ciência cartesiana, na qual generalizam-se acontecimentos repetitivos, o desejo é aprisionado em uma biotipologia naturalizada sobre ‘ser jovem’. Assim, ao dividirem as respostas conforme sexo, idade e nível socioeconômico dos participantes, os autores constróem respostas universais como: meninos são mais otimistas, apesar de resistentes à mudança, enquanto os sujeitos do grupo feminino são um pouco mais pessimistas. A ênfase, contudo, está na expectativa de futuro dos jovens de nível socioeconômico mais baixo: a estes não são vinculadas possibilidades futuras. Importante ressaltar que o pessimismo é significado pelos autores enquanto expectativas para um futuro no qual previa-se morte, doença, incapacidade de conseguir bens materiais, ficar solteiro(a) ou viúvo, descrença na pátria. O otimismo, por outro lado, surgia como previsões de um futuro praticamente prodigioso: repleto de conquistas, sucesso profissional, princípios familiares conservadores (núcleo composto de marido, mulher e filhos), além de aspirações capitais.

Nesses termos, o artigo de Angelini, Rosamilha e Witter (1977) fecha o terceiro deslocamento na constituição do saber psi junto à segurança: a biografia desloca-se de uma

relação exclusivamente dependente do passado, e volta-se às projeções de um futuro. Futuro este aprisionado àquilo que a psicologia determina como sendo marcante na vida do sujeito. Para os autores, tal quadro sela o destino daquele que será considerado o principal protagonista do crime no país: o jovem pobre sem expectativas de futuro, ao qual lhe resta pouco apostar no presente e cujas marcas passadas o tornam alguém que desconsidera responsabilidades e é inconsequente em seus atos. Assim sendo, a biografia deste jovem – “o que ele é e o que será” (p. 168) – deixa de ser conjugada no futuro do presente e entra no domínio de outro tempo verbal, o pretérito imperfeito, que expressa um acontecimento que se prolongou ao longo do tempo com início e fim no passado: o jovem não poderá ser, pois ele *já era* muito antes de sua história continuar. Interessante que atualmente jovens fazem uso da gíria “já era” corriqueiramente, seja para fechar positivamente alguma combinação (“Vamos no cinema? – Já era”), seja para anunciar uma sentença penosa (“O fulano foi pego pela polícia! Já era!”). *Já era* não é bom, nem ruim, nem sim, nem não; ele ultrapassa questões binárias, pois conta de destinos não realizados, mas já determinados. *Já era*, assim, conjuga uma história sem saída, como o rato no labirinto que, mesmo tendo alcançado alguma abertura entre as passagens, ou volta para a gaiola ou é exterminado. *Já era* diz do que se é, fora e do que sempre será, biografias destinadas a aprisionados finais.

*** Interrupção ***

“Ou vai ver eu já era...”

A parede grafitada testemunha a entrevista que ali acontece. De um lado da mesa um jovem, sentado, recostando o ombro direito contra a parede. Suas mãos, algemadas atrás do corpo; as pernas, cruzadas na altura da canela. Do outro lado da mesa, o inquirido; quatro pares de olhos observam as respostas do rapaz: as questões agora desvelam-se sobre o histórico criminal. “Então, conta como é que tu foi preso.” – Ponto. Não era uma pergunta, era um mandato. Ainda que em tonalidade doce, pois a voz da psicóloga era suave como quem se dirige a uma criança que está sendo aprovada. “Fui pego assaltando. Desde os 18 anos que eu entro. Tava no exército a primeira vez.” – a resposta é sincera e casual. “Pô meu, mas morreu na praia então?” – agora a voz da psicóloga havia mudado, as palavras saíam em alto e bom tom. O olhar do jovem encontra o olhar da psicóloga: “Cada um faz suas escolhas.” – diz ele com calma. “Mas me conta como foi? Tu tava bem, no exército, trabalhando e aí te deu na telha e

virou assaltante?”. A sala agora era composta de olhares, dos rostos grafitados, das estagiárias que acompanhavam a psicóloga entrevistadora, do meu transbordando incomodo e curiosidade, do jovem que sorria. Sorriso quase imperceptível, não fosse uma sutil impaciência, e talvez tolerância, que alargava-se nos lábios sem mostrar dentes. “Ou vai ver eu já era assaltante e me deu na telha ir pro exército”. Algo na sala rompia, um barulho surdo, seguido de estilhaço: a ciência psi desmancha em surpresa. Há risos, na sala que agora se toma mais por humor, do que por fala.

*** Fim da Interrupção ***

O elemento biográfico

Você demora a sair do Central, pois ele permanece cravado em sua jugular como os caninos dos oitenta e seis cães que guardam os contornos do presídio. Quando da imersão nos arquivos você encontra o elemento biográfico é porque de alguma forma ele já se tornara tangível nos corredores do Central. O interesse pela biografia do jovem encarcerado, mobilizado pelo projeto do Observatório, se tornava força ressonante do saber psi já fissurado no campo da segurança. Na tentativa de imprimir-se em uma positividade e afirmar-se enquanto ciência, é pela investigação das histórias de vida que as práticas psicológicas demarcavam seu poder nas entrevistas realizadas na sala grafitada. Assim que, conforme dados eram levantados sobre os jovens do Central¹², em um somatório de números e narrativas, a psicologia inserida nas ações do Observatório fundamentava seu saber sobre a história pregressa dos jovens enquanto processo de inquirição e instrumento de veridicção sobre juventudes e crime. Era como se o elemento biográfico servisse de aliança casando psicologia e segurança: enquanto a primeira abocanhava vidas em fragmentos ditos reveladores do percurso de criminalidade, a segunda as digeriria em sentenças e estereotípias perpétuas.

Neste momento você lembra da análise proferida por Foucault (2012) sobre uma das últimas execuções por guilhotina na França, onde ele produz um tratado sobre o dispositivo confessional na determinação da sentença. Condenado por assassinar uma menina, Christian Ranucci foi guilhotinado em 28 de julho de 1976, após um julgamento onde coincidências de locais, aproximações de horários e, principalmente, sua confissão junto a um diagnóstico

¹² Dados que podem ser acompanhados na página do Observatório, a partir da publicação dos primeiros levantamentos: <http://observatoriodejuventudes.blogspot.com.br/2014/08/observatorio-no-presidio-central.html>.

psicológico depois de um interrogatório que durou doze horas, foram determinantes para o resultado da condenação. Mais do que uma análise do caso, Foucault desmembra o sistema penal ao descarnar a relação entre verdade e o bom uso do criminoso. Sem provas concretas e, mais do que isso, com inúmeras reticências que desnorream as pistas acusatórias, é com a confissão do réu que o caso é dado por encerrado. Neste ponto, uma vez tendo um criminoso manifesto, ao saber psi foi incumbido limpar as incertezas do caso amarrando sujeito ao crime: “na falta de elementos do crime, isso desenha o perfil de um criminoso. Dessa psicologia facilmente se deduzirá o crime como uma consequência necessária” (p. 118), onde os efeitos do saber psi e seus usos junto à criminologia voltam-se para a produção da biografia do homem mau. Tal processo diz da emergência daquilo que Foucault (2007) nomeia por ‘bio-história’, uma tecnologia que surge da inserção dos saberes psicológicos junto a aparatos jurídicos e penais e que irá juntar duas grandes ferramentas utilizadas nesse campo – a estatística e o estudo de caso.

Como visibilizado através do exercício cronobibliográfico em que você imergiu nos arquivos das publicações da ABP durante o século XX, é no encontro entre estatística e estudo de caso que o saber psi buscará a verdade sobre o crime. Sendo a estatística a ferramenta que generaliza fenômenos e os matematiza, ‘comprovando’ em larga escala quais grupos apresentam risco para a sociedade, e o estudo de caso a ferramenta utilizada para interiorizar e verificar as hipóteses levantadas pelos números, tais instrumentos se tornam os principais suportes para o elemento biográfico na contemporaneidade. Diferente dos movimentos surgidos na Inglaterra e Alemanha no início do século XVIII, respectivamente intitulados por Foucault (2008a) como a Medicina de Estado e a Medicina Urbana, mas remontando às estratégias utilizadas nessa época quanto ao gerenciamento da circulação da população e a administração do espaço produtivo na emergência de um mercado liberal, temos nas décadas de 1920/30 no Brasil a utilização da estatística como ferramenta que legitima intervenções policiais e eugênicas sobre grupos considerados perigosos. É assim que vemos surgir uma série de instituições neste período, dentre as quais estão: a Sociedade Eugênica de São Paulo, a Liga Brasileira de Higiene e o Instituto Nacional de Estatística, fundadas respectivamente em 1918, 1923 e 1936. Juntas, além de analisar e buscar erradicar surtos epidêmicos (não necessariamente só de doenças, mas de fenômenos considerados sintomas da crise social, como a delinquência), tinham como missão controlar a desordem social que se alastrava com o urbanismo. Já o estudo de caso, criado como técnica cientificamente reconhecida e utilizada em julgamentos na França, não só tem seus usos importados para o Brasil como ferramenta pedagógica no campo da justiça

criminal, ao ensinar futuros operadores do direito a identificar circunstâncias atenuantes ou agravantes na vida de criminosos, como também vem servir de metodologia analítica dos auxiliares da justiça na individualização da pena. Isso significa dizer que, se a polícia torna possível a estatística ao se tornar os olhos e meios pelos quais o Estado conhece suas forças e identifica suas virtualidades (Foucault, 2008a), é a polícia da alma, constituída pelo saber psi, que vai fundamentar o estudo de caso como arma biográfica da criminologia na determinação, senão da pena, da identificação do criminoso. Somos os oficiais ‘leitores de almas’ da criminologia.

Quando se trata de vistoria ao interior de sujeitos processuais, de perícia psi, a vertente testemunhal também se reapresenta: ao regresso da expedição, o psicólogo deve contar ao juiz o que encontrou, tal como os viajantes antigos relatavam maravilhas ou esboçavam bestiários, ou os naturalistas modernos descreviam plantas ou animais exóticos (Batista, 2013, p. 13).

Ao ser chamada para prover relatórios biográficos-diagnósticos ao judiciário, a psicologia encontra no domínio sobre a história de vida dos sujeitos a condição de possibilidade para se tornar um saber necessário no campo da segurança e na produção da verdade sobre o crime. E como dizem Reis, Guareschi e Carvalho (2014, p. 73), “as ciências psi ganham destaque, nesse sentido, porque são aquelas que supostamente possuem técnicas científicas de acesso à interioridade do sujeito, ao funcionamento da sua mente, aos segredos de sua personalidade e à essência da sua índole”. Este ponto de convergência – quando psicologia e segurança se encontram – leva a uma situação central do elemento biográfico na produção do crime, a faca de dois gumes da política penal: ao singularizar a pena, atentando para as particularidades do indivíduo, não é só o ato que passa a importar, mas toda uma constituição biográfica do sujeito. Inclusive, quando da implantação da Lei de Execução Penal (LEP), Lei nº 7.210/84, veremos que em suas linhas concretiza-se este imperativo da análise sobre a história do sujeito, constando o seguinte: “Art. 5º – Os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal” (Brasil, 2008, p. 20). Enquanto o Código Penal estabelece as penas, a LEP determina os procedimentos de execução destas. E, se nesta última, há uma convocação para o exame da personalidade do sujeito colocando a psicologia como braço do Estado na análise do criminoso, especialmente ao interiorizar questões sociais tornando-as peculiar à pessoa, são produzidos os enlances para que o profissional psi seja convocado (e se faça convocar) enquanto *expert* da personalidade e mestre na vigília das condutas morais: “A entrevista psicológica centrada no biográfico, com ênfase na descrição das condutas ‘desviantes’ que o sujeito traz desde a

infância, resulta em que pune-se não mais o ato em si, mas a própria vida” (Batista, 2013, p. 13). Portanto, não é tão curioso que na seção sobre direção de estabelecimentos penais conforme disposto no Art. 75º da LEP, esteja declarado: “O ocupante do cargo de diretor de estabelecimento [penal] deverá satisfazer os seguintes requisitos: I – ser portador de diploma de nível superior de Direito, ou Psicologia, ou Ciências Sociais, ou Pedagogia, ou Serviços Sociais” (Brasil, 2008, p. 45). Além de ‘oficiais leitores das almas’, nos tornamos parte da equipe de saberes que têm o aval para vigiar e controlar os sujeitos criminosos:

E eis que agora a justiça penal, cada vez mais, se interessa pelas pessoas “perigosas”. Ela faz da periculosidade uma categoria, quando não punível, pelo menos suscetível de modificar a punição. (...) a periculosidade, essa sombria qualidade que se empresta aos indivíduos, vem agora juntar-se ao delito. E dá direito a um suplemento da pena. Está-se criando a infração psicológica, o “crime do caráter”. “Eu te puno por não seres como se deve” (Foucault, 2012, p. 113).

O elemento biográfico no interior dessas práticas constitui-se não somente como a disseminação escrita em formato de documentos oficiais (laudos, pareceres, relatórios, entre outros), mas ultrapassa isso: ele se torna um conjunto heterogêneo de práticas e, dependendo das forças que a ele se aliam, um domínio de saber sobre a verdade do sujeito criminoso. É assim que o elemento biográfico ultrapassa e desloca-se das juventudes encarceradas, aparecendo nesse dizer de histórias que a psicologia amaldiçoa, pois destina ao infortúnio as vidas marcadas pelo crime... Você lembra quando as histórias dos presos eram contadas nas entrevistas do Observatório, no quanto os narradores psi haviam se tornado oráculos que condenavam as histórias a certos finais. Uma biografia determinada em que tudo se sabia do sujeito. Sua vida já era conhecida mesmo antes de quaisquer respostas e, acaso perguntas lhe fossem feitas, estas já levavam a uma escuta tendenciosa. Pois, havia um protagonista determinado *a priori*: o-sujeito-do-crime. Ao amarrar quaisquer acontecimentos vitais como se perigosos fossem, porque, enfim se tinha um ser criminoso diante de si, a sede psi em ‘descobrir’ a verdade sobre os sujeitos na sua própria história era alimentada, e nesse âmbito o elemento biográfico acabava efetivando uma psicologia do destino selando biografias malditas.

Contudo, se nesse primeiro momento se tem uma ideia fechada do biográfico, ou seja, ao olhar para os arquivos são psicologia e segurança que contam a história desse elemento enquanto algo que se produz no contato entre estes campos, o que aconteceria acaso se olhasse para o biográfico sem aprisioná-lo em formas naturalizadas? E se, ao invés destes saberes constituírem um domínio sobre o biográfico, fosse ele a contar histórias sobre psicologia e segurança? E se esse elemento ultrapassasse as formas destinadas a biografias fadadas a

aprisionados finais e o maldizer de histórias não perpetuasse práticas psicológicas que condenam vidas, mas assumisse a finitude no seu dizer? Afinal, você lembra da existência de um outro movimento referente ao elemento biográfico no Central, onde importa menos demarcar trajetórias de uma vida do que a potência narrativa da contação de histórias. Os objetivos que levam à apuração sobre o percurso do jovem preso (Rio Grande do Sul, 2013), acabam se diluindo em uma ânsia que ronda todos aqueles que experienciam o Central: uma necessidade de contar suas próprias histórias. Nesse meio, o elemento biográfico transmuta-se: não só amarra psicologia e segurança, mas se torna força motriz que movimenta vidas no cárcere, produzido pelo desejo de contar histórias.

Nas histórias compartilhadas seja pelos jovens entrevistados, seja pelos profissionais da polícia ou da psicologia, seja pelos participantes do projeto Observatório, daquelas ocorridas entre grades, algemas ou cafés, conversas de corredor e chimarrão em manhãs frias, são acontecimentalizadas cenas de lutas, conquistas, superação, e um ponto narrativo importante: o momento em que cada história se torna extraordinária. São narrativas belchioranas¹³ que dizem de batalhas cotidianas, vitórias sobre adversidades diariamente vividas, alucinações suportadas no dia a dia e delírios com coisas reais. E você se deixa infindavelmente atravessar por estas histórias sobre vivências. Sobrevivências. Elas provocam um fio biográfico que se torna elemental: transbordando vidas onde cimento e grades aglutinam pessoas. Um elemento biográfico que se torna a materialidade para pensar a relação entre psicologia e segurança. Afinal, no momento em que histórias são contadas, o biográfico se desloca enquanto ferramenta a serviço dos saberes inquisitoriais, se tornando força que agencia outras relações entre estes campos. Adiantando que, por relação você não está referindo-se a uma ideia dual, algo conectado por uma linha entre dois pólos, mas bem diferente disso, falar em relação entre psicologia e segurança diz de uma imagem do pensamento que se aventura a tomar as coisas em suas multiplicidades, em seus pontos de aproximações e distanciamentos, através de suas disputas e jogos onde se inventam vidas. Pensar o elemento biográfico assim é tomá-lo enquanto experiência do maldizer quando esta se torna a propriedade de se afastar das ilusões totalitárias do discurso, se aproximando da profanação dos atos arrogantes que tudo acham dizer. Mal-dito, o biográfico assim se torna o lugar de confronto das forças que emergem nas histórias narradas. Mal-ditas, as biografias podem vir a corroborar com as estatísticas ou intimar

¹³ Das narrativas belchioranas: aquelas que aludem à poética do compositor e cantor cearense, Belchior, referente às composições repletas de nostalgia e tragicidade perpetradas nas letras do artista. Neste parágrafo, em especial referindo-se à canção 'Alucinação' (1976). *Esta frase foi escrita um dia antes da morte de Belchior*

acontecimentos vitais em estudos de caso, mas também podem desfragmentar o vazio dos números, invertendo totalidades em uma cena. Ao responder à psicóloga “Ou vai ver eu já era...”, o sujeito faz provocar não só riso, como faz tensionar os personagens envolvidos na sala grafitada: da maledicência de um passado à uma operação compartilhada em uma história do presente. Nesse tempo de transição, a história transforma-se em uma experiência antibiográfica da qual todos participamos: estamos incorporados nela, malditos somos.

BIOGRAFIAS MALDITAS

Benjamin, Foucault, Passagens

Passagens, Benjamin (I)

Você está a bordo de um trem indo para Portbou, cidade fronteira entre Espanha e França. Ao longe vê montanhas nevadas. Um livro aberto em seu colo tem suas palavras cegas pelos raios de sol que latejam nas páginas e fazem arder seus olhos. O barulho das rodas cortando os trilhos embalam seu olhar, tremendo levemente no peito um ronronar contínuo. O balançar e a passagem das imagens rápidas pela janela fascinam, ao perceber que aquilo próximo passa rápido demais a ponto de ser um relance de cores mescladas, enquanto o horizonte se faz vagaroso e claro; este movimento, um jogo entre proximidade e distância, se torna uma das coisas que faz arrepiar seus pêlos do braço. O cheiro de café se espalha pelo interior do vagão. A condensação da água faz as gotículas escorrerem vagorosamente pela superfície da garrafa que, sobre a mesa de apoio, dança suavemente com o embalo do trem. Essa viagem há tempos é esperada. Faz ansiar coração. Você sente estar perseguindo os rastros de Walter Benjamin. Talvez perseguir não seja o verbo adequado: se diz perseguir a uma criança que brinca de pistas para encontrar um tesouro? Ou quando seus pais criavam trilhas para encontrar um presente escondido em algum lugar do jardim? É essa a sensação... Há algo de especial no percurso dessa jornada.

Até então de Benjamin você sabia o que havia lido, principalmente de Hannah Arendt [Homens em tempos sombrios], de Reyes Mate [Meia-noite na história] e de Jeanne Marie Gagnebin [Walter Benjamin: os cacos da história]. Biografias de outros autores, sobre ele. Todos apaixonados, naquilo que Benjamin os tocava. Tinham suas críticas a ele, sim... mas a paixão não é sem críticas. Porém, foi exatamente a admiração e respeito pelos seus fracassos o que chamou sua atenção nos escritos sobre Benjamin. Eles contam... Das ruínas de sua carreira de escritor, Benjamin era um fracasso exemplar (Gagnebin, 1993). Atado a um navio que ia a pique, ele era o naufrago que, segurando no mastro da embarcação, lança o grito mais potente aos sucumbir das águas (Mate, 2011). Sua história era entrelaçada com a do pequeno corcunda – *Des bucklicht männlein* –, um homenzinho dos contos infantis germânicos que detém-se diante de um monte de escombros e, tomado por sua falta de jeito, leva o menino através de desventurada sorte (Arendt, 2008)... até às ruínas de sua morte. É para ali que você estava indo... às ruínas de sua morte.

Você chega na estação. Sépia. Os arcos que formam o grande telhado de ferro cobrem alguns trens que dormem silenciosos sobre os trilhos. Tudo é silêncio naquele lugar. Descem do trem, você e mais algumas pessoas: um senhor e uma mulher. O vestuário dela lhe chama atenção. Está vestida com roupas da década de 1940 – sapatos marrons, vestido marrom esverdeado, comprido até um pouco abaixo do joelho, meia-calça fumê; seu rosto pálido, seus cabelos curtos e lisos terminavam no contorno do rosto, não carregava malas. Sépia. Você olha novamente e não a vê. Um delírio. Talvez uma aparição que vem entrando e saindo de trens neste local pelos últimos 75 anos.

A estação é alma pura. Desabitada. Memória. Distante.

Para sair do outro lado você cruza a sala de espera. Nessa travessia você passa por três guichês em um corredor com antigas cabines telefônicas, sem os telefones. Só as cabines como jazigo para os aparelhos que uma vez ali estiveram. Tudo em mármore verde. Você atravessa este pedaço de prédio e encontra um grupo de jovens, parecem estar acompanhados de dois professores. Eles seguem animados e você segue adiante. A cidade é praiana, funcionando provavelmente muito mais no verão; hoje, no outono, deve receber pessoas que vem passar o final de semana – era uma sexta-feira, início da tarde. O sol irradia na fronteira do céu onde nenhuma nuvem arrisca aparecer. Tudo é azul cintilar.

A estação fica na parte mais alta da cidade. Assim que, para chegar nela (ou sair dela) uma grande escadaria espera o visitante. Você vai descendo, seguindo o grupo de jovens. Portas e janelas lhe esperam fechadas. A cidade parece estar ausente de si mesma. Os plátanos da rua em ladeira balançam suas folhagens com o vento que sopra forte. À sua direita, um pequeno mercado público, suas portas de madeira e venezianas verdes estão fechadas. Enquanto ladeira corre abaixo, você repara nas vitrines de algumas pequenas lojas – as que parecem abertas encontram somente olhos curiosos cercados de rugas, escondidos atrás de vidros; e nas janelas de antigas casas, cujos arcos e dobradiças lembram tempos parados de um pós-guerra.

Você chega na rua principal, que se espalha em uma praia, cercada por uma borda de pedras e mirantes. Uma alameda com seus plátanos, um calçadão e uma mureta separando a rua da areia de pedrinhas. O mar reluz silencioso. As montanhas ao redor da praia formam uma baía protegida, quase escondida, não fosse a fronteira de dois mundos ali determinada.

Os jovens entram em um restaurante cujas portas abrem para a rua, o único aberto no seu campo de visão. Você segue pela rua lateral, a última perto da encosta que termina na praia. O albergue fica ali. Ao passar pelo restaurante, você nota os jovens sentando para um almoço tardio. Nas mesas, guardanapos de tecido branco combinam com os copos e talheres brilhantes.

Você empurra a porta do albergue e leva um susto. Como se todas as pessoas da cidade estivessem ali. Falando catalão. Oito pessoas dividem-se nas seis pequenas mesas do bar, pizzaria, *croissanterie*, enquanto o senhor de bigode conversa atrás do balcão envidraçado que expõe meias-luas e doces. Ele informa que esta é única hospedagem aberta durante a baixa temporada. Ao lado da porta de entrada uma máquina de jogos colorida pisca suas luzes.

O quarto fica no primeiro lance de escadas. Para subir, você sai do bar para a rua, entra em uma porta guardada por números que esperam senhas e, depois de dois lances de escadas, entra em mais outra porta. O quarto é separado do banheiro, mas contém um lavabo e sacada para fumantes. Você espia e enxerga a rua de onde veio. Após guardar sua mochila no quarto, você pede informações para o dono do albergue sobre o memorial de Benjamin. Ele sinaliza que é muito perto dali, saindo do albergue, ao final da primeira rua à esquerda onde se encontra uma escada: no final dela a estrada que leva ao memorial. A estrada asfaltada não é muito íngreme, mas a subida impressiona... o azul do céu encontra o azul do mar, as montanhas emolduram a cena e a cidade vai ficando lá embaixo com sua praia desabitada.

Beleza e melancolia. Ao final da subida, uma leve curva apresenta uma das paisagens mais belas que o olho pode tocar: o mar escapa das montanhas, rompendo para o infinito. Desmancha e desaparece para além da linha do horizonte. *Espaço de memória* – diz a placa vermelha que convida para o memorial *Passagens*. Nenhuma nuvem no céu. Você descobre que o memorial foi criado por Dani Karavan, um artista israelense, no 50º aniversário da morte de Benjamin.

*** Interrupção ***

Forças da reticência...

Aniversários de morte sempre me acompanharam de uma estranheza medonha, daquilo que obriga a lembrar ou sufocar dias que não passam dentro das memórias empurradas por cerimônias que se arrastam. Que se comemora?! Ter sobrevivido?! A lembrança dos que foram? A interrupção no pensamento segue os caminhos daquilo que restou, em tudo o que possa existir de potência no restar. Agamben (2009, p.53) nos conta, como quem narra história espectral antes de dormir, que o morto é o objeto de amor mais exigente com o qual lidamos, “perante o qual estamos sempre desarmados e incumpridores, em fuga e distraídos”. Um espectro que traz

sempre consigo uma data... Nossos mortos são seres intimamente históricos e que, apesar de fazerem o possível para o esquecimento, continuam a forçar-nos a reticência.

*** Fim da Interrupção ***

O memorial *Passagens* de Karavan traz disso, força que se cria quando o monumento aflui sobre o mar – a travessia para o passado, memória e exílio, mas infinito em azul e barulho de ondas... um *continuum* de reticências. Uma memória não somente da última passagem de Benjamin entre França e um destino que era interrompido ali, como também uma homenagem a seu último trabalho, ainda em aberto – *Passagen-Werk* ou *Passagens*: a coletânea de escritos iniciados em 1927 sobre a vida da Paris do século XIX e seus arcos, reflexões inacabadas sobre a experiência de habitar a contemporaneidade urbana.

O memorial continua, abrindo para três possibilidades de passagens, um percurso a ser construído no itinerário de quem chega: o túnel que desemboca ao mar, uma antiga oliveira que testemunha aqueles que por ali passam e uma plataforma para meditação aberta ao horizonte¹⁴... elas não se conectam necessariamente; estes espaços de memória são descobertos pelo viajante quase sem querer. Você mesmo só descobre isto ao olhar o material que lhe foi entregue no albergue: um pequeno mapa apontando a rota para o cemitério, onde alguns pontos aparecem marcados. Não há explicação sobre estes pontos, só suas marcas no papel. Você é a criança novamente a buscar aonde as pistas levariam...

O túnel e a plataforma são feitas de aço já enferrujado. O criador não queria mármore ou nada que fosse eterno, mas um material que conversasse com o peregrino, que se tornasse memória, sofrendo com as marcas do tempo. O lugar havia conversado com ele, dizia Karavan. Ao olhar para o redemoinho, você testemunha a formação da torrente nas pedras onde as ondas do mar lutavam entre si – a reviravolta das águas, a espuma, o rugido, a calmaria... e tudo de novo: “aqui a natureza conta a tragédia deste homem, ninguém poderia fazer melhor. É assim que seu memorial é construído: onde sujeito e mundo desembocam um no outro” (Karavan, 2015, livre tradução).

¹⁴ “Instead of imposing a single itinerary, the artist has chosen to give each of us absolute freedom to pass through and construct our own experience. No moral, no message. In this way its three passages — a tunnel and a flight of steps with a surging sea and a whirlpool at the end of it, an ancient olive tree and a platform for meditation, open to the horizon — are a wheel of emotions: exile and loneliness, a lesson in survival and acceptance. Karavan has managed to open up possibilities of experience and in so doing overturn what Benjamin perceived to be one of the most lacerating effects of the pain of the twentieth century: the impossibility of experience” (Karavan, 2015).

Você entra na passagem. Ela te chama. Uma escadaria enferrujada leva até o mar, ali, quase ao toque da mão, ao seu alcance... mas não. Um impedimento. Um vidro de corpo inteiro separa você do mar. A impossibilidade da experiência.

Seu olhar refletindo e o som das ondas batendo no rochedo provocam uma relação – entre você, mar e vidro. Em um espaço onde nada chega a se transpor, paradoxalmente uma coisa atravessa a outra... “compartilhamos um universo” – você lembra de Samuel.

*** Samuel ***

Chove em Porto Alegre...

Chove em Porto Alegre. Sim, você que está lendo esta mensagem provavelmente tem janelas em casa, e meu breve informe é basicamente inútil pra você. Eu sei disso, e não preciso de nenhum comentário irônico dizendo que você mora em uma caverna embaixo de uma pedra (mas se você de fato morar em uma caverna, por favor, me convide para visitá-lo que eu levo minha camiseta do Batman).

Sim, é óbvio que chove e que você não precisa de mim pra saber disso, mas eu não estou postando isso aqui para te informar. Ninguém que já puxou o papo "que calor, né?" em um elevador estava interessado em discutir as condições climáticas da cidade, mas em estabelecer um contato com outros seres humanos, quebrar a barreira de silêncio e indiferença que os separa e acabar com o desconforto que tanto marca essa solidão que vivemos todos os dias.

Por trás dessas minhas palavras desengonçadas e deselegantes existe mais do que apenas o fato de eu ter visto água caindo do céu nessa noite – existe uma história muito longa de interação com outras pessoas, que me permitiu ver água caindo do céu, saber que chamamos esse fenômeno de "chuva" e poder dizer isso para aqueles que de algum jeito estão perto de mim.

Existe, também, o fato de que estive longe de Porto Alegre por tempo o suficiente para esquecer que de vez em quando chove por aqui, e que ver isso outra vez da janela do meu quarto outra vez parece algo tão impressionante e mágico que preciso compartilhar isso de algum jeito, por mais imbecil que possa soar.

Quando eu digo “chove em Porto Alegre”, eu não quero apontar o óbvio. Eu quero que você me veja apontando o óbvio, e perceba que compartilhamos um universo, e isso não é óbvio.

Samuel Eggers¹⁵, em três de julho de dois mil e treze.

Passagens, Benjamin (II)

O vidro consome com palavras de uma realidade cruel:

Schwerer ist es, das Gedächtnis des Namenlosen zu ehren als das der Beruhmten. Dem Gedächtnis der Namenlosen ist die historische Konstruktion geweiht.

Benjamin, GS 1, 1241

É tarefa mais árdua honrar a memória dos anônimos que das pessoas célebres. A construção histórica é consagrada àqueles que não têm nome.¹⁶

Namenlosen – não são anônimos, mas sujeitos que perderam seus nomes... exilados de si. Exílio e solidão. Naquele lugar pacífico, sem viva alma por perto, uma melancolia gelada sobe por seu corpo... junto ao sol que descia.

Você se vira para sair da passagem de ferro, prestando atenção nas marcas das paredes, nomes escritos com canivetes, ferrugem manchando a ponta do seu dedo ao toque frio. Conforme vai subindo, degrau por degrau, o sol vai alcançando seu corpo: primeiro o rosto, depois o peito. Você se vira em um último relance para aquele lugar de mar, prestando atenção na terra que engolia a passagem de ferro... por cima de você, no resto de montanha que cercava o memorial, uma pequena flor amarela desabrochando. Sacudida pelo vento ela valente se ergue, o sol a toca. Enquanto vai subindo pelos últimos degraus, o sol lhe traz um calor inexplicavelmente reconfortante. O clichê da luz no fim do túnel não poderia ser mais bem recebido. Saindo dessa passagem, a primeira coisa que o olhar bate é na oliveira serena, olhando fixamente de cima da pequena colina, ao lado das paredes do cemitério.

Você fica um tempo ainda ali, ao lado da *Passagem*, olhando o horizonte... senta nos bancos de cimento gelado. O vento cortando o rosto e o sol, a cada passar de tempo, se esconde atrás da grande montanha que circunda o mar. Antes de continuar, você pega uma pedrinha que

¹⁵ Samuel foi um psicólogo, pós-graduado em Neuropsicologia pela UFRGS. Ele está aqui porque sua passagem diz de outonos de luta quando, após manifestações que tiveram início em junho de 2013, grupos de luta testemunharam o aumento da força policial, bem como o recrudescimento de políticas estatais repressivas junto a grupos governamentais opressores (Nepomuceno *et al.*, 2016). Samuel identificava-se com causas ambientais, lutou contra o sucateamento da educação pública, contra gestões corruptas municipais e estaduais, contra ilegalidades governamentais e processos jurídicos injustos. Samuel foi morto em uma sexta-feira treze.

¹⁶ Tradução de Coelho (2006, p. 24).

estava na grama, quase na beirada do penhasco, coloca no bolso no casaco. Então, abre o mapa com as marcações. Uma delas era exatamente onde a oliveira estava. Muito depois você descobre a proposta de Karavan, na qual a oliveira teria o sentido da testemunha, valente, sobrevivendo em meio a inospitalidade das pedras e rochas.

Você sobe correndo a colina em direção à oliveira, quem sabe para assustar o frio do corpo. Entrando no olhar da pequena árvore – ainda assim, maior que você. A amplitude do olhar é magnífica: a estrada da montanha adiante, cortando em zigue-zague as pedras e vegetação fronteira; o quase além do horizonte azul oceânico beijando o azul celeste; a entrada do cemitério, cujas grades abertas convidavam as almas a entrar, e que há pouco testemunhou você, entrando e saindo da passagem. Uma pequena placa explicava que nada teria aço ou ferro ou caminhos levando até aquela oliveira. A proposta seria a de deixar as coisas como estavam na época de Benjamin... sentir o pé falsear ao pisar nas pedras enquanto se sobe na montanha; sentir a grama congelada e as sementes de olivas machucando as solas dos sapatos; sentir o pó da terra levantar depois de passo dado. Assim estava. Assim seguia.

A próxima marcação no papel leva para a plataforma, atrás do cemitério, na parte mais alta dos arredores: um tablado quadrangular em aço enferrujado; no seu centro, um elevado degrau também em formato quadrado. Ali você sobe para enxergar o pequeno cais da cidade, seus barcos a vela balançando forte com a ventania que se formava. Dali do alto você também enxerga os telhados dos mausoléus... as lajes brancas e pequenos pinheiros que haviam em seus corredores. Nos fundos do cemitério, uma segunda porta que convida aos túmulos. Por ali você decide entrar. Evitando olhar para os andares de mortos, você busca nas poucas lápides que estavam no chão, um nome. Walter Benjamin.

Enquanto caminha nos corredores de mortos, você lembra da narrativa que conta sobre a última passagem do autor... Com a eclosão da Segunda Guerra e os tratados com a Alemanha Nazista, dentre os quais determinavam a rendição dos refugiados à Alemanha e impediam a entrega de vistos de saída da França, a Benjamin só restaria uma possibilidade para tentar escapar: percorrer os Pireneus a pé, de Banyuls de la Merenda a Portbou, por entre sinuosos e gélidos caminhos montanhosos. Fragilizado pela falta de fé nos movimentos marxistas, com a experiência do exílio a persegui-lo e a debilidade de um coração enfraquecido, a rota de fuga declarava os passos de mais um fracasso. Chegava na pequena cidade fronteira para descobrir que não poderia ficar, perdera por um dia a autorização de trânsito. Seria entregue aos soldados alemães. Somente lhe era permitida uma única noite ali, na cidade banhada pelo mediterrâneo. Uma noite era o que bastava. O pequeno hotel perto da estação de trem o esperava para o limiar

entre o presente sufocante e a imortalidade quase anônima, não fossem amigos filósofos e escritores que o buscaram, o lembraram. Ainda assim, não se sabe o que de Benjamin reside sob as pedras de seu túmulo, que não a ideia do homem em si. Afinal, Hannah Arendt quando chega a Portbou, um ano após a morte do amigo, não encontra seu túmulo. Em carta que escreveu a Scholem, ela conta “Não encontrei nada, seu nome não estava em lugar algum” (Arendt, 2008).

Hoje, a história contada aqui em Portbou se reparte em várias cenas: em uma versão ele havia sido enterrado sob nome católico, tendo seus primeiros anos de sepultura pagos pela companheira de viagem, Henny Gurland, junto com a quantia que ele mesmo carregara, sendo identificado anos depois após buscas de outros escritores (Max Horkheimer escrevera às autoridades locais pedindo informações sobre o senhor alemão que havia morrido lá, para somente receber uma resposta da causa de morte – insuficiência cardíaca – e que portava alguns papéis consigo), recebendo, assim, seu túmulo com nome próprio. Em outra versão, seu corpo havia sumido, enterrado como indigente em uma vala comum e, provavelmente, até hoje nunca encontrado. Nesta última, a prefeitura local teria criado uma sepultura ‘oficial’ dada às buscas constantes de pessoas (historiadores, filósofos, escritores, jornalistas, pesquisadores, você), culminando em um local fictício, onde sua memória era aquela que ali jazia.

Você encontra a sepultura. Você estava ali, sob os resquícios daquilo que seria Benjamin, ou não. Em sua lápide, a inscrição:

Walter Benjamin

Berlim, 1892 – Portbou, 1940

A frase escrita sob as datas diz: “Não há um documento da cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento de barbárie”. Você presta atenção à linha que separa as cidades e datas e concorda com a ojeriza sentida por Coelho (2006, p.24) sobre essa proposição gráfica: “como se esse alinhamento pudesse de fato confinar ou determinar ou explicar a vida que esteve entre dois extremos. E, pior, confina”. Disposição funérea, diz ele. Talvez Benjamin também assim o achava, especialmente quando a linha reta entre datas encontra a crítica do filósofo sobre uma noção de tempo linear e homogêneo. Diz Gagnebin (1993) que uma das questões que pulsiona das escrituras benjaminianas é a de como escrever uma história que não faça do presente um resultado previsível, mas que saiba revelar o possível? O que foi possível no passado? O que é possível hoje? Por tais desassossegos ele elabora uma teoria da experiência

histórica, retomando o tema político da história dos vencidos, como também da tradição messiânica judaica (teses II, III, VI). Nessa experiência com o passado, há uma força transcendente nas palavras benjaminianas, de desencantamento e redenção, uma simultaneidade entre registros teológicos e uma historiografia materialista.

É por essa razão que seus críticos geralmente caem sobre ele em relação a uma certa falta de força teórica. Gagnebin (1993) conta que Adorno referia-se a Benjamin como um observador genial, porém um dialético medíocre, incapaz de uma verdadeira reflexão teórica. Ela vai mais além e nos confia que, enquanto alguns autores escolhem um ou outro viés – seja tomando-o como materialista convicto e ignorando a parte teológica ou utilizando-a enquanto potência metafórica, ou outros enxergando-o como um místico que ilude-se com um marxismo da libertação –, tomar Benjamin e suas passagens deve-se menos a um arsenal teorístico, do que como força de um dom para pensar poeticamente (Arendt, 2008). Pensar que a constituição teórica só ocorre nas miríades cartesianas, ou na seriedade de palavras duras, não cabe em seu artesanato da narração (Baptista, 2008). Há tamanha potência, ética e política, em constituir imagens do pensamento junto à inconclusividade poética de Benjamin, que deve-se beber a agudeza de sua crítica e banhar-se nos motins de suas anedotas (Mate, 2011) enquanto uma experiência com o passado: enveredar em seus escritos como ele mesmo nos convida, passagens por “um punhado de florzinhas recolhidas em passeios solitários”. Em sua relação com os amigos, Gagnebin narra que eles eram tão diferentes entre si que nunca compartilhariam de uma mesma roda de conversa; estes censuravam em Benjamin certas insuficiências históricas, um responsabilizando o outro pela influência que teriam sobre ele. Benjamin nunca era suficientemente alguma coisa. *Entre lugares* ele vagava – como ironicamente é o título de uma das primeiras biografias publicadas sobre ele, *Entre cadeiras*. Talvez fosse ali mesmo que sua vida se dissiparia: entre fronteiras. Talvez ali, mesmo, ele deveria restar. Ali, sozinho, único.

Um homem solitário... jaz em um lugar a ermo. Nenhum outro autor, filósofo, escritor, poeta. Somente outras pedrinhas. Naquela tumba de memória, onde você também coloca a sua pedrinha, recolhida das beiradas do penhasco.

No mural do cemitério, a carta que Benjamin escreveu a Gurland e Adorno está gravada em uma placa de memória, onde lê-se:

Em uma situação sem saída, eu não tenho outra escolha a não ser chegar ao final dela. É em uma pequena vila nos Pireneus, onde ninguém me conhece, que minha vida terá um fim. Peço a você que envie minhas lembranças a meu amigo Adorno e lhe explique sobre a situação a

qual me encontro. Não há tempo suficiente para escrever todas as cartas que eu gostaria de ter escrito.

Benjamin, Portbou, 25 de Setembro de 1940

Você lê a placa de metal e despede-se de sua tumba. Saindo do cemitério pelos portões de ferro (um deles está fechado e você se pergunta em qual momento alguém veio fechá-lo), você encara a montanha do outro lado do mar; onde o sol ainda alcança, é lá que você quer chegar. Passa pelo memorial que desemboca no mar, pela placa vermelha *Espaço de memória*, caminha estrada abaixo, desce pela escadaria, dobra a esquina no albergue, até alcançar a praia. Os jovens já não estão no restaurante, que agora está fechado. A baía, deserta. Você segue pela encosta da praia, costeando a mureta que separa rua de areia e pedras, até o pé da montanha do outro lado. São cerca de cinco horas da tarde. “Quero ver o que tem lá do outro lado”. Portbou é linda e mansa... mas é abandono e desilusão também. A montanha e o mar infinitos pedem que você siga. Trilha acima.

Você passa por baixo de um pequeno viaduto, a altura quase na sua cabeça. Em sua entrada o sinal dos caminhos montanhosos. Uma mãe com duas crianças voltam da escola. Vocês sorriem e se cumprimentam. As paredes do viaduto são desenhadas a mão de menino. Tem cores, bonequinhos, nomes assinados, tudo pintado. Do outro lado, a estrada continua... subindo em meio a casas e alpendres. Tudo fechado. O frio bate na porta e lá dentro, você imagina, as pessoas tem estufas. Aqui fora, vento.

A estrada estreita (ou carro vai, ou carro vem), rua de mão única, agora se abre um pouco... você está em uma estrada mais larga, asfalto e faixa amarela dividindo a pista de lá e a de cá. Se o olhar percorre longe, você enxerga a estrada seguindo em curvas a torto e a direito, montanha acima. Não tem acostamento. Você entra em uma entrada paralela, onde asfalto vira terra e segue por ali, sentindo as pedrinhas embaixo dos pés. A terra toda é baixinha, grama machucada do frio, onde plantas fortes que seguram o vento são as únicas que sobrevivem. Logo adiante você encontra uma placa. É um sinal para os trilheiros, à esquerda a rota por Querroig (o castelo no meio dos Pireneus, marcando fronteira entre países), à direita Cèrbere. Você sobe à direita.

As casas vão ficando distantes, pequeninas. As pernas quentes, o rosto congelado e você pensa em Benjamin e em sua travessia pelos Pireneus. Dez minutos de caminhada, um descansando, calculando o martírio no relógio. Os habitantes locais dizem que ele usava alpargatas no dia de sua caminhada, para se mesclar com o povo dali. Ainda que fosse final de outubro (agora um gélido final de novembro) e talvez sem um vento tão traiçoeiro, é certo

que o ar das montanhas deveria ser tão impiedoso quanto o ar do inverno, principalmente na solitária noite que ele passara sozinho, enquanto seus companheiros de fuga seguiam. Tinha o exílio ainda a soprar em seu pescoço. Metade da montanha fica para trás, um grande bloco ainda espera para ser trilhado... você sente o coração na garganta, batendo forte, sufocando a entrada de ar. O suor escorrendo pela espinha, molhando a roupa embaixo do casaco. Os músculos das pernas ardem e você olha para sua intenção de vingar montanha se desfazendo como a imagem da cidade consumida pelas sombras do sol que não a alcança mais. Você desiste. Procura abrigo do vento junto a escombros de pedra e casa que um dia foram. “As ruínas servem de metáfora para um tempo inacabado. Indicam a fragilidade da tradição, a precariedade da noção de projeto e a instabilidade dos valores (...) onde o descontínuo é a regra. Representam o tempo iminente da decomposição da carne” (Varejão, 2004, p. 2).

Pouco tempo passa até que as ruínas da casa começam a tomar conta de você. Um vórtice de solidão e desconcerto. A desistência cede lugar para mais um passo. Montanha acima. De repente, depois de ar faltar no peito, o topo da montanha revela a estrada fronteira. Uma placa azul com estrelas douradas apresenta “França” e as luzes das casas de Cèrbere. Um grande tablado de cimento recebe em mirante os caminhantes que chegam até ali. *Espaço de memória*. Murais com fotos e histórias cravados no chão deslocam a sua atenção do horizonte em cor púrpura. Eles contam: naquele local cerca de 500 mil refugiados tentaram fugir da Espanha para a França durante a Guerra Civil Espanhola. Exatamente entre aquelas pedras famílias inteiras foram recebidas, em 22 de janeiro de 1939, por uma fronteira de portas fechadas. Por uma semana ficaram esperando, sob neve e vento, morrendo aos montes, enquanto a fronteira não abria. Por sete noites esperaram, por sete noites morreram. A fronteira foi aberta em 29 de janeiro. Aqueles que não sobreviveram, têm hoje as placas vermelhas para lembrá-los. Uma foto em cinza mostra o aglomerado de pessoas sobre neve e lama. Outra, mostra uma estrada, uma pequena torre, uma guarida, carros-forte, de um lado. De outro, 500 mil refugiados. Mulheres. Crianças. Homens. Tornozelos nus. Sapatos gastos. Surreal e cruel que entre estes dois mundos não haviam grades, mas uma ordem. A vida. A morte.

Hoje, as placas erguidas em vermelho com as fotos desse dia, sobre uma plataforma de concreto onde uma única pedra crua habita em seu meio, é o que conta a história daqueles que ali *passagem*... Você sente-se esvaziando em nudez. O frio e o vento intenso não cessam. O mar de Cèrbere vai escurecendo e seu horizonte, avermelhando-se. O pôr-do-sol saudando a finitude do dia. O outro lado da montanha que você queria ver estava ali: a história dos vencidos. Tumbas da memória.

Passagens, Foucault

Você está a bordo de um ônibus, de volta a Londres onde ficará os próximos meses até concluir um ano do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE). Ao olhar pela janela as reminiscências de Portbou continuam a latejar em sua memória, ainda que meses tenham se passado desde então. Você está a caminho da universidade para mais um dia de embriaguez na biblioteca da faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Westminster e, enquanto percorre as ruas estreitas da cidade inglesa, você se surpreende com a habilidade com que os motoristas encaixam o veículo de dois andares por entre carros e galhos de árvores. Tudo é calculado e manejado para o máximo (e bom) uso do espaço: se árvores são necessárias e também ruas e carros e ciclovias e faixas de segurança e calçadas, tudo parece ser criado para coexistir calculadamente, como se previamente agendado para funcionar de um determinado modo e não de outro. Do andar superior do ônibus, você enxerga um canteiro de plátanos metricamente dispostos entre faixas de trânsito; estas também parecem ter sido milimetricamente construídas, pois servem a um veículo de cada vez, sendo a largura máxima que cabe sobre o asfalto a exata dimensão do ônibus. Duas faixas, dois ônibus; um indo, outro vindo. Premeditadamente eles se cruzam, seus espelhos a uma distância de um sussurro entre si. Na calçada, duas pessoas podem andar de mãos dadas, porém acaso outra dupla caminhe na direção contrária, algum par de mãos terá de se soltar. Você sabe que, para um turista desavisado, aquilo que de memória se faz sobre a capital inglesa geralmente são as largas avenidas lotadas de pessoas, ou ainda as grandes praças de centros turísticos. Para experimentar a sensação claustrofóbica de ruas contraídas, é preciso sair dos locais usualmente prestigiados.

Das largas ruas aos espaços cuidadosamente pensados, orvalhados pela neblina e arquitetonicamente calculados, a própria cidade trata de avisar onde você se encontra e como deve se portar. Londres não só é gerenciada por controles invisíveis, tudo aquilo que, em sua não-obviedade, ocupa espaços urbanos e nos controla sem percebermos – câmeras de monitoramento, diretrizes morais não ditas, mas prescritas e exigidas caso você se esqueça (“mantenha-se à direita” está escrito nas escadas rolantes de metrô) –, como também faz um uso exemplar de aparatos de governo dos corpos que nos saltam aos olhos: avisos em setas, sinais em placas, pisca-piscas, escritas no chão (“olhe para os dois lados” diz o asfalto junto ao meio-fio), guardas de trânsito, registros infundáveis (caso a pessoa não seja cidadão europeu deve seguir percursos burocráticos como ir em um centro policial para estrangeiros em até dez dias úteis desde a chegada no país, se dirigir até a delegacia de polícia mais próxima caso mude

de endereço e/ou de emprego, carregar cópia do passaporte para apresentar em abordagens policiais e, se caso isso ocorra, apresentar o original dentro de sete dias úteis), além de outros mecanismos de segurança e controle como comprovante de residência, *national insurance number*, o cartão de transporte chamado *oyster* (um jogo com a palavra ‘ostra’ em inglês, a trocar o ‘i’ pelo ‘y’) sem o qual não é possível ingressar no sistema de transporte público (a não ser que você compre um vale-transporte, mas ainda assim este só funciona em algumas catracas de metrô). Para se estar em um ônibus vermelho como este, é preciso tocar o *oyster* todas as vezes em um mecanismo amarelo localizado junto ao motorista rente à porta de entrada; assim como nos metrô da cidade, onde a cada entrada e saída é exigido o toque do *oyster* para que as catracas se movimentem e lhe abram passagem. Dentro da pequena ostra, o máximo de informações sobre você. Você se perde em meio a seus pensamento sobre estes dispositivos que mapeiam e controlam sua vida na capital inglesa, tanto que passa seu ponto de descida. Desde que você leu Foucault, e já não se lembra com exatidão quando foi, o sentido das coisas não lhe surgem em inocência. Você sente as coisas entrelaçadas por fios intermináveis, que vão amarrando uma série de técnicas e procedimentos pelos quais somos governados e que, por sua vez, carregam ordenamentos de como conduzir a conduta dos outros. Assim que toda tecnologia criada faz você pensar na relação consigo e com mundo, e o que isso diz do presente, da atualidade: “o que acontece hoje? O que acontece agora? O que é esse “agora” dentro do qual estamos todos, e que é o lugar, o ponto [do qual] escrevo?” (Foucault, 2010, p. 12). É insuportável e extremamente cansativo às vezes. Apertando o botão e cuidadosamente descendo para o andar inferior do ônibus, você aguarda o veículo parar.

Como você passou duas quadras além da parada que gostaria, resolve apertar o passo para que o vento gélido de fevereiro não lhe congele as pontas dos dedos antes de chegar até a biblioteca. Caminhando pelas ruas úmidas, você passa por travessas escondidas entre prédios a fim de desviar das grandes concentrações de pessoas que se aglutinam em Oxford Circus, entre vitrines imensas e máquinas fotográficas de visitantes. A maioria dessas ruelas você encontrou por acaso, enquanto desabitava conhecidos caminhos, deixando passo levar. Das pequenas ruas que levam até a biblioteca, uma delas esconde uma singela loja de artefatos produzidos em couro. Pequena como a rua em que se encontra, nela existem diários e livros antigos encadernados, máscaras que lembram carnavais vieneneses e marcadores de livros feitos com desenhos grafitados a fogo. Da primeira vez que você entrou nessa loja, você escolhera o marcador em que um gato ocupa metade da tira de couro, na qual ele parece estar sentado sobre telhas de uma casa, pois atrás dele telhados e alpendres surgem apertados como se fazendo parte

do cenário daquela mesma rua. Hoje, você resistiria e passaria reto em frente a loja de artefatos, pois o vento empurrava o seu desejo de chegar logo na biblioteca. Essa biblioteca é outra daquelas que alimentam uma clandestinidade em você, por não lhe impedir de percorrer corredores de livros e tocá-los com intrépidos gestos sem mediação de bibliotecários. Em seus primeiros dias nela, você percorrera seus andares repletos de coleções literárias descobrindo cantos para passar todas as horas possíveis. Até encontrar seu lugar preferido: o subsolo do prédio. Um andar inteiro sob a terra, cujas paredes iluminadas ilusionam os estudantes de que o dia nunca terminará. Ainda que esta constituição arquitetônica lhe cause incômodo (daqueles que a veia foucaultiana em você faz latejar) – pois você pensa no que está em jogo na criação de aparatos que têm por objetivo manter estudantes despertos sob a ilusão ótica de dias inacabáveis –, você também entende que a sensação de luz vinda de janelas falsas importa em uma cidade praticamente sem sol e repleta de horas escuras de invernos intermináveis. É nesse andar de janelas encantadas com luzes artificiais, que você descobre um canto para saciar seus gestos em busca de livros desgovernados de bibliotecárias. Um canto oculto por prateleiras de crimes e histórias de horror que fazem esconder dos olhares de quem entra pela porta da biblioteca, aqueles que ali estão imersos em suas leituras. Assim como nos outros espaços de estudo compostos por mesas compridas repletas de divisórias individuais, também nesse canto há uma bancada separada por cubículos. A diferença, porém, é que ali existem pilares tornando a construção espacial do lugar peculiar e exígua, só deixando espaço para quatro pessoas se abancarem, ao contrário das outras mesas com dezenas de lugares convidativos. Quiçá, o canto das narrativas criminais seria, a um estudioso habitual, o menos convidativo possível. Mas não para você. Tendo o elemento biográfico retumbando dos arquivos, é exatamente o aspecto lúgubre desse canto cercado de versões sobre “Jack, O estripador”, que cativa você.

É nesse canto literato que você escreve sobre as idas que tem realizado semanalmente à prisão HMP *Pentonville*, para acompanhar atividades junto ao *Research Centre for Equality and Criminal Justice*, grupo de pesquisa do qual seu supervisor acadêmico e outros professores do departamento de História, Sociologia e Criminologia da Universidade de Westminster fazem parte. Desde que você chegou em Londres, tem acompanhado o desenvolvimento de uma parceria entre esta universidade e algumas unidades prisionais da Inglaterra, na constituição de projetos educacionais para presos (Darke, & Aresti, 2016). Em *Pentonville*, especificamente, a proposta que faz você ir todas as quartas-feiras na prisão consiste em abrir o meio acadêmico buscando produzir uma criminologia que imperativamente tenha a direta participação daqueles que estão ‘dentro’ do sistema, ou seja, onde presos ou ex-apanados possam ser agentes da

produção de conhecimento neste campo, fundamentando-se na auto-etnografia do preso como ferramenta de aprendizado e formação de saber (Ross *et al.*, 2014). Nesses termos, módulos de disciplinas do curso de Criminologia são ministrados dentro da prisão, onde estudantes da universidade e estudantes apenados dividem um mesmo espaço juntos, no interior do cárcere. No total são vinte e dois alunos, três professores e você, a criatura estrangeira que naquele momento não faz parte do grupo identificado por estudantes (pois a pós-graduação nesse ponto lhe conferia um outro status), e tampouco pertence ao grupo de professores (pois não havia um contrato de docência estabelecido naquele contexto). Deslocando o cenário das salas de aula comumente utilizadas, você participava de um projeto piloto onde cursos de formação aconteciam em outra biblioteca: aquela confinada no interior de *Pentonville*. Ao invés de estar cercada por luzes artificiais que tudo tornavam dia, esta biblioteca era cercada por grades e estreitos basculantes que tornavam o ambiente entre livros, uma gaiola. Nessa biblioteca, não somente a retirada dos livros são fortemente mediadas pela bibliotecária, como toda literatura passa por um rigoroso corte em seu teor: livros com conteúdo sexual, fúnebres, violentos, políticos ou demasiados sombrios (você não encontra Edgar Allan Poe ou Dostoiévski no acervo de *Pentonville*) não fazem parte das estantes.

A prisão conhecida como ‘A Vila’, mantida pelo governo inglês, apresenta atualmente uma capacidade operacional para 1310 presos (Inglaterra, 2017). Localizada no norte de Londres, *Pentonville* foi inaugurada em 1842 nos moldes do panóptico de Bentham: contém cinco pavilhões que formam-se a partir de um núcleo central de onde é feito o controle de todas as alas. Apesar de sua engenharia arquitetônica ser voltada para um completo controle sobre os corpos dos presos, esse estabelecimento prisional desloca-se de uma racionalidade de ininterrupta vigilância conforme suas celas, inicialmente elaboradas para prender um indivíduo por vez, se transformam em cubículos para a contenção de dois prisioneiros por espaço e, à medida que cantos escuros passam a camuflar espaços livres de monitoramento policial. Mesmo não funcionando panópticamente, a disciplina neste local ainda se torna a principal arma de controle sobre os corpos que ali se encontram. Para entrar nesta prisão, como visitante a princípio, você deve encaminhar antecipadamente não somente seu nome e documentos de identificação como também, no caso de não ser natural da Inglaterra, uma certidão negativa de antecedentes criminais (o visto de estudante servia como esta prova). Seu nome fica registrado no sistema penal inglês e, a cada chegada na prisão, todo um repertório de ações lhes são direcionadas. A rotina é sempre a mesma. Você chega às 13:15 e se une ao grupo que espera junto à porta de entrada da prisão. Quando todos chegam, entre estudantes e professores,

celulares e acessórios eletrônicos são entregues e trancafiados em um armário. Nada desse tipo pode entrar lá. E goma de mascar; também não se pode entrar com goma de mascar. Terminada essa rotina de ‘faxina’ do grupo, todos entram em outra fila para apresentar a identidade a um guarda que fica atrás de um balcão separado por um grosso vidro. Ele pega os documentos, faz anotações, consulta o sistema eletrônico de um computador e devolve os documentos junto com um crachá onde lê-se ‘visitante’. A partir daí portas de vidro eletrônicas são abertas e você passa por um detector de metal. Portas, grades, uma sala com armários trancados para pegar um molho de chaves, outras tantas portas, grades, um pátio interno cercado de concreto que desemboca em um prédio com mais portas, e mais grades, em cujo final está a entrada para os pavilhões. Ainda que boa parte desta prisão tenha sido renovada, sua arquitetura permanece como originalmente construída, uma composição vitoriana de pedras que carregam uma tonalidade de passado e tijolos vermelhos.

É o coordenador dos projetos educacionais de *Pentonville* quem lidera o caminho; ele segura o molho de chaves que abrem e fecham as grades. Para chegar na biblioteca da prisão vários caminhos são possíveis, mas geralmente o trecho mais curto é o escolhido por ele: atravessando os corredores de um dos pavilhões e passando em frente às portas das celas que se encontram fechadas. Dentro de cada uma, dois presos dividem um beliche, uma pequena escrivaninha, um vaso sanitário. Há silêncio. Isso significa que todos estão trancados em suas celas, esperando a contagem dos detentos para que estas sejam abertas. Para os presos, a rotina é massacrante. São somente duas horas diárias libertos de suas celas¹⁷ para serem aprisionados em limitadas atividades: escolher entre ligar para a família de um telefone público instalado dentro do pavilhão (geralmente enfrentando uma fila tão grande que o risco é de tempo passar sem que o momento de telefonar aconteça), tomar banho, ir para a academia ou se dirigir a alguma oficina que esteja previamente agendada e aprovada pelos agentes penitenciários. A conjunção coordenativa ‘ou’, neste caso, serve somente como sentido excludente, não sendo possível realizar mais de uma destas práticas por dia: ou se faz uma coisa, ou outra. As visitas não estão dentro deste cronograma de atividades, sendo agendadas com antecedência e, quando o são, o prisioneiro é chamado e escoltado de sua cela para a sala de visitas. Estas não incluem visitas conjugais, as quais não são permitidas nas prisões inglesas. Em meio a esse martírio disciplinar, seu grupo de visitantes é avisado que é preciso não demorar-se caminhando nos

¹⁷ Geralmente o horário para a abertura das celas seria maior, contudo, a partir de 2015, este tempo foi reduzido devido à redução de agentes penitenciários e demais funcionários nesse estabelecimento penal, o que vem causando uma maior incidência de episódios violentos entre os presos e confrontos com o efetivo policial (Inside Time, 2014, dezembro 13).

corredores dos pavilhões, para que não se atrase mais do que o necessário a abertura das celas. Enquanto apressa o passo, você vai distinguindo uma porção de cheiros que formam um reconhecimento sensorial olfativo dos caminhos carcerários entre corredores, grades e portas fechadas. Da entrada da prisão até o centro de onde os pavilhões emergiam, tudo cheirava a cloro, ou dentista, ou a alguma coisa enjoativamente asséptica. Já quando a porta para o primeiro pavilhão, caminho para a biblioteca, é aberta, um novo cheiro invade você. Cheiro de presídio. Uma mistura de comida sendo feita, e um amargor de suor incrustado. Você não sabe se há um azedo prisional característico de vidas presas, mas o mesmo cheiro você sentira nas prisões brasileiras. Estranho que têm certos cheiros que a memória faz questão de não assimilar, mas ao mesmo tempo, também de nunca esquecer. É como cheiro de cemitério: as flores secas e os corpos em decomposição modelam um perfume sombrio no ar que é sempre reconhecível. O cheiro da prisão também, ele entra em você com amarga sensação de algo familiar. Você segue com o grupo por entre dez ou trinta grades que são abertas e fechadas, cruzando através dos pavilhões internos da prisão, até a última porta gradeada que abre para uma sala acarpitada e cheia de estantes de livros.

É nessa biblioteca que por seis semanas aconteceram as aulas conjuntas entre estudantes da prisão e estudantes da universidade. Aos primeiros, era conferido um certificado de conclusão de curso básico em criminologia; aos outros, a aprovação em uma das disciplinas obrigatórias da graduação e um certificado de participação como estagiários no referido projeto. Os encontros aconteciam em semi-círculo, sem guardas, somente com a presença da bibliotecária que assistia junto às aulas, ainda que atrás de seu balcão. A didática de ensino geralmente transcorria da seguinte forma: havia um texto a ser discutido, entregue na semana anterior ao encontro, apresentado juntamente à explanação de um dos professores; uma tarefa determinada, com questões voltadas para análises sociológicas de situações teóricas e empíricas (estudos de caso ou narrativas pessoais); discussão em pequenos grupos, onde cada grupo apresentava a compreensão do texto e elocubrações a partir das questões lançadas; e, finalmente, a organização do material e combinações para o próximo encontro. Foram seis semanas de aulas, um encontro de fechamento para avaliação e retornos sobre o projeto e, após entrega de trabalhos avaliativos, a cerimônia de encerramento com certificação dos discentes. No encontro anterior ao término do curso, uma conversa acontece, iniciada por um dos acadêmicos. É sobre ela que você, agora debaixo de luzes artificiais na biblioteca da universidade, escreve.

Faltava algum tempo até a aula terminar, o que significava aguardar a chegada dos guardas prisionais para escoltar os presos de volta às suas celas, quando um dos estudantes da prisão se aproxima de você. O diálogo que acontece passa despercebido da maior parte das pessoas, que neste momento organizavam as cadeiras da biblioteca, recolocavam mesas em seus lugares e guardavam materiais. Você conversava com um dos professores que havia ministrado a aula naquele dia e uma estudante da universidade quando o homem baixo, aparentando ter por volta dos trinta anos, olhos castanho-esverdeados e postura atarracada, entra na conversa. Ele começa dirigindo a palavra para você dizendo o quanto aquele momento, nas quartas-feiras à tarde, era o único em que ele se sentia livre, ‘normal’. Virando o rosto e voltando sua voz para os demais que se encontravam no pequeno círculo de conversa, ele relata sobre a possibilidade única que era estar ali pensando as conjunturas em que cada um se encontrava, sobre o porquê das prisões e dos usos do confinamento, e do quanto todas as discussões suscitadas se expandiam durante sua semana, alargando as grades que o aprisionavam. Porém, dizia ele, conforme o final do curso se aproximava, a sensação que o habitava era a de estar saindo dali mais desestruturado do que se não tivesse participado de nenhum dos encontros, pois estar ali remetia pensar sobre sua própria condição e, então, as grades ao seu redor voltavam a sufocá-lo. Ele novamente lhe olha e revela estar com questionamentos incessantes que o vêm perseguindo desde que iniciara o curso: “O que eu supostamente faço com isso? O que eu ganho com isso?”¹⁸. Sua expressão era serena, não fossem as zonas escuras e cansadas debaixo de seus olhos. Silêncio. Você não consegue dizer nada. Após alguns instantes, professor e estudante respondem a ele, dizendo o quanto a educação produzia isso, mobilizava novos processos. Contudo, a pergunta do homem havia rompido a leveza que preenchia os ânimos até aquele momento. O professor garante que ele poderia procurá-lo quando quisesse, assegurando-lhe que poderiam permanecer em contato trocando correspondências para supervisões regulares, inclusive explicando que esse era um processo que vinha acontecendo com outros apenados. O homem consente com a cabeça e os guardas entram na biblioteca para escoltá-lo junto aos outros presos. Nunca a possibilidade de uma escolha livre se fazia tão pesada, e leve, ao mesmo tempo. Ainda que o insuportável

¹⁸ Os questionamentos dele na língua inglesa foram “What am I supposed to do with this? What do I gain with this?”. Em português, a tradução da expressão ‘supposed to’ geralmente fica como ‘devo fazer’; nesse caso, a sentença poderia ser lida ‘O que eu devo fazer com isso?’. Contudo, neste formato a interpelação poderia recair em uma permissão sendo solicitada a alguém. Ao manter a tradução por ‘O que eu supostamente faço com isso?’, escolhe-se enfatizar a abertura da pergunta a plurais nuances que podem carregar ironia, desilusão, temor, severidade, rispidez, apelo, indignação, esperança...

incessante do processo do pensamento também lhe fosse corrosivo, e que pensar sobre as condições de mundo lhe compusesse, as grades permaneciam sobre ele, e não sobre você. O direito, Foucault tinha razão, era sempre burguês.

Você sabe que, em fevereiro de 1971, Foucault e outros intelectuais¹⁹ haviam criado o Grupo de Informações sobre as Prisões (GIP), com o objetivo de “dar a palavra àqueles que têm uma experiência da prisão”. Assim, ex-detentos, familiares de presos, profissionais da academia, ativistas e abolicionistas da área penal se juntam nesse grupo. Distante de intentos conscientizadores, esse grupo não tinha como propósito a reforma das prisões, mas provocar o sistema penal e judicial fazendo circular informações e transformando experiências individuais em saber coletivo. Diz Foucault (2006c, 2006d) que a proposta seria a de tornar intolerável quaisquer tentativas de tolerar a prisão, tornando as questões de tratamento penal e sobrevivência no cárcere, algo político. Mantendo a proposta de não falar pelos presos, o GIP é dissolvido no final de 1972, quando prisioneiros criam seu próprio comitê representativo. Diferente dos movimentos do GIP, que a princípio mobilizaram uma quebra das barreiras de silêncio ao pôr em questão o regime penitenciário da época, ali você não sentia forças revolucionárias ou contestadoras provocando rupturas no sistema prisional. A sensação era a de subitamente estar enxergando aspectos perversos da relação entre universidades e prisões. Você sabe que nenhum saber é produzido sem violência, sem o choque com aquilo que se tem por verdade. Ainda assim, no momento em que o homem interpela como a crítica produz ressonâncias que o desestruturavam, como ele mesmo referiu-se, ele deixara claro uma coisa: o impacto de um saber sustentado desde o exterior tornava-se, naquele momento, mais uma forma de opressão.

Pouco depois da dissolução do GIP, Foucault foi visitar o estabelecimento penitenciário de *Attica*, em Nova Iorque. Era abril de 1972, alguns meses depois da maior rebelião desta prisão, que durara quatro dias terminando com a morte de 43 presos. Terrificado pela limpeza e arquitetura maquinária do local, Foucault (2006e, p. 134) diz sentir-se adentrando os domínios de um internato, penetrando uma escola privada. Ele a enxerga como uma “máquina de eliminar, uma espécie de enorme estômago, um rim que consome, destrói, tritura e depois rejeita, e que consome a fim de eliminar o que já foi eliminado”. Nesse instrumento escatológico, ele diz perceber um jogo duplo das grades: a separação daquelas vidas do exterior,

¹⁹ Além de Foucault, participaram do GIP: Daniel Defert, Pierre Vidal-Naquet, Jean-Marte Domenach, Claude Mauriac, François Regnault, Gilles Deleuze, Ariane Mnouchkine, Jacques-Alain Miller, Hélène Cixous, Jean Gattégno, Jean Genet (Motta, 2006b).

e seu isolamento umas das outras. Sufocadas nos meios dessas barras, encontram-se existências reais tornadas obscuras e desgraçadas, vidas infames. “Todas essas vidas destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas só puderam deixar rastros – breves, incisivos, com frequência enigmáticos – a partir do momento de seu contato instantâneo com o poder” (Foucault, 2006a, pp. 207-8). Vidas que de fato não importam, mas cujas existências deglutidas sim: por elas, através delas, sobre elas e até mesmo para elas (sem que tenham necessariamente algo a ganhar com isso) são criados projetos, professores tem horas de extensão, cursos de criminologia existem, policiais ganham seus salários, guardas fazem escoltas, empresas de comida vendem alimentos que azedam em corredores prisionais... e que, afinal, fazem você estar ali, a olhar o homem que lhe pergunta: “O que eu supostamente faço com isso?”. Ao final, ele retorna para sua cela e você se junta ao grupo que caminha em direção à saída de *Pentonville*. Dessa vez, além do coordenador de projetos educacionais da prisão, acompanham o grupo dois guardas. Há tumulto na prisão. Devido a falta de funcionários, um dos pavilhões manteve por 72 horas suas celas fechadas. Trancafiados como em jaulas para animais selvagens, os presos rebelam-se com as ferramentas que lhes são possíveis: socos e chutes contra as portas de ferro. “A Bateção”, avisa um dos professores. Enquanto atravessa o ensurdecido corredor, você não deixa de pensar no quanto sua presença ali violenta aqueles que olham pelas frestas das portas. Você, que está prestes a sair da prisão sem nenhum impedimento. Deixando os ecos dos brados encarcerados, você vai embora. Caminhando na chuva e no dia cinzento londrino com o restante do grupo que se dissipava nas calculadas ruas, você nota o olhar cabisbaixo de alguns, denunciando os tensionamentos do dia. Nesse momento, todos saíam estranhos de si... Lá dentro, o preso, supostamente não mais estudante, ficava.

Biografias Malditas

O que fazer quando fragmentos de vida ficam presos na memória, retumbando histórias, forçando passagem? Primo Levi (2004) dizia que existem vidas sobreviventes que se tornam inenarráveis porque nada que possa lembrá-las faria subsistir a credibilidade de suas histórias, tamanho horror e a dimensão do impensável que as acometera. Mas é Gagnebin (2006, p.47) quem diz, mesmo que certas lembranças devessem se apagar, que “o inesquecível existe” e está aí precipitando passagem. Através dessas passagens, naquilo que elas provocam de travessia para memórias e reticências, que tornam rastros ressonâncias, e fazem traços de vidas latejarem:

eis onde situam-se as convergências entre Benjamin e Foucault que tornam sufocos, possíveis. Provocativas, elas fazem urgir novas operações no pensamento, produzindo uma virada no elemento biográfico, que desloca-se enquanto componente constituído entre psicologia e segurança, e se transforma em potência que vem atualizar esta relação. Ele se torna força elemental que faz retumbar ecos de vidas infames, existências essas que transitam no umbral do poder, muitas vezes destinadas a passar sem deixar rastro, mas que tornam improrrogável o olhar para o que resta.

O elemento biográfico, nessa quimera benjamin-foucaultiana, se distancia dos determinantes identitários produzidos pela ideia de uma biografia-destino, deslocando-se de uma narrativa desenvolvimentista voltada para uma unicidade da ‘história de vida’, e passa a acontecer como recordação (anti)biográfica, pois renuncia particularidades individuais. Daí origina-se um movimento intempestivo de criação de sujeitos narrativos onde “o *bios* explode em várias vidas que se entrecruzam e a *grafia* segue o entrelaçamento de diversos tempos que não são ordenados por nenhuma linearidade exclusiva” (Gagnebin, 2013, p. 77). Essa narrativa biográfica surge como um arquivo fragmentário de vidas mal-ditas, não representativas ou simbólicas, que gesticulam discursos e marcas que as atravessam e constituem. Gostaríamos de pensar que Didi-Huberman (2012, p. 211) tomaria este tipo de narração como se fossem “traços de coisas sobreviventes, necessariamente heterogêneas e anacrônicas, separados e de tempos desunidos por lacunas”. Para sustentar essa operação narrativa, tomamos essas passagens fragmentárias, em toda sua insistência em sobreviver, as percebendo cenicamente a fim de emergir histórias, que surgem como aparições insatisfeitas. E é da não satisfação, inclusive de possíveis fechamentos em explicações renitentes, que a escritura desses fragmentos biográficos acontecem.

Essas biografias, desta forma, dizem respeito a um processo de escrituras de vidas, se aproximando de um movimento de fabulação, de uma política da escrita que é relacional e inventiva, onde o que acontece “não é a escrita sistemática de uma vida (com sua cronologia, fases, períodos, etc.), mas as vidas que se engendram e que tornam a biografia sempre aberta, produzindo saídas para as vidas mais aprisionadas” (Costa, 2010, p. 26). Ao pensarmos em ‘elemento biográfico’, estamos falando de algo que não está no domínio binário das relações, ele não é bom, nem mau, nem positivo, nem negativo, mas como diz Schmidt (2003) se refere a regimes de historicidade – experiência do tempo nos modos de ser e viver – e dos efeitos na produção de subjetividades. Um biográfico que se transmuta, elemental. Pois ele não é fechado, nem está circunscrito enquanto conteúdo de uma ciência ou domínio interventivo específico,

mas se torna movimento sobre regimes de veridicção e relações de força. São biografias que dizem de vidas que não estão fora da escritura, mas que caminham no limiar da palavra e o inalcançável sobre aquilo que está sempre transbordando. Vida que nunca é possuída, representada, dita... todavia, maldita; quando os mal-dizeres são as forças que não encerram em finais decisivos. É assim que se tornam biografias malditas: uma composição a partir de fragmentos e memórias espectrais, que insurgentes amaldiçoam certos finais.

Ao tomar os estabelecimentos prisionais com suas relações penais, mecanismos burocráticos e artesanias relacionais, os analisamos a partir daquilo que Foucault (2010) nomeia por uma história das ontologias da veridicção. Essa ontologia implica considerar o discurso como uma prática, conceber a verdade a partir de regimes de veridicção e considerar toda ontologia uma ficção. A verdade, sob tal ótica, se coloca como acontecimento em oposição a uma verdade demonstração. Como acontecimento, esses regimes de veridicção só podem dizer de um determinado lugar, de um determinado momento e de um modo como as coisas se relacionam ao habitar mundo. Nessa analítica, “lascas, fragmentos, rastros de algo interrompido, trazidos por tempestades, inquiram a quietude do presente” (Baptista, 2013, p. 61). Dessa inquietude frente ao presente, emergem personagens-elementos que tornam possível explorações de espessuras do tempo, inventando tempos diversos e plurais para dizer de fugazes pontos de cruzamento entre psicologia e segurança. Cada personagem surge como força, agenciamento, constituindo núcleos de experiências que insistiram na memória, impondo suas ressonâncias no caminho da pesquisa.

Eu quis que se tratasse sempre de existências reais: que se pudesse dar-lhes um lugar e uma data; que por trás desses nomes que não dizem mais nada, por trás dessas palavras rápidas e que bem podem ser, na maioria das vezes, falsas, mentirosas, injustas, exageradas, houvesse homens que viveram e estão mortos, sofrimentos, malvezas, ciúmes, vociferações. (...) Quis também que essas personagens fossem elas próprias obscuras; que nada as predispuesse a um clarão qualquer, que não fossem dotadas de nenhuma dessas grandezas estabelecidas e reconhecidas – as do nascimento, da fortuna, da santidade, do heroísmo ou do gênio; que pertencessem a esses milhares de existências destinadas a passar sem deixar rastro; que houvesse em suas desgraças, em suas paixões, em seus amores e em seus ódios alguma coisa de cinza e de comum em relação ao que se considera, em geral, digno de ser contado (Foucault, 2006a, pp. 206-7).

Ao não impedir a insistência dessas existências em memória, mas entregando-nos às suas infâmias e deixando-as transbordar, a presença dessas personagens faz tensionar planos de veridicção sobre os quais uma série de questionamentos podem ser feitos: A que formas e forças tais personagens se atrelam àquilo que fazem falar? Quais modos de ser lhes são impostos para que essas personagens existam nessas condições? Quais discursos de verdade e a partir de que

jogos essas personagens fazem tensionar? Mas, e principalmente, que elementos da relação entre psicologia e segurança, cada personagem faz emergir? É assim que surgem *O Azulejo*, *O Estrangeiro*, *O Militar* e *A Morte*. Cada um carrega uma temporalidade própria e dizem de uma experiência traçada no encontro entre psicologia e segurança: da sobrevivência, do esquecimento, dos arranjos da legalidade, do mórbido fascínio da vida.

Para darem visibilidade a esses elementos, essas biografias malditas e suas personagens fazem uso dos componentes históricos benjaminianos: a dinâmica do lembrar (*Erinnerung*) e a concentração do rememorar (*Eingedenken*) “que interrompe o rio, que recolhe, num só instante privilegiado, as migalhas dispersas do passado, para oferecê-las à atenção do presente” (Gagnebin, 2013, p. 80). E fazem uso de um exercício genealógico do rememorar foucaultiano onde a escritura não acontece presa a uma série linear, de um passado que se rememora até um presente fixado em um ponto central. Sob tal ótica, há um abandono àquilo “que defina a lembrança vinda e o instante de escrevê-la. Mas, antes, uma relação vertical e arborescente em que uma atualidade paciente, quase sempre silenciosa, jamais dada por si mesma, sustenta figuras” que não se ordenam por um tempo enclausurado, mas que vivem um presente próprio; este que “só aparece uma vez, quando a atualidade da escrita é finalmente dada” [quando o romance termina e a linguagem não é mais possível] (Foucault, 2009b, p. 71). A partir dos personagens-elementos, psicologia e segurança perdem seus contornos e formas identitárias, não ficando claro o que é de um ou outro campo, exatamente porque tais elementos biográficos caminham no universo mesclado entre estes domínios de saber, quando um já não mais distingue-se completamente do outro. Como alerta Barthes (1988), isto não significa sustentar a destruição ou dissolução destes campos, afinal certos elementos seus são conservados e identificados, mas dizer de uma inseparabilidade e desvios provocados entre si. O cuidado, nesse sentido, é o de manter uma certa especificidade do discurso histórico, não caindo em uma orgia fictícia ou na ilusão de reconstruir o passado a partir de seus rastros. Sair dessa armadilha do método é esgotar a pergunta: como narrar aquilo que pertence a tumbas da memória, mas que continua a forçar-nos urgências no presente?

ATÉ OS LEÕES...

*There is that great proverb – that until the lions have their own historians, the history of the hunt will always glorify the hunter. That did not come to me until much later. Once I realized that, I had to be a writer. I had to be that historian. It's not one man's job. It's not one person's job. But it is something we have to do, so that the story of the hunt will also reflect the agony, the travail – the bravery, even, of the lions.*²⁰

Chinua Achebe, *The Art of Fiction*

Você é o narrador. A arena na penumbra imprecisa a data. Poderia ser um janeiro úmido e frio de Londres, com a chuva esperando lá fora; mas você está sendo arrastado na escuridão e desterrado de memória dos homens, consumido pelos instantes de luz que se apagam para, logo a seguir, acender-se sobre o palco. Seu olhar é condenado a obedecer o feixe de luz que cai sobre aquela única pessoa no centro de tudo. Silêncio. Só ressoa a história facínora diante de seus olhos. Facínora, pois há algo de cruel que demanda o esquecimento a tudo que te cerca: algo que se aferroa dentro de você, de fundo à pele, comendo alma e deixando rastro com secura na boca. Algo de morte. Nesse dia ela estava rondando, uma ilha na memória só feita de fragmentos do que resta: *Until the lions*. Dança. Não. Você sabia que não era dança. Era ruptura no tempo: abrindo uma brecha e sugando você para os confins da terra, para o início de tudo e o fim da vida. Que também é começo.

Quando palco fica escuro, a mulher-menina é arrastada para aquele mundo redondo. Ela é raptada, e sucumbe ao que lhe foi tirado. Por pouco tempo. Porque depois é sangue. Luta brava e sangue. Tudo nela ferve e borbulha. Ela quebra em pedaços de corpo sem se esvaír. Dobra-se inteira. Cada detalhe de ação é intensidade de tamanha fortaleza que assusta. Mas o olhar não desvia. Você é consumido por ela. Apaixonado. Ela domina todas as pessoas, o ar, os movimentos a sua volta. Tanto que seu par também assim a sente. Há uma cumplicidade medonha em seus encontros – não precisam se enxergar para espelharem a intensidade de um com o controle do corpo do outro. Ele não consegue ver nada [sua face é recolhida em sua mão], mas não precisa: ela está ali. Eles se engolem e você é engolido junto.

²⁰ “Há esse grande provérbio – até os leões terem seus próprios historiadores, a história da caçada sempre glorificará o caçador. Eu não tinha me dado conta disto até muito depois. Uma vez que entendi, eu tinha de ser um escritor. Eu tinha que me tornar esse historiador. Não é o trabalho para um único homem. Não é trabalho de uma só pessoa. Mas algo que temos de fazer, para que a história da caça também reflita a agonia, a luta – a bravura, até mesmo, dos leões.” (Chinua Achebe, livre tradução).

Os quatro nortes ressoam em tambores, cantos, viola, chocalhos. *Mahabharata* carnal ali. Você sente a carnificina de outro jeito. A vida em sua crueza e pura beleza: nada escapa dela. Nem a morte. A morte é fascinada pela vida. A questão não é essa. É a de quem fica para narrar a história. De quem ganha o direito de contar o que de vida restou, de quem morte levou. O caçador nos diz da ameaça do leão, do troféu da carne exposta, do corpo-carcaça e juba conquistada... até os leões terem seus próprios contadores de histórias. Ali, quem conta é ela. Quem domina é ela, a caça.

Suas jubas negras e lisas voam e saltam com seus pés e mãos e braços e coxas. E morte não a leva. A fortalece. Mesmo encarcerada, trancafiada em sua história, ela transborda o cenário; este não aguenta e racha sob seus pés. Ela tem sua vingança. A lança atravessa o corpo do caçador, seu amante.

Dentro de você é tristeza e consolo... um certo tempo de finitude. Aquela hora que a lança corta sua carne, fera em você é acalentada. Que bem faz saciar sede de morte. Mas é só por um tempo. O palco se desmembra e seu desconjunto novamente se refaz. Quem ali entrava inocente não sabia a luta primordial que em explosão aconteceria. É como andar sobre terra, sem nem ter ideia das ínfimas poderosas criações que rondam cada passo.

Você continua... em aberto... sempre.

*** Interrupção ***

Until the lions: echoes of the Mahabharata, livro de Karthika Naïr, versa sobre histórias não contadas da grande obra literária hindu através das lentes de personagens menos conhecidos. Majoritariamente marcado por seus protagonistas masculinos, o *Mahabharata* é um dos grandes textos sobre a Índia Antiga, narrado em Sânscrito e conhecido como o maior poema épico já escrito. Nele se conta a história da Guerra de Kurukshetra e da saga de Vyasa, um dos principais protagonistas da história, em sua jornada através das estirpes ancestrais indianas e da sede de vingança que acompanha o tempo. Sob a ótica de Karthika Naïr, o épico é recontado a partir de uma poética das vozes secundárias. Na obra da autora, dezoito personagens marginais são retirados de sua condição de figurantes, para descarnar a grande história milenar em poesia e sangue.

Não só a autora inverte a proposição de gênero, fazendo pulsar as vozes das mulheres esquecidas e marcadas como notas de rodapé no *Mahabharata*, como ela nos provoca a olhar para personagens ignorados na obra: a jovem sequestrada, que transcende seu ódio para além

de outras vidas; a mãe violentada, forçada a ver seus filhos a se transformarem em instrumentos de rancor; a mulher serviçal, torturada e escravizada pelos desejos de seu mestre em ter descendentes; a irmã solitária, que vaga através de gerações em busca de amor; o homem sem nome, sem história e à deriva de si mesmo. Além disso, e talvez mais incisivo, a autora convoca o leitor para um enfrentamento: a presença daquilo que se faz ausente nas grandes narrativas. Nesse caso, este ponto de vista é personificado pela cachorra Shunaka – até então inexistente no *Mahabharata*, personagem inventada unicamente em *Until the lions*.

Shunaka suspeita da raça humana, mas não mais do que dos deuses ou oráculos, e é avessa à ideia de uma aliança incondicional à qualquer raça. Ela recorda-se do passado e do futuro e previne seus pares contra estreitas aproximações com a humanidade²¹. (Naïr, 2015, p. 25-26, livre tradução).

Na pele e voz da cachorra, a autora desloca a atenção para uma narrativa residual, nos pegando de surpresa para o que não se imaginava presente na história. O olhar vai até o chão, e enxergamos mundo de baixo para cima, com uma lucidez rasteira e farejadora de animal. Suas frases lançadas, navalham a realidade dos outros personagens e trazem uma obviedade cruel para as relações humanas. É assim que ela amargamente avisa das guerras dos homens e de seus céus banhados de sangue, das tragédias impostas por antigos receios e inescrupulosos jogos para vitórias inférteis. Por ela sabemos que a história dançada pela protagonista cuja vida lhe foi arrancada e exposta no espetáculo narrado²² no início desta seção, experiência que consome até mesmo narrador, termina em morte. Em meio a narrativa canina, dançando em versos densos e coléricos, está a jovem caçada: Amba/Shikhandi. É ela quem consome o olhar do narrador e o retira de um falso senso de controle sobre os fatos. É a partir dela que Karthika Naïr cria a coreografia performada no cenário que condena testemunha a ser engolida pela história. *Until the lions* se torna, assim, pulsão para dança.

De forma condensada e cinética, a companhia de dança Akram Khan²³ transforma o capítulo de Amba/Shikhandi no espetáculo também nomeado *Until the lions*. Esta é a história

²¹ No original: “Shunaka is wary of the human race, but not more than of gods and seers, and is averse to the idea of unconditional allegiance to any race. She remembers the past and the future and warns her kin against a close association with mankind”.

²² A experiência com este espetáculo aconteceu no ano de realização do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) em Londres, Inglaterra (2015-2016). As ressonâncias vivenciadas nesse período estarão presentes no decorrer de toda esta escritura.

²³ Em 2000 surgia em Londres a companhia de dança Akram Khan, criada pelo dançarino e coreógrafo de mesmo nome. Inspirado pelo Kathak (dança clássica da Índia) e dança moderna, Akram Khan propõe que suas produções mostrem seu fascínio pela contação de histórias, pela ruptura de barreiras (tanto físicas quanto culturais) e por narrativas artísticas inexoráveis. Para um suspiro dentro de *Until the lions*, performado por Akram Khan, ver: <http://www.akramkhancompany.net/productions/until-the-lions/>.

da princesa mais velha de Kashi, sequestrada por Bheeshma junto com suas duas irmãs no dia de seu casamento, e oferecida como noiva para o irmão de seu raptor. Contudo, ele toma por noivas as duas irmãs de Amba culminando na deriva e desgraça da jovem. O sequestro arruina sua vida: seu prometido a rejeita quando de seu retorno para casa e, até mesmo Bheeshma, seu sequestrador, acaba por repudiá-la. Sem conseguir obter justiça dos mortais, Amba invoca os deuses em busca de vingança. Porém, somente após anos em sofrimento, desmoronando na realidade bestial que a devastou, a divindade Shiva aparece oferecendo o poder de matar Bheeshma, com uma única condição: tal realização só poderia acontecer em sua próxima vida. É assim que Amba se mata. Recebendo a morte como possibilidade para sua libertação, ela renasce como Shikhandi, princesa de Panchala.

No espetáculo, sua morte faz rachar o chão do palco. A dança determinada para durar uma hora sem intervalos, se expande como a vida. A intensidade de sua duração toma força de tal forma que a performance encenada transforma-se em realidade e invade os espaços da pesquisa. Ver Amba deslizar das margens de uma única história, e romper – literalmente a partir do corpo da bailarina – com os espaços que habita, engendra um novo modo de pensar as relações andarilhadas em meio a grades e cimentos, ao percorrer os ambientes do campo de pesquisa. É assim que o épico teatral exposto nas primeiras palavras dessa escrita, ao invocar a força de vozes secundárias, faz surgir uma proposição metodológica para a tese.

O título, *Until the lions* ou *Até os leões*, é parte de um provérbio africano que diz “Até os leões terem seus próprios historiadores, a história da caçada sempre glorificará o caçador”. Tomada por este provérbio, a autora ultrapassa a solidez das escalas maiores e traz as vozes secundárias para serem ouvidas. Karthika Naïr se deixa possuir pelo *Mahabharata* para perspectivar eventos cataclísmicos e devolvê-los à potência dos atos menores. Akran Khan toma Karthika Naïr para além de uma adaptação, devolvendo à palavra sua habilidade de desaparecer, de se tornar coisa outra (Naïr, 2015, setembro 23). É pelo espaço entre as diferentes formas expressivas que a poeta, dramaturga e produtora de espetáculos, transcende experiências narrativas por variados domínios, onde a contação de histórias se torna uma quimera de múltiplas vozes. É nessa alquimia de transformar a escrita em dança, que seu inverso também acontece, e o movimento se torna um catalisador para a escrita (Naïr, 2014, fevereiro 17).

Nesse movimento alucinante, perturbador de esquadros fixos, que faz narrador deslembrar de sua supremacia em governar história contada, a grande narrativa vai se tornando ‘era uma vez’. O poder das vozes secundárias mostra o quanto a ‘H’istória insubordina-se para transformar-se em outra completamente diferente. Passageiras, essas vozes carregam um

caráter de destruição como os anjos benjaminianos: “São fulgurantes, efêmeros, portadores de uma destruição necessária da qual não sabem o que advirá, porém acreditam que destruir certezas invioláveis vale a pena, pois caminhos impensados serão criados” (Baptista, 2008, p. 9). É assim que *Até os leões* se torna um disparador para a narrativa que aqui acontece.

Dos personagens secundários

Cabe uma nota explicativa, certo aviso epistemológico, sobre o que está em jogo quando pensamos em personagens secundários. Primeiramente... ressaltamos que atentar para elementos secundários não significa tomá-los a partir de posturas verticais – como se houvesse algo dominante sobre histórias subjugadas as quais movimentariam uma inversão para, então, se tornarem ‘as verdadeiras Histórias’. Diferente disto, trata-se “de pôr em insurreição os saberes” considerados até então mundanos, movimentando fragmentos da história para que seus restos saiam do silêncio que os cerca (Foucault, 2005, pp. 14-19). Trata-se de provocar espaços para “o encontro com existências comuns, precárias ou não; vidas díspares (...) que tem o cotidiano como lugar de inconclusividade das lutas minúsculas e da criação” (Baptista, 2008, p. 1). Trata-se de abrir para um plano da experiência.

Nesse plano, tempo e narrativa constituem uma experiência do acontecimento. Há um andar entre as cenas da pesquisa que respira lenta e intensamente, como suspiros de horas finais, o que se olha. Há curiosidade para seguir rastros de coisa nenhuma a princípio. Tão logo seja, situações se formam enquanto passo adiante, cativando pela interrupção no pensamento, produzindo no sujeito uma vontade de explorar o que se habita, sem a pretensão de explicar o que se vê. As vozes secundárias, assim, ajudam a retirar as coisas de seus contextos originais, revolvendo arquivos históricos e fazendo “ouvir novas variações e ressonâncias desconhecidas” (Deleuze, 1992, p. 41).

Prestar atenção às vozes secundárias diz de uma intenção para a escrita enquanto exercício do olhar, provocando o esgotamento do pensamento naquilo que arde quando se vê. Isso significa dizer que as biografias a partir dos personagens secundários não partem de algo que vem de dentro, tampouco desenham-se como processos à espera de ações do mundo exterior, mas se acontecem no estranhamento do encontro com o outro (Deleuze, 1992); onde “em cada minuto e por todo o tempo da contemplação, nenhum ponto de vista assumido pelo espectador é o final, a exigir soberania sobre os demais” (Santiago, 2009, p. 77). A narrativa junto a elas produz uma brecha nos domínios de saberes, possibilitando às forças ultrapassarem

as formas: acontecimentalizando. Contudo, como Costa (2012) percebe, não se trata do invisível ou da ordem de um desmascaramento de escondidos, mas de uma intensiva sensibilidade, fragmentárias e delirantes percepções que sejam, ao tratar de passagens sutis. Nesse campo relacional de passagens e ausências, a palavra dos emudecidos, o escrito do não documentado, a morada dos exilados, a vingança dos injustiçados, a imagem dos ausentes, sobrevive. Isso torna os personagens secundários *personas non gratas*: dizem das ausências e negações que constituem mundo. Exilados da história formada, eles não são seres anônimos, mas aqueles cujo nominado lhes foi retirado. Portanto, eles convocam a uma denúncia. Sendo aquilo que de ausência eles anunciam, ao revolver as lacunas arquivadas, os personagens secundários propõem uma dupla virada: ao mesmo tempo em que ativam um testemunho do esquecimento, trazem consigo uma “ameaça imemorial” que se arrasta com a força que os forçou ao desmemorável (Gagnebin, 2013, p. 68). Assim, as vozes secundárias evocam uma força resistente contra uma das maiores punições da história majoritária: a negação da memória, a condenação ao oblívio.

Inegável não tomar a atenção pelo restolhado da história e o efeito de memorar que Benjamin possibilita. No decorrer de sua obra a preocupação pelos pedaços esquecidos da história e certa fascinação por coisas remotas e etéreas se tornam o fio condutor do filósofo. Mais especificamente, para além das teses benjaminianas sobre o conceito de história, no ensaio ‘Rua de mão única’ e no projeto das ‘Passagens’, Benjamin (1987a, 1987b, 1999, 2015) parte de elementos triviais para construir uma ponte entre experiências cotidianas e a produção do conhecimento tradicional (Buck-Morss, 2002). Ele nos lança a personagens secundários que põem à prova a concretude de contextos históricos, desenterrando cadáveres esquecidos em covas coletivas, ou ainda deixando o ar uma vez mórbido carregar o fado de quem lembra: “Pois não somos tocados por um sopro de ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram?” (Benjamin, 1987a, p. 223).

Compartilhamos da admiração de Sampaio de Mattos (2016) quando esta autora comenta da habilidade sensível de Benjamin para construir um enredo altamente perceptivo em suas composições constelais. Benjamin cativa pela característica fragmentária que somente um colecionador poderia ter. Ao procurar, separar e expor os elementos, estes são liberados de sua função original, transmutando relação previamente atribuídas a eles. Coletar, assim, torna a proximidade com os objetos uma íntima relação profanadora de suas histórias (Benjamin, 2015). Como o fluxo do real em um sonho:

porque, en el fondo, el coleccionista – podríamos decirlo de esse modo – vive ahí un fragmento de vida en el sueño, ya que también ahí, dentro del sueño, el ritmo propio de la percepción, igual el ritmo de lo que se vive, cambia y se transforma de tal modo que todo – ahora incluyendo eso que parece neutral en apariencia – choca contra nosotros y nos deja como conmocionados de improviso. Para entender a fondo los pasajes nos resulta preciso sumergirlos en la capa más honda de los sueños, para hablar de ellos tal como se hubieran chocado de repente con nosotros²⁴.

Um choque contra nós mesmos. Há violência no fascínio por objetos passageiros, em revolvê-los e buscar reter as imagens de histórias contadas em seus detritos. Submergi-los de sentidos óbvios ou trazer das profundidades oníricas essa obviedade dos elementos, retornando-os a sinceras expressões, demanda uma arte da destruição. Em *Until the lions*, a morte vem para libertar Amba e alimentar sua fome de história outra. Ela lança seu corpo à máxima potência do choque que lhe foi desferido e, com isso, cria espaço. Não só o palco pulsa em fogo, lançando labaredas em rachaduras, mas ele despe em ruínas o que ali se situa. Eis que, para além da aparente brutalidade, a história secundária dobra a finitude: o caráter destrutivo se torna criação – “O que existe ele converte em ruínas, não por causa das ruínas, mas por causa do caminho que passa através delas” (Benjamin, 1987b, p. 237). A corporeidade de Amba, a sobrevivência dos personagens secundários, contudo, só é possível em sua existência a partir do olhar de testemunhas.

A testemunha não é imune ao caráter destrutivo da cena. Olhar para personagens secundários não confere àqueles que olham uma proteção. Estes também são arrastados, forçados a aguentar a memória do vivido. Não há passividade no campo testemunhal, pois mesmo que se escolha engolir a história em esquecimento, ou que não exista uma versão de verdade junto aos fatos narrados, ainda assim a testemunha será confrontada pelo seu próprio envolvimento e nesse jogo de deslembrar, o que recordar e como contar, aquele que testemunha pode vir a transmutar-se naquele que narra: “o testemunhar como narração vulnerável às forças do agora na pesquisa sobre o que passou” (Baptista, 2013, p. 60). Em meio a isso, o narrador está longe de ser alguém ao final de uma historiografia cronológica e linear analisando tudo o que já foi, mas é criatura imbricada em uma relação singular com as vozes que lhe cercam e constituem. Ele é deturpado junto com a(s) história(s) contadas. Ele morre junto com Amba quando fogo a consome, tem seu peito dilacerado com a lança arremessada pela protagonista, vive leão e caçador. Ainda assim, ele tampouco morre. Preso está em uma batalha entre ver e sobreviver, em uma relação íntima com a morte e com o que de vida resta contar.

²⁴ Nos arquivos que compõem o trabalho de Benjamin nas *Passagens* esta citação faz parte de fragmentos em sessões temáticas organizadas alfanumericamente pelo autor, a ver: H Ia,5 (Benjamin, 2015, pp. 341-2).

Quem conta o que de vida resta

Como narrar a profundidade do sofrimento do leão, fazendo sentir aquilo que está na superfície da pele? Que histórias são possíveis quando há insuficiência da palavra para dizer de experiências incommunicáveis? Diz Gagnebin (2013, p.56) que esta é a problemática que consome Benjamin: “a da impossibilidade da narração e a exigência de uma história nova”. Impregnado pela sanguínea realidade entre guerras, Benjamin sente o sujeito do capitalismo moderno como criatura tomada pelo silêncio dilacerante dos campos de batalha: seres que não aspiram a novas experiências, mas sim à libertação de toda experiência. Silenciada pelas explosões e assolada por uma barbárie tecnocrata, a existência humana do pós-guerra é aquela que basta a si mesma, que não cabe mais existir além de um desejo de fuga frente a um incessante cotidiano. Somado a isso, a perda de referenciais coletivos incutida pela burguesia do século XIX contribuiria para um declínio do sensível, deixando o rastro da propriedade por onde os sujeitos passam, mas despossuindo-os de sentidos. Em um apelo por um desamortecimento dos encontros, o filósofo convoca uma prática política à atividade da narração, uma vez que as histórias (e contistas) estariam esgotadas.

Chinua Achebe (1930-2013), o sábio nigeriano passador de experiências, considerado um dos grandes literatas africanos, profetizava sobre o que consistiria ser a arte de narrar histórias: sobre se ocupar da força arcaica provinda do próprio esgotamento das histórias. Nascido em um país com cerca de 250 etnias e mais de 500 línguas, falava de uma relação com a narratividade que necessariamente passava pela transmissão oral e contação de histórias (Lucas, 2013, março 22). Nessa relação, a passagem transgeracional de histórias significava intermediar paisagens, emitir sons com sentidos quase míticos em uma composição de possibilidades que chegariam a se anular umas às outras de tantos (im)possíveis. Nessa passagem, ele relatava de um temor: como, no meio de tantas histórias, das histórias dos outros, não perder a sua? Exilado por ditaduras e militante contra o colonialismo europeu na África, o apagamento da história de seu povo era intensidade que alimentava sua narrativa. Em meio a tantas violências, mas principalmente sobrevivências, Achebe sabia: não havia como não perder sua história. A história individual se perdia. Aquilo que restava, – a potência do que resta! – se tornava “pluralidade de vozes, tragédias e sonhos” (Lucas, 2013, março 22). Não se era *uno*, se colecionavam/coletivizavam fantásticas histórias: “Talvez seja como o avesso e o direito de

uma mesma coisa: um sentido ou uma ciência aguda do possível, junta, ou melhor, disjunta a uma fantástica decomposição do eu” (Deleuze, 2010, p. 72).

Em Benjamin, a narração consistia em tocar a experiência coletiva em seu sentido pleno (*Erfahrung*), resistindo à tentação de preencher a qualidade lacunar do passado, ou transcender à infinitude do presente (Gagnebin, 1993). Colecionador de livros e histórias, o filósofo alemão não chegou a conhecer a escritura de Achebe, pois no ano de sua morte o contista nigeriano era ainda criança. Achebe sabia contar histórias. Para ele a contação era ato que acontecia como uma mascarada – em dança e luta. Contar uma história seria mover-se como os mascarados que dançam nos festivais Igbo²⁵. As pessoas da tribo de Igbo dizem que, se você realmente quer ver bem, não deve ficar em um único lugar. A mascarada se move por toda a arena. Dançando. Se você está enraizado em um único lugar, perderá muito da graça da performance. Então, você se movimenta, “e essa é a forma como as histórias do mundo deveriam ser contadas – a partir de diferentes perspectivas” (Achebe, 1994).

Para contar é preciso se colocar em diversos lugares, encontrar-se com seu duplo. Nesse ponto, toca-se a figura do contista com a dupla passagem narrativa que nos apresenta Benjamin (1987a) em ‘O Narrador’ e as diferentes formas de relação com o contar histórias. Em uma representação arcaica, Benjamin apresenta a figura do narrador em dois tipos fundamentais: o camponês e o marinheiro. Enquanto o primeiro conhece intimamente sua terra, pois sua vida alonga-se junto às raízes de onde originou-se, o segundo é o eterno retornante que carrega histórias vividas no além-mar. O contista, assim, se encontraria nessa dupla passagem: entre alguém que vem de longe e aquele que conhece da terra as minúcias da localidade. Essa dual função da contação de histórias remete a um dos elementos chaves para a transmissão de conhecimentos desde que mundo é mundo: a experiência como força norteadora para os relatos de viagens (Ziebell, 2002). Há, assim, uma relação entre narrativa, passado e presente, na qual o “historiador deve constituir uma experiência (*Erfahrung*) com o passado” (Gagnebin, 1987, p. 8).

Larrosa (2002) nos lembra que *experiência* em alemão contém o *fahren* e *Gefahr*, cujos sentidos são viajar e perigo. Experiência, assim, se torna uma travessia perigosa, na qual o viajante está exposto a tudo que há de risco e vida. Nesta travessia a experiência é considerada coletiva, fluxo vivo e comum em uma história aberta ao fazer junto; ela é artesanal, aonde há um tempo e uma precisão para contar, uma ligação secular de gestos na qual “a alma, o olho e

²⁵ O povo Igbo é um dos grandes grupos étnicos do continente africano, tendo sua maior concentração na Nigéria.

a mão estão assim inscritos no mesmo campo. Interagindo eles definem uma prática” (Benjamin, 1987a, p. 220); e ainda uma dimensão sábia que deixe em aberto o surpreendente para aquele que ouve. Ao conservar a intensidade no percurso narrativo, traçam-se caminhos que levam ao limite de uma metamorfose, pois no decorrer do relato há uma fragmentação do sujeito: deixamos de ser os mesmos. Assim acontecem os laços essenciais entre narrar e morrer.

Narrar é morrer e não morrer. Um movimento incessante onde contar movimenta-se como “um vício de fazer para desfazer” (García Márquez, 2014, p. 349): como a mortalha tecida e destecida por Amaranta em *Cem Anos de Solidão*²⁶ ou como o caçador Gracchus de Kafka²⁷ que não consegue mais morrer, “um coroamento de várias camadas em que nada é abreviado” (Agamben, 2014 setembro). Isso diz de uma relação com a finitude onde a agonia é força produtiva. Não se depura a morte como o avesso da vida, mas toma-se ambas pelo caráter lento e intenso – de gentil e arrepiante assombro no pescoço que causam:

Assim como no interior do agonizante desfilam inúmeras imagens – visões de si mesmo, nas quais ele se havia encontrado sem se dar conta disso –, assim o inesquecível aflora de repente em seus gestos e olhares, conferindo a tudo o que lhe diz respeito aquela autoridade que mesmo um pobre-diabo possui ao morrer, para os vivos em seu redor (Benjamin, 1987a, p. 207-8).

Achebe nos convoca sobre a autoridade do agonizante quando encara a narrativa do sofrimento e da bravura dos leões enquanto força intempestiva para os princípios de histórias outras. No limiar dessa narrativa que chama a uma outra relação com a morte e o morrer, a noção de experiência convoca-se como uma passagem ao limite (Foucault, 2003). De um limite que narrador conhece bem. Afinal, ao sentir o que de vida transborda no cotidiano das múltiplas vozes que compõem suas passagens, o narrador é aquele atravessado pela agonia dos protagonistas e que mantém-se alma penada vagueando entre fronteiras. Há um lugar de descontinuidade onde se coloca aquele que conta: aprisionado entre aquilo que vê e o torna parte da história, e o espaço dimensional de não ser o personagem principal da história propriamente dita. Por mais que arda em seu corpo aquilo que veja, forçando seu olhar a outros limiares (Tornando-o infinitamente outros!), ao sentir a morte do personagem, há a

²⁶ Da poética de Gabriel García Márquez (2014), surge a personagem Amaranta, segunda geração da estirpe Buendía. Assim como outros membros de sua família, Amaranta recebe a visita da Morte; nesta feita, a última lhe conta que seu tempo na terra acabará quando ao fim da tecitura de sua mortalha. É assim que a personagem passa anos a fio entrelaçando metodicamente os detalhes da vestimenta final, costurando e descosendo diariamente até que o último ponto encerre sua vida.

²⁷ Texto póstumo de Kafka, que veio a público juntamente com outros pequenos contos em 1931. Trata do caçador que, infinitos tempos após sua morte, continua pairando sobre a vida em uma barca sem leme, vagando sobre os confins da terra ao grado de onde o vento sopra (Kafka, 2002).

impossibilidade de, afinal, morrer: “Da volta de onde jamais estivemos, estamos finalmente aqui, aonde não poderemos mais voltar” (Agamben, 2014, setembro). Nesses termos é pela narrativa que sempre retornará aquele que de vida resta contar: na invenção da palavra onde o próprio indizível se torna experiência do impossível.

Há quem pense que, para esta brecha do *entre espaços* que narrador assume, encontraria-se uma solução acaso a narrativa fosse lançada sob um referencial autobiográfico. Afinal, dizem esses, o contista seria o ‘protagonista da própria história’ alicerçado em uma interioridade e privilegiadamente seguro pelo nome próprio. Contudo, Foucault (2009a) já atinge este ponto ao denunciar a falácia de uma autoria individual, e a falsa proteção do lugar ‘de quem fala’. Ao contar histórias, a autoria se desmancha, e o sujeito que narra, não cessa de desaparecer: o narrador chega até a morte, encarando sua própria finitude. Sua marca, assim, “não é mais do que a singularidade da sua ausência: é preciso que ele faça o papel do morto” (Foucault, 2009a, p. 269). Sob essa ótica, o sujeito-autor encarna a presença-ausência de um modo de existência, e encontra nessa itinerância uma experiência-limite de desubjetivação. Aquele que conta uma história está no umbral da impossibilidade (de viver e de morrer), no extremo do limite.

É assim que ‘quem conta’ se torna menos importante do que ‘porque contar’. Se seguirmos a intensidade foucault-benjaminiana como alimento para uma narrativa experimental, a noção de experiência se torna conceito operador para a contação de histórias. Contar, assim, se torna um gesto que **desassossega** – “mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele” (Benjamin, 1987a, p. 205); que **afronta** – “a loucura, a morte, a noite, a sexualidade ao aprofundar o próprio espaço de fala” (Revel, 2005, p. 47) –; que **transborda** – “naquela instantânea fulguração, algo ultrapassa a subjetivação que os condena ao opróbrio, e fica sinalizando nos enunciados lacônicos do arquivo como o sinal luminoso de outra vida e de outra história” (Agamben, 2007, p. 52); e que **descarna** – “tiene la tarea de desgarrar al sujeto de sí mismo, de manera que no sea ya el sujeto como tal, que sea completamente otro de sí mismo, de modo de llegar a su aniquilación, su disociación” (Foucault, 2003, p. 12).

*** Fim da Interrupção ***

Você se dá conta da sua nudez quando deixa para trás o palco de *Until the Lions*: ao de ser consumido pela história e de repente se encontrar ao relento à sorte da chuva que espera ao lado de fora do teatro. Quando luzes se apagam e acendem novamente, desacorçoando o

público, narrador fica com a solidão de seu desmembre – fragmentado sujeito da vida e morte de Amba. No caminho sobre os paralelepípedos molhados, as gotas d’água queimam pele viva, ainda ardida com as cenas que se tornam cada vez mais destroços longínquos em memória, e por isso mesmo latejam nos fragmentos de imagens que ficam. A “*imagem arde em seu contato com o real. Inflama-se e nos consome por sua vez*” (Didi-Huberman, 2012, p. 208). Você vê nessa dualidade quase distópica da experiência (Da distopia: de futuros, mas presentes estados imaginários em que se vive condições de extremos limites) a operação que faz arder para a composição dos contos a seguir narrados, um processo que se faz do desassossego ao descarnar... Até os leões terem seus próprios historiadores.

PRIMEIRO CONTO

O Azulejo e a sobrevivência

Você lembra do dia em que lhe colocaram ali. Empilhado na caixa entre outros de seus pares, quando uma mão ríspida o coloca entre cimento e espátula. O instrumento desbastava o que de reboco lhe sobrava.

Você, que havia chegado ao Brasil em meados do século XVI, pavimentando as igrejas, os mosteiros, as casas dos senhores, tinha seu rejunte fomentado pelo sangue da escravidão, suas juntas entrecortando terras pelo ouro que intencionaria trazer ao império português dias de glória.

A decadência da colônia, contudo, não o faria dizimar. Quinhentos anos depois e você é encontrado em casarões, hospitais, escolas, banheiros públicos, açougues, botecos... e prisões.

“Vai passar! Vai passar!” – o grito lhe retira da condição sonambulante em que você se encontrava. Sobre você estalam os passos do homem algemado que percorre o corredor atingindo a capacidade sensorial da sua matéria.

Toda matéria é um sensor.

Mecanismos forenses e aparatos tecnológicos são utilizados para fundamentar decisões políticas, assim como testes genéticos, leitores a laser, detectores de metais, microscópios eletrônicos, dispositivos de vigilância, balas de borracha, bombas de gás... tudo se torna uma estética que prescreve compreensões de mundo, o trinchando em camadas bélicas e moldando o que fazer com a vida em meio a tudo isso.

Latejando sobre você estão o chinelo do homem preso, as algemas que o seguram, coturnos que escoltam gente, grades que separam salas e jaulas, madeiras que formam mesas, computadores que guardam processos jurídicos, armários de metais que pesam com arquivos dentro, baldes de água, panos úmidos sendo esfregados empurrando sujeira, bolas de cabelos e pó que voam ao vento, fios desencapados que se conectam para funcionar aparelhos de televisão, instrumentos de corte que servem para escavar buracos, tocas que ocultam armas industriais, drogas, telefones celulares.

Você segue os passos do homem até a sala da entrevista para onde ele vai. Ela é colorida e reflete sobre sua superfície.

O homem sai da sala, parando para que lhe retirem as algemas, ele entra na cela e desce a escadaria que o leva de volta aos labirintos sepulcrais da prisão. O seguindo pelos caminhos entre grades, líquidos escorrem sobre você.

De repente, enquanto homem se aprofunda no trajeto embretado, o estalo do chinelo dá lugar ao peso de um olhar.

O olhar do militar cai sobre você. Olhar e azulejaria se fundem em um ínfimo de tempo que se desmancha em desnorteio. Você sente o peso dos coturnos pisando fundo e com determinação vazia sobre os contornos que lhe conferem forma. O passo, mais demorado do que o habitual, carrega junto uma onda no ar que faz movimentar o cheiro azedo da cozinha. Também tem cheiro doce de feijão.

Você está suando frio com a fumaça que sai das panelas grotescas que borbulham nos fogões. Como que orvalho da manhã, a condensação da tampa pinga sobre você.

Um outro homem passa e você, com ele, segue sob seus pés. Ele o leva para um canto de mundo. Agachado junto a uma parede, há rachaduras que lhe consomem em pequenas plantas que fazem musgo grudar em seus sulcos.

Alguém raspa em rechino, tornando áspera sua forma. É mão de gente que toca riscando à faca. Sem fio, a escoriação não faz deixar a marca do homem como ele gostaria. Em desalento, ele não cessa a raspagem. A mão sangra.

*** Interrupção ***

Carne

“Inesperadamente juntas estão a superfície racional, fria, previsível e asséptica do azulejo, com a interioridade convulsionada, pulsante e quente da carne. (...) Aí está a carne vulgar, a tatuagem vulgar, o trânsito de vísceras”²⁸.

*** Fim da Interrupção ***

²⁸ Trechos em composição retirado dos livros sobre as obras de Adriana Varejão, escritos, respectivamente, por Schwarcz e Varejão (2014, p. 246) e Schwarcz (2009, p. 131).

Você deixa-se tingir pelas lágrimas rubras que gotejam pouco a pouco em ranhura aberta pelo raspar. Você o encara. O estrangeiro. Ali a assinar coisa que não se prendia em pele de azulejo. E então, a desistência.

Um perigo ameaçador circula no ar, junto à tosse dos tuberculosos. Ela vem em ondas que ecoam quando em você tocam e junto dela, dessa expiração brusca e involuntária, aquele ar de desgraça. A se roçar como se ombro a ombro estivesse, secando calor de corpo consumindo vida, bebia sono dos que não dormiam.

- “89% das pessoas mortas dentro do sistema morreram por questões de saúde e 11% por causas violentas. As doenças são as transmitidas pelo ar, são doenças respiratórias, tá? A tuberculose, principalmente. Então o sujeito contraiu tuberculose, não tratou direito, retirou o pulmão, foi pro hospital, retirou o pulmão, dá alta, volta para o presídio. Apodreceu. Os presos esquentavam, amornavam uma água com aqueles rabichos quentes lá, um preso despejava água e o outro ficava abanando para as moscas não sentarem no fermento. Aquilo foi apodrecendo, foi apodrecendo, ele ficou com uma toca, um buraco gigante assim, aonde era possível visualizar o coração batendo. Dentro do Presídio Central, numa cela com quarenta e três pessoas”²⁹.

Uma aparição, que emerge quando pequenos instrumentos são criados em canto de chão, brotando fogo em panela que derrete zinco, transformando ferro galvanizado em arma branca. Ela surge também nas gambiarras fraudulentas e nas risadas malevolentes, e na insistência em coisa nenhuma.

Rondando noite e dia, esse invisível ser que amedronta os pavilhões de presos, levando homens a uma quase loucura, aproveita as inflamações, as úlceras expostas e as angústias de cada sujeito para se erguer com mais força.

É só você que o reconhece, ainda que todos o sintam, pois sabe a força que exerce sobre você, o azulejo – que ainda não alcançou o limite de sua existência. Jocosos, este espectro goza de riso largo e olhar penetrante e não desiste de se fazer presente entre as mil pernas entrelaçadas nos corredores abarrotados de gente.

Quando sujeito não aguenta mais, ela está ali, a lhe forçar continuidade.

²⁹ Narrativa do juiz da Vara de Execuções Criminais, Sidinei Brzuska, em cena do documentário “Central” (Sager, Rodrigues & Dornelles, 2015).

Ela é teimosa, essa aparição. Aprecia em se manter insistente e sobrepor-se sobre corpos já desesperançados, lhe tornando a viver. Porque ela “não é simplesmente o que resta, é a forma de vida mais intensa possível”³⁰.

Ela, a sobrevivência.

³⁰ No original: “...car la survie, ce n'est pas simplement ce qui reste, c'est la vie la plus intense possible” (Derrida, 2004, p. 29, livre tradução).

SEGUNDO CONTO

O Estrangeiro e o esquecimento

Você está tentando lembrar como foi parar ali. Entre aqueles rostos se afogando em suor e ombros se encostando. Um torpor lhe tomava corpo e mente. Era difícil fazer sentido da situação em que você se encontrava. Fazia dois meses que você vivia um completo impedimento de todo diálogo possível. Ninguém lhe compreendia. Nada. Nenhuma palavra. Nem proferida por você, nem pelos outros em sua direção. Ontem mesmo você havia apanhado por não entender seu lugar na fila de comida. Mas no dia anterior a esse, sua desconpreensão de verbo havia provocado gargalhadas entre os presos da galeria. A questão é que você nunca sabia aonde sua incapacidade de entender aquela língua o levaria. Você se encontrava emudecido de sentido.

Foi no centro da cidade que você havia sido forçadamente levado por um policial para dentro de um camburão. Haviam lhe dito para manter o máximo de discrição, nunca chamar a atenção para além do que sua cor já denunciava. Mesmo que nada tivesse a ver com você, sua negritude era suspeita de nascença, diziam. Naquele dia fora assim: você levava documentos para fazer sua carteira de trabalho, para começar a nova vida em terras forasteiras, quando o assalto acontece em frente a seus grandes olhos amendoados. A senhora cuja bolsa havia sido roubada estava muito nervosa. Tem coisas que língua nenhuma precisa expressar, o medo é uma delas, fica preso no olhar e na boca seca. Assim que você se apieda pela situação e corre para chamar as autoridades. Erro rude. O toque no braço do homem fardado selara seu destino. Por sabe-se lá quais razões, que em verdade são bem conhecidas, ele lhe tomara pelo assaltante. Deixara a mulher sem bolsa para trás e o tornava o criminoso que sua pele incriminava. O agravante, contudo, havia sido seu desconhecimento do português. Sim, você não fala a língua das palmeiras e dos sabiás. Somente a sua. Que naquele momento não era a do policial, e isso era tudo o que importava.

As palavras de Fanon³¹, ressoavam em seu peito arfante: “Eu era ao mesmo tempo responsável pelo meu corpo, responsável pela minha raça, pelos meu ancestrais. Lancei sobre mim um olhar objetivo, descobri minha negridão, minhas características étnicas, – e então detonaram meu tímpano com a antropofagia, com o atraso mental, o fetichismo, as taras raciais, os negreiros (...) Nessa época, desorientado, incapaz de estar no espaço aberto com o outro, com o branco que impiedosamente me aprisionava, eu me distanciei para longe, para muito

³¹ Sobre as palavras retumbantes de Frantz Fanon (2008, p. 105-6), em “Pele negra, máscaras brancas”.

longe do meu estar-aqui, constituindo-me como objeto. O que é que isso significava para mim, senão um desalojamento, uma extirpação, uma hemorragia que coagulava sangue negro sobre todo o meu corpo?”.

Não adiantava lutar contra, se debater ou gesticular com horror, tudo isso você já havia tentado e a resposta para quaisquer atos seus eram agressões físicas variadas. Assim que, em certo ponto, seus hematomas começaram a falar-lhe mais alto, e você imaginara que teria um tempo para explicar algo a alguém. Alguma pessoa teria de ouvir. No entanto, o pavor de ser colocado em um veículo escuro, com a frieza das algemas contornando seus pulsos, lhe cortaram a esperança de qualquer saída para a situação em que você se encontrava. Tanto que, chegando na grande edificação encarcerada, cães ladrando e arames farpados, a única coisa que você conseguiu fazer foi seguir as direções que lhe indicavam com braço em riste. Pisando no chão de pedras molhadas, passo atrás de passo, conduzindo-se no encalço de algum outro homem que havia dividido o camburão e, agora, a prisão com você.

Dois dias você ficou em uma cela com mais de sessenta outros homens. Se tornado figura estranha com seu dialeto gutural. Você via a risada espalhada da incompreensão que o tornava ironia em um lugar que, por si próprio, desfazia sentidos de qualquer linguagem. Em certo momento vieram falar inglês com você, “Who are you, brother?”, mas ao que tudo indicava, seu conhecimento da língua indo-européia se resumia às mesmas frases que o colega tentava balbuciar. Nada. Por dois dias seu pânico havia se alastrado em surpresa com a incabível situação. Simplesmente não poderia estar acontecendo. Por ser certamente um terrível sonho opressivo, você se beliscava, tateava rosto e esmurrava cabeça. “Loco!”, o chamaram. Até que, no final do segundo dia, quando pães foram entregues à massa disforme de gente e cheiro de urina, lhe chamaram.

– Ô, estrangeiro! – você já reconhecia a alcunha conferida, ninguém se importaria em saber seu nome mesmo.

Você segue a voz por entre corredores estreitos, sobe uma escada em caracol e é posto sentado em uma cadeira no meio de uma sala, olhando para uma mesa com uma mulher atrás. Ao olhar para ela, a placa sobre sua porta lhe faz entender: “Psicologia”, “Psychologie”. Você não aguenta:

– Psychologue?! Psychologue?! J’ai besoin d’aide, s’il vous plaît! Je n’ai fait rien, docteur! J’étais en train de arrangé mes documents de travail, je n’ai sais pas ce qui ont fait avec eux, ils m’ont pris par erreur. J’ai aidé une madame. Je n’ai sais pas où elle est allée! Elle peut tout expliquer!!

Ela o olha. Você sua frio. Não há compreensão em seu olhar, mas surpresa e pânico. O seu horror refletido nos olhos castanhos dela.

– Maa ngi tudd Babukar. Amul solo!

Ela levanta uma mão solicitando para que você a aguarde. Em meio ao olhar paralisado dela, há também benevolência. Você começa a chorar compulsivamente.

Há agitação no corredor atrás de você. Algum tempo se passa, até que seu choro se desfaz novamente em expectativa, quando um homem fardado entra na sala acompanhado de um jovem rapaz. O primeiro de outros tantos. Foram várias tentativas, coisa para mais de hora passada, onde outros rapazes chegavam falando inglês ou espanhol. Iniciando conversas sem sentido para ambos os lados. Enquanto isso, você continuava tentando explicar como havia chegado ali. Nesse interim, você já havia desistido de vocabulário falado em Wolof ou francês, e trocara a voz pela gestualidade. O homem de farda já havia retirado suas algemas e um teatro do desespero entrara em ação. Você tentava mostrar o assalto, a situação equivocada de sua captura, a perda de seus documentos (que haviam desaparecido), o possível para que entendessem que era inocente.

Nada.

Em certo ponto, as três figuras que estavam ao seu redor – mulher, homem fardado e jovem – se entreolhavam e discutiam o que você só poderia imaginar ser seu destino.

Até que seus olhos encontram o do policial. Ali também você enxergara o desalento e a incapacidade da compreensão. Ele também não tinha a saída para sua situação e, naquele momento, você entendera outra coisa: não havia possibilidade que não simplesmente aceitar a realidade surreal que se materializava sobre você.

A psicóloga, você agora tinha certeza de que esta era a profissão da mulher, pois tentava lhe acalmar sorrindo em desconsolo e buscando assegurar sem sucesso de que algo daria certo (a mão no seu ombro e a postura curvada sobre você lhe diziam isso), explicava com língua própria o que aconteceria a seguir: com a mão apontando o jovem rapaz, ela indicava que você deveria segui-lo. O homem fardado concordava com ela e, indicando para você se levantar, firmemente, mas sem violência, segurava seu braço e começara a escoltá-lo para fora da sala. O jovem rapaz, por sua vez, apontava para si mesmo sinalizando que você deveria confiar nele (batendo em seu próprio peito e depois mostrando o polegar em sinal de positivo). Com você já de pé, profundamente desorientado e extenuado, os três lhe demonstram sinais para que você aguarde, mas que tudo se ajeitaria; ou é isso que você prefere entender da profusão de gestos manuais que lhe são direcionados.

Por fim, você segue o jovem. Por labirintos entre corredores e grades, e água escorrendo e umidade transbordando das paredes e pisos de azulejos e cimento, até o fundo de um pavilhão. A galeria número um, ou assim lhe indica o jovem com o indicador [mais adiante você descobre que é a galeria daqueles conhecidos como primários, ou que estavam caindo pela primeira vez no Central]. A porta da grade se abre e você é assombrado por um corredor extenso, cheio de celas sem portas, mas com lençóis e cobertores pendurados. Há colchões no chão e homens para todos os lados, obstruindo visão de tantos corpos que compunham o ambiente. Você entende que é ali que deve ficar. Decidindo que por hoje não faria mais intenções fracassadas de se explicar, você resolve segurar o pano, sabonete, escova e pasta de dentes que lhe foram entregues e se encolher no canto que lhe fora conferido: ao fundo do corredor de gente, em uma cela com outros tantos homens que lhe olham enfiado e com certa curiosidade. Você se apresenta pelo menos: ““Maa ngi tudd Babukar””.

As primeiras noites são insuportáveis, mas nada se compara aos intermináveis dias que lhe foram consumindo em horas desconexas e sem sentido. Você tentava se comunicar e explicar como havia parado lá, mas depois de uma semana a curiosidade sobre você foi bruscamente se transformando em irritação e perturbação de certa ordem das coisas. A tal ponto que você se viu aprendendo diversas expressões que lhe ensinavam aleatoriamente mais para divertimento dos outros do que efetivamente como algo a mobilizar alguma diferença em sua situação. Possibilitando, ao menos, uma forma mínima de comunicação, você volta e meia largava aos ares tuberculosos um: “Sai fora, mano”, “Brotô, sangrô”, “Sou truta”, “Berro vai gritar”, “Tá feito o brique”... causando entre estranhamento e riso solto.

Seu passatempo, enquanto os dias aconteciam, era um ocasional jogo de damas, o qual você sempre ganhava, lhe conferindo um novo apelido com o tempo – “o Dama”; ou desenhar com pedaços de faca ou instrumentos pontiagudos em algum canto de cela. Sua resolução de continuar aceitando a realidade que se concretizava em cimento e músicas e gritos e risadas e tensão e colchões e azedume e tosses, essa resolução de seguir vivendo, se dissipava a cada noite mal dormida, como se seu corpo lutasse contra o hábito do cárcere. Era uma rotina massacrante, a tal ponto que você encontrara em pequenos ferimentos auto-infligidos, a fígada que lhe conferia lances vitais. Você aprendera a tingir azulejaria da prisão de sangue, raspando seu nome em desalento, escoriando chão e paredes em ranhura. Até que nem isso fazia sentido.

Por dois meses você continuou assim, dia após dia, e quando começara a se questionar porque sobrevivia, uma surpresa. Um novo companheiro de galeria havia chegado, aquele que eles chamavam de “o Jurídico”. Você notara que ele não somente conhecia trâmites judiciais,

como também exercia uma função de auxiliar burocrático do chefe da galeria, “o Plantão” – palavra que havia se tornado conhecida para você e sinônimo de respeito e apreensão. Você observa, enquanto preenche papéis, conversa seriamente em pequenos grupos, divide geral entre números (“12”, “171”, “33”: este último é o que mais agrupa presos) e fica lado a lado do prefeito da galeria. Em certo momento ele sente seu olhar.

– Quem é? – pergunta ele para o jovem que o trouxera até ali.

– O estrangeiro, o Dama. Neginho é caído no sistema. Já era aqui.

– Je m’appelle Babukar. – Você crava seu nome, mais por costume do que por real interesse em que saibam propriamente, afinal essa expectativa já lhe havia sido exaurida.

– E que é que você está fazendo aqui, parça?

A palavraria se abria em sentido. Cada palavra produzira efeito sobre você. O “Jurídico” o havia entendido e não só pronunciava língua sua, como você também o entendia. A realização da compreensão não lhe cabia em tamanha euforia. Estava perplexo, e extasiado, e lembrando de quem era afinal. A ele você conta toda sua história, ouvida por entre todos os presos que haviam se aglutinado ao seu redor. Sua voz era traduzida para o “Plantão” e você se tornara o protagonista de um teatro de Epidauro, onde cada estalo proferido por seus lábios ou suspiro que fosse, era escutado até o último dos homens, na última cela sem porta, até mesmo aquele prensado contra a última parede naquele mar de gente. Logo, o rádio corredor do Central estava repercutindo prisão a dentro a história do Estrangeiro.

Com isso, você havia sido chamado para a sala da triagem novamente. “O Jurídico” ao seu lado, tornando sua história, voz. Naquele mesmo dia, a psicóloga que o atendera anteriormente, agora explicava inteligivelmente sobre os processos e encaminhamentos necessários para que você fosse ouvido em audiências de custódia. Era importante, contudo, que lhe ficasse claro: ainda assim você havia sido pego em flagrante. Ainda que sua versão da história fosse a de chamar o policial para ajudar uma mulher em um assalto, testemunhas teriam de ser arroladas, o efetivo que lhe havia abordado deveria ser novamente reportado, e assim por diante inúmeras outras medidas deveriam ser tomadas. Ela lhe mostrava agora um código de ações prescritas em legislação, apontadas e traduzidas pelo “Jurídico”: “**Art. 5º** – Os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal. **Art. 6º** – A classificação será feita por Comissão Técnica de Classificação que elaborará o programa individualizador da pena privativa de liberdade adequada ao condenado ou preso provisório. **Art. 7º** – A Comissão Técnica de Classificação, existente em cada estabelecimento, será presidida pelo diretor e composta, no mínimo por dois

chefes de serviço, um psiquiatra, um psicólogo e um assistente social, quando se tratar de condenado à pena privativa da liberdade”³².

Com essa citação legal você entendera que já havia sido condenado. Independente de história contada, linguagem expressada, voz ouvida. Você compreendia tudo e sabia, com todas as letras do português que lhe era traduzido, que retornaria para o fundo da prisão. Você entendia que a sentença “Vamos ter seu caso apurado o quanto antes”, significava um ‘antes’ que não estava vinculado a um tempo delimitado. Assim que, mais uma vez, um completo impedimento se concretizava sobre você, o do esquecimento em meio a outros tantos presos e anônimos sujeitos deslembrados pelo cárcere.

*** Interrupção ***

O mecanismo do esquecimento

A sagaz crítica proferida por Nietzsche (2009) – não há felicidade sem o esquecimento – é levada ao extremo na experiência do cárcere. Em sua segunda dissertação na Genealogia da Moral, Nietzsche segue singularmente pensando o esquecimento não como apagamento, mas como algo que é aderido (organicamente, inclusive) ao corpo e, por esta razão, tornando-se força que desabita formas conscientes. Para ele, esquecer se transforma precisamente naquilo que possibilitaria ao humano inventar. No caso da prisão, talvez se esqueça não para criar e ser feliz, essa condição otimista civilizatória, mas para viver. Nesse contexto, o esquecimento se afasta bruscamente enquanto faculdade salutar, colocando-se menos como um processo ativo de eliminar informações irrelevantes, e se aproximando mais de uma doença do sonambulismo: estado de onde nunca se acorda, e no qual nunca se descansa. Como Meinerz (2008) bem coloca, tal movimento assemelha-se a um entorpecimento que acomete sujeito, como a peste da insônia que se alastra sobre o povoado de Macondo, descrito por Gabriel García Márquez em “Cem Anos de Solidão”. Contudo, assim como acontece na pequena vila fictícia, há certo grau de insônia que torna mundo retirado de si, o matando em vida. É assim que o cárcere provoca às pessoas que lá trabalham, que lá se tornam aprisionadas, uma certa mecânica noctâmbula: a esquecerem tudo que vêem, ao tempo em que se amortecem sentidos.

Guy de Maupassant (2009) em “As Sepulcrais”, um de seus magistrais contos mórbidos, resume em uma expressão magnificamente macabra o que acreditamos ser o espelho dessa torpe

³² Conforme Lei 7.210/84, Lei de Execução Penal (Brasil, 2008, p. 20).

habilidade que a experiência do cárcere produz sobre as pessoas: “O rosário torturante das lembranças”. É nessa prece orada a deidades inexistentes que o movimento sobre o que lembrar e o que esquecer torna-se gestão da vida na prisão, onde a memória para quem experimenta o cárcere diariamente se dá na constituição do esquecimento como o mecanismo irremediavelmente necessário para se sobreviver entre grades. Se semanalmente cerca de trezentas pessoas passam pela triagem do Central (Rio Grande do Sul, 2013), não somente se torna impossível lembrar de cada rosto, e de cada história, como a reminiscência deles e seu retorno indesejado, se torna uma tortura para quem de lá não quer levar as grades quando expediente termina. Para o preso, que não tem escolha sobre o que ver, pois a realidade lhe é imposta junto ao barulho das grades que o encerram, suas assombrações se tornam o que do exterior possa invadir a clausura. Frente a isso, são utilizados quaisquer aparatos que possam manter a esperança sob controle, no ponto exato para a desrazão não acometer sentidos.

E vou dizer outra coisa também: se tirar a droga de dentro da cadeia aí morre cinquenta por dia, morre cinquenta por dia. Porque só consegue acalmar o preso com a droga. Só consegue acalmar o preso com a droga. O cara vai ali dá a droga pro cara fumar, o cara vai pro canto dele, passa o dia fumando a droga... e não usando a droga, o cara começa a refletir (...). Numa galeria que é pra caber cem pessoas, tem quatrocentas. Então tem uma superlotação. Numa cela que é pra morar quatro, mora vinte... e o negócio é frenético o tempo todo, o tempo todo é frenético. É uma loucura vinte e quatro horas: acorda na loucura e dorme na loucura” (Cruz Júnior, 2015)³³.

Sobre o risco de não conseguir se libertar desse desapossamento de si, Benjamin (1987a) em seu ensaio sobre Kafka, desenvolve a questão da dinâmica do lembrar e a submissão ao esquecer. Em seu texto, o autor recobra a importância do esquecimento (atentando para o cuidado de não demonizá-lo), como “o receptáculo a partir do qual emergem à luz do dia os contornos do inesgotável mundo intermediário” (pp. 156-7). Somente esquecendo é possível suportar as manifestações do passado em memória, onde a arte de esquecer, na narrativa kafkaniana analisada por Benjamin, se relaciona diretamente a uma habilidade sonífera, a de voltar as costas para aquilo que é carregado diariamente, encontrando nesse estado dormente a força do esquecimento que leva à redenção. Entretanto, a função benjaminiana voltada ao ato de esquecer, faz questão de acionar a importância do despertar, cuja intensidade é convocada por ele enquanto força política, onde o curso do tempo é interrompido e um estado de vigília sobre o presente acontece.

³³ Preso sobre sua experiência no Presídio Central de Porto Alegre, narrativa retirada do documentário “Central” de Sager, Rodrigues e Dornelles (2015).

Esse despertar, no nosso caso, é provocado pelo Estrangeiro no Central. Ele é a força estranha que possibilita uma ruptura no mecanismo do esquecimento, lembrando à memória que ela se produz de escolhas: “estrangeiro, porque só estranhando é possível enxergar” (Brum, 2013, p. 414). Com sua desconpreensão, ele faz cessar a máquina carcerária, causando tumulto em uma ordem de como as coisas geralmente deviam acontecer. Por ele, psicóloga, policial e outro preso se encontram em um plano desperto da insone rotina. Por pouco tempo, é sabido; mas, ainda assim, provocando. Encontramos nesse movimento, de um certo ‘branco’ em memória do cárcere, uma possibilidade para se pensar o presente. A atividade em torno do preso estrangeiro fez apagar, renunciar e forçar àquilo já deglutido pelo esquecimento do Central, um retorno da memória. Ele forçou à narração das ausências que aquele sistema anunciava, forçou à destruição de uma certa ordem das coisas. Ele faz dizer com a finitude da palavra. Acessando o limiar de uma passagem, não há utopia de mudanças, pois não é a isso que se convoca. Há a brecha de um pensamento ético do rememorar. No seu olho que toca o olhar do militar, nos gestos manuais que faz mover, na insuportabilidade “de desfazer os nós da dor na multiplicidade das palavras, de torná-la como que mais fluida para poder levá-la” (Gagnebin, 2013, p.110).

*** Fim da Interrupção ***

Mais uma e outra vez, meses haviam passado, e você continuava “o Estrangeiro” do Central. Dias seguiam o consumindo em sobrevivência e esquecimento cotidianos. Novamente você era chamado na ala administrativa da prisão, mais uma entre tantas vezes que lhe haviam pedido para contar sua história. Em certo ponto, você começara a suspeitar que havia se tornado uma figura caricata daquele lugar, como o esgoto a céu aberto que era fotografado se tornando a perfeita e repugnante ilustração utilizada para o marketing local. Dessa vez, você imaginava, não poderia ser diferente. Porém, você sentia que o Central estava mais pesado do que o usual (e que triste constatação sua a saber que já conhecia tão bem a linguagem da prisão a ponto de reconhecer os ares putrefatos do cárcere), quando descobre que a visita de técnicos de uma comissão de direitos humanos estava prestes a chegar para uma avaliação daquele estabelecimento prisional. Você sentava-se novamente na cadeira da sala de triagem e ali começava mais uma conferência sobre seu destino.

Mal sabia você que seu capítulo nessa história não terminaria agora.

TERCEIRO CONTO

O Militar e os arranjos da legalidade

Você desliga o telefone. As migalhas de pão ainda estão presas no canto de sua boca. O café é deglutido com uma feroz velocidade, passa queimando língua, céu da boca e garganta. Se sente até ir descendo goela abaixo. Os coturnos sujos de ontem são colocados às pressas, em cima da meia já úmida de suor. Porto Alegre escalda. O armamento na sua cintura. As cores bege, verde e cinza conjugam a quase mortalha definitiva que resiste contra o tempo e esconde pequenas felpas que descosem na dobra da gola. “Art. 3º - O uniforme é o símbolo da autoridade, de forma que o desrespeito a ele, ou o seu uso indevido, importa em crime previsto na legislação penal militar, ou em sanções administrativas previstas em lei” (Rio Grande do Sul, 2004). No bolso direito da calça o buraco ao toque dos dedos espera a lembrança de não colocar as chaves ali, ou outra vez você seria tomado pela irritação de passar horas procurando para encontrá-las traiçoeiras, como que a rir sorrateiramente enquanto de tocaia acompanhavam-no pelo percurso das buscas inúteis. Você lembra de desligar o gás do fogão e deixar o restante do pão esperando dentro do forno, sobre as grades que estalam enquanto esfriam. Com a mão cheia sobre a pequena mesa perto da porta, você agarra a conta de luz para pagar, as chaves do carro e o bilhete com as lembranças do que fazer hoje e que ficará para amanhã. Passando o braço sobre a boca, tirando os farelos presos, você bate a porta. A espera pelo elevador pressiona contra seu peito. “Merda. Logo agora que essa gente vai visitar o Central essa merda tinha que acontecer”. A porta do elevador abre, dentro dele está uma senhora de vestido floral até as canelas, que lhe cumprimenta sorridente e disposta. Um cachorro minúsculo, junto às panturrilhas rosadas que aparecem sob o vestido, rosna de forma quase inaudível. Você ignora o bicho. Seu sinal de positivo com a cabeça informa que hoje somente um diálogo monossilábico a aguarda. “Que calor, não é mesmo? Essa noite foi quase impossível dormir!” – a senhora insiste ignorando as marcas profundas formadas entre as suas sobrancelhas. Um sorriso duro movimentava-se pelos cantos de sua boca. Há tempos os músculos do seu rosto só reconhecem pequenas nuances entre os gestos da preocupação. Ao abrir automático da porta, quando o baque surdo do elevador atinge o primeiro andar, você coloca a mão no batente móvel impedindo de seu fechamento e faz sinal para a senhora passar. “Muito gentil, obrigada”. Seus músculos novamente se contorcem sinalizando o sorriso apertado. Ao entrar no carro seu olhar percorre os restos de coisas que habitam seu interior: as garrafas vazias de água consumida em dias anteriores, notas de compras antigas transbordando do lixo preso

ao câmbio e, no banco de trás, toalhas, uma camisa branca em um saco de supermercado, dois brinquedos coloridos de criança. O seu celular toca. Na tela aparece “chamada não identificada”, mas você sabe quem é e atende rapidamente para avisar que está a caminho. Coloca o aparelho no seu bolso esquerdo junto ao peito e avança na rua em descida íngreme. “Merda”, o gosto de café amargo na sua boca o lembra da ligação que o acordara chamando de volta ao trabalho. Sendo reforço operacional da força-tarefa prisional você espera que isso aconteça com certa frequência, mas o trabalho na noite anterior somado às horas mal dormidas fazem com que seu corpo resista às imposições do dia. “Art. 1o - Fica criado, na Brigada Militar, o Grupamento de Polícia de Guarda Penitenciária, distribuído na estrutura do Comando de Policiamento da Capital (CPC) e demais comandos de Policiamento da Área (CPA)” (Rio Grande do Sul, 1997). Enquanto as sinaleiras abrem e fecham, seu pensamento agita-se em visões do que lhe espera: o estresse tomando conta dos gritos lançados, o tremor da ‘bateção’ nas grades, as ameaças a cada ordem dada, a correria dos passos retumbantes, a agitação mediando as relações e, principalmente, as tensas negociações entre vocês e eles. A essa altura você já está estacionando o carro no pátio entre cercas e cães, oitenta e seis pares de olhos fiéis o reconhecem. Seu colega da artilharia, sentado em frente a uma mesa exposta ao sol, onde se vêem armas e munições aspirando os primeiros raios da manhã, o cumprimenta enquanto você se direciona para a sala de revista. Você sente as pedras irregulares sob seus coturnos. Enquanto passa pelos carros estacionados nota que as vagas para médicos e advogados estão ocupadas; assim como a do tenente-coronel e a do major. “Está todo mundo aí”, você induz. Na passagem pela detecção de metal a equipe lhe recebe entre visitantes que fazem o cadastro para entrar. Você passa na frente dos civis, o detector acende vermelho, mas não apita. Seguindo adiante, você atravessa o átrio interno que leva até a entrada do prédio. Ao seu lado, atrás das cercas de metal, correm os rottweilers que lhe acompanharam à distância com o olhar; à sua frente, atrás da pequena gruta da Virgem Maria Imaculada Conceição, cercada por tartarugas que se escondem nas pedras envoltas por um círculo de águas escuras, está a inscrição que lhe recebe com as palavras: “Presídio Central de Porto Alegre – Presídio Ten. Cel. Jainer Pereira Alves”. Você entra cumprimentando o efetivo, e já se prepara para encontrar com o restante do GAM. “O Grupo de Apoio e Movimentação (GAM), formado por policiais militares, foi criado na década de 90 na Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ) pelo tenente coronel Jainer Pereira Alves com o objetivo de apoiar, movimentar, revistar galerias, fazer escoltas e custódias de alto risco e ainda atuar frente a rebeliões” (Motta, 2016, junho 27). Você sabia que não teria sossego. Desde a CPI de 2009, você sabia que não seria a mesma coisa. Nunca é. Ali dentro qualquer

mudança gera fogo: “naquela vez que faltou luz e os refrigeradores pararam, que função pra conseguir controlar geral no alto do verão; no dia em que os ventiladores da 2ª do B travaram sabe-se-lá-por-quê, uma semana se foi segurando a tensão; todas as vezes que resolvem fazer pesquisas ou filmagens, o estardalhaço que gera; ou ainda aquela vez que inventaram trazer gringo pra ver o zoológico, todo o jogo que precisou pra acionar o esvaziamento de uma galeria inteira (foi mudança no horário do paneleiro, foi incomodação com pedidos de muda de galeria, foi servir de babá pros curiosos)” – você segue lembrando enquanto vai vestindo o firme colete à prova de balas... “teve aquela vez quando o judiciário enviou ordem pra levar preso no Fórum e ‘os Bala’ marcaram o vivente, já saiu reportagem pra tudo quanto é lado dizendo que facções dominavam o Central...” – você fixa com força a identificação ‘GAM’ sobre o velcro no seu braço. “Sabem nada”, sua conclusão navalhar determina o final da divagação. Você sobe para o corredor administrativo, lá o comando está reunido mobilizando junto à comissão técnica o planejamento estratégico para o dia que já não cabe nas horas passadas. Você encontra a sua unidade e juntos entram no pequeno auditório para receber as orientações sobre o que virá: primeiro, a retirada de um preso das galerias para liberação e, em seguida, a visita de um comitê cheio de inquéritos e olhares enviesados. Os dois acontecimentos estão amalgamados entre si, e disputam o curto tempo de explicações até que todos sejam lançados para seus encargos. Sabendo o que lhe aguarda, você ouve o Comandante apresentando a já conhecida situação do detento – “Art. 5º - Para os efeitos deste Regulamento adotam-se as seguintes conceituações: I - a palavra Comandante é aplicada indistintamente a Comandante, Chefe ou Diretor de OPM” (Rio Grande do Sul, 1995): há cinco meses um sujeito havia ‘caído’ no Central, falando língua que ninguém sabia ouvir; a ficha do elemento dizia que ele entrava na casa por ser pego em flagrante assalto no centro de Porto Alegre. Como todos os outros, passaria pela triagem para levantamento de informações sobre sua vida; como todos os outros sem nada nas mãos e sem família para o suportar, receberia uma muda de roupas; como todos os outros, seria questionado para qual galeria gostaria de rumar; como todos os outros, seria levado pelo plantão até entrar no ritmo do cárcere; como todos os outros, ficaria no fundo até sentença sair e a pena já cumprida ser estipulada; como todos os outros... até não ser mais, como todos os outros. Já na passagem pela triagem rompeu com o rodízio de gente ao não se fazer entender. Ao intimar a realidade prisional com sua não compreensão e largando verbo estranho pelos corredores administrativos, o linguajar do estrangeiro paralisou o andamento rotineiro da burocracia prisional. Enquanto as coisas funcionam, em seu ritmo que parece caótico a olhar externo, o brete humano segue em um ciclo corriqueiro; mas quando uma voz não familiar, de garganta

gutural faz soar estranhamentos no interior da senda atabafada da prisão, há um abalo brusco no dia-a-dia até então incessante. A questão é que a figura do estrangeiro havia colocado em cena um jogo de ansiedades e negociações lá dentro: aqueles que pensavam entender inglês se apresentaram, várias versões da história do homem surgiram, muitas conversas para saber onde colocá-lo, em qual galeria ele estaria mais seguro sem ser confundido com algum integrante de facção contrária, sem mencionar os projéteis lançados para ver de quem era a culpa e quem resolveria. Você lembra como foi, pois estava na sala junto com a psicóloga e um jovem traficante de 23 anos (o plantão de uma das galerias) tentando resolver junto. O estrangeiro sentado na cadeira no meio de vocês três, e a discussão se desenrolava sobre quem ele poderia ser, de onde vinha e o que fazer com ele. Em certo momento, os olhos esbugalhados do homem se encontraram com os seus e você se deu conta de que em meio a desidentificação do sujeito, você já não sabia mais quem era e o que estava fazendo ali. A psicóloga tratando de acalmar o homem que suava frio; o plantão dizendo que achava melhor ele ser levado para a 1ª do F, junto aos primários, já que estava na cara do sujeito e na sua falta de conhecimento sobre o sistema que ele não era reincidente; você discutindo com o detento que o estrangeiro estaria sob a tutela dele a partir de agora – até aquela segunda-feira o homem havia ficado na cela coletiva (o Jumbo) desde o final da semana anterior e alguma decisão deveria ser tomada, pois afinal a circularização de presos na triagem estava atrasando –, porém quando estrangeiro e preso se olham fica claro que ele não poderia ir para uma galeria aleatória, e assim o debate sobre o destino carcerário do sujeito recomeçava. Enquanto isso, nas outras salas telefonemas para todos os lados aconteciam: se ligava para centros de acolhimento de imigrantes, se buscavam advogados que pudessem representá-lo, se acionavam instâncias maiores e as ordens que chegavam delimitavam-se a uma palavra curta dita entre dentes: “Resolvam!”. Por fim, ele vai para a galeria dos primários. Dois meses se passam em que o estrangeiro desaparece no aglomerado de pessoas que entram e saem do fundo da cadeia, até que um detento surge como intérprete e se descobre que o vivente falava francês e afinal não tinha assaltado ninguém, mas testemunhado o fato e por esta razão chamado os policiais que, sem entender o que se passava, o prenderam por engano. Negro. No lugar errado, que era todo e qualquer lugar. No meio do caminho o estrangeiro buscava explicar quem era, mas como a força e a lei não falavam outra língua (e era final de semana), ele acabou como todos os outros. E o tempo o consumiu em meses dentro do Central, enquanto se contactavam direitos de imigrantes, Secretaria Estadual do Trabalho, cadastramento de estrangeiros. Finalmente hoje, ele seria liberado e escoltado para a proteção da Secretaria Estadual de Direitos Humanos. Hoje, porque notícia tinha se espalhado,

e a pressão apertou. “Merda. Logo agora que essa gente vai visitar o Central essa merda tinha que acontecer”. A mobilização para escoltar o estrangeiro e levá-lo para o Centro Vida, onde faziam o apoio e acolhimento de imigrantes, demandava efetivo também para encarar a imprensa e segurar a situação e a boca dos envolvidos pelo menos até o comitê passar: “Mas como um homem inocente fica meses preso sem que algo fosse feito?” – você sabe que essa é só mais uma das perguntas entre todas as outras que foram feitas e que continuam povoando as histórias do Central: “Mas onde é que vamos colocar ele?”, “E liga pra’quele advogado dos imigrantes, ele não tinha voltado de férias?”, “E a tal associação de direitos humanos lá? Não dá pra chamar um representante pra vir falar com esse infeliz e ver se entende alguma coisa?”, “E quem é que vai segurar mais esse pepino?”, “Mas e quem foi que prendeu ele? Que que disseram?”, “Que que tá escrito nesse relatório aí?”, “Como é que esse vivente me foi aparecer aqui assim?”, “E que eu lá tenho a ver com isso?”, “Quem lá do fundo pode levar ele, que não dê problema?”, “Alguém disse mais alguma coisa?”, “Então, o que foi decidido?”. O final do capítulo do estrangeiro no Central terminaria hoje, quando o Comandante determinava essa manhã como o prazo máximo para a escolta, já tendo resolvido o indulto do homem e seu encaminhamento para a instituição que ficaria responsável por aquela alma. “Art. 192 – Concedido o indulto e anexada aos autos cópia do decreto, o juiz declara extinta a pena ou ajustará a execução aos termos do decreto, no caso de comutação” (Brasil, 2008, p. 76). Era importante que pelo menos isso ficasse resolvido, porque na primeira hora da tarde todos estariam em prontidão esperando o comitê para avaliar o cumprimento ou não das medidas cautelares solicitadas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos. O GAM, assim, seria responsável por levar o grupo de pessoas ao fundo da cadeia. A reunião vai chegando ao fim com as diligências já estipuladas. Ao abrir das portas, todos já sabem seus destinos. Como das outras vezes em que você acompanhou grupos pelos labirintos do Central, você é aquele que fica na retaguarda do agrupamento e, por esta razão, consegue ter uma visão geral de todos os que caminham à sua frente: os olhares curiosos, as posturas receosas, o rosto se contorcendo com os cheiros, os passos cambaleantes e cautelosos que buscam espaços livres de líquidos suspeitos que transbordam pelo chão e teto. Entre engolir o almoço rapidamente e separar uma laranja para algum outro momento do dia, você segue para o fundo, passando por corredores entre grades e cimento cru, trocando sílabas com outros soldados a postos até chegar na Inspeção. “A Inspeção geral é uma sala de aproximadamente cinco por quatro metros, uma área de 20 metros quadrados, ao lado da qual existe um banheiro. Nela, o mobiliário se compõe de mesas, um balcão, 3 computadores com monitores de *led*, duas impressoras, uma jato de

tinta e outra matricial, uma televisão, um rádio gravador, um galão de água de 20 litros, uma garrafa elétrica, vários cestos para lixo, um claviculário, 14 caixas de arquivo morto, um *split*, dois ventiladores, um armário para guardar as escopetas de calibre 12. Os fios no teto são visíveis, são gambiarras. Nas paredes há grades e vidros para separar os agentes do corredor no qual circulam os próprios agentes e os presos” (Rudnicki, 2012, p. 52). Dois presos estão atrás do balcão. Na parede, atrás deles, várias folhas de ofício coladas mostram a lista hierárquica dos presos nas galerias, acompanhadas de foto, nome e posição que o detento ocupa. Nesta folha destacam-se os plantões ou chefes, ou seja, aqueles presos que exercem a função de líderes das galerias, encabeçando as ordens e decisões demandadas. “Em geral, assumem o papel de maneira autocrática, por exercer liderança no grupo criminal. No caso de galerias que se encontram em consonância com o poder institucional o *Plantão* é indicado por servidores penitenciários” (Bassani, 2016, p.22). Os dois presos se encolhem sobre si ao ver você entrando. Eles são auxiliares dos plantões e trazem bilhetes com exigências e pedidos de suas galerias. Um soldado organiza as solicitações e avisa que as camisinhas chegarão no dia seguinte. Você chama um deles e avisa que precisa falar com o plantão para organizar a visita que logo chegará. Só faltava articular algumas exigências com essa galeria. Quando o plantão chega você já sabe que um dos tópicos da conversa serão os malditos ventiladores, afinal no auge do verão eles se tornam dispositivos de trocas para o quanto se encontrará na próxima revista. Na semana seguinte seriam realizadas buscas em determinadas galerias e era importante encontrar materiais suficientes nelas. Celulares, armamentos caseiros, drogas, materiais de risco, esconderijos que estão à plena vista de todos. O seu lugar favorito para escavar eram os buracos das paredes, recém cobertos por cimento refeito que imita a rotina cinza dos cômodos. Você não deixava de se abismar com a habilidade de aproveitar fendas e fissuras que os sujeitos tinham; o modo como recheavam buracos uma vez marcados por balas grossas deixando vestígio de morte e que hoje guardavam segredos negociados; lhe assombrava a arte de esconder dos presos ao dar invisibilidade para o que ficava à altura dos olhos; sempre passava despercebido o que estava bem à sua frente. Afinal, era um jogo de engenhosos refúgios. Alguns deles seriam previamente combinados, como era o caso desse momento, entre você e o plantão, em um acordo entre ventiladores a serem entregues e esconderijos a serem achados. Um cálculo que remetia a uma boa imagem do efetivo e a uma mínima condição de passar o verão. Em alguns minutos vocês decidem o que seria encontrado na revista e quando os ventiladores seriam entregues como recompensa. “Art. 56. São recompensas: I – o elogio; II – a concessão de regalias. Parágrafo único. A legislação local e os regulamentos estabelecerão a

natureza e a forma de concessão de regalias.” (Brasil, 2008, p. 36). A conversa termina com o sinal de aviso de uma das galerias, um longínquo, mas inconfundível som de batidas contínuas. Você informa que o paneleiro está a caminho para entregar a comida, e o plantão lhe diz que resolverá o barulho em seguida. Quando ele vira as costas você lembra: “Vê se não vai me deixar aquele desdentado apodrecendo à vista de todos! Aproveita e manda ele pro fundo quando o pessoal chegar”. Ele dá um sorriso de compreensão e vai embora, desaparecendo nos corredores labirínticos. Algum tempo depois, o barulho cessa. Você recebe o aviso de que a comissão chegou na instituição e se encaminha para a entrada do presídio. A essas alturas o Comandante e o Juiz responsável pelas Audiências de Custódia do Central já devem ter recebido os integrantes do comitê. Você se prepara, junto com os outros membros do GAM, na entrada que leva aos pavilhões. De arma em riste, seu grupo tático recebe os convivas. Ao todo, entre efetivo técnico da prisão e envolvidos no comitê, cerca de dez pessoas prontificam-se para adentrarem na esfera carcerária. Junto a eles toda uma equipe da força tática, e você na retaguarda. Eles começam olhando o Pavilhão E, observando e questionando os grafites na parede, as prateleiras com livros e o grupo de dependentes químicos contando sobre os trabalhos que realizavam ali. A coordenadora de uma das oficinas geralmente adiantava as respostas e explicava a importância do projeto desenvolvido. “Eles são dependentes químicos em tratamento e finalizam o roteiro de um curta-metragem a ser rodado dentro da casa a partir de um financiamento coletivo” (Carneiro, 2014, março 30). Um dos presos interrompe para contar “Já temos o texto quase feito. Este preso vai querer sair do projeto, mas nos outros lugares há droga, telefone. Aqui ele está mudando”. Ela continua falando da importância de resgate do ser individual que o projeto tem. “São jovens, deixando de viver e experimentar todas as suas potencialidades, porque algo se perdeu no curso de sua infância: autoestima, afeto, família, inclusão social” (Grüne, 2016). Você para de ouvir em determinado momento e pensa na próxima parada do itinerário. Como o tempo é escasso, vocês saem do Pavilhão E, com suas paredes coloridas e celas limpas, e seguem logo para o próximo, entrando em corredores tomados de musgo e água escorrendo. Você espera o comitê passar e segue pelos degraus que levam até as galerias inundadas de homens que se amontoam atrás das grades que separam galeria de corredor. Enquanto sobe as escadas, você lembra da inauguração dos novos pavilhões e do absurdo da construção, dos problemas que engenheiro nenhum pensava em ter, provavelmente porque o projeto fora elaborado às pressas depois do decreto de emergência, juntando pedaços de coisas já escritas e sem valia, de documentos esquecidos e resgatados para cumprir algum prazo, e que agora voltava como construção incompetente para morder você e

todas os mais de quatro mil presos do Central no rabo: “Os mais graves [problemas]: (i) projeto arquitetônico (do DEPEN, de 2003, com celas em dois lados do pavilhão) inadequado, pois exige grande número de soldados para o manuseio de presos; (ii) existência de escadas nos novos pavilhões, fazendo com que os apenados tenham de ser colocados no pátio para receber o alimento;” (Rio Grande do Sul, 2009, p. 20). Aquelas malditas escadas que você agora subia e levava a tropa adiante. O comitê para em frente a uma das galerias, onde encontram os braços dos presos se encaixando uns nos outros formando uma rede de membros articulados. Muitos fazem o sinal de superlotação da casa com as mãos em um movimento incessante de encontro entre polegares e os outros dedos, abrindo e fechando como garras de aves falconiformes. As pessoas do comitê faziam anotações. “Todos os pavilhões visitados apresentavam condições bastante degradadas e com pouca iluminação. Embora não tenhamos entrado nas galerias, foi possível observar que suas estruturas internas são muito precárias, escuras, sujas e em péssimas condições infraestruturais. Há evidências de infiltração de água, manchas de umidade, fungos e bolor” (Brasil, 2015, p. 7). Você presta atenção nos rostos dos detentos e vê que o plantão cumpriu seu pedido, o preso desdentado não estava à vista. Você lembra do dia em que este sujeito caiu no Central: a pele marcada por caroços, quase nenhum dente na boca, o corpo esquelético e os olhos opacos como se vida estivesse se esvaindo deles. Todo o Central achava que ele não sobreviveria um dia ali. Você encaminhou o homem para a enfermaria, mas somente em aparência tudo estava errado com ele. O diagnóstico rápido o determinava saudável para ser encaminhado ao fundo. E não é que depois de alguns meses, passados os anos, ele continuava lá, do mesmo jeito, e vivo. Como a primeira impressão era assustadora, o melhor seria evitar que o comitê o visse, assim, de cara. Então em dia de visitas ele era excomungado para o fundo da galeria, escondido dos olhares avaliativos, invisível entre as mil cabeças de gente. Afinal, quem haveria de saber quais pessoas se misturariam no aglomerado humano? Quando da saída deste último pavilhão, após descer as mal elaboradas escadas, seu pensamento corre amargo e intolerante com mais essa visita de especialistas, enquanto seus olhos acompanham atentamente a movimentação ao seu redor: grades dividem a passagem entre seu grupo e os presos, que paralisam colocando mãos para trás e encostando-se na parede, independente da separação entre vocês e eles. “Mão pra trás, cabeça, mão pra trás!”. Os primeiros integrantes do GAM abrem caminhos pelo cárcere saturando de ordens o itinerário. O Comandante e o Juiz param em frente a uma escada de madeira que desaparecia por uma abertura no cimento do teto. Eles explicam ser necessário subir para ver o pátio dos pavilhões. Uma a uma, as pessoas sobem. O comitê se depara com um labirinto aéreo que percorre os telhados do Central: corredores de cimento

fechados entre cercas de proteção contra objetos que possam ser arremessados pelos presos. Em alguns pontos estratégicos, soldados cumprindo seu horário de trabalho empunham fuzis na mão; em outros, também colocados estrategicamente, largos cães negros caminham como onças presas em jaulas, observando as pessoas estranhas que chegavam em seu reino de cimento. Dali você enxerga as janelas da ala administrativa à sua direita, e à esquerda os pátios dos pavilhões. Vocês devem estar sobre o Pavilhão A, quando param novamente para que o comitê faça anotações sobre o átrio de cimento lá embaixo. Ele está tomado de homens, alguns sem camisa no sol que ferve quente nesse já final de tarde, outros buscando as sombras entre colunas que se desmancham. Há um jogo de futebol acontecendo, mas você somente vislumbra com o canto do olhar. Uma das mulheres do comitê se aproxima e pergunta se você reconhece os presos. Você responde que conhece boa parte, mostra a ela o plantão, sentado em uma das sombras e cercado por seus auxiliares. “Aquele de camisa rosa ali”. Você não aponta em nenhum momento. Ela observa com curiosidade. A grande maioria dos presos fita o movimento sobre suas cabeças, uns lançando sorrisos para as mulheres que compõem o grupo, outros encarando desafiadoramente os olhares invasivos. Você sente o suor escorrer pela coluna, seu pescoço banhado e pulsando, o tecido da calça já une-se com pedaços do seu corpo agregando uma camada que só faz intensificar o calor escaldante. O grupo se prepara para retornar. Dessa vez a descida não acontece pelo mesmo local, mas por uma outra escada de metal, cuja inclinação íngreme assusta os novatos no processo. O primeiro sargento que desce fica de apoio ajudando os membros do comitê em sua chegada ao chão. Quando o último desaparece na sombra do andar de baixo, você desce despedindo-se dos soldados que ficaram em seus postos sob o sol. Sem usar as mãos para segurar-se em momento algum, você desce de frente apoiando os coturnos quentes nos degraus já conhecidos. Ali é a Inspeção da qual você havia saído há algumas horas. Os cartazes com a hierarquia dos presos continuava lá, cheio de rostos cansados de olhar para a mesma imagem. O comitê anota. Saindo da pequena sala, o grupo é encaminhado para a cozinha, onde encaram os recipientes gigantes contendo ovos, alface, feijão sendo mexido e arroz. Os presos que ali trabalhavam levantam suas cabeças tapadas por toucas protetoras e encaram desconfiados e curiosos o grupo que os abordava. Anotações eram feitas. Você fica ligado no movimento que preenche o corredor que antecede a entrada para a cozinha. De repente seu olhar bate no azulejo do chão umedecido pelo vapor das panelas. Olhar e corredor se fundem em um ínfimo de tempo que se desmancha em desnoriteio. O cansaço do vivido lhe arrebatava alma, pesando as pálpebras que demoram mais do que o usual para piscar. O passo adiante e o cheiro azedo do ar carregado, contudo, lhe forçam a continuar, saindo das

profundezas do Central. Você acompanha o comitê até eles passarem novamente pelas primeiras grades no térreo da prisão. Eles então retornam para a ala administrativa e você se encaminha para retirar o colete, coldre e demais proteções anexadas desde início da manhã. Quando menos aparamentado, volta à reunir-se com os demais, descobrindo que o comitê prepara-se para sair do presídio somente para retornar no dia seguinte. Amanhã o itinerário do comitê determina inspeção nos pavilhões restantes, ala disciplinar e enfermaria, finalmente terminando com uma reunião de encerramento junto ao efetivo sobre a estrutura da unidade e as recomendações à diretoria do presídio, ao governo do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Ministério Público, ao Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) e ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP). Você sabe que após a saída do comitê deve se encaminhar para a sala do Comandante, passar a agenda do próximo dia e as negociações que a nova visita pode demandar. A questão é adiantar algum ‘pepino’, prever alguma situação que possa sair do controle, adiantar casos que não devam estar com pontas tão soltas ou que venham a manchar demais a gestão da casa. Você relata do acordo sobre os ventiladores e que manter o desdentado fora de circulação naquele momento pode ter algum pedido como retorno. O diretor suspira pesado depois de diagramar verbalmente sobre os elementos que devem ser contidos e termina dizendo “Menos mal, então”, liberando o pessoal. Aqueles dispensados como você podem ir embora para retornar pela manhã, outros que estão na ativa voltam aos seus postos. Você passa na pequena cozinha do segundo andar administrativo para pegar um café antes de ir. Enquanto empurra a alavanca que abre para o líquido escuro de cheiro cativo, você olha a bandeja de frutas expondo laranjas e bananas. Você lembra que guardou uma laranja para esse momento e decide comê-la em casa. Depois de tomar a pequena xícara de café, larga suas coisas em seu armário, pega seu celular e se encaminha para a noite em que mal consegue encontrar sossego. Lá fora a nuance de cores diz das horas finais do entardecer. Seu colega da artilharia não está mais em seu posto. A porta da sala fechada indica que ele já foi embora. As pedras sob seu coturno estão mais ávidas em atravessar a sola do sapato, você as sente com afínco e selvageria. No carro, ao destinar o pé esquerdo sobre o pedal da embreagem, você sente um leve tremor percorrendo toda sua perna. O cansaço lhe abate forçando a ficar mais um tempo dentro do carro morno e desligado. Você aproveita o esfalfar para ligar o celular. Enquanto as luzes do aparelho iluminam seu rosto você se dá conta de que o sol se põe em horas finais. Olhando ao redor as luzes da cidade começam a acender. De repente, o desconcerto de um sinal alerta. Você olha para a tela brilhando em sua mão e anunciando um e-mail que deve ser respondido. “Merda, que eu lá tinha que ligar essa merda”. A mensagem era direta, você

seria o responsável por acompanhar uma equipe de gravação que viria ao Central para filmar uma série de televisão. O absurdo da notícia só não lhe era estranho, pois seus olhos acostumaram-se ao contrassenso cotidiano do cárcere; ainda assim, a impaciência lhe sobe da boca do estômago até que seu cenho se contorce em lassidão. Ao que parece você já não se importa mais. Só lhe preocupa os cálculos que terão de ser feitos, os arranjos agenciados e quem sairá perdendo nessa história.

*** Interrupção ***

Investimentos no cárcere, cálculos sobre a vida

A série ‘Retratos do Cárcere’³⁴, cuja previsão de estréia é para final de 2017 contendo treze episódios de 26 minutos a serem exibidos em canais por assinatura, discorrerá sobre o sistema penitenciário brasileiro tomando como enfoque as prisões consideradas mais problemáticas no país. Dentre elas está o Presídio Central de Porto Alegre. A ideia para a série surge a partir do documentário intitulado “Central” (Sager, Rodrigues, & Dornelles, 2015) inspirado no livro de Renato Dornelles “Falange Gaúcha”. A produção documental narra a história do crime organizado e a criação de facções no Rio Grande do Sul desde os anos 1970, bem como as situações de violências e rupturas de direitos pelas quais os presos passam nessa instituição. Utilizado como ferramenta para o que os diretores chamam de “missão social de *Central*”, o filme vem sendo exibido em fundações de atendimento sócio-educativo (FASE) sob o teor de conscientizar os jovens sobre os terrores do presídio. Já a série tomará este último enfoque para dar visibilidade à degradação humana e os motivos que colocam o PCPA como um dos piores presídios da América Latina e que levou o Brasil à Corte Interamericana de Direitos Humanos. Ambos apostam no dispositivo visual como choque para denunciar a superlotação e as condições atroztes do Central: “O documentário mostra que, quanto mais superlotado o presídio, menor é a interferência do Estado e mais se fortalecem as facções

³⁴ Projeto de teor documental financiado pela Agência Nacional do Cinema (Ancine) e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), através de investimentos gerados pelo Programa ‘Brasil de Todas as Telas’. Criado com base no Plano de Diretrizes e Metas para o Audiovisual, este programa buscava a expansão da indústria cinematográfica por meio da universalização do acesso à cultura, tendo em vista que, com a consolidação da Lei da TV Paga (Lei 12.485/2011), um dos objetivos governamentais nesse campo seria a ampliação de conteúdo nacional nas grades de programações privadas. Sob enfoque do então governo federal, a proposta deste programa seria fortalecer iniciativas independentes e possibilitar a inclusão de grupos diversos no campo do audiovisual (Brasil, 2013).

comandando crimes, como o roubo de carros, de dentro da cadeia” (Dornelles, 2016, outubro 15).

A lógica do abandono do Estado frente à problemática do hiperencarceramento e da importância não só de vagas, como de parcerias público-privadas que invistam em projetos humanitários, educacionais e de reabilitação junto a presos dá o tom para o documentário, que lança uma crítica sobre a falência do sistema prisional brasileiro e uma leitura das prisões como escolas do crime. “É preciso prender melhor e não mais” (Brzuska, 2016, setembro 9). Nesses termos, os pesquisadores e profissionais entrevistados que aparecem no filme fazem um levantamento da urgente necessidade de se pensar outras práticas e racionalidades sobre o crime e formas de punição. Um discurso de mudança que atinge três vetores onde a palavra ‘investimento’ passa a ditar as regras para políticas penais: investir na segurança pública em formação profissional e otimização das condições de trabalho; investir no sistema prisional através da ampliação de vagas e/ou criação de novos estabelecimentos; e investir em penas alternativas que possam realmente romper com a racionalidade carcerária.

Em relação ao investimento em segurança pública, as ações que voltam-se à formação e qualificação na área passaram a chamar a atenção principalmente de instituições privadas de ensino superior. É assim que vemos nos últimos anos uma proliferação de cursos de formação, bacharelado, especialização, entre outros, na área da segurança. Só em Porto Alegre e região metropolitana encontramos a criação do curso superior de Tecnologia em Segurança Pública, pela Universidade Estácio de Sá; do curso superior em Serviços Penais pela Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (FADERGS), pensado pela Vara de Execução das Medidas e Penas Alternativas (VEPMA) e conveniado com o Poder Judiciário do Estado; do curso Tecnólogo em Segurança Pública, pela Universidade Feevale; do curso superior em Tecnologia em Segurança Privada pela Faculdade de Tecnologia e o Instituto Brasileiro de Gestão de Negócios (FTEC/IBGEN); do bacharelado em Segurança Pública, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), que traz variadas gamas de atuação profissional na área (pesquisador, assessor/consultor, gestor); além de cursos à distância como a graduação em Segurança Pública, pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER); e o curso de pós-graduação em Gestão de Segurança Pública e Privada, pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA).

Além destes espaços, outras universidades como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) apostam em uma parceria com o governo federal através da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp). Criada em 2003 pelo Ministério da Justiça, a

Renaesp surge com o objetivo de pensar uma segurança cidadã, pautada em uma perspectiva coletiva de democratização de saberes, onde academia, sociedade e órgãos de segurança pública teriam como enfoque o trabalho interdisciplinar para a capacitação profissional não somente de seus servidores, como também de outros atores da sociedade a fim de trazer novas perspectivas no enfrentamento à cultura de violência perpetuada no cenário brasileiro (Costa, 2011; Lima, Bueno, & Mingardi, 2016).

Ao nos enveredarmos nas propostas e propagandas dos cursos, encontramos como diferencial de empregabilidade os quesitos ‘aumento da violência’ e ‘complexidade do sistema prisional’, para os quais seus formandos se tornam profissionais necessários dadas as condicionalidades gaúchas frente à criminalidade crescente. Nesse cenário a violência torna-se campo de consumo e o crime, recurso econômico a ser capitalizado. A prisão vai cedendo seu lugar de escola do crime, que passa para as faculdades que fazem uso do crime como combustível curricular lucrativo. Ainda que falando de um contexto europeu ocidental, Earle (2011) também observa a expansão de cursos que visam especializar sujeitos a lidarem com a tríade crime, violência e segurança. Em sua análise, o autor desenrola a relação entre universidade e prisão como desproporcional, onde ao sujeito da primeira é oferecido o prestígio neoliberal máximo – tornar-se empresário de si –, enquanto o sujeito da prisão é premiado com a garantia de fazer no fundo da estrutura social – torna-se apenas o melhor que conseguir ser. Há, nessa relação, um “cortejo triunfal”, como Benjamin (1987a, p. 225) diria, onde legitima-se barbárie na presunção de saberes industrializados.

Ressaltamos, contudo, que a relação entre academia e prisão não pode ser reduzida a uma lei de mercado, a um desejo de produzir capital e girar a economia. Precisamos deixar claro que pensamos tais instituições, e suas relações, como processos constituídos por múltiplos agenciamentos. Afinal, como diz Massumi (2016, pp. 23-24) o “campo capitalista é repleto de tendências que corporificam relações, as quais não podem ser reduzidas à relação capitalista em si; e não é apenas repleto delas: elas estão constantemente se automultiplicando e se diferenciando”. Isto significa dizer que a questão não é o porquê da existência dessa relação, tampouco ela ocorrer de forma paradoxal – uma vez que o paradoxo diz de um “manancial de tenacidade e astúcia, de humor, de resistência e de questionamento” das continuidades (Gagnebin, 2008, p. 80) –, mas problematizarmos como essa relação passa a existir, como ela é produzida, que atores ela convoca, quais forças ela condena, que incumbências recebe, quais ordenamentos responde, a que regimes de veridicção remete?

Assim, se por um lado temos planos governamentais que lançam projetos de formação marcados pelos discursos de “comprometido com a cidadania e os direitos humanos” (Brasil, 2003), e por outro, há a capitalização desses discursos enquanto ferramentas de governo neoliberais, para além disso existem outras racionalidades e fluxos de vida que não são necessariamente aprisionados (para fazer um jogo de palavras dentro do espectro da segurança) pela lógica capital, mas constituem-se modos de vida que transbordam isso. Nesses termos, não há demonização da proliferação de cursos sobre Segurança Pública, mas estranhamento. E nesse processo de estranhar como as coisas acontecem, observamos que há um certo sopro de crítica que também passa a habitar esse espaços:

Nosso desassossego é incontrolável. Então sabemos por que junto à porta da sala de espelhos do *logos* hegemônico sempre encontra-se um estudante. Cada um espera ali a sua vez para encontrar justamente aquilo que deseja desconstruir. Eles esperam uma chance; batem na porta e estudam. – Ouvimos o mal-estar contemporâneo? Não é um canto. São gritos. Pauladas. Levam ao abandono. Mas quebra-se o encanto da sala de espelhos? Não esperamos agora uma descrição factual do contínuo ininterrupto maquinário racional de harmonização e apaziguamento da consciência da debilidade social. A quem perguntar para onde leva tal colocação, respondo que leva a violência à crise e o estudioso às camadas subjacentes à injustiça histórica. Ali encontramos os corpos que são os ossos da nossa sociedade. A crítica da violência e do crime abala a ortodoxia articulada ao todo do estado (Pandolfo, 2014, p. 213-4).

Porém, é ainda Pandolfo (2014) que nos alerta para as agências de controle, das teorias oportunistas e dos “esquemas de calculabilidade que invariavelmente” importam ao Estado investir quando se trata de sistema prisional. É assim que robustas teorias propagam a necessidade de parcerias público-privadas (PPP) que culminam no fortalecimento das propostas de privatização do sistema penitenciário brasileiro. “Ora, um presídio privado está embebido na relação capitalista. Ele participa dela por todos os lados, inclusive o de dentro. Ele vive em função dos fluxos de capital que captura e canaliza para a produção de mais-valia.” (Massumi, 2016, p. 22). É nesse ponto que pensamos sobre o próximo vetor que mobiliza investimentos para o campo da segurança pública: o investimento no sistema prisional através da ampliação de vagas e/ou criação de novos estabelecimentos.

Ao fazer um levantamento junto aos arquivos públicos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, e pesquisar documentos relacionados a recursos ou ações voltadas para o sistema carcerário do Estado, encontramos nos últimos dez anos 45 decretos de abertura de créditos suplementares que continham encaminhamentos de fundos para estabelecimentos

prisionais³⁵. Dentre as justificativas apresentadas nestes documentos, alguns alocando gastos com alimentação e vigilância, outros apontando a necessidade de reformas dos locais e/ou investimento em cursos profissionalizantes, uma frase surge em todos os decretos: “ampliação de vagas prisionais”. Se proliferam-se cursos em Segurança Pública quando a academia encontra a prisão, quando do encontro desta última com a agenda estatal, o que encontramos é a necessidade de mais vagas. Ao que tudo indica, as pautas estatais que negociam o imperativo da segurança pública ‘é preciso proteger a sociedade’ (Foucault, 2005), traduz-se na agenda governamental por ‘é preciso prender mais’. Dentre as verbas arroladas, o investimento tido como essencial para o sistema prisional resume-se à criação de mais espaços de aprisionamento, mais buracos no cárcere, mais camas gradeadas.

Somente nos primeiros dois anos da atual gestão do governador José Ivo Sartori (2015 - atual), foram 8 decretos; o último, publicado em 25 de agosto de 2016 (mesma data em que efetiva-se o pedido de exoneração do então Secretário de Segurança Pública Wantuir Jacini), solicita o montante de R\$ 44.652.800,65 (quarenta e quatro milhões, seiscentos e cinquenta e um mil, oitocentos reais e sessenta e cinco centavos) em créditos suplementares, dentre os quais são encaminhados R\$ 86.337,87 para a ampliação de vagas nos presídios (Rio Grande do Sul, 2016a). Exatamente uma semana após esse documento, um novo é publicado decretando situação de emergência no sistema prisional do Estado, tendo como indicativo máximo e primeiro ponto destacado como causa para a conjuntura emergencial a carência de vagas prisionais (Rio Grande do Sul, 2016b). Seguindo este ponto, o decreto considera a população carcerária de mais de 34 mil pessoas, as deficientes estruturas prisionais (contando com interdições judiciais de alguns estabelecimentos³⁶) e o aumento da criminalidade, como os dados que sustentam “a mais grave crise da história do Rio Grande do Sul” – assim estampado na capa da revista *Veja* impressa no mês seguinte à publicação do decreto (Nunes, 2016, setembro 28). Note-se, contudo, que a pior crise da história apontada pela revista baseia-se em

³⁵ Pesquisa realizada em janeiro de 2017 através do banco de dados *online* da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, na qual foram elencados todos os decretos publicados em Diário Oficial do Estado que continham alguma ação voltada ao sistema prisional. Nesta busca, encontramos documentos datados entre 1966 e 2016, os quais apresentavam temáticas variadas – desde a aprovação de regimentos disciplinares, a criação ou desativação de instituições penais, até a disposição de nova organização da Secretaria de Justiça. Contudo, os primeiros decretos de abertura de créditos suplementares contendo encaminhamentos de fundos para estabelecimentos prisionais só aparecem a partir de 2009, com o Decreto 46.225 de 17 de fevereiro de 2009.

³⁶ Em 2015 foram cinco interdições do Presídio Central de Porto Alegre, quadro este que se repete em 2016 causando a superlotação das delegacias da capital e região (Martins, Abati & Rosa, 2015, novembro 30; Jacobsen, 2016, setembro 11; Torres, 2016, outubro 21; Kannenberg, 2016, outubro 26).

um gráfico comparativo de homicídios dolosos cuja linha temporal não abrange mais do que dez anos, localizando-se entre 2006 e 2016.

Nessa analítica dos últimos dez anos, foi sob o mote da crise que o governo estadual passa a desenvolver programas de policiamento ostensivo e aumento de prisões preventivas (sem condenação). Tendo em mente que violência se controla com intensificação policesca e mais aprisionamentos, durante o ano de 2016 uma das medidas adotadas no campo da Segurança Pública no Estado foi o desenvolvimento da chamada “Operação Avante”. Projetada conjuntamente pela Secretaria de Segurança Pública (iniciando com o secretário Wantuir Jacini e tendo continuidade com seu sucessor, Cezar Schirmer) e a Brigada Militar, a operação vem sendo coordenada pelo Comando de Policiamento da Capital (CPC) e operacionalizada pelos policiais militares. Tal operação consiste em três fases de atuação: a instalação de barreiras de monitoramento em locais estratégicos da capital gaúcha – elencados após levantamentos dos bairros com maior taxa de latrocínios; a repressão da criminalidade em pontos estratégicos, especialmente em Porto Alegre e Novo Hamburgo (territórios que representam 80% das ocorrências de roubos e assaltos conforme análises criminais feitas por estas instâncias); e, na terceira fase, a incorporação de agentes da Força Nacional enviados pelo governo federal após o decreto de emergência. Somando-se a isto, uma mobilização de tecnologias e aparatos especializados para abordagens noturnas, bem como helicópteros e carros reforçados foram vistos ocupando ruas e céus da cidade.

Em um mês de atuação, a “Operação Avante” diminuiu em 41% os roubos e aumentou em 63% as prisões flagrantes. Em um ano, a operação apresentou como resultados “positivos” o aprisionamento de mais de 4 mil pessoas (Rio Grande do Sul, 2016b). As contradições nesse quadro estão para além da obviedade e chegam ao surrealismo, não só pela sobrecarga de um sistema já inconcebivelmente superlotado de gente, como na adoção de uma estratégia de segurança que recorre à punição como alternativa para o crime. Aparentemente a solução para a redução da superlotação só consegue ser prender mais. É assim que as propostas criadas para desafogar as instituições carcerárias acabam saindo como um tiro pela culatra, pois são pensadas em um contexto político-criminal onde justiça amarra-se com punição. Essa lógica produz efeitos também nos modos como as alternativas penais são pensadas, justificadas e implementadas, servindo para reforçar o lugar que o cárcere ocupa nas práticas estatais penais.

Nesse âmbito, se pensarmos no terceiro vetor mencionado anteriormente, o investimento em penas alternativas, a aplicação destas não representa de forma nenhuma uma ruptura com a racionalidade carcerária: não há alternativas à prisão, mas a ampliação de

condições que retornam à ela. “[A prisão] é um dos instrumentos do poder, e um dos mais desmedidos” (Foucault, 2006b, p. 26). Em sua análise voltada para a problematização dos discursos sobre crime e punição na produção de alternativas à prisão no Brasil, Souza (2014) coloca que mesmo buscando um deslocamento do cárcere como principal resposta para o crime, tais medidas não serviram para romper com a lógica punitivista, quanto mais para a redução do encarceramento; pelo contrário, o número de Penas Restritivas de Direito (Leis 7209/84 e 9714/98) crescem tanto quanto o aglomerado humano enviado às instituições prisionais. Junto a isso, a banalização das prisões cautelares e a asfixia morosa do judiciário (com audiências de custódia, por exemplo, pensadas para atenderem os sujeitos imediatamente após a detenção, acontecendo dias após os detidos já somarem-se ao número de presos) aliam-se com um populismo punitivo no qual a ideia de que um sujeito possa responder processos em liberdade traduz-se por impunidade. Há desejo de sangue. Dos outros.

Não só Souza (2014) como Kant de Lima (2004), ao tratarem sobre a cultura jurídica brasileira, sustentam que o modo de pensar o cárcere torna-se a racionalidade que legitima às penas alternativas reforçarem a cisão entre ‘sujeitos perigosos’ e aqueles ‘sem periculosidade’, perpetuando o tratamento desigual do sistema de justiça criminal. Tal proposição fica explícita nas ações voltadas às políticas de criminalização das drogas. Comemorada como um avanço humanitário no cenário do tratamento penal, a Lei 11.343/06 tratava de discorrer sobre o tráfico de drogas, reconhecendo a figura do usuário e lhe propondo um tratamento descriminalizado, aparentemente diferenciado daquele voltado para o ‘verdadeiro delinquente’ – o traficante. Contudo, uma década após a implementação dessa lei, o que se registra como efeito direto dela é o aumento da população carcerária em função do tráfico. Nela, tráfico e porte de drogas conjugam-se sob as mesmas condutas objetivas (adquirir, guardar, ter em depósito, transportar ou trazer consigo), sendo determinantes na distinção entre traficante e usuário somente os critérios de interpretação dos juízes e, antes disso, do policial que realizou a abordagem do sujeito (Carvalho, 2006, 2013). O Presídio Central de Porto Alegre sente nas entranhas o efeito desse processo: de seus 4567 presos provisórios e condenados, 2368 deles estão trancafiados por tráfico de drogas, ou seja, mais da metade de sua população³⁷.

A política de guerra às drogas passa a ser mais uma das justificativas que encadeiam o aumento de aprisionamentos e, inclusive, fortalecem a discussão para que mais vagas sejam criadas no sistema prisional. Um terrorismo de Estado que volta sua atenção para a figura do

³⁷ Levantamento de fevereiro, 2017 (Gomes, 2017, fevereiro 24).

traficante como inimigo interno. Esse defensivismo dá as dimensões para os três vetores de investimentos mencionados anteriormente referentes à racionalidade punitiva e manutenção do cárcere. É sob o mote de que segurança se faz com prisão que a retórica das mais vagas segue os governos estaduais para colocarem mais policiamento, mais penas (e nesse ponto não interessa que sejam chamadas de alternativas, pois elas somam-se e não substituem a punição), mais prisões, mais dinheiro para tecnologias ostensivas e mais políticas de prevenção, voltadas para intervenções em comunidades pobres que, por sua vez, culminam na criminalização de certos grupos populacionais. Nesse arranjo fortalecem-se as parcerias público-privadas, que emergem justificando a criação de novos estabelecimentos pela lógica do ‘começar do zero’: “Em um sistema novo, tem que levar o preso novo, “descontaminado”, e não deixar entrar a cultura velha, das facções. É preciso preservar os novos espaços e alimentá-los com uma nova cultura”, conclui o procurador Gilmar Bortolotto (Dornelles, 2017, fevereiro 3). Mais investimentos. Essa é a lógica que marca a fala de pesquisadores, juízes, profissionais do campo da segurança. Entre levas de aberturas de créditos e novos estabelecimentos prisionais, um jogo governamental de fazer o máximo pelo mínimo é posto em cena.

Desde o governo de Antônio Britto (1995-1998), passando pelas gestões posteriores de Olívio Dutra (1999-2002), Germano Rigotto (2003-2006), Yeda Crusius (2007-2010), Tarso Genro (2011-2014) e o atual mandato de José Ivo Sartori, a construção de mais vagas no sistema prisional gaúcho está em voga, bem como a desativação do PCPA buscando soluções que custem menos ao Estado. Iniciando seu mandato após a rebelião mais conhecida do Central, com fuga de detentos e tomada de reféns por líderes de falanges gaúchas, marcando a entrada da Brigada Militar na coordenação do estabelecimento, Britto lançou o projeto de demolir o presídio. Esse plano vigora até hoje, sendo marcado por pronunciamentos oficiais e angariamento de fundos para a construção de outras prisões (as quais, em tese, aliviariam a população do Central); sem ser levado à cabo, seus decrépitos muros continuam em pé. “Elaboramos projetos para a criação de 8.914 novas vagas nos presídios estaduais, com investimentos de R\$ 170 milhões”, dizia Rigotto em 2006. “A decisão de implosão do Presídio Central está tomada”, lançava Crusius, dois anos depois. “O nosso objetivo estratégico é chegar ao final de 2014 com o presídio desocupado. Se isto não for possível, em função de atrasos de obras, teremos reduzido em um terço a população do Central”, oficializava Tarso³⁸. Em um

³⁸ A linha do tempo de promessas e oficializações de governadores do Estado foram levantadas a partir dos decretos analisados; já as entrevistas e citações sobre o Presídio Central apresentadas aqui foram retiradas de diversos sites de reportagem, a ver cronologicamente: Sturm (2013, novembro 4), Moreira (2015, março 11), Ruas (2016, janeiro 21).

jogo de demole-não-demole, aproveitamentos de antigos pavilhões, construção de novos, reformas de outros, e até mesmo a destruição do Pavilhão C (no final do mandato de Tarso), uma complexa gama de negociações passa a se engendrar, levando as ações no âmbito da segurança a tornarem-se da ordem do ubuesco.

Se no núcleo do exame médico legal, Foucault (2013b) encontra aquilo que ele nomeia como ubuesco³⁹, o caráter grotesco do poder médico-judiciário a reinventar categorias elementares da moralidade que se organizam em torno da perversidade e do perigo, é na bufonaria dos cálculos de investimentos e seus arrochos contemporâneos que a margem para o bizarro se alarga. Entre os cientistas da verdade sobre a segurança e as decisões decretadas sobre o que fazer com o sistema carcerário, um espetáculo grotesco se desenrola. Nos discursos de vida e de morte na segurança, na palavraria dos profissionais especialistas, nas decisões que libertam ou trancafiam e, inclusive, no desespero cômico do trágico cotidiano, está o ubuesco.

Mostrando explicitamente o poder como abjeto, infame, ubuesco ou simplesmente ridículo, não se trata, creio, de limitar seus efeitos e descoroar magicamente aquele a quem é dada a coroa. Parece-me que se trata, ao contrário, de manifestar da forma mais patente a incontornabilidade, a inevitabilidade do poder, que pode precisamente funcionar com todo o seu rigor e na ponta extrema da sua racionalidade violenta, mesmo quando está nas mãos de alguém efetivamente desqualificado (Foucault, 2013b, p. 13).

Das negociações que chegam em soluções bizarras, destacamos as criações como o ônibus-cela e os contêineres para manter os detidos esperando a abertura de uma vaga no sistema prisional. Depois de manter presos atuados em flagrante dentro de viaturas ou ainda algemados a lixeiras na frente do Palácio da Polícia, em Porto Alegre, a Susepe cria o ônibus-cela como possibilidade temporária para manter os detidos com um mínimo de estrutura. Pintado de preto e reformado para ter condições mínimas de higiene, esse recurso foi considerado excelente para César Schirmer (Secretário de Segurança), principalmente por ser ágil e sem custos. “Conhecido no passado como Trovão Azul, o veículo foi utilizado pela Susepe por cerca de 30 anos no transporte de presidiários, tendo sido aposentado em 2013 e agora reativado para a nova missão” (Correio do Povo, 2016, novembro 30. Em uma reportagem que acompanhou os primeiros usos do microônibus, este é referenciado como solução inteligente para a superlotação, pois evita que uma viatura fique fora de circulação, para continuar prendendo mais. O repórter anuncia: “Então essa é a novidade, não é ainda um navio, não é um contêiner, mas é um micro-ônibus”. Ao que tudo indica, há possibilidades

³⁹ Em *Os anormais*, Foucault (2013b) discorre sobre o ubuesco a partir da peça “Ubu Rei” (1896), que diz de um personagem absurdo, cruel e caricato, de “caráter comicamente cruel, cínico e covarde ao extremo” (p. 25).

inclusive de se retornar a ‘Nau dos Loucos’, que levava os degenerados e os largava em alto mar. Quanto aos contêineres, estes parecem ser uma proposta de realização ainda para este ano, com o anúncio de César Schirmer de que o governo do Estado está em negociações para adquiri-los. Continua o repórter: “Serão 16 celas que podem comportar, ao todo, 96 presos. Cada container terá três beliches com cama e ainda um banheiro com chuveiro. Schirmer reforçou ainda que os presos vão ficar no máximo 48h nos espaços, que serão provisórios” (Ledur, 2016, novembro 16).

A narrativa de García Márquez (2014, p. 341) ressoa a nós quando a palavra contêiner é exposta como possibilidade para trancafiar os presos ‘provisoriamente’: “Percebeu que ia num trem interminável e silencioso, e que estava com os cabelos engomados de sangue seco, e que todos os seus ossos doíam. (...) Não havia espaço livre no vagão, a não ser no corredor central”. Sabendo que o cárcere transforma antíteses gramaticais em realidades cruas – o provisório que se torna permanente, o confinamento que expõe (à violência, à fome, à deterioração), o aprisionamento que ‘liberta’ (o sujeito do criminoso) – questionamo-nos o que podemos esperar dos vagões de metal para guardar humanos? A resposta a essa questão, sob uma lente econômico-jurídica, é a mesma que ouvimos do Comandante da história na abertura deste Capítulo: “Menos Mal”. O menor dos males passa a ser a racionalidade que determina cálculos mínimos sobre vidas a serem gerenciadas em um plano de investimento entre baixos custos e a menor repercussão possível. Em um contexto onde medidas estatais para contingenciamentos de gastos na segurança resultam em um jogo de parcelamento de salários dos servidores públicos, cortes em diversas áreas (combustível de viaturas, horas extras, diárias, compras de equipamentos) e a promessa de novas contratações de policiais quando um número maior de aposentadorias são efetivadas⁴⁰, uma série de cálculos passam a determinar que vidas importam, como importam, até onde e quando importam.

Nesse ponto Eyal Weizman (2011), arquiteto israelense e pesquisador de Culturas Visuais pela Goldsmiths College em Londres, traz importantes considerações sobre o princípio de cálculos mínimos sobre a vida, as quais trazemos aqui para pensarmos essa mecânica de investimentos sobre o cárcere. Em uma análise onde inverte o esquema leibniziano de ‘o melhor dos mundos possíveis’⁴¹, o autor parte de uma série de investigações sobre locais

⁴⁰ Como parte do Plano Estadual de Segurança Pública do governo de José Ivo Sartori, foram anunciadas 2 mil novas contratações de policiais para agrupar o efetivo da Brigada Militar, somando a isso a retomada dos pagamentos em dia e as horas extras; contudo, tais medidas são apresentadas exatamente quando a aposentadoria de policiais já somavam cerca de 2,8 mil (Gomes, 2017, fevereiro 24; Rio Grande do Sul, 2016d).

⁴¹ Leibniz, G. W. Ensaio sobre a Teodiceia: sobre a bondade de Deus, a liberdade do homem e a origem do mal.

contemporâneos em situação de conflitos armados, problematizando debates legais sobre espaços geográfico-arquitetônicos (a construção do muro de separação entre Israel e Palestina como um deles) questionando como a racionalidade do ‘menor dos males’ é invocada para justificar violências de Estado. Em seus estudos, Weizman propõe o quanto há uma elasticidade de negociações que surgem quando se trata de investimentos que envolvem a liberdade e a morte de pessoas. É a emergência de uma mecânica burocrática e um campo de negociações onde o menor dos males possíveis serve como parâmetro para decisões, uma lógica que

emerge como um compromisso pragmático, um ‘pecado tolerável’ que funciona como justificativa para a noção de exceção. (...) O argumento do menor dos males é utilizado para defender qualquer coisa, desde assassinatos-alvos, matanças por misericórdia, demolições de casas, deportações, torturas, até o uso de armas químicas não letais, escudos humanos, e inclusive tornar alguns civis alvos se isso significa salvar mais vidas inocentes do que elas custariam” (Weizman, 2011, p. 8-9, livre tradução)⁴².

Enquanto para este autor, no contexto das guerras humanitárias internacionais, há um manejo de cálculo do risco e a construção de medidas e engenharias que legitimam intervenções como a ocupação israelense na Palestina, há aquilo que ele chama como um controlado abandono estatal, no nosso cenário prisional falamos de configurações bem específicas e diferenciadas. Menos pensada em termos de equações humanitárias, onde há um cuidado calculado para a sobrevivência de um mínimo de pessoas e onde os discursos dos direitos humanos se tornam armas (*weaponized*) para intervenções militarizadas, a política carcerária brasileira transforma a maleabilidade cotidiana em campos de negociações onde a preocupação com os direitos humanos aparece como discurso de soberba intelectual e o Estado é visto como uma entidade metafísica que totalmente abandona o sistema penitenciário. É notável o quanto na segurança pública encontramos a produção, manutenção e reforço da lógica do ‘abandono estatal’.

O Estado, sob tal ótica, é tomado enquanto uma entidade de poder vertical, sendo representada monetariamente e tendo sua visibilidade somente quando é materializado concretamente através de investimentos financeiros, corpos físicos de policiais ou mais aprisionamentos. Ele é o outro separado do crime, noção que também se torna uma entidade metafísica. Nessa lógica binária, não há correlação de agenciamentos de forças, quicá o

⁴² No original: “Lesser evil arguments are now used to defend anything from targeted assassinations and mercy killings, house demolitions, deportation, torture, to the use of (sometimes) non-lethal chemical weapons, the use of human shields, and even the intentional targeting of some civilians if it could save more innocent lives than they cost”.

questionamento quanto a condições de possibilidade para a atual configuração do sistema carcerário brasileiro: pensar o sistema prisional resume-se na busca por causalidades, responsáveis ou culpados. E, para tal, busca-se mais respostas concretas, para que a outra entidade também pensada metafisicamente nesse campo relacional – a sociedade – possa enxergar mais paredes, mais pessoas, mais dinheiro, mais grades, mais grilhões, mais mãos transbordando nos documentários. Questionar como certas relações nestes espaços acontecem é provocar cóleras sobre um estado naturalizado de violências, é mexer em cálculos articulados sobre vidas, é também possibilitar desconforto frente a banalizações de morte, como a irritação de José Eduardo Corsini, promotor-corregedor do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Quando questionado sobre o papel do Estado frente às rebeliões que se alastraram nos últimos tempos⁴³, o promotor retorna as perguntas impacientemente: “era o Estado insuficiente em direitos humanos que esquartejou pessoas? Era o Estado no seu excesso punitivo que serrou, cortou e queimou homens vivos? Era o Estado que jogou futebol usando como bola uma cabeça humana?” (Corsini, 2017, fevereiro 26). Para suas perguntas podemos devolvê-las com a seguinte interpelação: E não era o Estado?

A violência do direito, Arranjos de legalidades

Ao nos aproximarmos de uma analítica foucaultiana para discutir o Estado, imediatamente o exercício do pensamento deve voltar-se para a desnaturalização desta noção. Foucault nos convoca a pensar o Estado não como um monstro absoluto, de poder vertical, tampouco reduzido a funções burocráticas, visto através de relações de produção e força. O Estado, sob esta ótica, não é uma individualidade, o Estado é uma prática. Foucault (2008a) nos adverte sobre a existência de certo fascínio e supervalorização exercidos na contemporaneidade sobre as questões voltadas ao Estado: “Sabe-se que fascínio exerce hoje o amor ou o horror ao Estado; sabe-se quanta atenção as pessoas dedicam ao nascimento do Estado, à sua história, à sua progressão, ao seu poder, aos seus abusos” (p. 144). Se adotarmos essa advertência para pensarmos o Estado moderno, evitamos cair em generalizações e/ou reducionismos e passamos

⁴³ Em 2016 rebeliões foram registradas por todo o país. No decorrer do ano testemunhamos rebeliões sanguinárias como a do Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj) em Manaus, repercutindo como o maior massacre do sistema prisional do Amazonas, onde ocorreram decapitações de presos; rebeliões em São Paulo e Rio de Janeiro que se alastraram para o restante do país sendo consideradas um sinal de rupturas e confrontos entre as duas maiores facções do país, o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC); bem como rebeliões nos presídios do Rio Grande do Sul em função da greve da Susepe motivada pelo pacote de medidas e cortes do governo Sartori.

a pensá-lo menos como forma, do que um conjunto de forças e ações. Nesse sentido, só é possível visibilizá-lo como uma força no campo da pesquisa ao analisar o presente, suas formações históricas e “a superposição de inúmeras camadas de vestígios passados” que evocam sua constituição enquanto economia de poder (Coimbra, Knijnik, & Galli, 2013, p. 46).

Para Foucault (2008a), existem três grandes economias de poder no Ocidente a ver: o Estado de justiça; o Estado administrativo; e o Estado governamental. A primeira diz respeito ao Estado nascido de um território feudal, correspondendo a uma sociedade de lei e litígios; a segunda nasce nos séculos XV e XVI, não mais feudal, mas uma economia relacionada a regulamentações e disciplinas; a terceira economia volta-se para o surgimento da população e da emergência de mecanismos de segurança para defender a sociedade. É importante relatar que tais formas de Estado não surgem uma após a outra, mas se engendram umas nas outras, encadeadamente. Exatamente por compreender que não falamos de uma entidade onipresente e desconexa dos saberes e poderes que o constituem, e constituem mundo, acreditamos que é preciso abordar o problema do Estado a partir das práticas de governo, os efeitos móveis de um regime de governamentalidades, de práticas estatais as quais não estão separadas de ações da sociedade civil, terceiro setor, investimentos públicos ou privados, mas articulam-se e são produzidas na/e a partir das relações na manutenção e gestão das populações. Portanto, procuramos nos interrogar sobre as práticas pelas quais o Estado investe na população: “os procedimentos gerais de internamento e passando assim por trás do asilo, do hospital, das terapias e das classificações, assim como no caso da prisão procuramos passar por trás das penitenciárias propriamente ditas, para tentarmos descobrir a economia de poder” em variadas conjunturas (Foucault, 2008a, p. 161). Mais adiante, em ‘Nascimento da Biopolítica’, Foucault (2008b) nos traz outra advertência quanto a certos cuidados ao problematizar práticas estatais: não perder as especificidades das análises; não inflacionar para uma “desqualificação pelo pior”, demonizando o Estado; e não eliminar a atualidade, a influência que se tem sobre o real, perigo que se acomete ao pensar o Estado como um “fantasma paranóico e devorador” (p. 261).

Em consonância com o pensamento de Foucault, Weizman (2011) analisa as ações de governo a partir de suas táticas moderadas, discorrendo sobre instrumentos singulares estatais que manejam populações, e como gradualmente certos aparatos jurídicos-legais se tornam instrumentos de governo e extermínio de vidas: “É na sua moderação, ao invés de sua irrestrita aplicação de poder, que a violência do Estado se torna efetiva” (p. 17, livre tradução). Este autor problematiza os debates legais no Estado de direito e seus usos, onde aquilo que ele nomeia por princípio de proporcionalidade – cálculo mínimo da manutenção da vida – se torna o principal

tradutor da relação entre violência, lei e seus sentidos políticos. Nesse sentido, os cálculos de proporcionalidade surgem como tecnologias de manejo e governo – o manejo da violência e o governo das populações. “Esse poder se fundamenta na habilidade de calcular, contar, medir, balancear e agir sobre esses cálculos. Inversamente, para se tornar não-governável, o sujeito deve se tornar incalculável, incomensurável, inexprimível” (idem). Entre o que é necessário fazer e a mínima proporção dessa conta para que não se chegue até o pior que pode acontecer – o que pode variar desde arcar com algumas mortes até, “em seus momentos mais macabros, ser sugerido os bombardeios atômicos de Hiroshima como algo a ser tolerado sob o argumento de defesa do menor dos males” (p. 9)⁴⁴ – a lógica do ‘Menos mal’ ou ‘Poderia ser pior’ passa a ser a racionalidade do poder sobre a vida no interior das políticas de segurança. Especificamente no sistema carcerário brasileiro, podemos dizer que o ‘menor dos males’ emerge como uma mecânica burocrática que diz de acontecimentos entre militares e arranjos de legalidades.

Principal eixo tematizado por Arendt (1999) em ‘Eichmann em Jerusalém – um relato sobre a banalidade do mal’, o argumento do menor dos males é indicado para além da metafísica. A autora enseja a dimensão do banal como um mecanismo de normas e valores institucionalizados que transforma a obediência à autoridade na própria lei, uma ‘obediência cadavérica’ (*kadavergehorsam*), como o próprio Eichmann a nomeou. Em sua cegueira, o banal é perpetrado pela resistência ao pensar, a um certo aprisionamento às funções hierárquicas e maquinaria cotidiana que torna a aceitação consciente do menor dos males um esquecimento do mal em si. Ela deixa claro, porém, que esse gesto não transcorre como uma escolha, uma vez que o exercício da dúvida e da crítica é sanado, tornando o sujeito consumido pelo vazio do pensamento burocrático. Nesse contexto a violência produz-se na banalidade factual de um cumprimento de ordens que se tornam lei, no dever a um Estado que legitima a morte, e em um poder de matar que se dissemina por todo o corpo social. Podemos trazer os questionamentos de Arendt ao pensar sobre a complacência dos povos ante sua própria eliminação, e nos perguntarmos como não enxergar a violência do Estado? Ou como é possível enxergá-la e viver? E, sendo o direito um meio para a realização da justiça em sua constituição jurídica, por quais caminhos recusamos formas acríticas de obediência?

⁴⁴ Traduções no original: “Thus its is in its moderation, rather than in its unrestrained applications of power, that state violence becomes effective”; “Moreover this power is grounded in the very ability to calculate, count, measure, balance and act on these calculations. Inversely, to make oneself ungovernable, one must take oneself incalculable, immeasurable, uncountable.”; e citação da página 9: “In one of its more macabre moments it was suggested that the atomic bombings of Hiroshima might also be tolerated under the defense of the lesser evil.”

Para essa última pergunta Arendt (1999) faz questão de nos lembrar que o direito é a institucionalização da violência: “Nem é preciso acrescentar que a parafernália legal resultante, longe de ser um mero sistema do pedantismo ou empenho alemão, serviu muito eficientemente para dar a toda a coisa a sua aparência de legalidade” (p. 92). Benjamin também o dizia. Para o filósofo a violência do Estado de direito acontece exatamente por meio de sua estrutura jurídica que possibilita tornar a excessão, a regra⁴⁵. Dito de outra forma, a origem da lei cria as condições para as justificativas da violência e seus procedimentos, a fundação do direito faz institucionalizar a violência e, por sua vez, a violência institucionaliza o direito. Benjamin nos diz que a violência na institucionalização do direito tem dupla função: ser o meio para um fim já instituído pelo direito e, por outro lado, instituir do direito o seu próprio aprisionamento, uma vez que o estabelece dependente da violência. O direito, assim, se torna um fim necessário a partir da violência e vinculado a ela, sob o nome de poder: “A institucionalização do direito é institucionalização do poder e, nesse sentido, um ato de manifestação imediata da violência” (Benjamin, 1986, p. 172).

Nesse ponto tanto Butler (2017) como Agamben (2002), pensadores que discutem sobre a indissociabilidade do fenômeno jurídico e sua relação com a violência, nos lembram da necessidade de retornarmos à crítica benjaminiana sobre essa relação, lançada em seu ensaio ‘Crítica da Violência – Crítica do Poder’ (Benjamin, 1986). Enquanto Agamben segue o nexo entre vida nua e violência jurídica, sobre os quais ele desenvolverá seus trabalhos sobre a intrínseca relação entre o domínio do direito, a sacralização da vida e estado de exceção, Butler busca entender como Benjamin trabalha fontes judaicas para oferecer uma dupla crítica à violência do direito e ao sionismo. Um aspecto que ambos ressaltam é a diferença que Benjamin traça sobre violência instauradora do direito (*rechtsetzend*) e mantenedora do direito (*rechtserhaltend*) e, junto a Benjamin, seguem pensando se é possível uma terceira trajetória da violência⁴⁶ que possa ser acionada e produzida contra a coerção do direito, mas que fosse fundamentalmente não violenta, não sanguinária? Para pensarmos sobre esse terceiro limiar, é preciso olhar para as forças de violência articuladas ao direito. Por violência que mantém o

⁴⁵ Tanto Agamben (2002), como Arendt (1999) e Weizman (2011) discutem sobre o estado de exceção em suas obras. Este último, especificamente, discorre sobre como a universalização de direitos humanos internacionais se torna a fundamentação legal para matar um mínimo de pessoas em Gaza, Etiópia, Bósnia, Palestina e Iraque.

⁴⁶ Quando à terceira forma de violência que ultrapassem e transcendam as forças instauradoras e mantenedoras que Benjamin traz, ver discussões apresentadas por Agamben (2002) e Butler (2017). Em termos de quadros interpretativos sobre o ensaio de Benjamin, torna-se importante a leitura de ‘A força da Lei’, de Derrida (2010), no qual o autor questiona a crítica benjaminiana e o que ele considera um marxismo messiânico e postura antiparlamentar de Benjamin.

direito Benjamin refere-se ao modo como somos governados pela força da lei, ou como o direito impõe seus regramentos sobre nossas condutas cotidianas, ao passo que a violência instauradora trata da origem do direito e da justiça, de uma criação vingativa que visa a coerção dos degenerados, dos indisciplinados. Diz Butler (2017) que essa última concepção da violência legal pode ser resumida na afirmação de que “isso vai ser lei”, ou, mais enfaticamente, “isso agora é lei”. Uma violência declarada por decreto. Se os tribunais e a polícia (não militarizada no caso) exercem a força da violência que mantém o direito, o militar seria a força que cabe nos dois lugares, atuando enquanto poder mantenedor e instaurador. É por aí que Foucault (2002a), ao analisar as formas jurídicas do antigo Direito Germânico, o coloca enquanto um sistema que não opõe guerra à justiça, e onde a possibilidade de interromper uma série de vinganças, caracterizadas como “vingança judiciária”, estaria em consentimentos mútuos, pactos e transações regulamentadas.

Assim, o que aconteceria caso atualizássemos essas forças para o cenário prisional brasileiro? Como pensar uma terceira forma de violência na força militar policial? Se atentarmos para o encontro da polícia militarizada com a segurança, a violência do direito encontra-se ao decretar o militar como a figura paradoxal da segurança brasileira: a exceção institucionalizada força da lei na organização prisional gaúcha. Em nosso sistema, a violência do direito opera ao legitimar a intervenção militar, pensada como solução provisória e intervencionista a princípio, e deslocá-la enquanto reconfiguração política, um *modus operandi* para o sistema prisional, na manutenção do controle das forças militares sobre o Presídio Central de Porto Alegre e na Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ). Em nosso contexto, porém, o sujeito é distinto daquele tomado por um vazio de pensamento, como o burocrata de Arendt. Ainda que consumido pelo dia, automatizado em funções hierárquicas e mecânicas burocráticas, ele questiona seus passos sem saída pelos corredores do Central. No elemento trazido por essa biografia maldita, o pensamento não cai no vazio, mas em seu transbordamento. Descarrega-se de névoa em bruscos desassossegos. O menor dos males é a esfera de violência que o produz, e em arranjos de legalidades ele encontra sobrevivência. Das negociações sobre ventiladores, às moderações cotidianas, o poder não trancafia-se em um regime totalitário, mas em práticas que consomem as grades de ferro, pluralizando-o: “Meu nome é Legião, poderia ele dizer” (Barthes, 2004, p. 11).

Interessante ressaltar que a semântica para a palavra violência (*Gewalt*) em Benjamin, pode significar ao mesmo tempo poder. Em nota da tradução de seu ensaio para o português, é explicado que há um jogo entre essas palavras, que torna ambígua essa relação.

Momentaneamente essa situação é resolvida na obra ao colocar um asterisco onde as duas acepções se tornam possíveis: violência*poder. É retomando esse jogo de palavras e símbolos que provocamos as perguntas lançadas anteriormente: “Como não enxergar a violência*poder do Estado? Ou como é possível enxerga-la e viver?” – nos perguntamos. Respondemos: enxerga-se. vive-se. O que ver e como viver depende de uma série de negociações. Nesse campo de transações e pactos, onde ‘negociar é a regra e a regra é sempre negociável’, a questão passa a ser os arranjos de legalidades que constituem o poder e se tornam os cálculos mínimos na trama de saberes e poderes onde as palavras de ordem voltam-se para mais investimentos com o menos possível. Se pensarmos em suas finalidades estratégicas, a que eles correspondem, para que servem, como funcionam na luta econômica o tomamos como espaços limiares de negociação da sobrevivência. E nesse aspecto, os arranjos de legalidades desencadeiam o que poderíamos arriscar a tomar como uma terceira forma de violência marcada por provocar um paradoxo no sistema legal ao não desfazer os fundamentos do direito (não há rupturas ou contravenções legais), mas invocando uma determinada ética vinculada a um imperativo “que não impõe, mas deixa em aberto os modos de sua aplicabilidade e suas possibilidades de interpretação, incluindo as condições em que pode ser recusado” (Butler, 2017, p. 80).

Ao pensarmos em arranjos de legalidades, os diferenciamos daquilo que Salo de Carvalho (2013) nomeia como dobras de legalidade. Estas últimas dizem de um excesso normativo na política criminal de drogas, mais especificamente zonas contraditórias e dúbias quanto à compreensão e à execução da Lei 11.343/06, especialmente no que tange ações incriminadoras das agências penais. Enquanto por arranjos de legalidades pensamos em como são produzidos e legitimados campos de negociação, que não necessariamente se preocupam em justiça ou o alcance de um bem maior. Se escondem-se desdentados, se expurgam-se estrangeiros, se organizam-se ações retributivas em troca de favores, esse aparato está menos para uma ordem messiânica que visa um fim maior, do que para a institucionalização da sobrevivência. Isto não significa dizer que a violência não componha e seja produzida por estes espaços, ou ainda que vidas não sejam matematicamente calculadas para morrer; pelo contrário, há a instauração de barbáries, mas elas se transformam em sutis e morféuticos meios, que não encontram fins.

Nesses meios, encontramos diversos atores que jogam entre apertar botões (quem mata) e respirar o veneno junto (quem morre) nas nossas câmaras. Pode-se dizer que é estabelecido um jogo onde a provisoriedade se torna eternidade – para o efetivo da Brigada que continua na coordenação do Central, para os capitães e soldados e tenentes que levam pessoas ao fundo das

galerias, para os presos que devem agenciar o quanto deixar à vista, para os grupos que visitam a prisão em buscas de provas óbvias de violências, para os escritores de relatórios que narram denúncias sem fins, enfim... –; um jogo onde uma série de atores arbitram danos e responsabilidades, definem julgamentos e direitos, regulamentam transações e mecanismos penais; um jogo em que os arranjos de legalidades produzem um deslocamento da violência do direito para soluções da ordem do *ubuesco*. A perversão não toma conta dos arranjos, pois não há necessariamente o desejo de morte, mas tampouco se preocupa em como se vive. As soluções pautadas, assim, respiram um ar dos limiares entre o que não pode jamais acontecer novamente (como uma grande rebelião, sequestros e um número muito grande de mortes) e o ideal a que nunca chegaremos (estabelecimentos prisionais vazios).

Esse jogo morfético se mantém e é produzido junto a campos de saber e narrativas especialistas, que mantêm e instauram a violência do direito. Em entrevista realizada para o Sindicato dos Professores de Porto Alegre, o juiz que coordena as Audiências de Custódia no Central é questionado sobre políticas de curto e médio prazo que poderiam ser implantadas como possibilidades para a redução da violência e o papel da educação frente a isto:

No curto prazo, pouca coisa. Mas, no médio prazo, bastante. Medidas que independem de qualquer política nacional ou de mudança de lei federal. (...) Por exemplo: o Rio Grande do Sul hoje tem uma das menores taxas de fecundidade do Brasil. Mas não entre as classes baixas. Por quê? Porque falta conhecimento, educação etc., para que aquela menina não tenha filhos naquele momento. Hoje, qualquer menina de classe média, ou nem tão média, terá filhos após os 25 anos. Às vezes, depois dos 30. Primeiro ela vai se formar, conseguir um emprego, e depois será mãe. É um padrão que vem se consolidando, mas que na classe pobre não se repete. Nela as meninas continuam tendo filhos com 15 anos, com 16, 17, 18, 19. Fazer com que essa menina tenha filhos após os 25 anos é uma política pública. E não é difícil. Basta ela poder colocar um implante quando começar a menstruar, e mantê-lo até os 25 anos, com as devidas substituições (Brzuska, 2016, p. 6).

A repórter questiona se tal iniciativa não seria polêmica, uma problemática que envolveria os direitos da pessoa e procedimentos éticos referentes à escolha da adolescente e dos pais. A resposta é enfática: “Não há problemas. Estamos assegurando para ela os mesmos direitos das meninas de classe alta”. Pela ordem do direito ao direito, é possível obrigar alguém sem que seja punição. É possível forçá-la como sendo direito. Da mesma forma desloca-se quaisquer moralismos que possam estar atrelados ao mandato, pois “estamos assegurando a ela os mesmos direitos”, conservando a pessoa onde ela deveria estar, aprisiona-se o desejo, seus comportamentos e virtualidades. Sem mencionar que toda a questão resume-se à classe pobre, reduzindo a violência à falta de formação, de emprego e de uma família bem planejada. A correção do sujeito perigoso só não atinge as formas arcaicas medievais, pois não se

desmembram em súplicas públicas os sujeitos, mas se adotam medidas totalitárias na materialização de ordens que independem de leis. Ele continua: “Elas não estão sendo castradas. Só recebendo um contraceptivo de efeito demorado que será substituído algumas vezes até que ela complete 25 anos. É uma política pública que não precisa de lei.” (Brzuska, 2016, p. 6). Afinal, pior seriam presídios superlotados. “*Menos mal, então*”.

E nenhuma barbaridade ocorre na sociedade sem que cultivem, os cientistas de plantão e muitos togados, argumentos para justificar a sua legitimidade, a sua legalidade e a sua necessidade, e explicar que não havia hipótese de ser diferente, mantendo-se, outrossim, a estrutura social através do medo, ali pressentido e instaurado desde sempre, querendo abafar o último suspiro de uma crítica moribunda” (Pandolfo, 2014, p. 214).

Portanto, menos do que uma figura vestida em verde, cinza e bege, o militar se torna o personagem que ultrapassa um sujeito da força da lei, mas que passa a dizer de um campo de negociações em aberto. Exatamente por seu caráter paradoxal, e pela força de violência fundadora e preservadora do direito, essa figura produz tanto o medo quanto a vida ao conduzir negociações e transações barbaramente legais. Por também ser encontrado em outras instâncias da segurança esse personagem é o mais difícil de nomear. O militar e os arranjos de legalidades também se encontram na palavra máxima da lei – na presença do juiz e em suas pretensões de não mexerem em estruturas legais para coagir sujeitos, na figura do especialista que discorre sobre soluções e destinos do cárcere, nos olhares curiosos e sedentos que tratam de gravar séries entre grades, nos decretos que pedem mais vagas, nos planos de investimentos e reutilizações de projetos e engenharias para novos pavilhões,... e, por esta razão, o militar poderia ter outro nome. Contudo, ao considerarmos as atuais conjunturas do sistema penitenciário brasileiro e, no momento em que nossa biografia traz cenas de uma cadeia pública militarizada, seu espectro nessa brecha narrativa se configura por essa forma-força. Calçando coturnos e colocando em jogo não um status representativo, mas uma relação política com a prisão e sua falibilidades, uma experiência do cárcere.

*** Fim da Interrupção ***

Você responde o e-mail sobre as gravações informando o efetivo que agrupará a força-tarefa incumbida de ver os procedimentos para as filmagens. Antes de encerrar a mensagem você não esquece o protocolo determinado para finais de correspondências eletrônicas que envolvam o Central: “Esta mensagem pode conter informações reservadas, secretas ou ultrassecretas, protegidas por lei. Portanto, toda e qualquer pessoa que tome conhecimento de

informação ou documento sigiloso, fica automaticamente responsável pela preservação do seu sigilo e ao tomar conhecimento NÃO DEVE usar, copiar ou divulgar. Caso receba mensagem por engano, informe o remetente e posteriormente DELETE-A. Decreto Federal nº 7.845 de 14 de dezembro de 2012; Art. 153, Art. 154 e Art. 325 do Decreto Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 (CPB)”. Você liga o carro e dirige deixando momentaneamente as luzes do cárcere para trás. A laranja outrora separada balança no banco do passageiro com o movimento do veículo. As luzes da noite acesas brilham no pára-brisa, refletindo as gotas que caem molhando mundo. Chove em Porto Alegre.

QUARTO CONTO

A vida é fascinada pela morte ou A morte é fascinada pela vida

História em cacos de vidro verde: investimentos no terror

Ali entre cacos e restos de cimento e parede, o recipiente de vidro preservara uma inimaginável doçura austera que urgia sobrevivência em meio à guerra: um bilhete entre escombros para alguém que se perdeu no tempo, mas vivia alimentando memória entre cheiro de cadáveres e fumaça de corpos queimando. Quando da demolição de algumas partes do campo de concentração *Sachsenhausen* em 2003, o desmanche de um dos operários encontra uma garrafa de vidro em meio aos escombros de uma parede. Gasta pelas torturas e gritos, e feita em pedaços pelos golpes das obras, mas fortaleza para a vida que ali lembrança, a garrafa de vidro verde e seus fragmentos guardavam a história de alguém.

*Eu quero voltar para casa de novo. Desde 9 de março de 1937 no K.Z.S. Hoje é 19 de abril de 1944. Quando verei meu amor em Frechen, Colônia, mais uma vez. Mas meu espírito é inquebrável. As coisas devem melhorar logo.*⁴⁷

Anton Engermann, nascido em 10 de junho de 1902.

Em uma de suas passagens pelo campo de concentração, você havia sido cativada por este recorte de vida, pelas mãos quase secas de tormentos, mas dispostas a esconder segredos que asseguravam uma história até que seus cacos se espalhassem em escombros. Porém, a essas alturas você já bem sabia que, como todos aqueles que lhe cativam, deve deixá-los ir para, no momento certo, encontrá-los em sua finitude. Há poucas pessoas que lhe surpreendem, mas sempre existem dessas, como Anton. Depois de muitos anos, quando de seu novo encontro com o autor daquela mensagem secreta, você o descobre senhor de cabelos brancos e, ainda que tivesse vontade de perguntar-lhe se o reencontro com seu amor de Frechen tornou a acontecer, essa não era mais a questão. A princípio, o desejo de saber das completudes das histórias se faz necessidade para muitos, mas não para você, que tem o percurso da existência marcado por fins. Assim, o que lhe resta essencial são sempre os meios. A intensidade entre os cacos.

⁴⁷ No original: “Nach der Heimat möchte ich. Seit dem 9. März 1937 im K. Z. S. Jetzt ist April 1944. Wann sehe ich meine Lieben in Frechen-Köln mal wieder. Mein Geist ist trotzdem ungebroschen. Bald muß es besser werden. Anton Engermann, geb. 6. 10. 02.”

O que de finalização havia entre você e o autor das palavras guardadas em vidro era o desfecho de sua passagem em *Sachsenhausen*. Construído em 1933 a partir de uma fábrica vazia, *Sachsenhausen* era o primeiro campo de concentração da Prússia. Funcionando entre 1936 e 1945 como campo modelo arquitetonicamente pensado para o nacional-socialismo, durante este período conteve mais de 200.000 prisioneiros. Três meses após o fim da guerra, com a chegada dos soldados soviéticos e poloneses em 1945, o campo de concentração de Oranienburg se transformava no Campo Especial Nº 7, sendo ampliado e tendo a maioria dos seus prédios (exceto o crematório e as instalações de extermínio) reaproveitada para o aprisionamento de presos políticos, condenados por tribunais militares soviéticos e demais envolvidos ou associados com o regime nazista. Em 1948, *Sachsenhausen* se tornara o maior campo especial da zona de ocupação soviética, aprisionando mais de 60.000 prisioneiros até seu fechamento em 1950. Agora, o bilhete escondido e seu testemunho se tornavam os últimos detalhes que você guardara do Campo de Concentração de Oranienburg. Antes de encontrar Anton uma última vez para tomar-lhe a vida, você retornara ao local para percorrer o imenso campo aberto.

Nesta última passagem por *Sachsenhausen* você enxerga a imensidão do lugar tomado de neblina. Os recortes de pedras e demarcações territoriais formando losangos sobre os resquícios das grandes lonas, que uma vez estiveram compondo o cenário das camas empoleiradas e dos corpos congelados, hoje faziam sentir desolação. Um descampado árido. Você olha para este lugar e sente a dualidade do tempo que ali consumia em lembranças por demais já vistas por você e que hoje ecoavam em contos infinitos sobre a Segunda Guerra: umidade e secura ao mesmo tempo coabitam ao seu redor. Você escolhe caminhar sobre as fronteiras que os barracões deixaram, cujos vestígios eram marcados por pedras. Sobre os seixos, você gira lentamente em torno de si mesma, marcando com o olhar o horizonte em circunferência distante. Tudo é amplo. E longe. O ar gélido traz algo de inalcançável que parece atravessar seu ser. Você pensa no bilhete de Engermann, no quanto ali, naqueles invernos intermináveis, ao alcance de mãos finas e desnudas que construía paredes mortíferas, sobreviviam memórias sem saber dos cacos que restaram e seguraram vida em cimento. Naquele ínfimo tempo, entre você e *Sachsenhausen* só existia solidão recortada pelo desaparecimento inevitável de todas as vidas que você havia levado. Preso entre a imensidão do campo, seu olhar permanece cego aos movimentos ao seu redor, até que volta-se para uma minúscula forma de vida que preenche a bruta vastidão com singeleza. Dali partem todas as coisas não ditas: uma pequena flor branca, quase imperceptível entre as pedras, transcende o

inimaginável que fora suportado, a força das palavras no bilhete entre cacos ressoa... “*Mas meu espírito é inquebrável*”.

Tendo as palavras de Anton como compasso retumbando em seu peito, você caminha sobre a vastidão. Sob seus passos, o que resta das construções agora era museificado em uma topografia do terror. Não é à toa que a menos de hora dali, há o museu que leva esse nome localizado em Berlim. Uma força de não esquecimento impera nos caminhos deixados pelo regime nazista, impondo à memória as crueldades e torturas que em fotografias e painéis relembram o sangue escorrido que assenta nos riscos da história. E essa memória carrega a sua figura folclórica, lhe tornando presente desde a imensidão mórbida de *Sachsenhausen* até as ruas de Berlim: em meio a edifícios modernos e estupendos, construídos com vidros brilhantes, passantes encontram um pedaço do muro que um dia separou a Alemanha; ao passar sob o soberano portão de Brandemburgo, e percorrer a avenida cercada de prédios sustentáveis e parques, o encontro com as tumbas de cimento do Memorial do Holocausto relembram o arrepio mórbido que uma vez lavou de guerra aquela cidade; no decorrer de toda a orla magnífica junto à Galeria Leste (*East Side Gallery*), o legendário muro segregante faz-se presente, agora grafitado e colorido por artistas, mas carregando consigo e impondo a distância das decisões totalitárias, sempre ao alcance do agora:

O muro que separava as pessoas das pessoas! A cerca que separa o muro das pessoas! Uma cerca que separa as pessoas do muro! O olho da Mercedes Benz que tudo vê! O rapto da cidade não é exclusividade! Não há tragédia que não se repita! O Muro caiu. Caiu?! O Muro caiu e as pessoas pintaram nele, arrebentaram ele, cuspiram nele! Chamaram artistas de vários lugares do mundo para pintar o Muro, eles assinaram seus nomes! Desde então o Muro não deixou de ser assinado por todos os passantes: o Muro que me e te dividia agora é meu e eu te dou ele, vamos, pinte nele, ele é seu! O Muro que nunca deveria ter existido desde suas fundações agora é sagrado, sacrossanto Muro com letra maiúscula! Sacrossanto Muro turístico! Sacrossanto Muro de Berlim! Então agora há uma cerca e um letreiro que diz: danificar o Muro é crime e o ofensor será processado! Um processo de limpeza e restauração das obras assinadas está apagando as demais assinaturas, os grafites, os pixos, as declarações de amor e as de horror! Há uma cerca que te afasta do Muro! Há uma cerca que te separa do Muro! Haverá pois um Muro para te separar do Muro? Os turistas passam, fotos e *selfies* nas partes limpas do Muro! Como diziam os Barceloneses adesivos: *el turismo mata los Barrios*! A história não é limpa, está suja de sangue e tinta, desordenada caótica! Há quem a ordene! Há inclusive os olhos que tudo vêem! Há as empresas cujo moinho fora movido pelo rio de sangue! Há aquelas que lucraram com as guerras, pois sempre a tragédia de muitos é o lucro de alguns! Empresas empapadas de sangue e fumaça! Seus olhos tudo vêem! As novas donas do Muro! Há sempre Muros! Nunca deixaremos de destruí-los! Ou de pintá-los! Ou de cuspi-los! Ou de odiá-los! Não há beleza na história, há vida e presente! Toda violência sacralizada em Muros ou em Olhos, serão profanadas! (Corazza, 2016, *s/p*).

Você lembra infinitamente de todas as coisas. Em verdade, talvez seja menos um processo de memorabilia do que um recomeço sem cessar, um alcance a tudo que torna a acontecer de novo e mais uma vez. Por isso quando você diz que ‘lembra’, significa que você está voltando à mesma sucessão das coisas para testemunhá-las novamente em seus aparecimentos. Todas coexistindo em um mesmo instante. É assim que você lembra quando sacrossantos muros passaram a ter a assinatura de grandes empreiteiras que por vezes os protegiam, por vezes os demoliam, deixando à mostra cacos de vidro verde e pedaços de história. Você lembra que antes de ser nomeada Mercedes Benz, esta empresa só veio a ser conhecida como hoje o é a partir de um judeu alemão chamado Emil Jellinek. Ainda que não fosse uma das criaturas a lhe surpreender, como autores de bilhetes escondidos, você lembra das histórias de Jellinek e suas modificações revolucionárias em carros esportivos, o tornando figura que assombrara o mundo da época ao vencer infundáveis corridas nos modelos nomeados em homenagem à sua filha: Mercedes. Exímio piloto, Jellinek se tornou o promotor necessário para o aumento da venda de automóveis mundo a fora pelo sucesso esportivo que causara, tornando-se sócio de Gottlieb Daimler e de Carl Benz. Quando da fusão da Daimler-Benz, após o falecimento de Jellinek, esta então se torna a conhecida ‘Mercedes Benz’. Você pensa nas sombrias ironias da história: por ser reconhecida por sua excelência na engenharia, a marca que leva o nome de uma menina judia acaba sendo a favorita do *Führer*, que dirigia suas Mercedes 700 pelas ruas de Berlim com uma mão, enquanto que com a outra ordenava a construção de campos como *Sachsenhausen*. Você lembra ainda que a participação da Mercedes Benz na Segunda Guerra Mundial ultrapassa as paradas burlescas entre bandeiras suásticas, já que essa companhia implicou-se diretamente com o trabalho escravo nos campos de concentração. Isto, sem mencionar que 40% das ações da Mercedes na década de 1940 pertenciam a um reconhecido industrial nazista – Friedrich Flick, do grupo corporativo *Flick Group*. É assim que o olho da Mercedes, que iniciara com o engenheiro judeu, também carrega em sua história o fortalecimento da economia nazista (Bellon, 1990; Hall, 2014, junho 20).

Agora, aqueles que caminham pela Galeria Leste, onde restos do muro de Berlim mantêm tempos ditatoriais e a arte mostra o sangue que secou no tempo, são acompanhados pela grande torre edificial da arena Mercedes Benz. Você lembra quando, em 2008, a arena da marca de três pontas foi construída para receber eventos espetaculares para 17 mil pessoas, tendo como objetivo doar boa parte da renda para alguma instituição internacional de ajuda a vítimas de regimes totalitários. Hoje, a arena da Mercedes apresenta nota máxima em sites turísticos, sendo reconhecida como uma construção moderna, esplendorosa e com uma

iluminação radiante à noite. Além dessa grande arena, e você continua a ser arremessada às suas memórias, você lembra que a Mercedes Benz atualmente busca indenizar-se de seu passado ao angariar fundos humanitários em prol de refugiados ao redor do mundo com seus “Caminhões que você pode confiar” e ao ofertar programas de qualificação para o mercado de trabalho a emigrantes que sofrem perseguição política. Implicada com o conflito armado da Síria, a Mercedes-Benz desenvolve o projeto intitulado ‘Asas da Ajuda’, onde caminhões da marca levam pacotes humanitários (como tendas à prova de frio, cobertores, medicamentos, água e suprimentos de comida) para as milhares de crianças e mulheres que vivem em campos de refugiados que, de acordo com o presidente do projeto, “é a pior catástrofe humana que as Nações Unidas já teve que lidar” (Daimler, 2013, setembro 19). Os atos humanitários continuam ainda em 2015, quando refugiados do Afeganistão, Eritrea, Gâmbia, Nigéria, Paquistão e Síria são recebidos na Alemanha ao buscarem asilo em meio aos conflitos armados de seus países de origem. Tendo em vista este cenário, o gerente de Recursos Humanos e Diretor de Relações de Trabalho da Mercedes-Benz, Wilfried Porth, declara o quanto o objetivo social da empresa e a preocupação em receber e bem adequar os refugiados no país diz de um investimento da companhia: “Nós vemos a imigração como uma oportunidade” (Joseph, 2015, novembro 9). E em meio à memória que lhe constitui, você pensa: “é este, afinal, o grande paradigma que a Segunda Guerra colocou aos seres modernos – como o fascínio pelo terror, o interesse capital e as iniciativas humanitárias andam juntos”.

Com suas designações abstratas de ‘bom’ ou ‘mau’, o Holocausto se tornou para humanitários o crime contra o qual todos os outros são mensurados – o incomparável, ao qual tudo é comparável. (...) Nada valida mais os direitos humanos e as ações humanitárias do que o choro do ‘nunca mais’ (Weizman, 2011, p. 39)⁴⁸.

Nesse ponto você lembra que, quatro anos antes da construção da grande arena da Mercedes Benz, a mesma corporação *Flick* que uma vez alimentara a economia germânica com os investimentos sangrentos do Terceiro Reich, firmava uma parceria entre o governo da Alemanha e a prefeitura de Berlim para divulgar uma exposição sobre o passado nazista do grupo Flick⁴⁹. Você lembra de escutar Christina Weiss, secretária do governo da capital alemã para Cultura e Mídia na época (2002-2005), quando ela declarava que a ideia seria proporcionar “modernos museus que mantenham viva a lembrança dos crimes de Estado do último século”.

⁴⁸ No original: “With its abstract designations of ‘good’ and ‘evil’, the Holocaust has become for humanitarians the crime against which all else is measured – the un-comparable, to which all else is compared. (...) Nothing validates human rights and humanitarian action more than the cry ‘never again’”.

⁴⁹ Cf.: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/2004/07/14/ult1817u1545.jhtm>

Essa exposição, que se perpetua pelas ruas de Berlim e também foi planejada através da construção de um novo museu em *Sachsenhausen*, diz de um processo onde o importante não são monumentos que sejam “exclusivamente locais de luto e de reflexão, mas centros de informação, de educação e de apropriação ativa da História por parte das gerações vindouras” – como reverberam as palavras de Weiss⁵⁰.

Em um processo onde a barbárie toma formas de interesse capital para a apropriação da história, você se questiona como se torna possível traduzir acontecimentos bárbaros em contação educativa? Então você pensa nos ensaios de uma de suas personas favoritas, Judith Butler (2017) em seus ‘Caminhos Divergentes’, onde ela problematiza os meios retóricos pelos quais o Holocausto é transmitido. Nesse aspecto, a autora chama atenção para as explorações e deslocamentos políticos contemporâneos através dos quais este sofrimento histórico é utilizado e, apesar de enfatizar ser fundamental falar sobre as atrocidades da Segunda Guerra Mundial, ela atenta ser mais necessário questionar “qual retórica, com qual propósito e com qual obrigação” se conta essa história. Discorrendo sobre ações estatais que reduzem o Holocausto a um uso político intervencionista, como justificativa para fins militarizados por exemplo, Butler critica como o sofrimento e o derramamento de sangue de milhares de judeus é depreciado e apagado em meio a uma apropriação retórica. Assim, você pensa, se a apreensão discursiva das barbáries históricas são inevitáveis, ainda que em certo ponto necessárias para forçar o não esquecimento de episódios sangrentos, quais efeitos isto gera? O que pode vir a acontecer em nome do ‘nunca mais’? Afinal, em nome do ‘nunca mais’, a arena da Mercedes hoje eleva-se em prol de um bem maior.

Ao reaproveitar tijolos de fábricas vazias, a torre do olho de três pontas erguida em frente ao muro agora cercado, marca a racionalidade da grande dívida que jamais será sanada, mas sempre investida: o indizível frente ao extermínio de milhões de pessoas e a atratividade mercantil que histórias de morte rendem. Porém, e você concorda com outro de seus sujeitos surpreendentes, Foucault (2009c) atentou para isto e você bem lembra quando ele diz que não se trata de crueldade, tampouco de usos da maldade, mas de algo paradoxal e obscuro que envolve as narrativas do terror. Ainda que em sua analítica Foucault tome as obras de Sade para explicar sobre o duplo da linguagem, o ponto tratado pelo autor que neste momento lhe toca diz respeito às palavras “puxadas para fora de si mesmas pelo inumerável, o indizível, o estremecimento, o estupor, o êxtase, o mutismo, a pura violência, o gesto sem palavra e que são

⁵⁰ Cf.: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2004/04/15/ult1766u2955.jhtm>

calculadas, com a maior economia e precisão” (p. 53). De um maquinário de mortes em massa, entre cálculos e valores atribuídos a uma sequência de fatos bárbaros, até o atual surgimento de agências consideradas humanitárias, tornam-se legítimas ações memorativas criadas para falarem ‘em nome de’.

Existe um outro pensador, deste grupo de insaciáveis mentes que lhe cativam, que trata dos riscos em se exercer um direito de propriedade sobre o ‘nunca mais’ e o ‘em nome de’. Diz Agamben (2007), que este tipo de racionalidade encontra-se no processo nomeado por ele como ‘museificação do mundo’, onde o ato de tornar museu conjuga a impossibilidade de habitar as coisas e de fazer experiência com a história. Os objetos e suas narrativas deixam de ser utilizados, mas continuam a ser consumidos, espetacularizados em uma espécie de mortificação onde o incomparável, o inominável que não deve ser repetido, torna-se algo a ser cultuado. Sacralizam-se muros. Santificam-se pedaços de vidros. E talvez as mãos de Anton que congelaram em meio a paredes invernais, não importem mais. “Museificar o passado delega aos mortos a impossibilidade de nos interrogar, a exigir-nos atitudes às suas inquirições sobre o que vemos ou silenciemos” (Baptista, 2013, p. 60).

De repente você se dá conta de que está novamente sob a neblina na vastidão de *Sachsenhausen*. Ao tempo em que as memórias se faziam cenas concretizadas diante de seus olhos, seus passos continuam a percorrer o que resta dos campos vastos. É assim que você chega nas mais novas construções do campo de concentração. Depois do grandioso memorial de concreto que faz lembrar seus mortos, seguindo até o final das muralhas que terminavam na torre norte de vigia, você chega no Museu ‘Campo Especial Soviético’. Finalizada em 2001, a mais nova atração turística é revestida de preto por dentro e lembra um *bunker* por fora. Apresentando um documentário que ilumina o vivente quando entra em seus recintos, o museu traz documentos que contam a história de *Sachsenhausen* após a chegada dos soviéticos. Através de resíduos de cartas, brinquedos, pedaços de histórias humanas e de objetos que se encontram ali, você visualiza os jazigos que a memorabilia expõe. E novamente é tomada pela lembrança que a leva aos primeiros tijolos erguidos. Você havia visto as pedras serem colocadas e o reaproveitamento dos tijolos de fábrica em fornalhas de gente. Agora, mais uma vez o investimento nos documentos e testemunhos era destinado para a recolocação das trilhas de sangue enquanto algo a “se aprender com o passado”, tingindo a passagem nesse campo em uma experiência de recortes de vidas que já não se reconhecem mais. Você sabe do mercado de relíquias da morte e da dor. Os cacos verdes da garrafa partida de Anton Engermann sangram

palavras no bilhete exposto por trás do vidro que reluz ao olhar dos turistas e escolares e infinitas pessoas que salivam história sanguínea.

Há algo de tentador nas histórias de morte.

Em pouco ou tanto tempo que incontável era, você sai do novo museu e caminha até as ruínas das câmaras de gás. Em frente aos escombros do crematório e salas de extermínio seu olhar paira sobre as rosas no chão, desmanchando em pétalas que secam em homenagens póstumas; e você sente o cheiro dos cabelos queimando. Assim como tempos verbais não conjugam sentidos para você, também linhas cronológicas não lhe pertencem. Considerando a sua etérea condição, estar naquele espaço de memória também significa ver todas as últimas horas de quem ali desaparece outra e mais uma vez. Você vê a fila de pessoas que chegam sob as ordens dos homens de jaleco branco. Acompanhados por homens armados, grupos de pessoas esqueléticas posicionam-se à espera do porvir. Desnudam-se, como eram ordenados, amarrando seus sapatos para que estes não se perdessem; deixam seus poucos trapos dobrados, seus poucos pertences junto a eles, entregando o pequeno embrulho aos impassíveis oficiais. Nus, homens, mulheres e crianças esqueléticos esperam em uma sala para serem divididos entre aqueles que possuem algum artefato velado em seu próprio corpo, e aqueles cuja nudez é tudo o que basta.

O primeiro grupo de pessoas, em cujas bocas reluzia alguma jóia perdida, é encaminhado para uma segunda sala de espera tomada de uma melodia de intensidade ensurdecedora. Um limbo repleto com música clássica. A porta a seguir os leva para o último de seus aposentos onde ficam de costas para uma parede sob o comando de serem medidos quando, por entre uma fresta na altura de suas nuças, um fuzil dispara. Você ainda observa quando os corpos são arrastados para uma nova sala onde novos soldados abrem os cadáveres, rasgando-lhes as vísceras e arrancando dente por dente, unha por unha, pedaço por pedaço, aproveitando o que podem. A carnificina se materializa diante de você. A música alta continua ininterrupta, tocando sem parar para que o grupo da sala de espera não escute o barulho dos tiros, mantendo a organização e calma do matadouro. O segundo grupo, composto de pessoas sem materiais de interesse que possam ser arrancados, é enviado à câmara de gás. Com o passar do tempo, as paredes de ferro, uma vez marcadas com entalhes de unhas, dão lugar somente a escombros, areias que tornavam abstrata para as pessoas comuns o cenário mortífero. Para você, que sentia a concretude dos hálitos moribundos, elas estariam sempre ali.

Enfim, os corpos são amontoados e, então, levados aos crematórios. E o embrulho de trapos e pares de sapatos já dobrados são repassados aos novos corpos que continuavam a chegar diariamente em *Sachsenhausen*. Tudo é sentido. O sangue escorrendo nas roupas, o

cheiro da fumaça de cabelos sendo queimados, o barulho das unhas caindo no chão, o olhar das crianças buscando a altura do ombro das mães, a ranhura da agulha ao tocar o disco com a melodia clássica ante tiros dos fuzis, a distância entre os corpos na fila inerte. “É bem possível que a aproximação da morte, seu gesto soberano, sua proeminência na memória dos homens cavem no ser e no presente o vazio a partir do qual e em direção ao qual se fala” (Foucault, 2009c, p.47). Sua última passagem por *Sachsenhausen* acabava ali: sobre as ruínas das fornalhas, até que tudo torne a acontecer de novo e mais uma vez.

Quem controla a memória, controla o passado: da instauração do terror psicológico

Você enxerga a água fria subindo pouco a pouco sobre as canelas do prisioneiro até que alcance o joelho. As horas arrastam-se com a terrível sensação de desnudamento que a água ininterrupta causa. Não há um espaço seco que possa servir como salvaguarda para um intervalo no martírio. A intenção é exatamente esta: alargar cada instante e transformá-lo em um contínuo suplício. A câmara repleta de água era um dos mais novos dispositivos que a Prisão Stasi *Hohenschönhausen* inventara. Nela, uma quantidade imensa de novos aparatos de tortura foram criados com uma habilidade inventiva tal que ainda lhe surpreende. A surpresa, contudo, é marcada por um arrepió gélido que lhe sobe a nuca, investindo náusea em seu interior e desassossego em coisa de alma. Havia câmaras quentes e frias, e câmaras escuras, e salas de tortura decoradas como casas modelo em propagandas de Coca-Cola dos anos 1950 – com papel de parede amarelo e detalhes de florzinhas verdes, o ambiente completava-se com o cheiro de baunilha e onde o olhar tocava era notável o cuidadoso zelo e limpeza na sala impecavelmente mantida, não fosse o único homem de feições desesperadas vestindo trapos em um corpo que se esvaía sentado em uma cadeira sob as luzes do interrogatório.

Depois de *Sachsenhausen*, você havia conhecido a Prisão Stasi em Berlim. Entre 1951 e 1989, este estabelecimento destinou-se a deter presos políticos durante o período da República Democrática Alemã (RDA). Reconhecida pela alta habilidade burocrática, ostensiva vigilância, além de precisas e cruéis técnicas inquisitoriais, a Polícia Secreta da Alemanha Oriental comandava esta e outras prisões até a queda do Muro de Berlim em 1989 (Koehler, 1999). Após sua última passagem pelo campo de concentração de Oranienburg, você chega na Prisão Stasi em Berlim, mantida também como museu para nunca esquecer, para que não se repita. Em suas anteriores passagens por esta prisão, você encontrou pessoas que, após sair de um regime totalitário, caíam em outro para serem subjugadas a outros tantos meses de tormento e

procedimentos inquisitoriais que pudessem rastrear sentidos de militância ou a formação de grupos de resistência ao então governo. No estabelecimento, que manteve-se escondido dos mapas berlinenses por anos, interrogadores atualizavam técnicas de exame e inquérito ao empregar métodos de tortura para extrair quaisquer informações que fossem. Já que a prisão localizava-se dentro de Berlim, para que não houvesse risco dos presos reconhecerem os caminhos feitos, policiais da Stasi rodavam com os detidos durante um dia inteiro antes de levá-los para o complexo prisional. Você mesma acompanhara o pânico de pessoas que eram pegas sem motivos aparentes, levadas em um camburão escuro e mantidas em movimento por horas a fio para que o juízo fosse se perdendo enquanto o caminho se desenrolava em labirintos indecifráveis. Até mesmo depois de chegarem no interior da prisão, ainda assim muitos eram mantidos mais outras tantas horas dentro do veículo parado, sufocando-se com a escuridão e o presságio de um terrível porvir.

Quando você entra em *Hohenschönhausen* hoje, dentre os guias que levam grupos de alunos e visitantes pelas passagens da prisão, que ainda abriga o cheiro úmido do terror em seus corredores nefastos, encontram-se antigos prisioneiros. Para eles, a possibilidade de narrarem mais uma e outra vez o que lhes aconteceu ali para novas gerações se torna uma forma de impedir o esquecimento ou um processo de impessoalidade da história. Aqueles que se voluntariaram para esta penosa tarefa, relatam com detalhes uma vez inimagináveis sobre os horrores aos quais foram submetidos. Enquanto você percorre os corredores da prisão ouve um dos guias, um senhor de cabelos brancos e marcas profundas no canto dos olhos azuis, narrar sobre sua chegada no local e você, que não estava naquele momento, é lançada para a cena narrada que acontecimentaliza-se diante de seus olhos: um jovem homem está sentado, amarrado com os braços para trás do corpo, sob uma única luz que cai sobre si. O holofote branco na sala escura ilumina quando um policial vestindo cinza-esverdeado lhe retira o capuz que cobre seu rosto. Os cabelos ruivos que surgem quando pano é puxado estão molhados de suor. “Você prefere passar calor ou frio?”. O homem confuso tenta falar e perguntar porquê está ali, balbuciando algo ainda ininteligível. “Calor ou frio” – enfatiza o policial, “Se não responder, decidimos por você”. “Ca-lor...”, responde entre pingos que escorrem por sua face. Alguém do outro lado da sala, invisível aos olhos marcados pela ríspida luz que atinge o jovem, assina papéis e carimba encaminhamentos. Ao som do baque surdo do carimbo na folha, o jovem ruivo é novamente encapuzado e erguido, para então ser arrastado à sua nova cela. A ele é indicado que não deve falar ou questionar coisas, afinal sabe-se o que ele fez, dos crimes que cometeu e caso ele não coopere, será punido. Estonteado pelas horas que ficou sem comer e

que manteve-se rodando em um veículo, o jovem homem não questiona e é tomado de pânico velado. Enquanto é escoltado por dois policiais, ele sente o cheiro do local: umidade e suor compõem o ambiente. Ele não enxerga, mas você vê tudo e, enquanto acompanha a escolta do homem, presta atenção no corredor em que se encontram: as paredes de cimento cru mostram-se tão grossas que é dado de realidade a impossibilidade do som sair. Não há janelas, somente portas de ferro a cada metro. Gritos não funcionariam e talvez por esta razão há silêncio entre barulho de máquinas e água pingando. De repente uma batida forte! “Clanck!”. Das largas portas de aço que fechavam as celas, havia uma vultuosa alavanca cujo ferrete pesava em ferro maciço sobre a fechadura. O súbito barulho escutado, que provocara sobressalto no jovem ruivo encapuzado e nenhuma reação nos policiais, devia-se a um golpe proferido entre alavanca e fechadura, frequentemente repetido pelos policiais com o objetivo de acordar e alertar os prisioneiros. Assim, a prisão Stasi se tornava uma composição intercalada de silêncios e estrondos.

Os três homens param diante de uma porta baixa. Abrem-na e empurram o jovem ruivo após lhe retirarem algemas e capuz. Você entra junto com ele. Ao fechar da porta você ouve o choro do homem ao seu lado. A alcova em que estavam ficava ao lado da caldeira da prisão, as paredes suavam em um calor infernal que consumia qualquer intenção de respirar. O teto baixo e o reduzido espaço do compartimento sufocavam por si próprios, porém, o horror quente que se espalhava intensificava a sensação de sufoco. A câmara do insuportável calor. A escolha do jovem homem havia sido respeitada. Horas se passam. Quando vida parece esvaír-se do jovem ruivo, a porta se abre e ele é levado para uma nova câmara. Repleta de água até os joelhos. Enquanto o prisioneiro, em estado de torpor a essas alturas, treme em arrepios incontroláveis, você pensa nos mortos que levou da Prisão Stasi. Foram cerca de mil pessoas que morreram em seus braços, a maioria por fome ou exaustão, tendo seus corpos posteriormente largados em crateras de bombas, para que não se soubessem de onde vieram (Erlor, & Knabe, 2008). Sobreviventes relatam que a maioria das mortes aconteciam na chegada à prisão ou durante períodos de enclausuramento punitivo, onde os prisioneiros retornavam às celas subterrâneas entre águas e caldeiras, chamadas de ‘Submarinos’ (*U-boot*). Perdida em meio às visões de mortos, você esquece do tempo cronológico que novamente se desfaz entre instantes de agora e tempos passados, quando dá-se conta de que um dia se passou até que tiram o jovem ruivo da cela d’água. Durante estas primeiras longas horas em *Hohenschönhausen*, ele havia sido alimentado somente uma vez. Comera em pé, pois sua refeição lhe havia sido entregue ainda

na cela repleta de água pelos joelhos. Assim, quando é encaminhado para a próxima câmara, a fome se espalha como garras em seu estômago.

Nada é dito. E ainda que o prisioneiro demonstre terror, há um protocolo a ser seguido que impede aos oficiais ouvi-lo. Você os segue enquanto o jovem ruivo é novamente encapuzado e escoltado por policiais. Dessa vez há mais dificuldade em seus passos, pois o sujeito entre eles se esvai em forças, o que demanda um maior manejo ao retirá-lo do subsolo da prisão, atravessar o pátio externo e entrar em outro prédio. Neste, uma rampa de acesso às novas instalações facilitam a chegada do preso à nova cela: a vasta câmara escura. Um compartimento circular de paredes emborrachadas, completamente vedado de luz, contendo uma única abertura de ventilação, também coberta por tecidos que impediam qualquer luminosidade. Por um momento você retorna ao agora e ouve as palavras do senhor de cabelos brancos narrando sobre sua experiência. “Quando largam você ali...” – ele não entra na cela escura, mantendo uma distância nunca suficiente da porta para a escuridão – “... você perde toda a noção de quem é e onde está, completamente vazio dos sentidos e limites do seu corpo e do que há ao seu redor. Poderia ter um abismo me esperando para que eu caísse, ou ainda um animal esperando para me engolir ou alguém para me matar. Eu levantava meus braços para tentar encontrar os limites da sala, mas minhas mãos não tocavam em nada. Era como se você estivesse perdido de tudo, nu de mundo”. Quando mundo deixa de fazer sentido, e você agora era mais uma vez lançada para a escuridão que dominava cada ínfimo pedaço de ser do jovem ruivo, só o medo controla. O tempo cessa de passar, pois só há horror. E escuridão. A amplitude da sala não permite encontro algum e, ainda que passos tímidos arrisquem encontrar paredes ou limites, a destituição de fronteiras faz desmanchar qualquer pensamento ou ação. Não existem memórias, nem ideia de si, somente o vazio prevalente que faz habitar calamidade.

Quando o preso acostuma-se com o horror ao ser mortificado de experiência, a porta se abre. A luz que chega o cega. Impossibilitado pela cegueira de ao menos reconhecer seu cativo, logo a escuridão lhe é convocada novamente sob forma de capuz. É sua última parada antes da decisão final sobre sua sentença na Prisão Stasi. É chegada a hora do inquérito. Quando é sentado em uma cadeira e sua visão retomada, a sala de interrogatório se materializa ao seu redor. Um dos policiais que o escoltava sai do ambiente, enquanto o outro se posiciona em um dos cantos da sala. Há uma mesa posicionada diagonalmente no centro do quarto, formada de duas peças que indicam um 'T'; sentados à sua volta estão o jovem ruivo e, à sua direita, um oficial envolto em fumaça de cigarro. Não se enxergam janelas e o teto baixo causa a sensação de que a sala está encolhendo ao redor das pessoas. Na frente do oficial, em cima da mesa,

encontra-se um telefone amarelo e um cinzeiro contendo cigarros apagados e um aceso repousando. O oficial está lendo um livro e não levanta a cabeça para olhar o preso. Tudo é silêncio. O jovem homem começa a balbuciar que não fez nada, que não tem ideia do porquê está ali, suplica por informações. O homem nada diz. Minimamente uma hora se passa até que o oficial larga o livro, olha calmamente para o jovem ruivo e lhe dirige a palavra: “Nós sabemos o que você fez, temos tudo registrado. Não adianta esconder. É melhor nos contar tudo”. O jovem entra em pânico. Seus rosto se desconfigura em incompreensão e desespero. Ele começa a narrar toda a sua vida, tudo o que fez e deixou de fazer. Nada em sua narrativa traz indícios de crimes contra o Estado, ou suspeitas de planejamentos contra o governo. “Vejo que você não está com vontade de falar” – interrompe o oficial em meio a fala do preso que só parece lhe entender. “Sem problema, nós temos tempo” – e retoma a leitura que havia interrompido. O jovem ruivo se apavora. Tudo já havia sido dito. Ele repete novamente, conta de coisas infantis que havia feito como roubar frutas, se atrasar para o trabalho, fazer algum comentário jocoso de alguém. Nada. O silêncio de respostas do oficial é ensurdecedor. O tempo é aprisionado em meio à fumaça condensada que toma conta da sala. O livro do oficial já está pela metade e você calcula que sejam centenas de páginas. O coração do jovem homem pulsa tão forte que é só o que se ouve na sala muda. Horas depois, talvez metade de um dia tenha se passado ou uma noite inteira, mais uma interação do oficial: ele coloca a mão sobre o telefone amarelo – “Como estão seus familiares?”. Pausa. “Quem sabe seu filho e sua mulher não gostariam de passar um tempo aqui com você”. E ele diz o nome da criança e descreve cenas cotidianas vividas em sua casa. O jovem ruivo desmancha naquilo que lhe resta e é consumido pelo terror que o preenche visivelmente. Uma opção lhe é dada: assinar a confissão já redigida que o oficial coloca em sua frente, milimetricamente posicionando uma caneta sobre o papel, indicando nomes suspeitos; ou testemunhar em vão o telefonema que acionará a polícia secreta sobre sua família. Não há escolha. Ele assina. E quando lhe perguntam sobre pessoas suspeitas, todos os nomes que lhe vêm à mente são falados: parentes distantes, colegas de trabalho, alguém que ele encontrou uma única vez, desconhecidos dos quais só ouviu falar. O oficial parece finalmente saciado. “Eu acabara de assinar a minha própria sentença em *Hohenschönhausen*” – reflete o guia de cabelos brancos no tempo de agora.

Considerando a macabra combinação de fome, privação de sono, exaustão após horas em pé, angústia mortificante da solitária e, finalmente, o desespero de ver os dedos do interrogador se aproximarem do telefone amarelo, assinar a confissão se tornava o ato final de uma série de coerções. Era enlouquecedor, mas durante todo o período, desde que havia sido

capturado até sua assinatura, em nenhum momento oficiais levantaram a voz ou tocaram violentamente em seu corpo. Brutalidades físicas não faziam parte do protocolo da polícia secreta, mas um gradual e sofisticado percurso de tortura psicológica. A começar por todo um cuidado para que os prisioneiros nunca descobrissem onde estavam detidos, para que se sentissem sob o completo domínio de um estado soberano. Os presos, hermeticamente isolados do mundo externo e usualmente mantidos em estrito isolamento uns dos outros, eram forçados a meses de interrogação por especialistas treinados com o único objetivo de extrair confissões incriminatórias (Erler, & Knabe, 2008). É a atualização da tortura, a partir do deslocamento da violência física (comumente utilizada até a década de 1950 como abordagem em guerras) como forma de acabar com a resistência de prisioneiros, para o terror psicológico.

Você estava lá quando a tortura começou a ter seu uso sistematizado principalmente entre os séculos XIII e XVII. Desde os autos-de-fé⁵¹ promovidos pela Inquisição se viam ritualísticas codificadas para excomungar o mal dos sujeitos através da tortura. É assim que você se dá conta de que a polícia Stasi não inventa o terror psicológico, mas o adapta ao espaço urbano utilizando de um máximo rigor científico e da máxima intervenção estatal. Ao criar uma violenta cumplicidade entre aquele que controla as técnicas inquisitoriais e a vítima que será levada aos limites do inominável, o terror psicológico se torna muito mais eficaz do que o aniquilamento da vida propriamente dito. Utilizado pelos regimes totalitários, o terror psicológico “*economiza* as demonstrações de força, induzindo os “inimigos objetivos” a cumprir as metas fixadas de seu próprio extermínio” (Nazário, 2005, p. 378). Porém, para ser realizado com efetividade, ele fundamenta-se nos mecanismos do inquérito e do exame, que se tornam os aparatos propícios para alcançar ou produzir a verdade sobre os sujeitos. Você lembra de assistir, nos entremeios da Idade Média, ao nascimento do inquérito como ferramenta no interior da ordem jurídica com o objetivo de pesquisar a verdade: para saber quem era o autor de uma infração, suas ações e condicionalidades para estas. Considerando que a penalidade no regime feudal consistia em um sistema de provas⁵² no qual se buscava não a verdade, mas os limites da resistência de quem falava, é somente com o surgimento da noção de utilidade social – a existência de uma lei penal que diz do que é bom e correto para a sociedade, ao mesmo

⁵¹ Autos-de-fé: espetáculos de suplício iniciados nos tempos medievais, principalmente durante a Inquisição, onde a humilhação pública através de rituais de violência e exposição subjugavam as vítimas ao domínio de um teatro da crueldade como celebração religiosa-punitiva.

⁵² De acordo com Foucault (2002a), o réu deveria passar por um sistema no qual haveria de comprovar sua força a partir de uma série de provas: provas sociais (comprovação *status* de um indivíduo), provas verbais (jogo de palavras), provas mágico-religiosas (juramento), provas corporais (luta com o próprio corpo para aguentar provações físicas).

tempo em que refere o crime como um dano a todos e o criminoso como o inimigo social que deve pagar pelo que fez – que o inquérito passa a ser utilizado enquanto mecanismo de gerenciamento dos subversivos, dos menos (ou inaptos) humanos. Foucault (2002a) incita que o inquérito marca o surgimento de um regime de penalidades, sob o qual é preciso não somente defender a sociedade dos infratores danosos ao bem comum como, principalmente, gerenciar a circulação e impedir a proliferação de grupos considerados perigosos, além de controlar e reformar moral e psicologicamente os comportamentos e desejos deturpados desses sujeitos.

A tecnologia do exame surge um pouco mais tarde, ao final do século XVIII quando da medicalização da sociedade européia ocidental e a emergência da vigilância e do controle normalizante sobre os indivíduos. Para Foucault (2008c), o exame provoca três deslocamentos na relação poder-saber: 1º) ele inverte os regimes de visibilidade – objetifica aqueles sujeitos antes esquecidos, os diferenciando e sancionando, os quais passam a ser “oferecidos como “objetos” à observação de um poder que só se manifesta pelo olhar (...) tornando-os exatamente legíveis e dóceis” (p. 156); 2º) ele arquiva a individualidade – os indivíduos se transformam em anotações escritas e em uma série de acumulações documentárias que os aprisionam, além de permitir uma categorização e a fixação de normas comparativas para a individualidade. A partir do registro intenso dos indivíduos, estes tornam-se descritíveis, analisáveis e mensuráveis, não para naturalizá-los, mas para serem reconhecidos em sua singularidade. A individualidade se torna, assim, passível de ser reduzida em sua especificidade e, concomitantemente, universalizada em fenômenos coletivos; e 3º) ele transforma sujeitos em casos –

A crônica de um homem, o relato de sua vida, sua historiografia redigida no desenrolar de sua existência faziam parte dos rituais do poderio. Os procedimentos disciplinares reviram essa relação, abaixando o limite da individualidade descritível e fazem dessa descrição um meio de controle e um método de dominação. Não mais monumento para uma memória futura, mas documento para uma utilização eventual (...): a criança, o doente, o louco, o condenado retornarão, cada vez mais facilmente a partir do século XVIII e segundo uma via que é a dos mecanismos de disciplina, objeto de descrições individuais e de relatos biográficos (Foucault, 2008c, p. 159).

Ao provocar estes três deslocamentos, o exame conjuga-se como uma tecnologia de perscrutação da verdade e, do mesmo modo em que é produzido no interior dos saberes que categorizam o biográfico, o surgimento deste aparato instaura a necessidade de especialistas que construam uma fórmula para compreendê-lo, formas de reconhecimento que tornem possível lê-lo: dizer quais marcas singulares fabricam a individualidade, quais critérios de verdade importam, quais pontos devem ser tocados para desestabilizar alguém, onde quebra-se um indivíduo, onde enxerga-se seu interior, e tantas outras operações que surgem para

mensurar, analisar, esquadrihar a interioridade. Para isso, é preciso um fascínio pela história do sujeito, é preciso acontecimentalizar suas infâmias e, é preciso, decifrá-las em registros infinitos e minuciosos. Não é por acaso, você pensa, que os arquivos da Stasi acumulam 111 quilômetros de documentos, 39 milhões de cartões preenchidos, 47 quilômetros de fitas audiovisuais, 30 mil gravações de áudio, além de 15 mil sacolas compostas de materiais fragmentados – papéis picados durante a tentativa de destruí-los quando do fim da RDA, e que hoje são guardados a espera de tecnologias que vêm sendo desenvolvidas com o objetivo de automaticamente os reconstituírem (Alemanha, 2016). É assim que o jovem ruivo, que se torna o senhor de cabelos brancos a narrar sua passagem pela Prisão Stasi, tem sua vida biografada nesses documentos que depois serão arquivados e utilizados eventualmente em caso de risco contra a nação, mas sempre contra ele mesmo. Afinal, na sociedade do controle todo sujeito é um potencial suspeito e uma já considerada ameaça para a ordem pública. Nesse contexto, a atualização da tortura psicológica, a partir de uma virada do público para o secreto, da espetacularização dos massacres a uma sistematização e camuflagem de antigos calabouços que se tornam salas pragmáticas, se torna a forma política-administrativa para o exercício do poder dos Estados contemporâneos que fundamentam suas intervenções na manutenção do medo.

Enquanto o jovem ruivo é levado para sua nova cela, onde cumprirá os anos de sua pena por “incentivo ao negativismo social”, como descrito no registro arquivado, você nota o movimento das pessoas que trabalham em *Hohenschönhausen*. Dois grupos distinguem-se: os que vestem uniforme policial, e aqueles que usam jalecos brancos; uma íntima relação entre cientistas e o poder da segurança. “Vocês saberiam me dizer qual era a profissão da maioria dos especialistas que estudavam e aprimoravam esses procedimentos inquisitoriais?”, pergunta o senhor de cabelos brancos ao continuar seu percurso guiando estudantes dentro da Prisão Stasi, o mesmo caminho que hoje ele faria sem o capuz o cegando. Depois de alguns segundos de silêncio em que ninguém arrisca a resposta, ele mesmo responde: “Psicólogos”. Por ser a ciência da interioridade, esta disciplina se tornava a mais necessária para descobrir os meios de controle e artifícios repressivos que pudessem desmanchar o interior dos sujeitos. Muitos ex-prisioneiros e testemunhas dos métodos inquisitoriais da Stasi referem-se, inclusive, àquilo que eles chamam de *Operative Psychologie* ou Psicologia Operacional: uma disciplina para treinamento especial da escola de formação da Polícia Secreta da Alemanha Oriental, localizada em Potsdam na época. O objetivo dessa especialidade era estudar um conjunto de leis, sintomatologias e condições dos experimentos psicológicos realizados pela Stasi. Os estudos

realizados eram então aplicados em locais de pesquisa como *Hohenschönhausen*, onde se levava ao limite o uso de técnicas que visavam a desestrutura dos sujeitos.

A Psicologia Operacional desenvolvia métodos não somente de interrogação, mas estudos ambientais onde toda uma série de características espaço-temporais se tornavam critérios analíticos importantes para a produção da desestabilização psicológica. Sob tal princípio, a Prisão Stasi tem sua arquitetura milimetricamente calculada para instaurar o terror: vidros que impediam o discernimento do passar das horas ou identificar o local onde os sujeitos estavam; luzes de alerta colocadas ao lado de fora das celas e salas para informar visualmente aos outros guardas quando estava sendo utilizada; controles de iluminação projetados no exterior nas celas para que os guardas mantivessem o domínio do ambiente carcerário; luzes de trânsito nos corredores das celas que alertavam os policiais quando uma escolta estava sendo realizada para que nenhum preso corresse o risco de encontrar outro; salas de espelhos para observação e aprendizado de estudantes que futuramente reproduziriam o experimento (Dorgelo, 2012). Você nota que hoje, mais de três décadas depois de seus usos, estes aparatos arquitetônicos funcionam como um tipo de mapa sensitivo para o senhor grisalho que leva grupos de alunos e visitantes pelos corredores do atual memorial *Hohenschönhausen*. O passado é narrado a partir de uma experiência com tudo que toca os sentidos. “As características espaciais evocam memórias inomináveis”, diz o guia de cabelos brancos; seu olhar perdido paira no tempo e você sente o que ele vê: o cheiro de umidade que os corredores fazem penetrar com o gosto de fome e secura em boca que mal consegue falar. “Aqui no novo prédio, tem apenas dois andares abertos ao público. Há um terceiro andar, este é *unheimlich* (assustador). É primitivo, como um espírito antigo que ainda está lá. Eu mal consigo explicar. É um mundo diferente. É algo muito raro que este velho mundo seja o presente em que eu mal consigo continuar falando”⁵³.

A objetificação e arquivamento da individualidade, assim como seu aniquilamento e desintegração, acabam se tornando domínios que só podem ser compreendidos, e realizados, pelos saberes psi. É assim que o saber do desajuste se torna intenso colaborador nos estudos experimentais do terror psicológico a partir da década de 1950 na Alemanha e, como você mesma acompanhou, no decorrer dos tempos desgraçados da história dos homens, também nas ditaduras que adiante acontecem na América Latina⁵⁴ e cujas técnicas de torturas são

⁵³ Ex-presos sobre sua experiência na Prisão Stasi, narrativa retirada do documentário de Dorgelo e Kok (2012), intitulado *Gedenkstätte Berlin-Hohenschönhausen*.

⁵⁴ Sobre práticas ‘psi’ e práticas de tortura durante o último período autoritário no Brasil (1964-1985) ver Coimbra (1995, 2001).

aprimoradas a partir de ensinamentos das polícias alemãs, inglesas e norte-americanas. Você lembra, inclusive, de ouvir generais brasileiros comentarem sobre o ‘Sistema Inglês’ e o quanto o método do terror psicológico constituía-se muito mais eficiente do que a violência física. Em depoimentos coletados pela Comissão Nacional da Verdade – criada pelo governo brasileiro pela Lei 12.528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012 visando apurar violações de direitos humanos durante o regime ditatorial – militares relataram terem enviado oficiais para o exterior para que aprendessem procedimentos de tortura. Dentre eles, o método inglês ficou consagrado por sua efetividade ao trabalhar com a proposta das ‘Cinco Técnicas’ de interrogação que não deixavam marcas físicas: 1. manter a pessoa de pé por muitas horas; 2. encapuzar; 3. sujeitar a barulhos altos; 4. privar de sono; 5. alimentar e dar água o mínimo possível (Buchanan, 2014, maio 30). Você viu todas estas técnicas sendo aplicadas sobre o jovem ruivo durante o período em que ele esteve aprisionado em *Hohenschönhausen*.

A cela, onde ele permaneceu os primeiros três meses e meio confinado sozinho, tinha iluminação ininterrupta, uma pequena escrivaninha, pia e sanitário e uma cama de madeira sobre a qual ele deveria dormir em uma posição determinada – esticado de barriga para cima com os braços estendidos ao longo do corpo. A cada vinte minutos ou menos, se ouviam ensurdecedoras batidas nas portas das celas acompanhadas do aviso “Assuma a posição de dormir!”. Os guardas controlavam o que se passava nas solitárias através de um olho mágico voltado para dentro, cuja lente proporcionava a terrível sensação de um olho amplificado que observava quem lá estivesse aprisionado. De tempos em tempos, o grande olho aparecia no orifício da porta de concreto e, acaso o sujeito estivesse deitado em uma posição considerada errada, constantes ordens eram lançadas junto às batidas na porta de aço. Para que o corpo não se acostumassem nunca com a rotina, frequentemente os presos eram levados à sala de interrogatório, para passarem por nova bateria de inquéritos e exames. Você enxergava o desnorteio do jovem homem em nunca saber o tipo de atmosfera que o esperava, para qual ambiente ele seria encaminhado ou o que viria a seguir. O que viria eram testes que o montavam e desmontavam psicologicamente. Em certa ocasião ele abriu os olhos e se encontrara em uma sala de espelhos, onde certamente era observado. A ele era ordenado que sentasse sobre as mãos para esperar durante horas o inquérito que aconteceria. As perguntas feitas partiam de imagens misturadas de sua vida: fotos espalhadas sobre a mesa, contendo imagens de pessoas que ele já não mais sabia conhecer, algumas de sua vida, seu filho e esposa, de sua casa e vizinhança, imagens de um cotidiano que não existia mais. Eis que, no meio da inquirição, uma fotografia que ele nunca vira antes, mas na qual ele aparecia sobreposto em um cenário, era

apontada. Em meio a um grupo de jovens, em uma rua deserta, lá estava ele. Você sabia que o jovem ruivo nunca havia estado ali e que aquela imagem era falsa. Porém, se tantas inverdades nunca imaginadas passam a concretizarem-se em meio a horrores, também aquela imagem se tornaria verdade. A princípio ele não lembrava daquela cena, mas com a certeza do inquiridor sobre sua vida, o inexistente figurava-se em sentido: e ele reconhecia a foto falsa como real, e lembrava distantemente de que havia estado em meio ao grupo de jovens, naquela rua deserta. E assim, ele contava a história da rua e de quem se tornara a partir daquela memória. E ele podia retornar à sua cela. Tornou-se outro. “Quem controla as imagens, controla a memória. E quem controla a memória, controla o passado”⁵⁵ – finalizava o senhor de cabelos brancos.

Diante desta imagem, nosso presente pode ver-se aprisionado e, de uma única vez, exposto à experiência do olhar. (...) Diante de uma imagem – por mais recente, por mais contemporânea que seja –, o passado não cessa nunca de reconfigurar-se, dado que essa imagem somente torna-se pensável em uma construção da memória, senão da obsessão. Enfim, diante de uma imagem, temos humildemente que reconhecer o seguinte: que provavelmente ela sobreviverá a nós, que frente a ela somos o elemento frágil, o elemento de passagem e que frente a nós ela é o elemento do futuro, o elemento da duração. A imagem frequentemente tem mais de memória e mais de porvir do que o ser que a olha (Didi-Huberman, 2011, p. 32, livre tradução).

Você pensa no quanto a memória pode se tornar um gesto de poder dissolver reminiscências, de provocar ao esquecimento acontecimentos que dizem de quem se é. Se Benjamin encontrava na recordação uma forma de experiência mundana da redenção, um encontro entre passado e presente, o que se pode tornar-se dos vivos quando a capacidade interrogante da memória entra em guerra: uma batalha entre a persistência do inesquecível e aquilo que já não se sabe mais se existiu? A trégua, lhe parece, está em apropriar-se não das lembranças em si, mas do curso das coisas, “apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo” (Benjamin, 1987a, p. 224). Ao caminhar entre os cheiros de mofo e suor que latejam das paredes de *Hohenschönhausen*, o homem de cabelos brancos força as memórias de injustiças passadas a permanecerem vigentes e torna o ato de recordar um meio de abrir aquilo que a história dá por arquivado (Mates, 2011). Em algum lugar do tempo que se apresenta diante de seus olhos, contudo, a imagem do jovem ruivo aprisionado convoca a um outro movimento, não contrário ou antagônico, mas que igualmente lampeja os sentidos da memória: o da irreparabilidade de certos atos ou da impossibilidade da reparação.

⁵⁵ Trecho da narrativa do documentário de Dorgelo e Kok (2012): “Whoever controls the images, controls memory. And whoever controls memory, controls the past”.

O pensamento em você dá urgências de um combate sobre como se dá essa relação entre quem se é (presente), foi (passado) e a força transmutacional daquilo que se torna reminiscência: do que se torna imperativo não esquecer? Ao sair do campo de concentração *Sachsenhausen* e depois, ao deixar os altos muros cinzas da Prisão Stasi *Hohenschönhausen*, você pensa no quanto poder circular pelas espessuras do tempo lhe fazem percorrer o estado agonizante das histórias não ditas. Entre você e as migalhas dispersas residuais de mundo e gente, há esse instante de atenção ao presente. Nessa história entre histórias, ao voltar-se para a dobra onde passado e presente são torcidos e encontram-se, talvez aí esteja a possibilidade de retomar a experiência, onde lembrar seja uma aposta entre você e aquilo que jaz. E então, você abre os olhos e está no Central.

Sobre a Morte e o morrer: a retomada da experiência

Você não lembra exatamente quantas vidas levou do Central, pois sempre que retorna a esse lugar, o cheiro do cárcere, esgoto e cimento sufoca suas lembranças. Das entranhas. A primeira vez que você entrou nesse presídio provocou uma sensação que lhe tomou de assalto: você sentia-se dilacerada. Ainda que não tivesse febre, estar ali queimava. Disritmia era provocada e algo pulsava em inconstante fluxo que não era só agonia, mas certa curiosidade. Em certo momento você descobrira o porquê... Talvez fosse próprio de você um certo prazer de ver vida se esvaír, ou é isso que passa a imperar a maioria dos pensamentos quando voltados à Morte. Infelicidades e insipiências, pois o que acontece é que você sempre foi fascinada pela vida... em seus ínfimos fragmentos, até suas últimas instâncias. E é exatamente esse espaço de tempo, entre a iminência de sua chegada e tudo o que acontece antes, que o Central faz intensificar: um prelúdio de horas finais, mas que não se deixam dobrar. Ali você é subjugada por diversas vezes... Coisa que não acontece com certa frequência, a considerar sua ubiquidade e imanente atemporalidade. Ali não. Há algo que lhe cativa na sobrevivência e gela coisa de alma, como sopro morfético no pescoço, um feitiço que se vira contra o feiticeiro, a lhe tomar visceralmente. Um imperativo da sobrevivência que urge lhe fazendo esquecer o que infinitamente você sempre fez.

Esse imperativo diz de uma linguagem *sui generis* do Central, que se torna singular pela sua característica de unicidade (a ver: de algo que se apresenta mais próximo de uma exceção, do que de coisa a se admirar): o local onde viver não manifesta-se na ordem do governo e da crítica, mas torna-se da mais pura simplicidade daquilo que resta. Algo que volta-se menos a

uma ordenação de um poder sobre a vida, do que uma alquimia da nudez humana. No Central, simplesmente, é preciso sobreviver. Não lhe parece tampouco, que seja algo da lei dos mais fortes, mas ainda assim talvez seja de selvageria, pois é de um cotidiano massacrante e que torna sujeito, vida que resta. Esse viver tem sua linguagem própria. Daquela que cumpre-se nos limites do que corpo aguenta: dos cheiros que não desgrudam dos olhos, dos buracos no cimento que agregam à alma, das negociações sobre todas as coisas como cantos onde dormir, comidas por fazer, vendas a realizar, contrabandos a acontecer, objetos a criar, trabalhos a solicitar, processos a esperar, visitas a receber, e até mesmo sombras a barganhar... Tudo vai agenciando um modo próprio só reconhecido quando se aprende a língua do infortúnio. Língua esta compartilhada por aqueles que convivem cotidianamente entre as grades do presídio, e que se presentifica no desejo de contar histórias. As narrativas que dali emergem transbordam o limite daquilo que nunca termina, na insaciável sede que o Central tem de gente e suas histórias. Esse arranjo de histórias de vidas lembradas, contadas e tornadas inaudíveis, confere sentidos ao que resta fazer quando se vive aprisionado, forçando subjugação até mesmo a Morte.

O infortúnio inumerável, dom ruidoso dos deuses, marca o ponto onde começa a linguagem: mas o limite da morte abre diante da linguagem, ou melhor, ela prossegue em uma pressa extrema mas também recomeça, narra para si mesma, descobre o relato do relato e essa articulação que poderia não terminar nunca. A linguagem sobre a linha da morte, se reflete: ela encontra nela um espelho; e para deter essa morte que vai detê-la não há senão um poder: o de fazer nascer em si mesma sua própria imagem em um jogo de espelhos que não tem limites. (...) Talvez a configuração do espelho ao infinito contra a parede negra da morte seja fundamental para toda linguagem desde o momento em que ela não aceita mais passar sem vestígio (Foucault, 2009c, p. 48).

Nesse jogo de espelhos, você se torna fascinada pela vida e, assim, perde as contas do que de gente levou ali no Central. Porém, como seus traços mortíferos se fazem presentes por todo o percurso do cárcere – desde quando a abordagem é feita e sujeito homem é trancafiado em um camburão, nas horas jejuantes que pressionam estômago, na subida pela escada em caracol do Brete que tonteia, no olhar dos outros presos que ameaça, até à primeira noite, no jogo com os policiais, nas conversas com as psicólogas e nas triagens –, é sobre você que a imagem reflete e por quem a vida se volta, tornando-se também fascinada. Tudo acaba sendo sobre a Morte e o morrer. Aquele que matou, aquele que salvou-se da morte, aquele que continua a não morrer, aquele que morreu, aquele que não quer que se morra mais, aquele cuja morte significa algo, aquele que teme a morte, a Morte. Você se torna números e contos e um dispositivo que faz jogar uma série de reivindicações para a produção de mais cárceres ou de mais repressão. A sua aproximação faz mobilizar crises de insegurança e angústias produtoras

de ações governamentais, estados emergenciais e manutenção de medo. É sobre seus usos que as denúncias se concretizam e que, em algum momento, faz você perder as contas de seus mortos no Central.

Na denúncia à CIDH e no relatório que intimava o governo brasileiro, o governo do Estado do Rio Grande do Sul e a coordenação da Cadeia Pública de Porto Alegre [Resolução 14/2013 sobre Medida Cautelar nº 8-13], você é lembrada de seus mortos a partir da informação apresentada:

Entre 2009 e 2012, teriam sido registrados 280 mortes que, supostamente, seriam produto de atos de violência tais como enforcamentos, utilização de armas de fogo, asfixia e estrangulamento, entre outras. Adicionalmente, ter-se-iam registrado mortes por doenças como cirrose hepática e broncopneumonia. Os solicitantes denunciaram que, durante 2013, teria sido registrado oficialmente um caso de tentativa de homicídio, cuja vítima teria sobrevivido e quatro casos de suspeita de assassinato. (Comissão Interamericana de Direitos Humanos, 2013, p. 4).

Contudo, novamente você se confunde quando, em contraposição aos números relatados, o Secretário de Segurança Pública do Estado na época, Airton Michels, rebate: “Entre 2008 e 2010, 48 detentos morreram, sendo nove assassinados. Entre 2011 e 2012, foram oito mortes, e nenhum assassinato” (Carrera, 2013, janeiro 10). E assim você testemunha o perverso jogo entre a Morte e o morrer, onde se proferem palavras muitas vezes sem sentido perto dos corpos que se acumulam para que você os leve. Outras vezes, o jogo se desloca da perversão quando ele começa a provocar um certo despojamento sobre você: meninos brincam de matar, homens fardados realmente matam, lá no fundo das galerias morrer se torna mais certo, menos intenso e tão próximo que quase frugal se torna. Só não o é, pois há sobriedade de vida e brilho no olhar de quem ainda vive. É um jogo do fascínio pela morte que os vivos têm: que diz não de como se vive, mas de quantos morrem, de como se morre, dos usos do morrer. Esse fascínio mórbido está presente desde os confins de mundo, mas você se deu conta dele quando algo inimaginável como campos de extermínio se tornaram reais.

Dos campos de concentração às prisões existe algo que você identifica como um certo fio que os amarra: a produção de um estado de emergência e a incorporação da força policialesca ao poder jurídico. A vida passa a ser mediada pela violência e dela se torna necessária. Você lembra de Agamben (2015, dezembro 23) quando este autor conta sobre a utilização do estado de emergência como dispositivo para poderes totalitários se instalarem na Europa, quando a República de Weimar determinou o estado de exceção que se prolongou por décadas. Este autor alerta que, ao acontecer um prolongamento do estado emergencial, é esperado uma “irreversível degradação das instituições públicas”. Isso significa dizer que, ao

tornar o estado de emergência a racionalidade que direciona ações governamentais no interior da democracia, a palavra segurança se torna o discurso político que norteia ações de exceção e acabam fundando práticas estatais. Neste cenário, o fascínio pelo terror e a manutenção do medo tornam-se o Estado de Crise que tudo justifica. Contudo, e é imperativo deixar claro, você não está dizendo que aquilo que o discurso contemporâneo considera como um estado de crise seja a continuação do estado nazista. Você sabe que a história não se repete, mas se desdobra em inúmeros acontecimentos que a tornam sempre singular. O que você está dizendo é sobre a constituição de um paradigma securitário, de um elemento de fascínio e instauração de morte que se propaga. Algo similar ao que Foucault (2008a) havia assinalado sobre o surgimento da sociedade de segurança, onde não se tratava de impedir perigos, mas manejar catástrofes e crises, deixando-as acontecer para governá-las. Nesse cenário, incerteza e terror andam lado a lado, produzindo nebulosidades políticas, um princípio de incertezas e leituras despolitizadas sobre os acontecimentos: sabe-se que há uma ameaça sobre a vida, mas não se sabe de onde vem; sendo assim, na dúvida, há que se atacar, há que se matar. Esse processo diz daquilo que Agamben (2015) nomeia como as três características que constituem as existências ocidentais contemporâneas e cujos contornos perturbam os espíritos: “a manutenção de um estado geral de medo, a despolitização dos cidadãos e a renúncia a todas as certezas do direito”⁵⁶. Produz-se o terror. Prende-se e mata-se pelo medo. E, eis que você nunca foi tão necessária e capital. Um jogo que se perpetua até que se provoca um duplo inesperado para certas categorias humanas que pensam poder se livrar de você: o duplo da Morte e do morrer quando você invade também o quarto do burguês.

Benjamin (1987a), no ensaio “Experiência e Pobreza”, no qual denuncia o declínio da experiência do homem moderno, conta sobre a [não] experiência de se entrar em um quarto burguês na virada do século XX onde tudo é repleto de sentido, onde não há nada a fazer, pois não há espaço em meio à completude de vestígios deixados por seu habitante. Em seu interior é construído um forte contra o apagamento de seus rastros, transformando o quarto em um compartimento depurado de qualquer morte. Contra esse ideal ilusório, Benjamin desemboca o poema de Brecht “Apague as pegadas!”. Além de tudo, o poema vem carregado de uma denúncia contra estados totalitários e práticas de terror e vigília sobre certos grupos humanos.

⁵⁶ No original: “Maintien d’un état de peur généralisé, dépolitisation des citoyens, renoncement à toute certitude du droit: voilà trois caractères de l’Etat de sécurité, qui ont de quoi troubler les esprits” (Agamben, 2015, dezembro 23).

*** Apague os rastros!⁵⁷ ***

O que você disser, não diga duas vezes.
Encontrando o seu pensamento em outra pessoa: negue-o.
Quem não escreveu sua assinatura, quem não deixou
[retrato
Quem não estava presente, quem nada falou
Como poderão apanhá-lo?
Apague os rastros!

Cuide, quando pensar em morrer
Para que não haja sepultura revelando onde jaz
Com uma clara inscrição a lhe denunciar
E o ano de sua morte a lhe entregar
Mais uma vez:
Apague os rastros!

(Assim me foi ensinado.)

*** Fim da Interrupção ***

Instantaneamente, memória a leva para lembranças que novamente se materializam a sua frente, sobre o jogo espelhar que acontece quando sujeito é pego pela polícia e levado ao Central: do apagamento do nominado. Inúmeras vezes você testemunhou os presos narrarem suas histórias a começar pela violência policial no momento em que eram detidos. Do olhar vidrado ao ver o poder da força repressora rasgando suas cédulas e documentos de identificação, geralmente encurralado junto a muros, ou jogado ao chão depois de uma surra, o olhar testemunha os pedaços de papéis picados que se desmancham e voam no ar levando embora nome de sujeito – para que o homem agora sem nome se perdesse no sistema carcerário até que alguém o buscasse ou até que tempo suficiente passasse e ele se misturasse às massas sem rosto entre grades. Porém, e eis das surpresas que remontam os paradoxos do campo da segurança, desmantelando noções hegemônicas sobre jogos de poder, também as cédulas de identidade são frequentemente retalhadas pelos próprios sujeitos ao serem acometidos pela polícia. Você enxerga homens que correm de policiais com o armamento em riste, colocando a mão nos bolsos enquanto suor escorre no rosto e corpo, alcançando seus registros e os desmanchando ao

⁵⁷ Últimas estrofes do poema de Bertolt Brecht citado por Gagnebin (2006, p.52). Foi mantida a tradução proposta por esta autora que na expressão ‘Verwisch die Spuren’ traduz a palavra ‘pegadas’ por ‘rastro’.

vento que deixam para trás na fuga: os pedaços de papéis que continham seus nomes. O anonimato, nesse caso, passa a lhes conferir proteção em certo sentido, para eles e suas famílias, para que não sejam reconhecidos pelos executores da lei. Assim, enquanto o burguês chora grotescamente por seus objetos perdidos ou quebrados em um quarto repleto de si, os sujeitos do Central tornam vestígios, dispositivos de poder, seja nas mãos de policiais para reprimir e retirar a condição de direitos do preso, seja nas mãos deste último para sua própria proteção contra maiores retaliações por parte da polícia. Um jogo espelhar que acontece também no interior da prisão. Quando o grupo tático da Brigada Militar entra no fundo da cadeia em busca de objetos bélicos construídos pelos presos, assim como drogas e outros materiais suspeitos, todo um jogo entre vestígios a serem propositalmente deixados à mostra e outros a serem apagados, é posto em ação. Ao que tudo indica, a linguagem do infortúnio encontra nos rastros os morfemas [a menor unidade linguística que possui significado] para o modo como histórias são narradas e vidas governadas no campo da segurança.

Se esse jogo de vestígios diz de como se vive nesse cenário, o que acontece, então, quando Morte irrompe o quarto burguês, e começa a se alastrar por todos os cantos? Em “A Máscara da Morte Rubra”, um de seus contos favoritos de Edgar Allan Poe, o Príncipe Próspero quando viu seus domínios tomados pela peste rubra, convoca mil amigos e serviçais para trancar-se em um de seus castelos exuberantes. Protegidos do horror que furiosamente disseminava mundo do lado de fora de seu fortificado refúgio, o príncipe e seu aglomerado seletivo desfrutavam das voluptuosas regalias imperturbados de morte. Em certa feita, quando vida se torna rotina, o príncipe decide fazer um baile de máscaras esbanjando adornos e proteção. Contudo, em meio à carnavalesca noite, no compasso das badaladas de um relógio de ébano que suspendia sonhos e asfixiava alegrias, um ser envolto em mortalhas e cadaverias é descoberto caminhando entre os foliões. É a Morte Rubra que rompera as barreiras da cidadela guarnecida e disseminava morte onde antes reinava a ilusão do controle. “Ali chegara como um ladrão noturno. E um a um desabaram os foliões nos salões orvalhados de sangue e orgia, e morreram cada um na mesma posição desesperada como caíam”⁵⁸ (Poe, 1982, p. 273, livre tradução).

A ruptura dos muros encastelados, ou ao menos do ideal ilusório das fortalezas prósperas vem acontecendo aos poucos no Rio Grande do Sul, mas é em 2016 que algo se espalha, invadindo quartos uma vez depurados de morte. Foram dois assassinatos que

⁵⁸ No original: “He had come like a thief in the night. And one by one dropped the revellers in the blood-bedewed halls of their revel, and died each in despairing posture of his fall.”

provocaram um abalo na capital gaúcha e que irromperam uma outra relação sobre o morrer: a morte de uma mulher que buscava o filho em uma escola da zona norte de Porto Alegre, e o alvejamento de um jovem de 18 anos no aeroporto da capital. Os crimes foram veiculados na mídia como a gota d'água (ou de sangue) que faltava para a declaração da crise na segurança pública no Estado. Uma crise que não contabilizava os seus mortos do Central, que não chorava pelas crianças que você havia levado em frente a escolas periféricas, que não diziam de violências que outras comunidades passavam. Um Estado de Crise que é determinado pela exoneração do secretário de segurança, Wantuir Jacini, pelo recrudescimento de ações punitivas e policiais, pelo aumento desmedido de prisões e que é sentenciado, em 31 de agosto de 2016, pelo Decreto 53.182 que declarava situação de emergência no sistema prisional do Estado. Os espíritos se tornaram perturbados e você se via a zanzar pelos corredores uma vez protegidos e abarrotados de adornos, invadindo as mascaradas ilusórias. Porém, ao tempo em que referências de segurança forjam suas intervenções em renúncias de direitos e nas certezas de barbáries (nunca você ouviu tão claramente o desejo de “bandido bom, é bandido morto”), também surgem murmúrios de uma preocupação sobre o que se torna importante para viver? Do que se torna imperativo não esquecer?

Enquanto o burguês converte-se em uma lamuriosa vítima sua, a continuar entupindo-se de vestígios e tornando-se apreensivo por acúmulos capitais em uma urgência do que deixar como legado, ressentido e queixoso frente à finitude, ali no Central o convívio com o morrer já havia há tempos se transmutado. As histórias narradas pelas pessoas que você havia conhecido naquele local, em suas fugazes intensidades, transformam a relação do que importa ser transmitido. São histórias que não se fixam no passado, tampouco aprisionam-se na díade vítima e algoz, mas que forçam a uma crítica do instante e do contínuo. “Ora, é no momento da morte que o saber e a sabedoria – o lado épico da verdade – do homem e sobretudo sua existência vivida – e é dessa substância que são feitas as histórias – assumem pela primeira vez uma substância transmissível” (Benjamin, 1987a, p.207). São histórias que somente podem ser transmitidas quando de uma íntima proximidade com você. Histórias de vidas arriscadas que têm na Morte aquilo que é também seu legado, e não um obstáculo para o viver. São vidas que lhe olham nos olhos, que riscam o tempo como navalha na carne.

Se até o século XVIII morrer tinha uma função redutora, onde as diferenças de destinos chegavam a uma unicidade, desembocando no trágico final do qual ninguém escaparia, é Foucault (2001) quem diz sobre a virada da Morte e do morrer que acontece com a modernidade. Se antes “a morte compensava infalivelmente a sorte”, o século XIX provoca

uma inversão sobre os sentidos que lhe atravessam, onde sua presença passa a ser a experiência limite do anonimato cotidiano. É chegado um mundo que se vê obstinado por você, que faz Morte abandonar a tragicidade e tornar-se um núcleo mórbido sobre todas as coisas. “O *Mórbido* autoriza uma sutil percepção do modo como a vida encontra na morte sua mais diferenciada figura. O mórbido é a forma *rarefeita* da vida, no sentido em que a existência se esgota, se extenua no vazio da morte” (Foucault, 2001, p. 197). É no mórbido que as biografias do Central provocam um desprendimento de si. O insuportável já é ultrapassado por essas vidas arriscadas, cujas situações cotidianamente vividas e impensáveis só são brevemente visualizadas – ou irrompem cidadelas fortalezas – quando dezoito tiros invadem com ímpeto saguões de aeroportos ou quando corpos de mães caem em frente a escolas, “impiedosas forças dos acontecimentos que nos fazem declinar do prumo rotineiro, desviando-nos do que nos é familiar e conhecido” (Fonseca, 2017, p. 19). Daquilo que uma vez possa ser pensado inesquecível, ou do que se torna imperativo não esquecer, as histórias do Central fazem lampear o improrrogável de um outro modo. Não se tornam, nesse sentido, respostas ou resignação, aceitação ou ainda querência de acabar com tudo, você não se engana sobre isso. Para você, em seu sempre leigo olhar sobre coisa de vida, essas histórias provocam uma retomada da experiência: uma ligação com o presente, que se torna uma existência sempre em curso, e cujo futuro não pertence à distância, mas a vidas que finitamente existem (Agamben, 2008). Elas fazem do tempo, reminiscências, e das urgências, um exercício de liberdade, pois lidam de maneira surpreendente com o sofrimento e com o apagamento dos rastros – isso que Benjamin (1987a) diz ser os elementos que restam do discurso histórico. Para você, as histórias do Central tornam imperativo não esquecer o que de vida resta. Você, *a Morte*, não esquece.

RESTO...RASTRO... RESIDUAL

A intensidade do sentir é intolerável. Do sentir ao sentido do sentido a significado: o que resta é impacto que substitui impacto – eis a invenção.



Ana Hatherly, 120ª Tisana

Canibal e Nostálgica, Varejão, 1997

Havia uma proposta: tomar carnalmente aquilo vivenciado na experiência do pesquisar. Entretanto, você não sabia (Mentira. Sabia, mas não imaginara tamanha intensidade), que ao se lançar em busca do descarne, é também de pele viva que a experiência se apodera.

Afinal, você queria canibalizar as práticas psicológicas e suas alianças com a segurança, e isso não poderia ser feito sem esfolar-se junto; só não sabia que a antropofagia lhe consumiria inteira. E é desse instante que se escreve nessa sessão residual: daquilo que restou.

Da potência de um inesquecível que, mais do que relatos da lembrança voluntária – de um *eu* que narra a história passada na terceira pessoa –, surge como massa informe das perdas da memória, daquilo que não foi recolhido em discurso histórico, mas que exige seu pertencimento ao presente, ainda que seja como perdido (que não exija sua comemoração) e, dessa forma, inesquecível (Honesko, 2009, p. 22).

O inesquecível é imperativo neste momento, pois você é assombrada por uma figura a qual lhe convoca posicionamento a todo instante: o explorador “Na Colônia Penal”, de Kafka (2011). Explorador, viajante, estrangeiro, pesquisador, um personagem que carrega todas essas insígnias e que fora convidado a acompanhar uma execução em uma colônia penal. Ainda que chocado pela injustiça do processo condenatório, ele lembrava constantemente a si mesmo que sua única responsabilidade ali era a de “observar e não, de forma alguma, para mudar procedimentos judiciais estrangeiros” (pp. 46-7). Personagem ambíguo, como refere-se Gagnebin (2006), o explorador manifesta-se contra a máquina executora, mas em nenhum momento a impede de funcionar. Descrita como uma grande ferramenta que tatua na pele do condenado sua sentença até que o corpo seja só vida extinta e resto de ranhura da condenação, esta máquina e seu “rastelo” – instrumento composto de dentes de ferro lembrando um ancinho – se torna aquilo do qual o explorador não consegue se livrar. Ela falha, chama atenção, range quando não deve e silencia quando se quer algum ruído. Enfim, ela provoca o explorador, em algum momento, a se colocar. Nisto, você se dá conta, terrivelmente, de que tem mais empatia pela máquina de imprimir morte, do que com o visitante. Você o odeia. E ele o atormenta. Assim como o grande equipamento a ele persegue.

Há quem possa dizer que este viajante se impõe, principalmente quando nega participar de um plano junto ao comandante à favor da arcaica máquina judicial. Contudo, você não consegue sentir assim. Seu não comprometimento lhe irrita, em sua desconexão com os outros protagonistas à sua volta, ao percorrer os espaços com “as mãos nos bolsos da jaqueta” (p.45), ou ainda quando afirma ser insuficientemente influente nas coisas conterrâneas quando aquele país não é o seu. Esta última assertiva lhe causa extremo desconforto principalmente quando tal declaração provoca ao comandante a ação que o despe, literalmente, e o leva ao leito de tortura. Por tudo isso, o personagem do explorador o persegue. A cada ‘visita’ aos presídios, a cada ocupação de cadeiras no Central, a cada observação sua no campo de pesquisa. Em certa

feita, quando acompanhando um grupo de estudantes e pesquisadores (alguns dos quais estrangeiros) a uma exploração de uma das galerias do Presídio Central, você lembra de ter se sentido completamente invasor. Enquanto pessoas entravam nas celas vazias, pois os presos tinham sido propositalmente retirados dali, observando os objetos dos detentos, você sentia a gravidade daquela situação, mas nada disse. Lá estava o explorador à espreita de seus atos. Daquele dia em diante você questionava incessantemente suas ações e, exaustivamente, não chegava a nenhuma conclusão revolucionária, para a continuidade da angústia.

O conto de Kafka termina com “o grande pesquisador cuja visita tão honrosa à nossa colônia” (p. 57), parte mar adentro, não sem antes impedir a entrada dos sobreviventes da máquina executora de entrarem em sua embarcação. Sabendo que você também não poderia se demorar na colônia penal, mas tampouco impedindo passagens, o que resta seria transformar a angústia e a aproximação inequívoca junto a esse personagem visitante, em força contra os riscos do apagamento daquilo uma vez experienciado. Nesse sentido, se torna imperativo não esquecer, transformando o cheiro do sangue humano que não desgruda olhos de você, naquilo que Francis Bacon acredita ser um trabalho sobre si: “gosto daqueles que pesquisam, desmontam, desossam, inventam” (Maubert, 2010, p. 53). É assim que você leva os rastros dos personagens que lhe atravessaram, em pele. Como tatuagem, canibal e nostálgica, você não ousa se desfazer daquilo que lhe atormenta. Quiçá, transforma tais assombrações em maldição e as torna biografias.

REFERÊNCIAS

- Abramovay, P. V., & Batista, V. M. (2010). *Depois do grande encarceramento*. Rio de Janeiro: Revan.
- Achebe, C. (1994). The art of fiction. *The Paris Review* 139, Interview by Jerome Brooks. Recuperado de <http://www.theparisreview.org/interviews/1720/the-art-of-fiction-no-139-chinua-achebe>.
- Adrados, I. (1965). Quando o internato é aconselhável. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 17(1), 5-18. Rio de Janeiro. Recuperado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/15053/13945>
- Adrados, I. (1966). A criança rejeitada. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 18(4), 93-100. Rio de Janeiro. Recuperado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/15464/14348>
- Adrados, I. (1967a). O desajustamento familiar e sua repercussão na criança. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 19(2), 85-73. Rio de Janeiro. Recuperado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/15698/14562>
- Adrados, I. (1967b). Delinquência juvenil. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 19(3), 39-45. Rio de Janeiro.
- Agamben, G. (2002). *Homo Sacer. O Poder Soberano e a Vida Nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Agamben, G. (2007). *Profanações*. São Paulo: Boitempo.
- Agamben, G. (2008). *Infância e História: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Agamben, G. (2009). *Nudez*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Agamben, G. (2014, setembro). Quatro glosas a Kafka. *Revista Cult*, 194, nº17: *Franz Kafka – A literatura como experimentação política e filosófica*. (C. Oliveira, Trad.). São Paulo: Bregantini. Recuperado de: <http://revistacult.uol.com.br/home/category/edições/194/>
- Agamben, G. (2015). *La Guerre Civile: Pour une théorie politique de la stasis*. (J. Gayraud, Trad.). France: Éditions Points.
- Agamben, G. (2015, dezembro 23). De l'Etat de droit à l'Etat de sécurité. *Le Monde, MIdées*. Recuperado de http://www.lemonde.fr/idees/article/2015/12/23/de-l-etat-de-droit-a-l-etat-de-securite_4836816_3232.html.
- Alemanha. (2016). *Stasi Records Agency*. Federal Commissioner for the Records of the State Security Service of the former German Democratic Republic. BStU Archives: Berlin, Germany.
- Alvim, M. A. V. (1954). Dados e impressões sobre o problema da delinquência de menores.

Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, 6(3), 43-52. Rio de Janeiro.

Alvim, M.A.V., & Quintela, G. F. (1960). A criança abandonada. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 12(1), 1-8. Rio de Janeiro. Recuperado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/14147/13012>

Arendt, H. (1999). *Eichmann em Jerusalém – um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras.

Arendt, H. (2008). *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras.

Angelini, A. L., Rosamilha, N., & Witter, G. (1977). O adolescente e o futuro. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 29(1), 167-181. Rio de Janeiro.

Baptista, L. A. (2008). Walter Benjamin e os anjos de Copacabana. *Revista Educação Especial: Biblioteca do professor*, 7, (60-69). São Paulo. Recuperado de http://www.slab.uff.br/images/Aquivos/textos_sti/Luis%20Antonio%20Baptista/texto93.pdf

Baptista, L. A. (2013). O cientista e o pastor entre bétulas e amoladores de facas: genocídios da diferença. In: A, Ximendes, C, Reis, & R, Wolski. *Entre garantia de direitos e práticas libertárias* (pp. 59-66). Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CRPRS.

Baratta, A. (2002). *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do Direito Penal*. Rio de Janeiro: Editora Revan.

Barthes, R. (1984) *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. (J. C. Guimarães, Trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Barthes, R. (1988). *O rumor da língua*. (M. Laranjeira, Trad.). São Paulo: Brasiliense.

Barthes, R. (2004). *Aula*. (12ª ed.). São Paulo: Cultrix.

Barthes, R. (2005). *A preparação do romance II / A obra como Vontade – Notas de curso no Collège de France 1978-1980*. (N, Léger, Org.). (L. Perrone-Moisés, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.

Bassani, F. (2016). *Visita Íntima: Sexo, crime e negócios nas prisões*. Porto Alegre: Bestiário.

Batista, V. M. (2011). *Introdução Crítica à Criminologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Revan.

Batista, N. (2013). Prefácio. In: C.M.B., Coimbra, L.S.M., Ayres, L.S.M., & M.L., Nascimento (Orgs.). *Pivetes: encontro entre a psicologia e o judiciário* (pp.10-15). Curitiba: Juruá.

Bellon, B. P. (1990). *Mercedes in Peace and War: German automobile workers 1903-1945*. New Work: Columbia University Press.

Benjamin, W. (1986). *Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos*. (W. Bolle, Org.). (C. Sousa et al., Trans.). São Paulo: Cultrix.

Benjamin, W. (1987a). *Magia e técnica, arte e política*. (3ª ed., S.P. Rouanet, Trad.). [Obras

- Escolhidas - Vol.1]. São Paulo: Brasiliense.
- Benjamin, W. (1987b). *Rua de mão única*. (R.R., Torres Filho, & J.C.M., Barbosa, Trans.) [Obras Escolhidas - Vol.2]. São Paulo: Brasiliense.
- Benjamin, W. (1999). *The Arcades Project*. (H., Eiland, & K., McLaughlin, Trans.). Cambridge, Massachusetts: Belknap Press of Harvard University Press.
- Benjamin, W. (2012). *O anjo da história*. (J., Barrento, Org., Trad.). Belo Horizonte: Autêntica.
- Benjamin, W. (2015). *Obra de los pasajes* (vol. 1/vol2, J. Barja, Trad.) [Colección Obras - Libro V]. Madrid: Abada Editores.
- Bernardes, A. G. (2014). Trabalhar conceitos como um exercício de transgressão: acontecimento e acontecimentalizar. *Revista Polis e Psique*, 4(2), 143-154. UFRGS, Porto Alegre. Recuperado de http://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/51095/pdf_60
- Bittencourt, M. I. (1981). Conceito de psicopatia: elementos para uma definição. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 33(4), 20-34. Rio de Janeiro. Recuperado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abp/article/view/18612>
- Brasil. (2003). Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp). Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Repositório Institucional. Brasília/DF. Recuperado de <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/260>.
- Brasil. (2008). *Lei 7.210/84 – Lei de Execução Penal*. Centro de Documento e Informação, Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Brasília: Coordenação de Publicações.
- Brasil. (2009). *CPI Sistema Carcerário*. Centro de Documento e Informação, Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Brasília: Coordenação de Biblioteca. Recuperado de <http://bd.camara.gov.br/bd/>.
- Brasil. (2013). *Plano de diretrizes e metas para o audiovisual: o Brasil de todos os olhares para todas as telas*. Rio de Janeiro: Agência Nacional de Cinema. Recuperado de <http://www.ancine.gov.br/sites/default/files/folhetos/PDM%202013.pdf>.
- Brasil. (2014). *Mapa do Encarceramento: Os Jovens do Brasil*. Secretaria-Geral da Presidência da República. Governo Federal: Brasília/DF. (versão preliminar).
- Brasil. (2015). *Relatório de Visita ao Presídio Central de Porto Alegre*. Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Secretaria de Direitos Humanos: Brasília. Recuperado de <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/comite-nacional-de-prevencao-e-combate-a-tortura/representantes/presidio-central-de-porto-alegre>.
- Brasil. (2017). *Diagnóstico de Pessoas Presas no Brasil*. Conselho Nacional de Justiça: Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF). Supremo Tribunal Federal. Brasília/DF.
- Brum, E. (2013). *A menina quebrada e outras colunas*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial.

- Brzuska, S. (2016). Enfrentamento seletivo da violência não funciona. *Extra Classe*, 204(21), 4-6, junho. Porto Alegre. Recuperado de <http://www.extraclasse.org.br/edicoes/2016/06/enfrentamento-seletivo-da-violencia-nao-funciona/>
- Brzuska, S. (2016, setembro 9). Presídio Central: punições e resistências. *Abolindo Prisões de Dentro pra Fora: experimentações da Inglaterra e do Brasil*. Seminário de Extensão. PPG Psicologia Social e Institucional, UFRGS, Porto Alegre.
- Buchanan, E. (2014, maio 30). Britânicos ensinaram 'tortura psicológica' a militares brasileiros na ditadura. *BBC Brasil: Assuntos Internacionais*. Recuperado de http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/05/140530_tortura_grabretanha_dg.
- Bucher, R., & Ulhoa, M. J. (1980). Aspectos psicopatológicos e psicodinâmicos na delinquência juvenil. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 32(4), 63-75. Rio de Janeiro. Recuperado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abp/article/view/18422>
- Buck-Morss, S. (2002). *Dialética do olhar: Walter Benjamin e o projeto das Passagens*. (A. L. Andrade, Trad.). Belo Horizonte: UFMG.
- Butler, J. (2017). *Caminhos divergentes: judaicidade e crítica do sionismo*. São Paulo: Boitempo.
- Cabrera, C. (2013, maio 31). Ordem gaúcha e demais entidades do Fórum da Questão Penitenciária apresentam réplica à OEA sobre o Presídio Central. *OAB Rio Grande do Sul, Montenegro, Notícias*. Recuperado de <http://www.oabrs.org.br/montenegro/noticias/ordem-gaucha-e-demais-entidades-forum-questao-penitenciaria-apresentam-replica-oea-sobre-presidio-ce/12375>.
- Canofre, F. (2017, fevereiro 11). Por que o Presídio Central e outras cinco unidades prisionais mudaram de nome no RS?. *Sul21*, 11 de fevereiro. Recuperado de <http://www.sul21.com.br/jornal/por-que-o-presidio-central-e-outras-cinco-unidades-prisionais-mudaram-de-nome-no-rs/>.
- Carneiro, L. (2014, março 30). Presidiários de Porto Alegre fazem documentário sobre vida no cárcere. *Carmela Grüne: Na mídia*. Recuperado de <http://www.carmelagrune.com.br/2014/03/presidiarios-de-porto-alegre-fazem-documentario-sobre-vida-no-carcere/>.
- Carrera, M. (2013, janeiro 10). Brasil é denunciado na OEA por situação precária de presídio no RS. *O Globo*. Recuperado de <http://oglobo.globo.com/brasil/brasil-denunciado-na-oea-por-situacao-precaria-de-presidio-no-rs-7253673>.
- Carvalho, S. (2006). Política de guerra às drogas na América Latina entre o Direito Penal do inimigo e o Estado de Exceção permanente. *Revista Crítica Jurídica*, 25, 253-267, jul/dez.
- Carvalho, S. (2008). Criminologia e psicanálise: possibilidades de aproximação. *Revista de Estudos Criminais* 29. abr/jun. PUC, Porto Alegre.
- Carvalho, S. (2010). *Antimanual de criminologia*. (3ª ed.). Rio de Janeiro: Lumen Juris.

- Carvalho, S. (2013). Nas trincheiras de uma política criminal com derramamento de sangue: depoimentos sobre os danos diretos e colaterais provocado pela guerra às drogas. In: A. Ximendes, C. Reis, & R. Wolski. *Entre garantia de direitos e práticas libertárias* (pp.67-86). Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CRPRS.
- Carvalho, S. (2016). Notas sobre o Encarceramento Seletivo da Juventude Negra Brasileira: o caso da política de drogas. *Comunicações* 70, 150-156. Recuperado de http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/o_encarceramento_seletivo_da_juventude_negra_brasileira_a_decisiva_contribuicao_do_poder_judiciario.pdf
- Castro, L. R. (1978). Um enfoque psicológico do problema da delinquência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 30(1-2), 162-173. Rio de Janeiro. Recuperado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpa/article/viewFile/17887/16635>
- Coelho, J. T. (2006). *História Natural da Ditadura*. São Paulo: Iluminuras.
- Coimbra, C. (1995). *Guardiões da Ordem: algumas práticas psi no Brasil do "milagre"*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor.
- Coimbra, C. (2001). Práticas Psi e Tortura no Brasil. *Revista Psicologia Política*, 1(2), 95-105. São Paulo. Recuperado de <http://www.each.usp.br/rpp/index.php/RPPEACH/article/view/170>
- Coimbra, C., Knijnik, L., & Galli, T. M. (2013). Qual a cor da farda dos guardiões da ordem? Algumas problematizações sobre a história do Brasil contemporâneo. In: A. Ximendes, C. Reis, & R. Wolski. *Entre garantia de direitos e práticas libertárias* (pp.43-49). Conselho Regional de Psicologia, Porto Alegre.
- Comissão Interamericana de Direitos Humanos. (2013). Resolução 14/2103 sobre Medida Cautelar nº 8-13. Organização dos Estados Americanos. Biblioteca Digital da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul. Recuperado de <http://www.ajuris.org.br/sitenovo/wp-content/uploads/2014/01/Medida-Cautelar-Pres%C3%ADdio-Central-30-12-2013.pdf>.
- Candiotto, C. (2012). Disciplina e segurança em Michel Foucault: a normalização e a regulação da delinquência. *Psicologia & Sociedade*, 24(n.esp.), 18-24. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24nspe/04.pdf>
- Corazza, P. (2016). *East Side Gallery* [Instagram]. Recuperado de <https://www.instagram.com/p/BEITVfgjCf/?taken-by=pablitopotcor>.
- Correio do Povo. (2016, novembro 30). Ônibus-cela recebe primeiro preso em Porto Alegre. Recuperado de <http://correiodopovo.com.br/Noticias/Policia/2016/11/604269/Onibuscela-recebe-primeiro-preso-em-Porto-Alegre->.
- Corsini, J. E. (2017, fevereiro 26). Sobre massacres e facções. *Zero Hora: Outra visão*, p.18. Porto Alegre.
- Costa, I. F. (2011). A Rede Nacional de Altos estudos em Segurança Pública. *Carta Capital , Sociedade*, junho. Recuperado de <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-rede-nacional-de-altos-estudos-em-seguranca-publica>.

- Costa, L. A. (2012). *Desnaturar desmundos: a imagem e a tecnologia para além do exílio no humano*. Tese de Doutorado, Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Retirado de <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/55684>
- Costa, L. B. (2010). *Biografema como estratégia biográfica: escrever uma vida com Nietzsche, Deleuze, Barthes e Henry Miller*. Tese de Doutorado, Programa de Pós- Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Recuperado de <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/27673>
- Daimler. (2013, setembro 19). Humanitarian aid of Daimler Trucks and Wings of Help: Wings on Wheels — 11 Mercedes-Benz Actros trucks to bring relief supplies worth €4 million to Syrian refugees in Turkey. *Daimler Global Media Site*. Frankfurt/Stuttgart, Alemanha. Recuperado de <http://media.daimler.com/marsMediaSite/ko/en/9918202>
- Darke, S., & Aresti, A. (2016). Connecting prisons and universities through higher education. *Prison Service Journal*, (225), 26-32.
- Deleuze, G. (1992). *Conversações: 1972-1990*. (Peter Pál Pelbart, Trad.). São Paulo: Ed. 34.
- Deleuze, G. (2010). *Sobre o teatro: um manifesto de menos / O esgotado*. (F. Saadi, O. de Abreu & R. Machado, Trans.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Derrida, J. (2004). *Jacques Derrida: The Last Interview*. Studio Visit. New York, NY (US).
- Derrida, J. (2010). *Força de lei: o fundamento místico da autoridade* (2ª ed). São Paulo: Martins Fontes.
- Didi-Huberman, G. (1998). *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Editora34.
- Didi-Huberman, G. (2011). *Ante el tiempo: historia del arte y anacronismo de las imágenes* (3ªed). Buenos Aires: Adriana Hidalgo editora.
- Didi-Huberman, G. (2012). Quando as imagens tocam o real. (P. Carmello & V. Casa Nova, Trans.). *Pós: Belo Horizonte*, 2(4), 204-219. Retirado de <https://www.eba.ufmg.br/revistapos/index.php/pos/article/view/60>
- Diegues, I. (2009). *Adriana Varejão – Entre carnes e mares*. Rio de Janeiro: Ed. Cobogó.
- Dorgelo, M. (2012). *(Un)Locked Lives: Practices of Place, Memory and Belonging at Gedenkstätte Berlin-Hohenschönhausen*. (MA Thesis). VU University: Amsterdam.
- Dorgelo, M., & Kok, J. (2012). *Gedenkstätte Berlin-Hohenschönhausen*. [Documentário]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=XR9ndfHhR7o>.
- Dornelles, R. (2008). *Falange Gaúcha: o Presídio Central de Porto Alegre e a história do crime organizado no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: RBS Publicações.
- Dornelles, R. (2016, outubro 15). "Central" brilha no Festival do Rio e vai virar série na tevê a cabo. In: Requião, F. *ClicRBS: Cinema, Entretenimento*. Recuperado de <http://diariogaicho.clicrbs.com.br/rs/entretenimento/noticia/2016/10/central-brilha-no->

festival-do-rio-e-vai-virar-serie-na-teve-a-cabo-7788472.html.

Dornelles, R. (2017, fevereiro 3). Facções avançam e dominam o Presídio Central de Porto Alegre. *Zero Hora, Segurança Já*. Recuperado de <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/policia/noticia/2017/02/faccoes-avancam-e-dominam-o-presidio-central-de-porto-alegre-9713182.html>.

Earle, R. (2011). Prison and University: a tale of two institutions? *British Society of Criminology*, 4(6), 20–37. Newcastle, Reino Unido.

Erler, P., & Knabe, H. (2008). *The Prohibited District: The Stasi Restricted Area Berlin-Hohenschönhausen*. Berlin: Jaron.

Estevão, R., & Bichuette, M. Z. (1985). Aplicação do Inventário de Personalidade de Jesness em adolescentes delinquentes e não-delinquentes. *Arquivos Brasileiros de Psicologia* 37(4), 48-55. Rio de Janeiro. Retirado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abp/article/view/19333>

Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. (Silveira, R., Trad.). Salvador: EDUFBA.

Fonseca, C. (2013). Mediações, tipos e figurações: reflexões em torno do uso da tecnologia DNA para identificação criminal. *Anuário Antropológico* [Online] I, 9-33. Recuperado de <http://aa.revues.org/363>.

Fonseca, T. M. G. (2014). *Parecer de Projeto de Tese: O biográfico na aliança Psicologia e Segurança – um olhar descarnado entre o chinelo e o azulejo*. Banca de Qualificação de Projeto de Tese, não publicado, Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Fonseca, T. M. G. (2017). O destino não pode esperar: apontamentos sobre a inelutável improrrogabilidade. *Revista Polis e Psique*, 7(1), 6-24. Porto Alegre: UFRGS. Retirado de <http://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/71844>

Foucault, M. (2001). *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (2002a). *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU.

Foucault, M. (2002b). A Psicologia de 1850 a 1950. *Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise*, (pp.133-151). [Ditos e Escritos I] Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (2003). Cómo nace un ‘libro-experiencia’: entrevista realizada por Ducio Trombadori (1978). *El yo minimalista y otras conversaciones*. Buenos Aires: La marca.

Foucault, M. (2005). *Em Defesa da Sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (2006a). A Vida dos Homens Infames (1977). *Estratégia, Poder, Saber* (2ª ed., pp. 203-222). [Ditos e Escritos IV]. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (2006b). A Prisão em Toda Parte (1971). *Estratégia, Poder, Saber* (2ª ed., pp. 26-

- 27). [Ditos e Escritos IV]. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2006c). Sobre as Prisões (1971). *Estratégia, Poder, Saber* (2ª ed., pp. 4-52). [Ditos e Escritos IV]. Rio de Janeiro: Forense Universitária
- Foucault, M. (2006d). Inquirição sobre as Prisões: Quebremos a Barreira do Silêncio (1971). *Estratégia, Poder, Saber* (2ª ed., pp. 6-12) [Ditos e Escritos IV]. Rio de Janeiro: Forense Universitária
- Foucault, M. (2006e). *Sobre a Prisão de Attica* (1974). *Estratégia, Poder, Saber* (2ª ed., pp. 133-145). [Ditos e Escritos IV] Rio de Janeiro: Forense Universitária
- Foucault, M. (2007). *Microfísica do Poder*. (23ª ed). Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2008a). *Segurança, Território, População*. Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008b). *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008c). *Vigiar e punir*. 35ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Foucault, M. (2009). O pensamento do exterior (1966). *Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema* (pp. 219-242). (M. B. Motta, Org.). (I. A. D. Barbosa, Trad.). [Ditos e Escritos III]. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2009a). O que é um autor (1969). [Ditos e Escritos III - Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema] (pp.264-298). (M. B. Motta, Org.). (I. A. D. Barbosa, Trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2009b). Distância, Aspecto, Origem (1963). *Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema* (pp. 61-74). (M. B. Motta, Org.). (I. A. D. Barbosa, Trad.). [Ditos e Escritos III]. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2009c). A Linguagem ao Infinito (1963). *Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema* (2ª ed., pp. 47-59). [Ditos e Escritos III]. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2010). *O governo de si e dos outros*. Curso no Collège de France (1982 -1983). São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M (2012). Do bom uso do criminoso: entrevista ao ‘Le Nouvel Observateur’ (1978). *Segurança, Penalidade e Prisão*. (Org: M. B. Motta). (pp. 113-120). [Ditos e Escritos VIII]. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2013a). Michel Foucault explica seu último livro (1969). *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* (3ª ed., pp.145-154) [Ditos e Escritos II]. . Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2013b). *Os anormais* - curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes.
- Gagnebin, J. M. (1987). Walter Benjamin ou a história aberta. In: W. Benjamin. *Magia e*

- técnica, arte e política*. (3ª ed., S. P. Rouanet, Trad., pp. 7-19). [Obras Escolhidas - Vol.1]. São Paulo: Brasiliense.
- Gagnebin, J. M. (1993). *Walter Benjamin: os cacos da história* (2ª ed., S. Salzstein, Trad.). [Coleção Tudo é História 147]. São Paulo, Brasiliense.
- Gagnebin, J. M. (2006). *Lembrar Escrever Esquecer*. São Paulo: Ed. 34.
- Gagnebin, J. M. (2008). Documentos da cultura/Documentos da barbárie. *Revista IDE - Psicanálise e Cultura*, 31(46), 80-82. São Paulo. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ide/v31n46/v31n46a14.pdf>
- Gagnebin J. M. (2013). *História e Narração em Walter Benjamin*. (2ª ed.) São Paulo: Perspectiva.
- García Márquez, G. (2014). *Cem Anos de Solidão*. (83ª ed., E. Nepomuceno, Trad.). Rio de Janeiro: Record.
- Gomes, L. E. (2017, fevereiro 24). Para reduzir violência, RS precisa prender melhor, não mais, e investir nos servidores, dizem especialistas. *Sul 21*, 24 de fevereiro. Porto Alegre. Recuperado de <http://www.sul21.com.br/jornal/para-reduzir-violencia-rs-precisa-prender-melhor-nao-mais-e-investir-nos-servidores-dizem-especialistas/>.
- Gonzales, Z. K., & Guareschi, N. M. (2013). O étnico-racial nas ciências psicológicas: afirmações de uma ciência im(pura). In: *XVII Encontro Nacional da ABRAPSO*. Florianópolis / SC. Anais do XVII Encontro Nacional da ABRAPSO. São Paulo: Editora da ABRAPSO.
- Grüne, C. (2016). *Traficantes de sonhos roubados*. TEDxLaçador. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=04f7O9nhbas>.
- Hall, A. (2014, junho 20). Revealed: How the Nazis helped German companies Bosch, Mercedes, Deutsche Bank and VW get VERY rich using 300,000 concentration camp slaves. *Daily Mail*. Recuperado de <http://www.dailymail.co.uk/news/article-2663635/Revealed-How-Nazis-helped-German-companies-Bosch-Mercedes-Deutsche-Bank-VW-VERY-rich-using-slave-labor.html#ixzz4Q1bVDEPu>.
- Hatherly, A. (2006). *463 Tisanas*. Lisboa: Quimera Editores & Ana Hatherly.
- Honesko, V. N. (2009). *O paradigma do tempo: Walter Benjamin e Messianismo em Giorgio Agamben*. Florianópolis: Ed. do Autor.
- IBGE. (2013). *Linha do tempo – síntese da História do IBGE (1936-2011)*. Brasil: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Governo Federal: Brasília/DF. Recuperado em 3 de janeiro, 2015, de <http://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/linha-do-tempo>
- Inglaterra. (2017). *Pentonville Prison Information*. HM Prison and Probation Service: London, UK. Retirado de <http://www.justice.gov.uk/contacts/prison-finder/pentonville>
- Inside Time. (2014, dezembro 13). HMP Pentonville. *Inside Time: the National Newspaper for Prisoners & Detainees*. Recuperado de <http://www.insidetime.org/hmp-pentonville->

visiting-information.

- Jacobsen, G. (2016, setembro 11). Detentos se rebelam. *Correio do Povo*, Polícia. Recuperado de <http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Pol%C3%ADcia/2016/9/597455/Detentos-se-rebelam-e-colocam-fogo-em-cela-de-delegacia-de-Porto-Alegre>.
- Joseph, N. (2015, novembro 9). Mercedes-Benz starts internship program for refugees. *Autoblog*. Recuperado de <http://www.autoblog.com/2015/11/09/mercedes-benz-refugee-internship-program-official/>.
- Kafka, F. (2002). *O caçador Graco (Der Jäger Gracchus)*. Narrativas do espólio (pp.66-72). (M. Carone, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Kafka, F. (2011). *O Veredicto! Na Colônia Penal*. (M. Carone, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Kannenberg, V. (2016, outubro 26). Cena repetitiva. *Zero Hora Polícia*. Recuperado de <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/policia/noticia/2016/10/com-celas-de-delegacias-lotadas-presos-voltam-a-ficar-em-viaturas-em-porto-alegre-8020178.html>.
- Kant de Lima, R. (2004). Os Cruéis Modelos Jurídicos de Controle Social. *Revista Insight Inteligência*, 6(25), 130-47, abril-maio-junho. Rio de Janeiro. Recuperado de <https://seopniteroi.files.wordpress.com/2014/11/os-cru-is-modelos-jur-dicos-kant.pdf>
- Karavan, D. (2015). *Passages – Espaço de Memória*. Portbou - Espanha. Recuperado de <http://walterbenjaminportbou.cat/en/content/el-memorial-segons-karavan>.
- Koehler, J. O. (1999). *Stasi: the untold story of the East German Secret Police*. Boulder: Westview.
- Larrosa, J. (2002). Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, 19, 20-28. Jan/Fev/Mar/Abr. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>
- Ledur, P. (2016, novembro 16). Polícia improvisa micro-ônibus para abrigar presos em Porto Alegre. *GI Globo*, RBSTV. Porto Alegre. Recuperado de <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/11/policia-improvisa-micro-onibus-para-abrigar-presos-em-porto-alegre.html>.
- Levi, P. (2004). *Os afogados e os sobreviventes: quarenta anos depois de Auschwitz*. (2ª ed.) São Paulo: Paz e Terra.
- Lima, R. S., Bueno, S., & Mingardi, G. (2016). Estado, políticas e segurança pública no Brasil. *Revista DireitoGV*, 12(1), 49-85. jan-abr. São Paulo. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v12n1/1808-2432-rdgv-12-1-0049.pdf>.
- Lucas, I. (2013, março 22). Chinua Achebe 1930-2013: o escritor que tinha medo de ficar sem história. *Público Porto*, nº 8381, ano XXIV, Cultura Ipsilon, Notícias. Recuperado de <https://www.publico.pt/2013/03/22/culturaipylon/noticia/escritor-nigeriano-chinua-achebe-morre-aos-82-anos-1588772>

- Martins, C., & Abati, L.; Rosa, V. (2015, novembro 30). Presídio Central de Porto Alegre é interditado pela quarta vez no ano. *ClicRBS*, Caso de Polícia. Gaúcha Blog. Recuperado de <http://wp.clicrbs.com.br/casodepolicia/2015/11/30/presidio-central-de-porto-alegre-e-interditado-pela-quarta-vez-no-ano/?topo=52,1,1,,171,e171>.
- Martins, I., & Correa, N. R. (1972). A juventude pela juventude. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 24(4), 41-48. Rio de Janeiro. Recuperado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpa/article/view/16918/15733>
- Massumi, B. (2016). O capital (se) move. *Caixa Pandemia de Cordéis*. São Paulo: n-1 edições.
- Mate, R. (2011). *Meia-noite na história: comentários às teses de Walter Benjamin “Sobre o conceito de história”*. São Leopoldo, RS: UNISINOS.
- Maubert, F. (2010). *Conversas com Francis Bacon*. (A. Telles, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar
- Maupassant, G. (2009). As Sepulcrais. *125 Contos de Guy de Maupassant*. (A. Bettega, Trad., pp.807-813). São Paulo: Companhia das Letras.
- Meinerz, A. (2008). *Concepção de Experiência em Walter Benjamin*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- Michaelis. (2014). *Michaelis: moderno dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos.
- Mira y Lopez, E. (1960). Patogenia da delinquência juvenil. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 13(1), 27-34. Rio de Janeiro.
- Moreira, C. I. (2015, março 11). "Eu não teria demolido o pavilhão C", afirma novo diretor do Central. *Zero Hora: Troca de Comando*. Porto Alegre. Recuperado de <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/03/eu-nao-teria-demolido-o-pavilhao-c-afirma-novo-diretor-do-central-4716560.html>.
- Motta, M. B. (2006a). Apresentação. *Estratégia, Poder, Saber* (pp.V-XLVII). [Ditos e Escritos IV]. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Motta, M. B. (2006b). Apresentação. *Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*, (pp.V-XLVI). [Ditos e Escritos IV]. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Motta, N. (2016, junho 27). Presídio Central inaugurou nesta segunda-feira (27) nova instalação do Grupo de Apoio de Movimentação (GAM). *Superintendência dos Serviços Penitenciários – Susepe*. Imprensa Susepe. Retirado de http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=4&cod_conteudo=2320.
- Nascimento, L. (2014). Brazil and Its First Computer: The Network of Associations that Traced the Fate of IBGE's UNIVAC 1105. *Abstract Annals of The 4S Annual Meeting*. Recuperado de http://citation.allacademic.com/meta/p_mla_apa_research_citation/3/9/9/9/6/p399966_index.html.

- Nazário, L. (2005). Diversão e terror: dos autos-de-fé ao cinema nazista. In: L. Gorenstein; M. L. Carneiro (Orgs). *Ensaio sobre a intolerância: Inquisição, Marranismo e Antisemitismo* (2ª ed., pp. 377-420). São Paulo: Associação Editorial Humanitas.
- Nair, K. (2014, fevereiro 17). Into the rhythm of words. In: S. Datta. *The Hindu*, Book Reviews, Children. Recuperado de <http://www.thehindu.com/books/books-children/into-the-rhythm-of-words/article5699176.ece>
- Nair, K. (2015). *Until the lions – echoes from the Mahabharata*. Great Britain: Arc International Poets.
- Nair, K. (2015, setembro 23). The Mahabharata is a literary Petri dish. In: S. Nagarajan. *The Hindu*, Book Reviews, Authors. Recuperado de <http://www.thehindu.com/books/books-authors/karthika-nair-on-her-book-until-the-lions-a-layered-reinterpretation-of-the-mahabharata/article7681238.ece>
- Nepomuceno, E., Buarque, C., Moura, W., Morais, F., Boff, L., Wyllys, J., Albiol, M.; Maura, A., Aranda, G., Guimarães, C., Alkimim, A., Maloka, R., Nascimento, T., & Pereira, A. *Brasil: Golpe de 2016*. Madrid: Ediciones Ambulantes.
- Nietzsche, F. (2009). *Genealogia da Moral*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Nunes, A. (2016, setembro 28). Em busca do futuro perdido. *Veja – O desastre gaúcho*, 49(39), 54-59. Editora Abril.
- Osório, L. C. (2009). A profundidade na superfície. In: I. Diegues (Org.). *Adriana Varejão – Entre carnes e mares* (pp. 221-228). Rio de Janeiro: Ed. Cobogó.
- Pandolfo, A. C. (2014). Um sopro de crítica à violência e ao crime. *Sistema Penal & Violência*, 6(3), 211-214, jul.-dez. Porto Alegre. Recuperado de <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/article/view/18703>
- Poe, E. A. (1982). *The Complete Tales and Poems of Edgar Allan Poe*. New York: Random House, Penguin Books.
- Reis, C., & Guareschi, N. M. F. (2016). Preventing Juvenile Delinquency: Compulsory Hospitalization as a Public Security Tool. In: *SAGE Open*, 6, 1-10. Recuperado de <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/2158244016638391>
- Reis, C., Guareschi, N. M. F., & Carvalho, S. (2014). Sobre jovens drogaditos: as histórias de ninguém. In: *Psicologia & Sociedade*, 26(nº especial), 68-78. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26nspe/08.pdf>
- Repetto, B. A. (1968). Pesquisa sobre agressividade dos delinquentes juvenis. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 20(3), 30-8. Rio de Janeiro.
- Revel, J. (2005). *Michel Foucault: conceitos essenciais*. (M. R. Gregolin, C. P. Filho, & N. Milanez, Trads.). São Carlos: Claraluz.
- Rio Grande do Sul. (1995). *Decreto 36.175, de 13 de Setembro de 1995*: Aprova o Regulamento

- de Movimentação do Servidor Policial-Militar da Brigada Militar. Estado do Rio Grande do Sul, Assembléia Legislativa, Gabinete de Consultoria Legislativa.
- Rio Grande do Sul. (1997). *Decreto 37.269, de 27 de Fevereiro de 1997*: Introduz alteração na Organização Básica da Brigada Militar do Estado e dá outras providências. Estado do Rio Grande do Sul, Assembléia Legislativa, Gabinete de Consultoria Legislativa.
- Rio Grande do Sul. (2004). *Decreto 43.430, de 29 de Outubro de 2004*: Aprova o Regulamento de Uniformes e Apresentação Pessoal da Brigada Militar. Estado do Rio Grande do Sul, Assembléia Legislativa, Gabinete de Consultoria Legislativa.
- Rio Grande do Sul. (2008). *Decreto Estadual 45.927, de 07 de Outubro de 2008*. Estado do Rio Grande do Sul, Assembléia Legislativa, Gabinete de Consultoria Legislativa.
- Rio Grande do Sul. (2009). *Anexo III - Relatório da Força-Tarefa dos Presídios*. Relatório de Atividades do Poder Judiciário na Força-Tarefa dos Presídios do Rio Grande do Sul – 06/08/2009.
- Rio Grande do Sul. (2013). *Projeto 'Observatório da Juventude em Situação de Prisão'*. Coordenadoria da Juventude, SUSEPE, Porto Alegre.
- Rio Grande do Sul. (2016a). *Decreto 53.176, de 25 de agosto de 2016*. Estado do Rio Grande do Sul, Assembléia Legislativa, Gabinete de Consultoria Legislativa.
- Rio Grande do Sul. (2016b). *Decreto 53.182, de 31 de agosto de 2016*. Estado do Rio Grande do Sul, Assembléia Legislativa, Gabinete de Consultoria Legislativa.
- Rio Grande do Sul. (2016c). *Operação Avante da BM prende mais de 4 mil criminosos em 8 meses*. Módulo de Cadastramento de Operações da BM. Porto Alegre.
- Rio Grande do Sul. (2016d). *Material de Apoio: Plano Estadual de Segurança Pública*. Secretaria de Segurança Pública. Assessoria de Comunicação Social. Rio Grande do Sul: Porto Alegre.
- Rocha, Z. O. (1981). Estudo Comparativo do comportamento agressivo de adolescentes delinquentes e não-delinquentes. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 33(1-2), 84-94. Rio de Janeiro. Recuperado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abp/article/viewFile/18446/17195>
- Rodrigues, H. B. C. (2009). Para desencaminhar o presente psi: biografia, temporalidade e experiência em Michel Foucault. In: N. M. Guareschi, & S. Hüning (Orgs). *Foucault e a Psicologia* (pp. 7-30). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Rodrigues, H. B. C. (2016). *Ensaio sobre Michel Foucault no Brasil: presença, efeitos, ressonâncias*. Rio de Janeiro: Lamparina.
- Ross, J.I., Darke, S., Aresti, A., Newbold, G., & Earle, R. (2014). Developing Convict Criminology beyond North America. *International Criminal Justice Review*, 24(121). Disponível em: <http://icj.sagepub.com/content/24/2/121>
- Ruas, C. (2016, janeiro 21). Bem-vindo ao inferno do Presídio Central. *Risca Faca*,

- Comportamento. São Paulo: F451. Recuperado de <http://riscafaca.com.br/comportamento/a-chave-do-casarao/>.
- Rudnicki, D. (2012). Três dias no Presídio Central de Porto Alegre: o cotidiano dos policiais militares. *Revista de Informação Legislativa*, 49(193), 49-63, jan/mar. Brasília: Biblioteca Digital do Senado Federal. Recuperado de <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/496557>.
- Sager, T., & Rodrigues, B. (Produtores), Sager, T., & Dornelles, R. (Direção e Roteiro). (2015). *Central*. [documentário]. Panda Filmes: Porto Alegre.
- Saldanha, P. H. (1967). *O Método dos Gêmeos*. São Paulo: Edart.
- Sampaio de Mattos, M. (2016). *Ética da memória em Walter Benjamin – Um ensaio*. Porto Alegre: Bestiário.
- Santiago, S. (2009). A ficção contemporânea e visionária de Adriana Varejão. In: I. Diegues (Org.). *Adriana Varejão – Entre carnes e mares* (pp. 73-84). Rio de Janeiro: Ed. Cobogó.
- Schmidt, B. B. (2003). Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. *Revista de História Unisinos*, 8(10), jul/dez, 131-141. Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo. Recuperado de <http://docslide.com.br/documents/benito-schimdt-grafias-da-vida-reflexoes-sobre-a-narrativa-biografica.html>
- Schwarcz, L. M. (2009). Ladrilhar, azulejar, varejar. In: I. Diegues (Org.). *Adriana Varejão – Entre carnes e mares* (pp. 129-141). Rio de Janeiro: Ed. Cobogó.
- Schwarcz, L. M., & Varejão, A. (2014). *Pérola Imperfeita: a história e as histórias na obra de Adriana Varejão*. Rio de Janeiro: Cobogó/Companhia das Letras.
- Scisleski, A. C. C. (2014). *Parecer de Projeto de Tese: O biográfico na aliança Psicologia e Segurança – um olhar descarnado entre o chinelo e o azulejo*. Banca de Qualificação de Projeto de Tese, anotações não publicadas, Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Scisleski, A. C. C.; Reis, C.; Weigert, M.; Hadler, O.; Guareschi, N. M. F. (2012). Juventude e pobreza: a construção de sujeitos potencialmente perigosos. In: *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 64, 19-34. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arp/v64n3/v64n3a03.pdf>
- Scott, J.P., & Fredericson, E. (1951). The causes of fighting in mice and rats. *Physiol. Zool*, 24, 273-309. Recuperado de <http://www.journals.uchicago.edu/doi/pdfplus/10.1086/physzool.24.4.30152137>
- Silva, R. (2011). O Laboratório de Biologia Infantil, 1935-1941: da medicina legal à assistência social. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, 18(4), 1111-30. Rio de Janeiro. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702011000400009
- Sisto, F. F. (2010). Uma análise das evidências de validade brasileiras do PMK. In: *Psico-USF*, 15(2), 141-9, maio/ago. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712010000200002

- Soares, A. R. (2010). A Psicologia no Brasil. *Ciência e Profissão*, 30(número especial), 8-41. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932010000500002&script=sci_abstract&tlng=pt
- Soares, O. P. (1970). O cariótipo XYY e a criminalidade. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 22(4), 47-60. Rio de Janeiro. Recuperado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpa/article/view/16621/15433>
- Souza, G. A. D. (2014). “Punir menos, punir melhor”: discursos sobre crime e punição na produção de alternativas à prisão no Brasil. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Direito. Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais. Porto Alegre.
- Sturn, H. A. (2013, novembro 4). Reformas lançam dúvidas sobre demolição do Presídio Central em Porto Alegre. *Zero Hora, Vai fechar ou não?* Porto Alegre. Recuperado de <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2013/11/reformas-lancam-duvidas-sobre-demolicao-do-presidio-central-em-porto-alegre-4322065.html>.
- Sudbrack, M. F. O. (1982). A trajetória de menores carentes rumo à delinquência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 34(3), 151-156. Rio de Janeiro. Recuperado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abp/article/viewFile/18822/17564>
- Torres, E. (2016, outubro 21). Caos prisional. *Zero Hora Polícia*. Recuperado de <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/policia/noticia/2016/10/com-celas-lotadas-delegacias-de-porto-alegre-tem-novos-presos-em-viaturas-7871895.html>.
- Waiselfisz, J. (2014). *Os jovens do Brasil: Mapa da Violência 2014*. Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional da Juventude. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Governo Federal: Brasília/DF.
- Weizman, E. (2011). *The least of all possible evils: humanitarian violence from Arendt to Gaza*. London, UK: Verso.
- Weizman, E. (2011, novembro 4). Forensic Aesthetics: A roundtable forum on and with objects. [Seminário] Cabinet Magazine, Brooklyn / Vera List Center for Art and Politics, New York (US). Recuperado de <http://archive.forensic-architecture.org/seminars/forensic-aesthetics>.
- Zaffaroni, E. *et al.* (2003). *Direito Penal Brasileiro I*. Rio de Janeiro: Revan.
- Ziebell, Z. (2002). *Terra de canibais*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS.

*Da terra mais corrompida
Rebenta a planta mais forte:
A raiz – boca da Vida,
Mama nos peitos da Morte.
Guerra Junqueiro*